Sofia Miguens

Filosofia da Linguagem

UMA INTRODUÇÃO

C04
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PORTO 2007

capflup
CADERNOS DE APOIO PEDAGÓGICO DA FLUP

Título: Filosofia da Linguagem – uma introdução

Autora: Sofia Miguens

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano de Edição: 2007

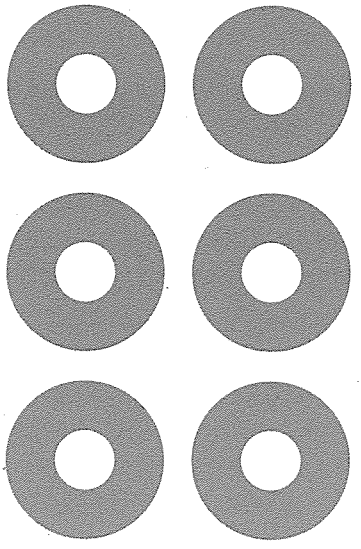
Concepção gráfica: Maria Adão

Pré-impressão, impressão e acabamento: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda.

ISBN: 978-972-8932-28-2

Depósito Legal: 263805/07

Agosto de 2007



Sofia Miguens

Filosofia da Linguagem

UMA INTRODUÇÃO

«Die Vorstellung unterscheidet sich dadurch von dem Sinne eines Zeichens, welcher gemeinsames Eigentum von vielen sein kann und also nicht Teil oder Modus der Einzelseele ist, denn man wird wohl nicht leugnen können dass die Menschheit einen gemeinsamen Schatz von Gedanken hat den sie von einen Geschlecht auf das andere überträgt.»

Gottlob Frege, *Über Sinn und Bedeutung*[1]

«There's no such thing as a language, not if a language is anything like what many philosophers and linguists have supposed. There is therefore no such thing to be learned, mastered, or born with»

Donald Davidson, *A Nice Derangement of Epitaphs*[2]

---

1 «A representação distingue-se, por tal razão, do sentido de um sinal, o qual pode ser propriedade comum de muitos, e portanto não é uma parte ou modo da mente individual, pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração para outra» (Tradução de Paulo Alcoforado; edição utilizada nas aulas da disciplina de Filosofia da Linguagem).

2 «Não existe uma coisa tal que seja uma língua, não se uma língua for o tipo de coisa que muitos filósofos e linguistas supuseram. Não existe consequentemente uma coisa tal para ser aprendida, dominada, ou inata» (Tradução de Sofia Miguens, a partir da versão original).

Índice

Prefácio 9

Introdução 17

Parte I
Filosofia da linguagem e ciências da linguagem 25
Lição 1 – Apresentação e introdução aos temas da disciplina 27
Lições 2 a 6 – Filosofia da liguagem e ciências da linguagem 35

Parte II
Sentido e referência: história da filosofia da linguagem 77
Lições 7 a 10 – G. Frege: do projecto filosófico de Frege às teses acerca de sentido e referência em *Über Sinn und Bedeutung* (1892) ... 79
Lições 11 a 14 – B. Russell: da filosofia do atomismo lógico à Teoria das Descrições Definidas (*On Denoting*, 1905) 99
Lições 15 a 18 – L. Wittgenstein I: uma teoria da linguagem como modelo (Bild) – estudo do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) 119
Lições 19 a 22 – L. Wittgenstein II: o significado como uso: um estudo das *Investigações Filosóficas* (1953) 141
Lições 23 a 24 – A filosofia da linguagem depois de Wittgenstein (J. Austin, J. Searle, P. Grice, W. V. Quine, D. Davidson) 159
Lições 25 – O significado não liberal 201

Parte III
Filosofia não analítica da linguagem 241
Lições 26 – O estatuto da linguagem nos projectos filosóficos de M. Heidegger, J. Habermas, M. Foucault e J. Derrida 243

Avaliação 249

Bibliografia geral 261

Índice remissivo 293

Prefácio

O presente manual tem como intenção constituir um guia para uma disciplina introdutória de filosofia da linguagem. Foi elaborado a partir da leccionação da disciplina de Filosofia da Linguagem I na Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde 2001. A disciplina de Filosofia da Linguagem I ocupa um semestre lectivo e proporciona aos estudantes o primeiro contacto sistemático com a área da filosofia da linguagem. Pretende-se que este manual ofereça aos estudantes os instrumentos necessários não apenas para acompanhar uma iniciação ao campo da filosofia da linguagem mas também para o estudo e a investigação autónomos posteriores. Para isso é percorrido um trajecto que conduz das intuições pré-teóricas acerca de linguagem, de que todos dispomos, até um conhecimento disciplinar específico, histórico e temático, da filosofia da linguagem. Em termos práticos, são considerados como precedentes da disciplina de Filosofia da Linguagem I – mesmo se, pelo menos na FLUP, não existem actualmente precedências em sentido estrito – as disciplinas de Lógica I e II e de Filosofia do Conhecimento I e II. Os programas dessas disciplinas nos últimos anos estiveram presentes por trás da elaboração do manual.

Existem, evidentemente, diferentes concepções quanto à centralidade da filosofia da linguagem nos planos de estudos de Filosofia; importa por isso mesmo tornar claros os pressupostos que conduziram à proposta que aqui se explora. O curso apresentado no presente manual procura conciliar um ponto de vista temático – centrado nas questões do sentido[1] e da referência ou, mais em geral, na questão das relações entre a linguagem, o pensamento e o mundo – com um ponto de vista histórico. A referência histórica central do programa são as obras de Gottlob Frege, Bertrand Russell e Ludwig Witttgenstein. Em termos cronológicos isso significa que o curso se centra no desenvolvimento da disciplina entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX. É nesse período que se define a problemática da filosofia da linguagem a que se pode chamar contemporânea.

É em função da escolha temática acima identificada que o curso desenvolvido neste manual se centra na filosofia analítica e na história desta. Essa escolha liga-se também a outro objectivo do curso: levar os estudantes a compreen-

---

[1] Traduzo aqui a palavra inglesa *meaning*. No que se segue, e nomeadamente na exposição das teorias dos vários autores, *meaning* será traduzido por vezes como 'sentido', por vezes como 'significado', por vezes como 'significação'.

der a importância da filosofia da linguagem na história da filosofia analítica e, a partir daí, o contraste da filosofia analítica com outras tradições filosóficas. Embora a filosofia da linguagem contemporânea seja de facto muito técnica – trata-se talvez de uma das áreas mais técnicas da filosofia contemporânea – este curso não é um curso técnico. Não pretendi com isso de forma alguma impedir o acesso dos estudantes ao que de mais interessante se faz hoje em filosofia da linguagem: a minha prioridade prática foi despertar o interesse dos estudantes para a área, de uma forma que fosse acessível e apelativa, podendo aqueles nos quais exista tal vocação técnica (lógica e linguística, nomeadamente) vir a desenvolvê-la posteriormente. A minha experiência tem sido que a riqueza histórica desperta naturalmente o interesse dos estudantes para a área: a filosofia da linguagem é talvez a disciplina filosófica mais capaz de oferecer uma perspectiva fascinante e densa do que tem sido a história e o espírito da filosofia analítica nos últimos cento e vinte anos, aproximadamente[2]. É certo que o que acabei de dizer permite apontar desde já claramente a principal objecção possível ao curso de filosofia da linguagem que aqui proponho: para alguém que trabalhe de facto em filosofia da linguagem, nos específicos problemas técnicos que hoje seduzem alguns dos melhores filósofos, o curso proposto é excessivamente histórico; embora vise as origens da filosofia contemporânea da linguagem, constitui de facto algo como uma pré-história da filosofia da linguagem que se faz hoje. Penso no entanto que referências históricas fazem falta aos estudantes e que lhes são devidas numa cadeira de iniciação a uma determinada área disciplinar, como é aqui o caso. Além de que o interesse histórico dos debates da filosofia da linguagem nascente, permite, pela sua riqueza intelectual mais geral, ultrapassar a impressão de um tecnicismo um pouco estéril que de um ponto de vista mais amplo por vezes se associa à filosofia da linguagem contemporânea.

O formato do curso apresentado, que penso ser adequado ao contexto da FLUP, resultou de um trabalho de comparação de programas e cursos de filosofia da linguagem em diversas instituições portuguesas e estrangeiras. De resto, essa comparação acontece naturalmente: com a cada vez maior difusão do Programa Erasmus, são muitos os estudantes que trazem dados práticos importantes acerca de programas, material de apoio, etc., de disciplinas frequentadas em universidades estrangeiras. No caso da filosofia da linguagem foi o que aconteceu por exemplo relativamente a Barcelona e à disciplina lec-

---

[2] Tomo como referência a obra que marca o início do período temporal estudado no curso adiante proposto (*Begriffsschrift* de G. Frege, obra publicada em 1879).

cionada por Manuel García-Carpintero e pelos seus colaboradores na Universidade de Barcelona: através de estudantes de Filosofia do Porto chegaram-me à mão os materiais didácticos organizados e utilizados em Barcelona[3]. Estes materiais encontram-se estruturados de uma forma que me pareceu sólida, simples e fundamental, tal como convém a programas de nível de licenciatura, e desde então tomo-os como uma referência[4].

Considerei ainda vários programas americanos e ingleses de filosofia da linguagem[5]. Não pretendi em geral fazer algo de semelhante, até porque os estudos de graduação são, nesse contexto, concebidos de forma muito diferente daquilo que é o caso em Portugal. Ainda assim, a grande maioria do material de apoio ao estudo da filosofia da linguagem que fica referenciado no presente manual (cf. Bibliografia Geral) tem essa proveniência. Relativamente à forma e conteúdo que os programas de filosofia da linguagem assumem num contexto anglo-saxónico, menciono apenas duas referências, já que é impossível verificar exaustivamente todos os planos de estudos: a primeira é o guia de estudos em Filosofia de Londres (The London Philosophy Study Guide[6]), a segunda são os planos de estudos de graduação e pós-graduação da New York University[7].

Para além da prospecção comparativa de programas de filosofia da linguagem em instituições nacionais e estrangeiras, assumi como prioridade, na leccionação da filosofia de linguagem na FLUP, a utilização de textos em português e de textos dos autores portugueses que nas últimas décadas têm vindo a produzir obra na área da filosofia da linguagem. Refiro-me quer a traduções

---

3 Agradeço aqui a Heleno Oliveira, estudante de Filosofia da FLUP.

4 Embora Manuel García-Carpintero seja também o autor de um dos manuais de filosofia da linguagem disponíveis em língua espanhola (*Las palabras, las ideas y las cosas – una presentatión de la filosofia del lenguage*, Barcelona, Ariel, 1996) tenho aqui em mente os textos didácticos referidos na Bibliografia como Perez Otero & García-Carpintero 2000. Os temas desses 'Textos docents' de Filosofia da Linguagem editados pela Universitat de Barcelona são: 1. Conceitos básicos de filosofia da linguagem, 2. Frege: sentido e referência, 3. Russell, a natureza das proposições, 4. Referência directa e externalismo linguístico, 5. A teoria ideacional do significado de Locke, 6. Significado como uso em Wittgenstein, 7. Quine: cepticismo semântico e behaviorismo linguístico, 8. Acções, intencionalidade e convenções da linguagem: o programa de Grice.

5 Mais propriamente programas de módulos ou disciplinas cujo conteúdo é de filosofia da linguagem, mesmo que não sejam assim denominados.

6 Para a filosofia da linguagem, ver: http://www.ucl.ac.uk/philosophy/LPSG/Language.htm.

7 A página do Departamento de Filosofia encontra-se em: http://philosophy.fas.nyu.edu/page/home. A partir dela são facilmente acessíveis todos os cursos leccionados, nomeadamente os de filosofia da linguagem.

dos textos clássicos da área, quer a livros, ensaios e artigos originais. Considerei portanto as publicações de autores tais como Manuel Lourenço, António Marques, Manuel Maria Carrilho, João Branquinho, António Zilhão, João Sàágua, Ricardo Santos e Adriana Silva Graça, entre outros. Relativamente a alguns dos nomes referidos acima, as traduções que fizeram de textos clássicos foram essenciais para a própria exequibilidade do Programa que apresento[8]. Assim, embora a situação continue a não ser a ideal, o trabalho de muitas pessoas foi tornando acessível em português o património da filosofia da linguagem.

A disciplina de Filosofia da Linguagem I é actualmente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto uma disciplina obrigatória. Não foi, no entanto, sempre esse o caso, nem é sempre esse o caso no contexto português mais amplo. Impõe-se assim uma observação quanto ao estuto e à centralidade da filosofia da linguagem nos planos de estudos em Filosofia em Portugal. Ao contrário do que acontece noutros países, por exemplo em Espanha[9], em que a Filosofia da Linguagem é considerada uma componente fundamental ('truncal') do currículo de Filosofia, a Filosofia da Linguagem não é em Portugal, ou pelo menos não tem sido, nos planos de estudos das últimas décadas, considerada como 'central'. Pelo contrário noutros lugares, nomeadamente num contexto anglo-saxónico, a filosofia da linguagem está usualmente presente nos planos de estudos de Filosofia. Não é no entanto prescrita por qualquer coisa como 'um plano de estudos fixo', de resto inexistente, nem aparece necessariamente sob essa designação disciplinar. Trata-se de uma importância sobretudo histórica e de tradição. De resto, em geral nesse contexto (penso agora no Reino Unido como exemplo específico), embora não seja em princípio possível realizar estudos de Filosofia sem passar por estudos de Lógica, Metafísica, Ética e Epistemologia, na verdade

---

8 Por exemplo, Manuel Lourenço é o tradutor português do *Tractatus Logico-Philosophicus* e das *Investigações Filosóficas* de L. Wittgenstein, António Zilhão é o tradutor português dos *Fundamentos da Aritmética* de G. Frege, António Zilhão e António Marques são autores de livros dedicados ao pensamento de Wittgenstein (*Linguagem da Filosofia, Filosofia da Linguagem*, e *O Interior*, respectivamente), João Sàágua traduziu e organizou uma colectânea de textos de Quine (*Quine - Filosofia e Linguagem*). Para as referências completas, cf. Bibliografia Geral.

9 Cf. Estudio de la adaptación de la titulación de Filosofía al Espacio Europeo de Educación Superior, documento da ANECA (Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación) de 2005. Considero este documento, no qual é feita uma comparação dos currículos de Filosofia na Europa (Espanha, Reino Unido, França, Itália, Portugal, Escandinávia, etc) muito útil para uma perspectivação dos estudos de graduação em Filosofia na Europa. Agradeço vivamente ao Professor Doutor Juan Vázquéz, do Departamento de Lógica e Filosofia Moral da Universidade de Santiago de Compostela, o facto de me ter mantido a par da discussão entre os filósofos das universidades espanholas que conduziu à sua produção.

não existem em geral matérias obrigatórias e a variação dos planos de estudos de instituição para instituição é muito grande. As Universidades têm autonomia na criação dos planos de estudos e na determinação de matérias obrigatórias ou opcionais. Os conteúdos podem ainda ser trabalhados não sob a forma de disciplinas mas de módulos, com vários níveis, sendo o estudo guiado por um tutor e o itinerário de estudo personalizado. Assim, módulos e disciplinas como por exemplo *Mente e linguagem* ou *Filosofia analítica do século XX* são estudos cujo teor coincide usualmente pelo menos em parte com o núcleo do curso que aqui proponho. No contexto dos planos de estudos franceses e alemães, a filosofia da linguagem é frequentemente associada ou à Lógica ou à Hermenêutica (ou a ambas, no mesmo plano de estudos).

Os modelos são muitos, e, na verdade, na inserção de uma disciplina de filosofia da linguagem num plano de estudos de Filosofia está em jogo a própria concepção do ensino da Filosofia. Há, portanto, que tomar decisões. Pessoalmente parece-me desejável, relativamente a planos de estudos de Filosofia, o estabelecimento de uma área de *Lógica, Linguagem e Mente* (ou *Lógica, Cognição e Linguagem*) que vá no sentido de solidificar e enquadrar a presença de estudos de filosofia da linguagem no currículo de Filosofia.

Uma outra explicação contexualizadora tem cabimento aqui. Tive sempre em mente nos programas de filosofia da linguagem que elaborei ao longo dos anos algo que veio a tornar-se realidade em 2005: o Centro de Ciência Cognitiva da Universidade do Porto. No âmbito do Centro de Ciência Cognitiva, a área de Lógica, Linguagem e Mente cabe à Filosofia. O público-alvo é aqui constituído não apenas pelos estudantes de Filosofia da FLUP, mas por outros estudantes (e docentes, bem como outras pessoas interessadas) vindas possivelmente de fora da Filosofia.

A preocupação com a ciência cognitiva fez também com que a disciplina de Filosofia da Linguagem me colocasse desde o início alguns problemas relativamente aos seus objectivos (refiro-me aqui aos objectivos que determinariam os conteúdos a leccionar, que põem em jogo o teor ou natureza da disciplina – trata-se portanto mais propriamente de orientações e não tanto ainda dos objectivos específicos e faseados a alcançar com a sucessão das aulas). Estes foram problemas que eu encarei como problemas teóricos, mais do que prático-didácticos, e que portanto me deviam interessar a mim, enquanto docente da disciplina, sem serem necessariamente transmitidos aos estudantes antes de estes dominarem os aspectos básicos da área. De qualquer forma o problema era o seguinte: pareceu-me, desde que comecei a leccionar a disciplina, e parece-me ainda hoje, que a existência das ciências da linguagem coloca um

desafio à filosofia da linguagem. Encontramo-nos numa situação em que existe cada vez mais investigação científica sobre a linguagem e em que existem cada vez mais dados disponíveis na linguística, na psicologia, na neurociência e em estudos formais e computacionais sobre linguagens. O filósofo demasiado disponível a especular arrisca-se a embater contra dados e teorias formais e empíricas de forma mais ou menos vã. A atenção dedicada ao contraste entre Ciências da Linguagem e Filosofia da Linguagem no curso que se segue é, neste manual, a marca destas reflexões e considerações: não me parece razoável que um estudante de filosofia da linguagem proveniente da Filosofia ignore alguns mínimos das ciências da linguagem que de resto servem de estímulo a muita da filosofia da linguagem contemporânea. Mas também não me parece que os estudos científicos, empíricos ou formais, da linguagem substituam a filosofia. Permito-me citar uma passagem da entrevista que fiz em 2005 ao filósofo americano Charles Travis[10]. Travis exprime algo de muito próximo da intuição que me guiou nesta situação: «Bom, ao tentar organizar o curso e os materiais para ensinar filosofia da linguagem, tive obviamente que perguntar a mim próprio quem é que eu pensava estar a fazer o trabalho mais importante acerca de linguagem nesse tempo (*Travis fala dos anos 60 do século XX*). A resposta pareceu-me óbvia: Chomsky e Austin. O problema era saber como encaixá-los num todo coerente. E aí ocorreu-me que Chomsky tem ideias importantes sobre a forma que uma teoria sistemática da linguagem teria, enquanto Austin mostra, entre outras coisas, que se a nossa preocupação é com a verdade, ou mais em geral com o que é dito (*what is said*), então a teoria vai ter que se ocupar com propriedades que não são propriedades de uma linguagem enquanto tal. E pronto, já tinha a pista.»[11]. Reconheço nesta passagem de C. Travis a intuição que orientou a minha ideia de um curso de Filosofia da Linguagem, especificamente de um curso que tivesse em conta o contexto da ciência cognitiva: trata-se de não deixar de oferecer aos estudantes um mapa conceptual das abordagens sistemáticas da linguagem (o caso da Linguística chomskyana é, obviamente, particularmente importante, mas também me parece importante um mínimo de mapeamento das investigações em neurociência, psicologia cognitiva e psicolínguística), sem pretender que elas de alguma forma substituam a filosofia da linguagem. A esta cabe, penso, procurar compreender a

---

[10] A entrevista foi realizada no contexto do Projecto de Investigação *Rationality, Belief, Desire II* (POCI/FIL/55555/2004) e o seu objectivo era chegar à formulação dos princípios de uma teoria da mente e da linguagem.

[11] Charles Travis, O que pode a filosofia dizer à psicologia?, em *Intelectu* 11, www.intelectu.com, Novembro de 2005.

forma geral das relações pensamento-linguagem-mundo, bem como analisar em que consiste o entendimento ou conhecimento de linguagem, tal que nos permite ter pensamentos específicos acerca de coisas no mundo, referi-las, identificá-las, caracterizá-las e partilhar pensamentos com outros humanos.

Algumas obras têm sido para mim fundamentais na leccionação da filosofia da linguagem, e foram-no também na elaboração deste manual. Relativamente à filosofia, as referências de enquadramento de que me servi aparecem na Bibliografia Geral, e são basicamente manuais e antologias de filosofia da linguagem (por exemplo Lycan 1999, Hale & Wright 1997, Martinich 1990, Kim & Sterelny 1999, Devitt & Hanley 2006, Lepore & Smith 2006). Eles têm diferentes graus de dificuldade e aprofundamento[12]. Quanto a manuais e obras de referência para a área das ciências da linguagem tive em consideração sobretudo Fromkin & Rodman 1993, Gazzaniga, Ivry & Mangun 1998 e Baker 2001, além da obra de Chomsky.

O manual tem a forma de apresentação de um curso, constituído por vinte e seis lições. O curso é centrado em aulas práticas. Um grande número das aulas fulcrais do curso é dedicado ao contacto directo com textos clássicos, especialmente os textos dos três autores centrais, Gottlob Frege, Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein (mais especificamente, e respectivamente, *Über Sinn und Bedeutung, On Denoting, Tractatus Logico-Philosophicus* e *Investigações Filosóficas*). Pelo menos esses textos devem acompanhar o presente manual no estudo introdutório da filosofia da linguagem que aqui se propõe. As edições de referência aparecem na Bibliografia Geral. Nas lições que compõem o curso incluo material didáctico real – nomeadamente esquemas e guiões – especialmente elaborado para a leccionação de Filosofia da Linguagem na FLUP. É

[12] Dos manuais referidos, aquele que tem vindo a ser considerado pelos alunos nos últimos anos como o mais simples e útil é o manual de William Lycan, *Philosophy of Language – a contemporary introduction* Os conteúdos do manual de Lycan são os seguintes: Capítulo 1: Introdução: sentido e referência. **Parte I: Referência e referir.** Capítulo 2: Descrições Definidas. Capítulo 3: Nomes Próprios: a teoria descritivista, Capítulo 4: Nomes Próprios: referência directa e teoria causal-histórica. **Parte II: Teorias do sentido**. Capítulo 5: Teorias tradicionais do sentido. Capítulo 6: Teorias do uso. Capítulo 7: Teorias psicológicas: o programa de Grice. Capítulo 8: Verificacionismo. Capítulo 9: Teorias verocondicionais: o programa de Davidson, Capítulo 10: Teorias verocondicionais: mundos possíveis e semântica intensional. **Parte III: Pragmática e Actos de Fala** Capítulo 11, Pragmática semântica, Capítulo 12, Actos de fala e força ilocucionária, Capítulo 13, Relações implicativas, **Parte IV: O lado negro:** Capítulo 14: Metáfora. Glossário. Bibliografia. O manual de Lycan foi sempre recomendado como apoio à cadeira de Filosofia da Linguagem na FLUP – o principal defeito que é possível apontar-lhe é o facto de deixar de lado a riqueza histórica da área.

através desse material e a partir da identificação de objectivos específicos para cada aula ou grupo de aulas que o curso é desenvolvido. Pensei nos Guiões e Esquemas também como um espaço de manobra e de liberdade para quem possivelmente utilize este livro para leccionar um curso ou para estudar por si próprio – a partir deles podem ser feitas explorações diversas. Incluo ainda uma listagem de temas a propôr aos alunos como trabalhos de investigação e também provas escritas de avaliação final. Finalmente incluo uma bibliografia geral que pretende apoiar o estudo na área, na qual aparecem também, nos diferentes pontos (ex: Frege, ou Wittgenstein), os endereços de alguns *sites* a partir dos quais é possível iniciar pesquisas.

As últimas explicações contextuais acerca da origem do presente manual confundem-se com agradecimentos. Desde que comecei a leccionar Filosofia da Linguagem na FLUP pude contar com a ajuda valiosa de outras pessoas. Antes de mais, agradeço ao meu colega João Alberto Pinto, que actualmente lecciona também Filosofia da Linguagem na FLUP, pelas muitas conversas acerca dos assuntos que aqui são apresentados. Agradeço também à Professora Adriana Silva Graça, da FLUL, que pôs à minha disposição a sua própria experiência de leccionação de Filosofia da Linguagem, nomeadamente facultando-me informações essenciais sobre recursos bibliográficos fundamentais, tais como antologias e manuais. Num primeiro momento a existência deste modelo concreto foi muito importante. Mais recentemente, o Professor Ricardo Santos, do Instituto de Filosofia da Linguagem da FCSH-UNL e da Universidade de Évora, forneceu-me valiosos elementos relativos à disciplina de Filosofia da Comunicação, que leccionou na Licenciatura em Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, no 2º semestre do ano lectivo de 2004/2005. Estes dados, bem com o contacto directo com várias actividades na área da filosofia da mente e da linguagem do Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova, dirigido pelos Professores António Marques e João Sáàgua, foram decisivos para a forma como o meu entendimento da filosofia da linguagem foi evoluindo ao longo dos últimos anos.

Não posso deixar de agradecer finalmente aos estudantes que ao longo destes anos se deixaram entusiasmar pelos temas e autores estudados em Filosofia da Linguagem – eles foram muito importantes para o constante ajustamento do curso, e, sobretudo, em larga medida responsáveis pelo prazer envolvido na leccionação deste.

Sofia Miguens

Porto, 30 de Março de 2007

Introdução

As referências históricas centrais do curso de filosofia da linguagem que em seguida se apresenta são as obras de Gottlob Frege (1848-1925), Bertrand Russell (1872-1970) e Ludwig Witttgenstein (1889-1951). Assume-se que é nas obras desses autores que se define a problemática da filosofia da linguagem a que se pode chamar contemporânea (se considerarmos o estado actual da disciplina, é mais apropriado dizer que é aqui que se constitui uma *pré-história* da filosofia da linguagem contemporânea). Estes autores são ainda exemplos paradigmáticos de uma nova forma de abordar os problemas tradicionais da filosofia a que se convencionou chamar 'filosofia analítica'.

O objectivo central do curso é uma introdução ao tratamento dos temas do sentido e da referência, e, mais em geral, da relação entre a linguagem, o pensamento e o mundo através do estudo de textos fulcrais de G. Frege, B. Russell e L. Wittgenstein. Conhecer a história da filosofia da linguagem no período em causa permitirá aos estudantes reconhecer a forma como problemáticas contemporâneas nela radicam, e também compreender as relações da filosofia da linguagem com a história da filosofia analítica. Na medida em que a filosofia da linguagem é central sobretudo na tradição analítica, é a esta que é dedicada a quase totalidade do curso, sendo a Parte II aquela que deve ser mais extensamente leccionada, de acordo com o modelo de curso aqui proposto, a partir da análise prática de obras e artigos.

De modo a contextualizar a orientação principal (Parte II), o curso é iniciado com uma referência aos estudos científicos da linguagem (Parte I). Pretende-se que os estudantes identifiquem e comparem abordagens filósoficas e científicas da linguagem. Para que os estudantes compreendam o contexto filosófico mais geral das investigações da filosofia da linguagem realizadas no âmbito da filosofia analítica, o curso é concluído com uma breve referência à teoria da linguagem no âmbito de outras tradições filosóficas (Parte III). Em geral, o curso tem três grandes objectivos práticos: pretende-se que o estudante (i) se torne capaz de abordar investigações contemporâneas sobre a linguagem e que o faça a partir de bases históricas, (ii) conheça directa e profundamente os textos clássicos analisados nas aulas, (iii) realize trabalhos de investigação.

A Parte I do curso intitula-se *«Filosofia da linguagem e ciências da linguagem»*. Através dela pretende-se caracterizar e contrastar as perspectivas da filosofia

da linguagem e das ciências da linguagem, bem como introduzir terminologia básica para o estudo da linguagem (sintaxe, semântica, pragmática, línguas naturais e linguagens formais, competência e performance, uso e menção, frases, proposições, elocuções, paráfrase, ambiguidade, afasias, etc)[1]. A perspectiva da filosofia da linguagem propriamente dita é caracterizada através do problema das relações pensamento-linguagem-mundo e de uma primeira referência a G. Frege (nomeadamente à ideia de uma 'Begriffsschrift', ou escrita conceptual (um sistema de lógica), e ao Princípio do Contexto).

N. Chomsky é, neste curso, a figura central para a caracterização da perspectiva das ciências da linguagem. A sua obra é essencial para a revolução em linguística que coloca esta como uma ciência cognitiva e que relaciona o estudo da mente-cérebro com o estudo de linguagens formais. Ainda procurando exemplificar a perspectiva das ciências da linguagem são fornecidos alguns dados elementares do âmbito da neurociência da linguagem e são brevemente contrastadas as características da linguagem humana e de linguagens animais. Finalmente introduz-se a perspectiva da psicolinguística, através da referência a questões relativas a léxico mental, redes semânticas e modelos de produção e de comprensão da fala.

Começar pelas ciências da linguagem torna possível mostrar concretamente o que faz da linguagem um objecto filosófico por contraste com um objecto científico como outro qualquer (sendo que *a linguagem é também um objecto científico como outro qualquer*, acerca do qual sabemos cada vez mais e esse facto é filosoficamente muito interessante). Pretende-se fazer emergir de forma con-

---

[1] O apoio didáctico básico recomendado para esta parte do curso é o conhecido manual de Victoria Fromkin e Robert Rodman, *Introduction to Language*. Os conteúdos do manual de Fromkin e Rodman são os seguintes: Parte I – A Natureza da Linguagem Humana. Capítulo 1 – O que é a linguagem? Parte II – Aspectos gramaticais da Linguagem. Capítulo 2 – Morfologia: as palavras da linguagem. Capítulo 3 – Sintaxe: os padrões de frase da linguagem. Capítulo 4 – Semântica: os significados da linguagem. Capítulo 5 – Fonética: Os sons da Linguagem. Capítulo 6 – Fonologia: os padrões de som da Linguagem. Parte III – Aspectos Sociais da Linguagem. Capítulo 7 – Linguagem na Sociedade. Capítulo 8 – Mudança na Linguagem: as sílabas do tempo. Capítulo 9 – Escrita: os ABCs da Linguagem. Parte IV – Aspectos Biológicos da Linguagem. Capítulo 10 – Aquisição da Linguagem. Capítulo 11 – Processamento Humano: cérebro, Mente e Linguagem. Parte V – A Linguagem na Idade dos Computadores. Capítulo 12 – Processamento Computacional da Linguagem Humana. O manual é de resto também utilizado no contexto dos Estudos Linguísticos na FLUP, e foi enquanto tal que a ele cheguei. Foram aliás várias as ocasiões, esta é apenas uma delas, em pude contar com a ajuda de colegas linguistas da FLUP para a leccionação da Filosofia da Linguagem. Agradeço aqui especialmente a João Veloso, Fátima Silva, Fátima Oliveira e Joaquim Barbosa.

creta, por comparação, aquilo que é especificamente filosófico nos estudos da linguagem: as questões semânticas e pragmáticas em torno do sentido, da referência e da verdade, pondo em jogo relações com a lógica, a filosofia da mente, a epistemologia e a metafísica.

A possibilidade de uma dupla abordagem, científica e filosófica, da linguagem que o presente curso assume convoca uma ideia que os estudantes devem trazer de Filosofia do Conhecimento: a ideia quineana de epistemologia naturalizada. A questão que se colocava perante a sugestão de W. V. Quine (1969, *Epistemology Naturalized*) era saber se a epistemologia deve continuar enquanto tarefa filosófica ou se seria imperativa uma passagem de testemunho à ciência para a abordagem de assuntos que historicamente pertenceram à filosofia. Quine pensava então na psicologia; neste caso o problema coloca-se quanto às ciências da linguagem. O problema coloca-se para a teoria da linguagem, como se coloca para a filosofia do conhecimento e a filosofia da mente, mas a filosofia da linguagem é, talvez, de todas estas disciplinas a melhor posicionada para lhe dar uma resposta. A minha convicção é que existem, na filosofia da linguagem (tal como, de resto, na epistemologia e na filosofia da mente), boas razões para se procurar evitar as tentações de sinal inverso em filosofia que são o apriorismo e o cientismo. É fundamental por isso ter exemplos concretos do que constitui uma abordagem científica e uma abordagem filosófica (do conhecimento / cognição, num dos casos, da linguagem no outro), se queremos vir a pensar na forma como estas abordagens se relacionam. Penso que o facto de ambas as perspectivas serem possíveis e o facto de serem diferentes apenas enriquece o tratamento dos temas do conhecimento e da linguagem, constituindo além do mais uma marca específica da filosofia contemporânea da mente, do conhecimento e da linguagem.

A Parte II do curso intitula-se *«Sentido e referência: história da filosofia da linguagem»*. Num primeiro momento pretende-se caracterizar o projecto filosófico geral de Frege de forma a poder chegar a ver como este projecto se relaciona com as teses acerca de sentido e referência avançadas em *Über Sinn und Bedeutung* (1892). Em termos práticos é aqui requerido um estudo sistemático de *Über Sinn und Bedeutung*. Tal estudo passará necessariamente pela compreensão do Puzzle de Frege acerca de identidade, e pela compreensão das propostas específicas avançadas por Frege acerca do sentido e referência de termos singulares, frases assertivas simples e frases compostas.

O estudo das contribuições de B. Russell à filosofia da linguagem é iniciado com uma análise da filosofia do atomismo lógico, que constitui o pano de fundo da Teoria das Descrições Definidas. Passa-se em seguida à própria Teoria das

Descrições Definidas, cuja exposição culmina com a diferença defendida por Russell entre 'referir' e 'denotar'. É aqui requerido um estudo sistemático de *On Denoting* (1905), artigo no qual Russell propõe a sua Teoria das Descrições Definidas, ela própria um paradigma da filosofia dita 'analítica'. Conclui-se com uma comparação entre Frege e Russell, em termos quer de ontologia quer de epistemologia. Finalmente são introduzidas de forma esquemática, devido à sua grande importância na filosofia da linguagem mais recente, as críticas das teorias da referência directa às teorias descritivistas de Frege e Russell.

O estudo de Wittgenstein inicia-se com a análise da teoria da linguagem como modelo (*Bild*), por vezes também chamada teoria pictórica da linguagem, avançada no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Procura-se identificar as principais teses do *Tractatus* relativamente à natureza da linguagem, do pensamento e do mundo, bem como caracterizar o estatuto da lógica e do sujeito filosófico na obra. As teses básicas defendidas acerca destes dois últimos temas são que as proposições da Lógica, embora constituam o 'andaime' do pensamento e do sentido, nada dizem, i.e. são puramente analíticas, vazias de sentido ('tautologias', na terminologia posta a uso por Wittgenstein); quanto ao sujeito filosófico, ele 'não faz parte do mundo', sendo antes um 'limite do mundo' (isto deve ser relacionado com uma das ideias emblemáticas do *Tractatus*, a ideia de acordo com a qual 'os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo').

Segue-se a análise da teoria do significado como uso tal como esta é avançada nas *Investigações Filosóficas* (1953). São tratadas questões relativas a linguagem privada, seguir-regras, pluralismo e pragmatismo.

Após o estudo das duas principais obras de Wittgenstein, o curso procura oferecer uma panorâmica da 'filosofia da linguagem depois de Wittgenstein'. São caracterizadas duas vias: a via da linguagem comum, que conduz de Wittgenstein à teoria dos actos de fala e à pragmática, e uma outra via, que conduz da influência do *Tractatus* sobre o Positivismo Lógico aos programas de W. V. Quine e D. Davidson. Introduz-se ainda um tema específico, a natureza do significado não literal, sendo nesse contexto caracterizadas várias teorias da metáfora.

Na Parte III, intitulada *«Filosofia não analítica da linguagem»*, procura-se mostrar esquematicamente a forma que problemas filosóficos acerca da linguagem assumem na tradição não analítica. Para isso caracteriza-se brevemente o estatuto da linguagem nos projectos filosóficos de M. Heidegger, J. Habermas, M. Foucault e J. Derrida.

Uma vez que o núcleo do curso é a Parte II, interessa especificar um pouco melhor o espírito que a rege. A ideia fundamental é a seguinte. É possível

identificar e caracterizar uma dupla via na história da filosofia da linguagem contemporânea; podemos chamar a uma das vias *Filosofia da linguagem ideal* e a outra *Filosofia da linguagem comum*[2]. A primeira é representada neste manual por Frege, Russell e pelo primeiro Wittgenstein, o Wittgenstein do *Tractatus Logico-Philosophicus*. A segunda será representada pelo Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* e pelas referências à teoria dos actos de fala e ao programa de Grice.

A dupla via na história da filosofia da linguagem contemporânea (*Filosofia da linguagem ideal, Filosofia da linguagem comum)* pode ser caracterizada, em traços largos, da seguinte forma. Na tradição da linguagem ideal, procura-se esclarecer através de meios formais a natureza das linguagens naturais, sendo a noção de condições de verdade e a abordagem verocondicional (*truth conditional*) essenciais. Considera-se que uma linguagem é um sistema de regras ou convenções em função das quais certas combinações de símbolos contam como frases significativas e bem formadas. Considera-se que o significado (*meaning*) de uma frase é determinado pelo significado das partes; o significado de uma frase declarativa, determinado pelo significado dos seus constituintes, é equacionado com as condições de verdade. Conhecer o significado de uma frase é, assim, saber quais são as circunstâncias específicas nas quais essa frase seria verdadeira; conhecer uma linguagem é conhecer uma teoria através da qual é possível estabelecer dedutivamente as condições de verdade de qualquer frase da linguagem.

Do outro lado encontramos a ideia segundo a qual características importantes das línguas naturais não são capturadas mas antes ocultadas pelo tipo de abordagem lógica iniciada por pessoas como Frege e Russell e que esteve na origem da Filosofia da linguagem ideal. De facto esta ideia está já no segundo Wittgenstein. Para esta outra tradição, noções pragmáticas tais como 'força ilocutória' (J. Austin) e 'implicatura conversacional' (P. Grice) tornam-se fundamentais para pensar na natureza da linguagem. Um dos pontos fulcrais aqui é a ideia segundo a qual não podemos falar das noções semânticas centrais – referência e verdade – fazendo abstracção do uso e do contexto. A consideração desta dupla via é uma chave útil para compreender a filosofia da linguagem que se faz hoje, por exemplo a grande importância que assumem os debates entre contextualistas e anti–contextualistas[3].

---

[2] Utilizo a classificação de F. Récanati (Récanati 2004: 1).

[3] O lado anti-contextualista é também chamado 'literalismo' pelos adversários e 'minimalismo semântico' pelos próprios (cf. H. Cappelen & E. Lepore 2005).

Utilizei até aqui a distinção entre semântica e pragmática de uma forma pré-teórica e intuitiva. O problema é que, como frequentemente acontece, em resultado do trabalho sobre intuições pré-teóricas estas pura e simplesmente desaparecem – um exemplo muito importante que subjaz a esta dupla via da Parte II do curso é o da semântica e da pragmática. Olhando para a questão de forma institucional e académica, vemos que a Semântica formal e a Pragmática são, hoje, disciplinas quase autónomas relativamente à filosofia (muitas das pessoas que as praticam preferem intitular-se linguistas ou cientistas cognitivos). A Semântica e a Pragmática são, além do mais, bastante independentes entre si. A Semântica formal, que utiliza as técnicas da lógica formal para iluminar o significado de frases em linguagem natural, tem sido extraordinariamente importante na linguística nas últimas décadas; a Pragmática é fundamental, nomeadamente, nos estudos acerca de comunicação e cognição. No entanto a própria questão da interface semântica / pragmática está hoje no centro dos debates em filosofia da linguagem. Uma das considerações globais sobre o núcleo do curso aqui apresentado é precisamente essa: a história da filosofia da linguagem permite-nos compreender a razão por que a fronteira teórica entre semântica e pragmática está em aberto, nos nossos dias; de facto, tomar a distinção como ponto de partida oculta um diferendo filosófico efeverscente.

Para terminar, não posso deixar de explicitar a minha própria motivação teórica na elaboração deste curso de filosofia da linguagem, a qual está, penso, expressa nas citações de G. Frege e D. Davidson que escolhi como epígrafes. Frege afirma em *Über Sinn und Bedeutung:* «Die Vorstellung unterscheidet sich dadurch von dem Sinne eines Zeichens, welcher gemeinsames Eigentum von vielen sein kann und also nicht Teil oder Modus der Einzelseele ist, denn man wird wohl nicht leugnen können dass die Menschheit einen gemeinsamen Schatz von Gedanken hat den sie von einen Geschlecht auf das andere überträgt.» (*«a representação distingue-se, por tal razão, do sentido de um sinal, o qual pode ser propriedade comum de muitos, e portanto não é uma parte ou modo da mente individual, pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração para outra*[4]»). *Über Sinn und Bedeutung* é o primeiro texto filosófico fundamental estudado no presente curso, e o ponto de partida para a investigação acerca da natureza da linguagem que aqui se propõe. Nele Frege sublinha a possibilidade, que todos reconhecemos, de uma 'comunidade de pensamento' entre os humanos, distinta dos estados

[4] Tradução de Paulo Alcoforado; edição utilizada nas aulas da disciplina.

das mentes individuais. Em termos mais contemporâneos procuraríamos talvez capturar este carácter 'comum' do pensamento notando a possibilidade da comunicação. Deslocando o nosso foco de interesse para a comunicação, vemos por exemplo que pessoas fluentes numa mesma língua comunicam de forma surpreendentemente simples acerca das coisas no mundo, e que, de facto, a quase totalidade de actividades humanas depende desta possibilidade. A linguagem deve ser importante no estabelecimento dessa 'comunidade de pensamento' entre mentes individuais, e uma parte importante da tarefa da filosofia da linguagem é compreender como é isso possível. No entanto, e daí o meu interesse pela justaposição de Frege e Davidson, este será um fenómeno especialmente difícil de compreender, se, como afirma Davidson, em *A Nice Derangement of Epitaphs,* «There's no such thing as a language, not if a language is anything like what many philosophers and linguists have supposed. There is therefore no such thing to be learned, mastered, or born with» (*«não existe uma coisa tal que seja uma língua, não se uma língua for o tipo de coisa que muitos filósofos e linguistas supuseram. Não existe consequentemente uma coisa tal para ser aprendida, dominada, ou inata»*[5]). Davidson faz esta afirmação no contexto da chamada 'interpretação radical'. O seu ponto é que não existem 'Línguas', objectos abstractos sustentando-se de alguma forma na existência independentemente dos falantes concretos e das mentes e enunciações destes. Davidson pensa de resto que não é realmente necessário que existam Línguas, ou conhecimento partilhado de significação convencional, para que exista comunicação; basta uma teoria de passagem (*passing theory)* do falante, adequada às suas intenções acerca de como as suas palavras devem ser entendidas, tal como se reflecte nas suas disposições no momento em que produz elocuções (*utterances).* Mas se não existe uma coisa tal que seja uma língua, i.e. algo que está aí, sustentando-se de alguma forma na existência independentemente dos falantes concretos e das mentes e enunciações destes, e se apesar de tudo a comunicação é bem sucedida, não sendo por isso necessário algo para ser partilhado, aprendido, algo relativamente ao qual os individuos seriam geneticamente dotados e que conheceriam antes de comunicarem entre si, como será possível a 'comunidade de pensamento' de que fala Frege? Como é possível, por outro lado, (pensando agora um pouco menos em Frege, uma vez que os interesses de Frege desviam a nossa atenção das mentes individuais para entidades abstractas a que chamará os 'pensamentos'), este domínio do *querer-dizer*[6] que enquanto

---

5 A tradução é minha, a partir da versão original.

6 Traduzo assim *to mean.*

indivíduos experimentamos, este facto de, aparentemente, interiormente, o facto de nós sabermos o que pensamos assumir a forma de sabermos o que queremos-dizer? Como é isso possível, se não podemos supor qualquer coisa como significação estável e fixada nas linguagens naturais, disponível para ser tomada e usada pelos falantes (ou sequer a existência de línguas como 'o Português, ou 'o Inglês'[7])? Eu sei, cada um de nós sabe, o que as minhas palavras e frases significam. Mas o facto de eu querer-dizer alguma coisa com as minhas próprias palavras não é nem um assunto puramente privado (no sentido em que não encontraremos algo como uma iniciação solipsística e arbitrária do querer-dizer), nem um assunto puramente público (no sentido em que não encontraremos entidades abstractas que seriam as línguas naturais independentemente dos falantes, com significados fixados, que seriam aprendidos, convocados e instanciados pelos falantes nas enunciações). Grande parte da nossa vida mental envolve pensamentos com conteúdo objectivo, partilhável, para falarmos como Frege (penso em 'pensamentos' no sentido em que aquilo que aqui interessa envolve pretensões epistémicas, não estou a falar de *qualia*, de uma suposta subjectividade puramente fenoménica – teríamos no mínimo que argumentar primeiro que é isso que a subjectividade essencialmente é). Analisar algumas das teorias que nos permitem compreender esta condição é um objectivo central deste curso. O ponto de partida para a análise do querer-dizer concretizado em pensamentos é precisamente a nossa experiência de produzir e compreender linguagem. Essa é a experiência da qual neste curso se parte, e uma experiência que partilhamos. Compreender tal experiência, bem como evidentemente, procurar compreender o que fazemos quando fazemos análise de conceitos – uma tarefa incontornável na filosofia –, são, creio, algumas das razões essenciais pelas quais o estudo filosófico da linguagem é fundamental.

---

[7] Como fiz notar, em *A Nice Derangment of Epitaphs* Donald Davidson chegou a afirmar provocatoriamente 'There's no such thing as a language'. Esse desafio consiste na prática em constatar que a ideia de uma língua-E determinada, tal como o Português ou o Inglês, é mais uma decisão política do que qualquer outra coisa: não está 'lá fora no mundo' nada, auto-subsistindo para ser aprendido pelos falantes que viremos a caracterizar como 'falando uma mesma língua', língua a que devamos chamar 'o Português' ou 'o Inglês'. O desafio merece ser considerado e é de resto levado a sério pelos linguistas empíricos. De qualquer modo parece-me uma questão absolutamente incontornável para a filosofia da linguagem.

PARTE I

Filosofia da linguagem e ciências da linguagem

Lição 1 Apresentação e introdução aos temas da disciplina

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer as linhas gerais do curso e tomar conhecimento do espírito da disciplina
- Conhecer as referências bibliográficas mais gerais da disciplina
- Identificar algumas obras da história da filosofia nas quais são tratados problemas de linguagem
- Relacionar o seio da discussão 'contemporânea' em Filosofia da Linguagem com o princípio da arbitrariedade, o princípio fregeano do contexto e o princípio da composicionalidade
- Problematizar a relação da filosofia da linguagem com as ciências da linguagem
- Identificar temas da actual agenda de investigação em filosofia da linguagem

Que tipo de teoria ou de disciplina filosófica é a filosofia da linguagem? Neste manual tratar-se-á sobretudo daquilo a que *hoje* chamamos filosofia da linguagem. No entanto, ideias acerca da natureza da linguagem têm sido discutidas desde os inícios da Filosofia. Por exemplo Platão (c.429-347 a.C.), no seu diálogo *Crátilo*, Aristóteles (384-322 a.C.) nas *Categorias* e em *Da interpretação*, J. Locke (1632-1704) no *Ensaio sobre o Entendimento Humano* e J. J. Rousseau (1712-1778) no *Ensaio sobre a origem das línguas* defenderam ideias sobre a natureza da linguagem. Platão perguntou-se se as palavras significariam intrinsecamente alguma coisa ou se seriam apenas símbolos convencionais. Nas *Categorias* Aristóteles analisou a natureza do acto de dizer alguma coisa acerca de alguma coisa e considerou a forma como termos simples (sujeitos e predicados) se combinam de modo a formar asserções; apontou ainda as substâncias primeiras (indivíduos, como *este homem* e *este cavalo*) como os sujeitos das predicações. Em *De Interpretatione* analisou as relações entre as palavras, as ideias na alma e as coisas no mundo, considerando que as palavras faladas são símbolos das afecções da alma, as palavras escritas são símbolos das palavras faladas, e as afecções da alma são imagens das coisas (ele considerava que as palavras escritas e faladas não são as mesmas para todos os homens, mas as afecções da alma sim). No *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1689) Locke analisou a forma como palavras 'exprimem' ideias, sendo estas entidades subjectivas que existem nas mentes dos humanos anteriormente à linguagem. No *Ensaio sobre a origem das línguas* (1781) Rousseau especulou acerca da origem

das línguas humanas nas paixões, bem como acerca da proximidade entre as línguas humanas e a música.

Apesar de todas estas sugestões filosóficas acerca da natureza da linguagem, para o propósito deste curso considerar-se-é que a filosofia da linguagem a que se pode chamar propriamente 'contemporânea' tem início com a obra do matemático e filósofo alemão Gottlob Frege (1848-1925), por razões que se procurará explicitar. O âmbito temporal de desenvolvimento da filosofia da linguagem que vai ser mais especificamente analisado em grande parte deste curso situa-se entre Frege e Wittgenstein, e os temas tratados são a natureza do sentido e da referência, ou, em geral, as relações pensamento-linguagem-mundo. É possível defender que é no tratamento desses temas no período seleccionado e pelos autores referidos que se encontram as origens das discussões contemporâneas em Filosofia da Linguagem. Para todos os efeitos, considerar-se-á como marcas da abordagem contemporânea as seguintes três ideias: *um princípio de arbitrariedade* (basicamente a ideia segundo a qual a associação entre os sons e as marcas usados para significar coisas e os significados eles próprios é arbitrária, i.e. as palavras não significam intrinsecamente), *o princípio fregeano do contexto* (a formulação deste será analisada ao longo do curso, mas basicamente trata-se da ideia segundo a qual palavras não significam isoladamente mas apenas no contexto de frases) e *um princípio de composicionalidade* (a ideia segundo a qual o nosso entendimento das frases como todos, seja ele o que for, está dependente do nosso entendimento das partes componentes). É nestas condições que se procura, em geral, na filosofia contemporânea da linguagem, explicar como pode alguma coisa significar alguma coisa.

Há algumas décadas (por volta dos anos 70 do século XX) era bastante comum (hoje é menos) considerar a filosofia da linguagem como disciplina fundamental na filosofia analítica. É interessante procurar explicar as razões para a atribuição de tal importância, mesmo se dificilmente se encontra hoje alguém que defenda que a filosofia da linguagem é realmente uma 'filosofia primeira', no sentido em que questões metafísicas, epistemológicas ou de filosofia da mente deveriam ser reformuladas nos termos da filosofia da linguagem. Procurar-se-á no entanto ao longo deste curso compreender por que razões tal pretensão pôde ser defendida.

Na medida em que os filósofos não estão hoje de forma alguma isolados no estudo da linguagem – são várias as disciplinas científicas em que este estudo é levado a cabo (por exemplo a linguística e a neurociência) –, parece ser uma pré-condição para se falar de filosofia da linguagem distinguir a abordagem teórica que lhe é característica de outras abordagens teóricas da linguagem.

Qual será a especial prerrogativa de um filósofo para estudar a linguagem? Em que sentido é que aquilo que um filósofo faz é diferente daquilo que um psicólogo, um linguista ou um neurocientista fazem, quando também eles estudam a linguagem? Quais são os motivos ou razões para o interesse pelo estudo da linguagem? Motivos de ordem diferente estarão na origem de abordagens disciplinares distintas? O esquema abaixo (Esquema 1) lista alguns desses diferentes motivos ou razões.

ESQUEMA Nº 1

Razões para o interesse pelo estudo da linguagem

1. A linguagem é uma característica exclusiva dos humanos. Logo, o seu estudo permitirá saber algo sobre a especificidade humana (se quisermos ser um pouco mais grandiloquentes, sobre a 'natureza humana').
2. Determinados problemas surgem devido a crenças falsas sobre a estrutura da linguagem. Logo, compreender a estrutura da linguagem ajudar-nos-á a resolver ou evitar esses problemas. Por exemplo, perante a frase *'Ninguém vem pela rua abaixo'* podemos pensar que ninguém é alguma coisa que existe, tal como João, e que vem pela rua abaixo. Perante a frase *'A Justiça é uma virtude'* podemos pensar que a justiça é uma coisa concreta, actual, individuada. Perante a frase *'O actual Rei de França é calvo'* podemos pensar que a entidade nomeada, o actual Rei da França, é uma entidade existente, acerca da qual podem ser ditas coisas verdadeiras e coisas falsas. Perante a frase *'Julieta, tu és o meu sol!,'* pronunciada por Romeu, podemos pensar que Julieta é uma bola de fogo gigantesca.
3. Na medida em que a linguagem reflecte a estrutura da realidade, estudar a estrutura da linguagem é uma forma de estudar a estrutura da realidade
4. A linguagem é interessante por si própria, devidos aos fenómenos fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintácticos, semânticos e pragmáticos que envolve.
5. A linguagem parece estar intimamente ligada àquilo que um indivíduo é capaz de pensar: por exemplo lesões cerebrais específicas conduzem a défices de linguagem específicos. Logo, o estudo da linguagem tem uma enorme relevância para o estudo da mente e da arquitectura cognitiva.

Se pensarmos um pouco, veremos que as razões 2 e 3 foram historicamente muito importantes para o interesse pela linguagem no âmbito da filosofia (podemos pensar no que fizeram Platão, Aristóteles ou Wittgenstein). A razão 2 é bastante importante na história da filosofia analítica: a ideia de uma *forma lógica* a ser encontrada 'por baixo' da linguagem natural – mesmo sem problematizarmos ainda excessivamente o seu estatuto – está presente desde os iní-

cios desta. A razão 3 corresponde a uma visão com uma larga história, estando presente por exemplo em Platão (*Crátilo)*, Aristóteles (*Categorias*), mas também, com roupagem mais actualizada, em Wittgenstein, no *Tractatus Logico-Philosophicus,* uma obra que será estudada mais à frente neste curso. Ela vai ter à ideia de uma 'análise lógica da linguagem'. De qualquer forma, são em geral as questões abstractas acerca da relação linguagem-pensamento-mundo que tendem a captar o interesse dos filósofos.

As razões 1, 4 e 5, por seu lado, motivam investigações empíricas e formais em várias disciplinas científicas. O tratamento da linguagem nessas disciplinas alcança hoje um alto grau de sofisticação técnica e metodológica. Também por essa razão, a filosofia da linguagem, e também outras disciplinas da filosofia, tais como a filosofia da mente e a epistemologia, podem ter muito a ganhar com a interacção com as investigações científicas da linguagem. A Parte I do curso pretenderá, também por essa razão, fornecer um mapeamento mínimo de abordagens da linguagem noutras disciplinas que não a filosofia. A Parte II, por seu lado, será fundamentalmente dedicada a três autores, Frege, Russell e Wittgenstein. Frege, Russell e Wittgenstein são autores fundamentais na filosofia analítica. São, historicamente, os seus fundadores, e são em larga medida filósofos da linguagem; o estudo dos escritos de Frege, Russell e Wittgenstein funciona por isso naturalmente como uma iniciação à filosofia da linguagem. Através deles é fácil ver até que ponto a filosofia da linguagem é ela própria fundamental na história da filosofia analítica. Quando falo aqui de filosofia da linguagem tenho em mente a tradição analítica; no entanto, a verdade é que nem sempre que se fala, em geral, de 'filosofia da linguagem', se tem em mente esta. Precisamente para que se compreenda que a tradição analítica nos oferece uma forma específica de tratar filosoficamente a linguagem, farei referência, no fim do curso a alguns filósofos contemporâneos não analíticos que conceberam os seus projectos filosóficos como girando em torno da linguagem.

Ao estar centrado em Frege, Russell e Wittgenstein, o curso visará os primórdios da Filosofia da Linguagem a que se pode chamar contemporânea, o que quer dizer que não serão directamente tratados os temas da filosofia da linguagem mais recente. De qualquer forma, e em geral, hoje como nos primórdios da disciplina, os filósofos da linguagem lidam com teorias do sentido e teorias da referência, tendo por isso também que considerar teorias da verdade (para uma primeira classificação destas, cf. o Esquema nº 2 abaixo).

ESQUEMA Nº 2

Temas de filosofia da linguagem – uma classificação inicial: Teorias do significado, teorias da referência e teorias da verdade

TEORIAS DO SIGNIFICADO[1]

1. Teorias tradicionais (mentalistas)
2. Teorias do uso
3. Teorias psicológicas
4. Teorias verificacionistas
5. Teorias verocondicionais (das condições de verdade)

TEORIAS DA REFERÊNCIA[2]

1. Teorias descritivistas
2. Teorias causais ou da referência directa

TEORIAS DA VERDADE[3]

1. Teorias tradicionais
2. Teorias deflaccionistas

Para compreendermos a 'agenda de investigação' da filosofia da linguagem mais recente devemos ter em conta ainda outros assuntos, que pressupõem uma história de discussão em torno dos tópicos básicos anteriores; hoje são

---

1 Cf. Lycan 1999. De uma forma muito genérica: de acordo com (1) significados são ideias nas mentes, de acordo com (2) o significado é o uso, de acordo com (3) significado é o querer-dizer intencional dos falantes, de acordo com (4) o significado de uma frase são as condições de verificação desta, de acordo com (5) o significado de uma frase são as suas condições de verdade.

2 Mais à frente, no presente manual, serão caracterizadas as teorias descritivistas de Frege e Russell e descritos os princípios das teorias da referência directa que se erguem contra elas.

3 O texto de P. Horwich, Teorias da verdade (Branquinho e Murcho 2001, *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*) é usualmente tomado como referência quer em Lógica quer em Filosofia do Conhecimento no 1ºAno da Licenciatura em Filosofia da FLUP. Cabe aqui recordar a classificação das teorias da verdade nele proposta. De acordo com os traços gerais da classificação proposta, segundo as teorias tradicionais a verdade é uma propriedade substancial (por exemplo a *correspondência* entre um portador de verdade (crença, afirmação, frase,...) e um fazedor de verdade (factos, estados de coisas, ...). Segundo as teorias deflaccionistas, a verdade não é uma propriedade substancial (uma teoria deflaccionista defenderá por exemplo que dizer 'p é verdadeiro' não é senão afirmar p). A teoria da verdade como redundância e a teoria da verdade como descitação são exemplos de teorias deflaccionistas.

debatidas por exemplo questões relativas à interface semântica / pragmática, à natureza da composicionalidade, da indexicalidade, dos demonstrativos, questões relativas a contextualismo e do anti-contextualismo (ou em geral a dependência relativamente ao contexto daquilo que é dito (*what is said*)), as relações entre forma lógica e linguagem do pensamento[4], etc. É, ainda assim, nos autores que serão estudados em seguida (sobretudo em Frege e Russell) que se encontra a origem de ideias fundamentais presentes em tais tratamentos.

As ciências da linguagem, por seu lado, como se verá adiante de forma mais específica, visam questões tais como modelos formais das línguas naturais, arquitectura cognitiva, aprendizagem processamento, localizações corticais da linguagem, défices cognitivos específicos da linguagem, etc. Na Bibliografia Específica abaixo encontram-se referências de enquadramento para uma iniciação quer à filosofia da linguagem, quer às ciências da linguagem. Outras referências poderão ser encontradas na Bibliografia Geral.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Ciências da Linguagem

BAKER, Marc C., 2001, *The Atoms of Language: the mind's hidden rules of grammar.* New York, Basic Books.

CHOMSKY, N., 1980, *Rules and Representations.* New York, Columbia University Press e Oxford, Blackwell (excertos em *Behavioral and Brain Sciences* 3 (1980): 1-61, 1980).

CHOMSKY, N., 1986, *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use.* New York, Praeger Publishers, 1986. (trad. Portuguesa: *O Conhecimento da Língua – Sua Natureza, Origem e Uso*, Porto, Caminho, 1994)

FROMKIN, Victoria & RODMAN, Robert, 1993, *An Introduction to Language*, New York, Harcourt Brace.

GAZZANIGA, M., IVRY, R. & MANGUN, G., 1998, *Cognitive Neuroscience. The Biology of the Mind*, New York, Norton (capítulo 8, Language and the brain).

HAUSER, Marc D., CHOMKSY, Noam, TECUMSEH FITCH, W., «The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve?», *Science*, 298, 22 Nov. 2002.

JACKENDOFF, Ray, 2002, *Foundations of Language, Brain, meaning, grammar, evolution.* Oxford, Oxford University Press.

---

[4] Tomo a expressão 'linguagem do pensamento', comum na filosofia da mente e na ciência cognitiva, como significando sistema interno de representações para armazenamento e manipulação de informação.

PINKER, Stephen, 1994, *The Language Instinct.* London, Penguin.

PULVERMÜLLER, Friedemann, 2003, *The neuroscience of language.* Cambridge, Cambridge University Press.

Filosofia da Linguagem

BRNQUINHO, João & MURCHO, Desidério, 2001, *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos, Lisboa,* Gradiva[5].

DEVITT, Michael, & HANLEY, Richard, 2006, *The Blackwell Guide to the Philosophy of Language,* Oxford, Blackwell.

GARCÍA SUÀREZ, Alfonso, 1997, *Modos de significar,* Madrid, Tecnos.

HALE, Bob & WRIGHT, Crispin, 1997, *A Companion to the Philosophy of Language.* Oxford, Blackwell.

LEPORE, Ernie & SMITH, Barry, 2006, *The Oxford Handbook of Philosophy of Language,* Oxford, Oxford University Press.

LUDLOW, Peter, 1997 (ed), *Readings in the Philosophy of Language.* Cambridge MA, MIT Press.

LYCAN, William, 1999, *Philosophy of Language.* London, Routledge.

MARTIN, R., 1987, *The Meaning of Language.* Cambridge MA, MIT Press.

MARTINICH, A.P. (ed), 1990, *The Philosophy of Language.* Oxford, Oxford University Press.

MILLER, Alexander, 1998, *Philosophy of Language.* London, UCL Press.

PÉREZ-OTERO, Manuel, GARCIA-CARPINTERO, Manuel, 2000, *Filosofía del Lenguage,* Textos Docents, Text-Guia. Barcelona, Edicions Universitat de Barcelona.

---

[5] Para assegurar um uso uniforme de vocabulário técnico da área em português, aconselha-se que o curso seja, na sua totalidade, acompanhado por esta obra. À frente encontra-se um Guião (Guião nº 1) que lista as entradas especialmente relevantes da *Enciclopédia* para os assuntos e autores tratados neste curso.

GUIÃO Nº 1

BRANQUINHO, João & MURCHO, Desidério, 2001, Enciclopédia de Termo Lógico-Filosóficos (Filosofia da Linguagem – entradas úteis)

LINGUÍSTICA (elementos de) – anáfora; competência; estrutura profunda; gramática generativa; idioleçto; inatismo; indexicais, língua natural; produtividade.

LÓGICA (elementos de) – cálculo proposicional; conectivo; constante lógica; falsidade lógica; fbf; linguagem formal; lógica de predicados; lógica de primeira ordem; predicado; quantificador; validade; valor de verdade; variável; verdade lógica.

FREGE – Bedeutung; Begriffsschrift; composicionalidade, princípio da; conceito / objecto; condições de verdade; eliminação da identidade; função; logicismo; modo de apresentação; nome próprio; número (investigação lógica do conceito de); opacidade referencial; pensamento; princípio do contexto; psicologismo; referência; referência, teorias da; satisfazibilidade; sentido; significado; vagueza; verdade, teorias da[6].

RUSSELL – análise; atomismo lógico; classe universal; conhecimento; constante lógica; denotação; função proposicional; paradoxo de Russell; paradoxo do barbeiro; referência, teorias da; teoria das descrições definidas; teoria dos tipos; universais.

WITTGENSTEIN (1) – análise; condições de verdade; constante lógica; estado de coisas; positivismo lógico; verificacionismo.

WITTGENSTEIN (2) – exteriorização (*Äusserung*); filosofia da linguagem comum; jogos de linguagem; linguagem privada, argumento da.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM COMUM – filosofia da linguagem comum.

ACTOS DE FALA – acto de fala; acto directivo; acto ilocutório; acto locutório; acto perlucutório; condições de felicidade; implicatura convencional; implicatura conversacional; máximas conversacionais (Grice); pragmática; pressuposição; princípio da cooperação (Grice).

QUINE – *abstracta*; argumento do matemático ciclista; compromisso ontológico; conhecimento; crença de re; *de dicto / de re*; existência; holismo; indeterminação da tradução; relatividade ontológica; universais.

DAVIDSON – acontecimento; *ceteris paribus*, leis; condições de verdade; conhecimento; holismo; interpretação radical.

PUTNAM – cérebro numa cuba; conteúdo estrito/lato; essencialismo; realismo; Terra Gémea.

METÁFORA – metáfora.

---

6 Embora muitas das entradas aqui listadas não digam respeito directamente a Frege, elas correspondem a temas que são introduzidos na leccionação do programa a partir de Frege.

Lições 2 a 6 Filosofia da linguagem e ciências da linguagem

Tempos: 5 aulas / 10 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar problemas e métodos da filosofia da linguagem e das ciências da linguagem
- Dominar terminologia técnica básica para a elaboração de uma teoria da linguagem
- Distinguir linguagens naturais e formais
- Definir semântica, sintaxe e pragmática
- Distinguir uso e menção
- Distinguir tipo e espécime
- Definir frase, proposição e elocução ou enunciação
- Definir afasia
- Definir paráfrase
- Definir competência e performance
- Definir gramaticalidade / agramaticalidade e dar exemplos
- Definir ambiguidade e dar exemplos
- Definir modularidade
- Justificar a importância, para a teoria da linguagem em geral, do trabalho de N. Chomsky em linguística
- Conhecer os grandes princípios da linguística chomskyana
- Constrastar o universalismo chomskyano com o relativismo da hipótese Sapir-Whorf
- Conhecer marcos da história da neurologia relativos à controvérsia localizacionismo / holismo
- Conhecer marcos da história do estudo das afasias
- Identificar as (grandes) localizações no cérebro da 'faculdade de linguagem'
- Conhecer dados sobre estudos de linguagens animais
- Comparar 'linguagens' animais e linguagem humana
- Definir léxico mental
- Definir redes semânticas
- Identificar os problemas tratados por modelos psicológicos de compreensão da linguagem
- Identificar os problemas tratados por modelos psicológicos de produção de linguagem

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

BAK, Thomas, 2005, Aphasia, *ACNR* (Advances in Cognitive Neuroscience and Rehabilitation) Vol 5, n. 2, may/june 2005. (http://www.acnr.co.uk/primers.htm).

BAKER, Marc C., 2001, *The Atoms of Language: the mind's hidden rules of grammar*, New York, Basic Books.

BOCK, Katherine & GARNSEY, Susan, 1998, «Language Processing», in BECHTEL, William & GRAHAM, George, 1998.

DEACON, Terrence, 1998, «Language evolution and neuromechanisms», in BECHTEL, William & GRAHAM, George, 1998.

CHOMSKY, N., 1957, *Syntactic Structures*, The Hague, Mouton.

CHOMSKY, N., 1965, *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, The MIT Press.

CHOMSKY, N., 1965, *Cartesian Linguistics*, New York, Harper and Row.

CHOMSKY, N., 1980, *Rules and Representations*, New York, Columbia University Press e Oxford, Blackwell (excertos em *Behavioral and Brain Sciences* 3 (1980): 1-61, 1980).

CHOMSKY, N., 1986, *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*, New York, Praeger Publishers, 1986. (trad. portuguesa: *O Conhecimento da Língua Sua Natureza, Origem e Uso*, Porto, Caminho, 1994)

CHOMSKY, N. 1995, *The Minimalist Program*, Cambridge, MA, The MIT Press.

FROMKIN, Victoria & RODMAN, Robert, 1993, *An Introduction to Language*, New York, Harcourt Brace (especialmente Capítulo 1, What is language?)

GAZZANIGA, M., IVRY, R. & MANGUN, G., 1998, *Cognitive Neuroscience. The Biology of the Mind*, New York, Norton (especialmente Capítulo 8, Language and the brain).

HAUSER, Marc D., CHOMKSY, Noam, TECUMSEH FITCH, W., The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve?, *Science*, 298, 22 Nov. 2002.

JACKENDOFF, Ray, 2002, *Foundations of Language, Brain, meaning, grammar, evolution*, Oxford, Oxford University Press.

MIGUENS, Sofia, «Linguistas e Filósofos: maneiras de fazer teoria da mente», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série de Filosofia*, nº15-16, 1998-1999, pp. 327-365.

PINKER, Stephen, 1994, *The Language Instinct*, London, Penguin.

PULVERMÜLLER, Friedemann, 2003, *The neuroscience of language*, Cambridge, Cambridge University Press.

Lição 2

Imaginemos que alguém, interessado na questão da natureza da linguagem mas totalmente ignorante do que se faz hoje em ciências da linguagem e na filosofia da linguagem, nos pede que identifiquemos problemas e métodos da filosofia da linguagem por um lado e problemas e métodos das ciência da linguagem por outro. Como satisfariamos tal pedido?

Parte da intenção do presente curso é pegar em quatro nomes importantes do pensamento contemporâneo sobre a linguagem, G. Frege, B. Russell, L. Wittgenstein e N. Chomsky, e partir daí para uma resposta a esta pergunta (pedindo perdão aos anti-chomskyanos, pois embora Chomsky seja um exemplo incontornável daquilo que se entende por ciência da linguagem, as pessoas que discordam dos princípios da sua investigação são bastantes, por exemplo na área da neurociência da linguagem).

Seria evidentemente necessário um esclarecimento prévio: a ideia básica aqui presente será que existem diferentes questões, identicamente legítimas, acerca da linguagem. Questões do género '*o que está a acontecer?*' requerem como resposta descrições de arquitectura cognitiva e funções, que podem ser encontradas por exemplo na psicologia cognitiva, na psicoliguística e em teorias relativas aos processamento da linguagem natural próximas da informática e da Inteligência Artificial. Questões do género '*onde está a acontecer?*' requerem respostas provindas das ciências do cérebro. Questões acerca de '*o que está a ser feito?*' (entendendo por 'o que está a ser feito' coisas tais como pensar, representar, referir, significar) requerem como resposta teorias filosóficas. É para percebermos o formato destas últimas que vale a pena olhar para a obra de pessoas como Frege, Russell e Wittgenstein.

Frege foi o fundador da filosofia analítica, o pai da filosofia da linguagem e o autor de uma revolução na lógica formal. Isto permite-nos pensar que talvez exista uma relação entre os três aspectos. Em geral, a perspectiva de análise de Frege pode ser classificada como anti-cartesiana, no sentido em que manifesta uma crença no carácter prévio das questões semânticas relativamente às questões epistemológicas: isto significa que Frege pensa que não devemos perguntar se conhecemos alguma coisa antes de compreendermos como é que a linguagem, que utilizamos para exprimir conhecimento, funciona.

Frege pensa que não podemos pensar senão através da linguagem. Pensa também, no entanto, que as línguas naturais (o português, o inglês, o chinês, etc) não nos permitem uma expressão perfeita do pensamento. Essa razão está

por trás da ideia de uma *Begriffsschrift* (*'Begriffsschrift'* significa escrita conceptual, e é o título de uma obra de Frege de 1879[7]). Com o *Begriffschrift,* (uma 'escrita conceptual', basicamente um sistema de lógica, uma linguagem formal), Frege, que acredita que não podemos pensar senão através da linguagem, pretende contornar a vagueza[8] e a ambiguidade[9] que ele pensa serem características das línguas naturais. Frege é também o introdutor do 'Princípio do Contexto'. Em *Os Fundamentos da Aritmética* (p.34, tradução portuguesa) afirma: «Os princípios fundamentais que adoptei nesta investigação foram os seguintes: (...) só se pode perguntar pela denotação de uma palavra no contexto de uma proposição, e não considerando-a isoladamente.». Levar a sério esta directriz tem efeitos revolucionários na forma de conceber a natureza da linguagem e também a natureza da investigação filosófica, se esta se centra na linguagem[10]. Convem referir que os *Fundamentos da Aritmética* giram em torno de um problema específico – o problema 'o que é o número?', tema que se encontra assim, nas origens históricas da filosofia analítica. A formulação do Princípio do Contexto em *Os Fundamentos da Aritmética* aparece no âmbito de considerações em torno do método adequado para o tratamento do dito problema.

A propósito de problemas que vêm dos inícios da filosofia analítica da linguagem, um outro tema que podemos encontrar desde as origens, como veremos mais à frente com o estudo de Frege e de Russell, é o da relação entre *termos singulares,* i.e. expressões linguísticas que nos permitem identificar objectos particulares no mundo, e a realidade. As duas grandes categorias de termos singulares são os *nomes próprios* e as *descrições definidas* e desde o tempo de Frege e Russell muita da literatura da filosofia da linguagem gira em torno destes. Nomes próprios são, pelo menos à primeira vista, expressões como 'Platão' e 'Helsínquia'. Descrições definidas são termos singulares, i.e. termos que identificam uma coisa no mundo, através de uma descrição das características desta (ex. 'o mestre de Aristóteles', 'a capital da Finlândia'). Através do problema da relação de termos singulares, termos linguísticos simples, com o mundo tem-se um 'estudo de caso'

---

7 Aconselha-se aqui a leitura do Prefácio do *Begriffsschrift.*

8 Entende-se por 'vagueza' a indeterminação do domínio de aplicação de palavras da língua natural (por exemplo 'alto', 'baixo', etc).

9 Entende-se por 'ambiguidade' a associação sistemática de expressões linguísticas (palavras, frases) a mais do que um significado.

10 A directriz referida é o Princípio do Contexto. No âmbito da interpretação do Princípio do Contexto convém distinguir o *contexto intra-linguístico* (por exemplo as outras palavras em torno de uma palavra numa frase) do *contexto extra-linguístico* (as coisas no mundo à volta do falante quando este produz uma elocução).

acerca do que é referir que tem vindo a ser muito importante na filosofia da linguagem desde Frege. Como se verá ao longo deste curso, diferentes autores defendem diferentes classificações de termos singulares. Os dois tipos de termos singulares a considerar são os nomes próprios e as descrições definidas; à primeira vista um nome próprio seria qualquer coisa como 'Aristóteles' ou 'Lisboa' e uma descrição definida qualquer coisa como 'o homem mais alto da sala' ou 'a capital de Portugal'. No entanto nem toda a gente entende da mesma maneira aquilo que são nomes próprios e descrições definidas; por exemplo, algumas pessoas defendem que uma palavra tal como 'Aristóteles' é um nome próprio, outras contestam tal classificação. Frege classifica como 'nomes próprios' em geral aquilo a que Russell chamará nomes próprios e descrições definidas: por exemplo todos os exemplos que dei atrás contam como nomes próprios para Frege (são 'nomes próprios fregeanos'), enquanto que Russell reserva a expressão 'nomes próprios' para termos singulares que de facto referem directamente a realidade, sem mediação de uma descrição de características (Russell pensa, como se explicará mais à frente neste curso, que muitos dos termos que parecem nomes próprios nas línguas naturais são de facto descrições definidas sob disfarce, i.e. são termos que, ao contrário do que parece, não apontam directamente uma parcela da realidade mas antes descrevem, dando critérios).

Não são apenas termos singulares tais como nomes próprios e descrições definidas que servem como 'estudo de caso' da relação aparentemente directa entre um fragmento de linguagem e uma porção específica da realidade: também os 'indexicais' – palavras como 'eu', 'isto', 'aqui', 'agora' – cujo valor semântico é determinado por características do contexto extra-linguístico em que ocorrem[11], permitem um estudo focado dessa relação.

Como se verá, além dos problemas da relação entre termos e realidade, as relações entre frases e realidade serão essenciais nas teorias da linguagem de Frege e Russell. Quanto a Wittgenstein, o último dos autores estudados com mais profundidade neste curso, as duas obras que serão analisadas, o *Tractatus Logico-Philosophicus* e as *Investigações Filosóficas*, propõem algo distinto. A primeira propõe uma teoria pictórica, a que algumas pessoas chamam transcendental, da relação entre a linguagem e o mundo, a segunda propõe uma teoria pragmatista, cuja ideia nuclear é que 'o significado é o uso' (convem dizer desde já que o Wittgenstein proponente do pragmatismo – a quem chamarei Wittgenstein II – considera o primeiro Wittgenstein 'platónico e dogmático' na sua forma de conceber a natureza da linguagem). Wittgenstein marcou e

[11] Por exemplo quem as pronuncia, quando, onde, etc.

ainda marca muito do que se faz em filosofia da linguagem. No entanto, trabalho realizado no seguimento de Frege e de Russell é de alguma forma mais central no estado actual da disciplina. Após o estudo das duas obras principais de Wittgenstein este curso procurará ainda oferecer uma perspectiva daquilo que aconteceu na filosofia da linguagem depois de Wittgenstein. Referir-se-á por isso duas linhagens que de alguma forma partem de Wittgenstein: por um lado a filosofia da linguagem comum, e a relação desta com a teoria dos actos de fala e com a pragmática linguística, por outro lado a obra de Quine, e a ligação, nesta, entre linguagem e investigações ontológicas 'acerca do que há', bem como a obra de Davidson. A obra de Davidson é, de resto, na filosofia contemporânea, um exemplo de um programa de investigação filosófica centrado na filosofia da linguagem.

A panorâmica da história da filosofia da linguagem desde Frege que será feita neste curso e cujas etapas básicas acabei de mencionar constitui por si própria uma forma de identificar os temas e os métodos da filosofia da linguagem, e de responder à questão acerca dos problemas e métodos da filosofia da linguagem, com vista a estabelecer um contraste entre filosofia da linguagem e ciências da linguagem.

Voltemos agora a considerar os motivos de interesse do estudo da linguagem identificados na lição anterior (Esquema 1). Procuremos ligá-los com a formulação de problemas específicos acerca da linguagem, mantendo em mente que motivos de interesse distintos geram questões distintas. Chegaremos assim facilmente a problemas e métodos específicos das ciências da linguagem. Foi proposto que se distinguisse, nos estudos e investigações acerca da linguagem, 1) o estudo do que está a acontecer, que dá lugar a descrições funcionais e cognitivas, 2) o estudo dos 'lugares onde' algo está a acontecer, que tem como referência descrições neuroanatómicas, 3) o estudo do que está a ser feito (pensar, referir, significar, representar, falar verdade acerca da realidade), que dá lugar a teorias filosóficas. Trata-se de uma tipologia genérica de questões, que podem ser bem ou mal formuladas no seu âmbito específico. Mas é sobretudo importante, nos estudos da linguagem, evitar 'erros' categoriais do género de procurar uma resposta anatómica, ou ao nível da arquitectura cognitiva, para questões tais como 'o que é referir?', 'o que é o significado'?.

A terminologia básica que se encontra no Guião nº 2 abaixo provem de disciplinas várias que se ocupam da linguagem e será utilizada ao longo do curso. Desde logo, a introdução destas primeiras definições deverá permitir identificar diferentes disciplinas que lidam com a linguagem e os problemas específicos nelas tratados.

GUIÃO Nº2

Terminologia básica para o estudo da linguagem

Afasia = desordem adquirida das capacidades linguísticas causada por lesão cerebral. Há uma grande variedade de afasias e o seu estudo permite distinguir componentes da faculdade de linguagem. Exemplos: afasia de Broca, afasia de Wernicke.

Ambiguidade = possibilidade de interpretação semântica não unívoca de uma dada sequência de símbolos. Uma expressão é ambígua se está associada a mais do que um significado. Exemplos: «Flying planes can be dangerous»[12], «Gosto de índios sem reservas»[13].

Competência e Performance = distinção associada à linguística chomskyana. A competência é o conhecimento de língua, não explícito para o próprio falante; a performance é o desempenho concreto do falante.

Frases (*sentences*), proposições (*propositions*), elocuções (*utterances*), distinção = (Cf. estudos de Lógica). Frases em línguas diferentes – comportamentos linguísticos específicos – podem dizer o mesmo (por exemplo supostamente as frases «Aristóteles era um filósofo» e «Aristotle was a philosopher» dizem o mesmo): diz-se então que expressam a mesma proposição. Quanto às elocuções (ou enunciações), a sua descrição inclui o contexto (tempo, lugar, quem as emite). Pode ser importante contrastá-las com proposições ao procurar avaliar a verdade / falsidade daquilo que é dito.

Gramática = Conjunto das regras que determinam que frases, de entre as cadeias formadas por palavras numa determinada língua natural, constituem expressões bem formadas ou frases nessa língua. Modelo para a ideia chomskyana de gramática: regras de formação de um sistema lógico. Gramática generativa (no sentido chomskyano): modelo de algo que se passa no cérebro.

Gramaticalidade / Agramaticalidade = (distinção associada à linguística chomskyana). Juízos de correcção de que o falante nativo de uma língua é capaz. Exemplo de Chomsky para mostrar que a gramaticalidade ou agramaticalidade de uma frase é uma questão totalmente independente do significado desta: «Colorless green ideas sleep furiously» («Incolores ideias verdes dormem furiosamente»).

Léxico = Vocabulário, lista de palavras. Termo utilizado (nomeadamente em psicolinguística) para referir um 'dicionário mental', que comporta o conhecimento de palavras e dos seus significados.

Linguagem natural = línguas como o português ou o japonês, por oposição a linguagens de computador, notação musical, fórmulas lógicas, etc.

---

[12] 'Flying planes' pode significar 'aeroplanos' ou 'pilotar aviões'.

[13] Pense-se nas seguintes leituras: 'Não tenhos quaisquer reservas em gostar de índios', 'Gosto de índios que não estão fechados em reservas', 'Gosto de índios que não são reservados'. O exemplo provém de Smith, N. & Wilson, D. 1979, *Modern Linguistics: the results of Chomsky's Revolution.*

Linguagem formal = por exemplo as linguagem lógicas. As linguagens formais têm um objectivo explícito de precisão que está ausente nas línguas naturais.

Modularidade = Isolamento funcional de uma determinada capacidade cognitiva relativamente a outras com as quais aparece associada em concreto. Exemplo: A forma como J. Fodor trata as funções cognitivas superiores e a fixação de crenças em contraste com a análise de estímulos visuais, auditivos e de linguagem; no primeiro caso trata-se de funções cognitivamente penetráveis, no segundo funções cognitivamente impenetráveis, exemplo de modularidade.

Semântica = Estudo das relações entre linguagem e mundo. Comporta o estudo do sentido, da referência e da verdade.

Sintaxe = Estudo das regras de combinação e transformação de expressões em linguagens.

Paráfrase = (capacidade de produzir) equivalência semântica, nomeadamente capacidade de produzir uma segunda frase equivalente a uma primeira. Teste para quase tudo o que será estudado neste curso.

Pragmática = Estudo do uso de linguagem em contexto concreto. Estudo daquilo que os humanos fazem com a linguagem (que inclui não apenas simplesmente falar mas também prometer, pedir desculpa, casar-se, insultar, etc... Muito do que é comunicado não é comunicado explícitamente naquilo que é dito, antes é compreendido sob a forma de 'implicatura' (ver Programa de Grice, mais à frente no curso). A pragmática estuda estes fenómenos e também o comportamento de expressões indexicais tais como 'eu', 'aqui', 'agora', cuja referência depende do contexto de asserção.

Tipo (*type*) e espécime (*token*) (distinção a aplicar a sinais) = Natureza geral ou universal e instanciação desta em particulares concretos, espaço-temporais (por exemplo configurações específicas de tinta numa página).

Exemplo: Quantas frases é possível identificar abaixo?

O gato é verde.
O gato é verde.
O gato é verde.
R: Uma frase-tipo e três frases-espécime.

Uso e menção = Quando as palavras são usadas não são elas o foco do interesse (elas servem por exemplo para falar sobre o mundo). Quando as palavras são mencionadas, são elas o foco do interesse: de facto, as palavras servem entre outras coisas para falar sobre palavras. Cf. a importância do uso de marcadores de menção, por exemplo "..."

Exemplo:

(1) Cícero foi um senador romano
(2) Cícero é uma palavra com seis letras*
(3) 'Cícero' foi um senador romano *
(4) 'Cícero' é uma palavra com seis letras

Nota: Devem ser recapitulados conhecimento adquiridos no âmbito dos estudos de Lógica relativos à generalização da distinção entre uso e menção à distinção entre linguagem-objecto e meta-linguagem. Uma *meta-linguagem* é qualquer linguagem na qual falamos ou escrevemos sobre uma linguagem. A linguagem sobre a qual versa o nosso discurso é a *linguagem-objecto.* Os problemas filosóficos gerados pela identidade entre linguagem-objecto e meta-linguagem são estudados por autores como por exemplo A. Tarski e D. Davidson.

Verdade = Há várias teorias da verdade, de acordo com as quais a natureza desta seria compreendida por exemplo em termos de correspondência, descitação, redundância (Deve ser lido novamente o texto de P. Horwich estudado em Lógica e Filosofia do Conhecimento no 1º Ano. Cf. Horwich, in Branquinho & Murcho 2001, pp. 730-736)

Tarefa: localizar as áreas teóricas em que cada um destes termos é mais utilizado.

Comecemos por considerar os casos de 'afasia' e de 'gramática'. Na neurociência cognitiva, o diagnóstico, descrição e tratamento das afasias, e portanto os casos clínicos específicos, constituem um ponto de referência particularmente importante na atenção dada à linguagem (afasias são défices das funções linguísticas de indivíduos provocadas por lesões cerebrais). Relativamente a 'gramática', um dos passos revolucionário da linguística chomskyana foi a ideia de tomar gramáticas formais como modelos da 'faculdade de linguagem', 'mentalizando' e 'formalizando' assim os estudos da linguagem, relativamente a estudos mais sociológicos e descritivos (gramáticas são sistemas formais, sistemas combinatórios de elementos discretos, que a partir de um conjunto finito de elementos e regras produzem cadeias simbólicas, expressões bem formadas; de acordo com os linguistas de inspiração chomskyana essas gramáticas descrevem a competência do falante, e constituem conhecimento inconsciente deste acerca da estrutura da língua).

Qualquer estudo da linguagem necessitará de distinções relativas a sintaxe, semântica, pragmática, uso e menção, linguagens naturais e linguagens formais. Linguagens naturais são as línguas de facto utilizadas por comunidades de indivíduos, tais como o português, o chinês ou o basco. Linguagens formais são, por exemplo, as linguagens lógicas e as linguagens de programação. Quanto a sintaxe, semântica e pragmática, numa primeira definição, a semântica visa questões relativas a significado, referência e verdade, a sintaxe visa a articulação e composição das cadeias de símbolos e a pragmática questões de contexto e de uso. Quanto a uso e menção, nós usamos palavras quando simplesmente dizemos o que queremos dizer com elas e mencionamo-las quando pretendemos referir as próprias palavras e não aquilo que elas significam. As aspas são uma das formas gráficas de marcar essa diferença. Relativamente ao

par tipo (*type*) / espécime (*token*), se eu digo por exemplo 'gato, gato, gato', tenho três espécimes, três ocorrências da palavra-tipo 'gato'. Sem entrar por agora no problema – que é afinal o tradicional problema filosófico dos universais – determinemos chamar 'espécime' a ocorrências, espacio-temporais de palavras e frases e 'tipo' ao que todos os espécimes têm em comum. À partida espécimes seriam assim 'entidades concretas' e tipos 'entidades abstractas'.

Uma outra distinção muito importante na consideração dos assuntos que se seguem é a distinção entre frases (acontecimentos físicos, comportamentos linguísticos de pessoas), proposições (o conteúdo semântico expresso, o que as frases dizem), e elocuções (traduzo assim *utterances* – por vezes utilizarei também o termo 'enunciações'), cuja descrição inclui o contexto (tempo, lugar, quem as emite). Elocuções são as unidades mínimas que permitem levar a cabo uma acção linguística.

Relativamente a outros dois termos da lista de terminologia, *ambiguidade* (existência de mais do que um significado associado a uma expressão) e *paráfrase* (relato do que foi dito), é sobretudo de sublinhar que se trata de dois fenómenos muito importantes para testar as intuições e conhecimento dos falantes quanto à sua língua, e que tais intuições constituem uma pedra de toque de qualquer estudo da linguagem.

Além destes termos de uso incontornável quando se fala de assuntos de linguagem, uma grande quantidade dos termos técnicos da lista são provenientes da obra de Chomsky, que servirá aqui como primeiro exemplo de abordagem científica da linguagem.

Chomsky considera que existe nos humanos uma faculdade cognitiva específica, um módulo da mente a que chama 'faculdade de linguagem'. Trata-se de uma característica universal, e portanto comum a todos os humanos, que Chomsky procura analisar a partir de uma ideia de Gramática Universal (GU). Desta GU resultariam as gramáticas mentalmente representadas das línguas realmente faladas, como o português ou o chinês (essa gramática tem que ser universal para acomodar o facto de qualquer criança humana poder vir a falar quer português quer chinês, quer qualquer outra língua natural). Chomsky distingue a competência (ideal) dos falantes, o seu conhecimento de língua, das performances efectivas destes, e considera a competência o objecto de estudo da linguística. A performance pode ficar aquém da competência por razões independentes tais como por exemplo a limitação de memória. De acordo com Chomsky, os falantes nativos das línguas naturais são, devido ao conhecimento de língua que detêm, capazes de juízos de gramaticalidade e agramaticalidade, i.e. têm uma noção intuitiva daquilo que na sua língua

constitui e não constitui uma frase (por exemplo 'As baleias são azuis' é uma frase em português, 'Baleias as azuis são'*[14] não é uma frase em português). Chomsky avança pretensões filosoficamente muito fortes no seu estudo das línguas naturais – é por essa razão que o seu trabalho tem constituído nas últimas quatro décadas uma referência tão importante para os filósofos da linguagem e da mente. Ao considerar que modelos formais podem constituir modelos do conhecimento de língua, o qual permite ao falante não apenas produzir comportamento linguístico, mas também reconhecer o que é e não é gramatical, Chomsky assume que essas gramáticas reflectem uma 'gramática universal' de que todos os humanos seriam presumivelmente geneticamente dotados e que constitui um 'módulo' (i.e. um sistema informacionalmente isolado, por exemplo das crenças, dos pensamentos com conteúdo) nas mentes dos humanos. A modularidade constituiria uma explicação para o facto de o nosso reconhecimento da gramaticalidade de frases ser totalmente independente do sentido que é linguisticamente expresso. O exemplo famoso de Chomsky é a frase 'Incolores ideias verdes dormem furiosamente' ('*Colourless green ideas sleep furiously*'). Por mais estranho que seja o significado da frase, reconhecemos imediatamente que é uma frase gramatical do português.

OUTRAS LEITURAS

BECHTEL, William & GRAHAM, George, 1998, *A Companion to Cognitive Science.* Oxford, Blackwell

DALBY, Andrew, 1998, *The dictionary of languages - the definite reference to more than 400 languages.* London, Bloomsbury.

DEACON, Terrence, 1998, «Language evolution and neuromechanisms», in BECHTEL, William & GRAHAM, George, 1998.

ELLIS, A.W. & YOUNG, A.W. 1996, *Human cognitive neuropsychology: A textbook with readings.* London, Lawrence Erlbaum (Capítulo 10).

McCARTHY, R.A. & WARRIGTON, E.K. 1990, *Cognitive neuropsychology: a clinical introduction.* London, Academic Press (Capítulos 5 e 13-16).

MIRA MATEUS, M. Helena & al, 2003, *Gramática da Língua Portuguesa.* Lisboa, Caminho.

PAIVA RAPOSO, Eduardo, 1992, *Teoria da Gramática – a faculdade da linguagem.* Lisboa, Caminho.

TERENCE LANGENDOEN, D, 1998, «Linguistic theory», in BECHTEL, William & GRAHAM, George, 1998.

[14] Utilizo * para marcar a agramaticalidade, como é usual.

Lição 3

Uma forma de nos apercebermos do carácter revolucionário da obra de N. Chomsky no âmbito dos estudos da linguagem é considerar o profundo contraste que existe entre o universalismo que ela representa (fala-se de uma *faculdade de linguagem comum a todos os humanos*) e o relativismo da Hipótese Sapir-Whorf, a certa altura bastante consensual nas ciências humanas e na antropologia, de acordo com a qual diferentes línguas trariam consigo *diferentes percepções do mundo* (cf. Guião nº 3 abaixo).

GUIÃO Nº 3

O relativismo linguístico (I)

Formulação do Princípio da Relatividade Linguística
B. L. Whorf, Science and Linguistics, in *Language, Thought and Reality* 1956

«Retalhamos (*we carve*) a natureza em conformidade com as directrizes delineadas pela nossa língua materna. As categorias e os tipos que isolamos do mundo dos fenómenos não os encontramos aí, pelo contrário o mundo apresenta-se-nos como um fluxo caleidoscópico de impressões, que deve ser organizado pela mente, em grande medida pelos sistemas linguísticos que as nossas mentes contêm» (...) «a mesma realidade física não leva (por isso) todos os observadores à mesma imagem do universo»

Contexto e teor da chamada 'Hipótese Sapir-Whorf':

Contexto: Antropologia / etnolinguística, estudo de línguas nativas americanas (EUA, anos 30-40, séc. XX).
Teor: Língua como *Weltanschauung* (visão do mundo). O papel activo da linguagem na constituição da imagem da realidade.

E. Sapir (1884-1939). Aluno de F. Boas (antropologia americana, estudo das línguas nativas). Linguista. Pensava que a linguagem organizava o mundo, a realidade social. Cada língua natural continha uma visão específica do mudo, uma *Weltanshauung* (cf. W. von Humboldt). Recusava no entanto a ideia de pensamento primitivo pré-lógico. «A compreensão de um simples poema supõe a compreensão da vida interna da colectividade»

B. L. Whorf (1897-1941). Autor de 'Language, Thought and Reality', 'An American Indian model of the universe', 'Languages and Logic', 'A Linguistic Consideration of Thinking in Primitive Communities'. É o autor directo da hipótese, apoiado em pesquisas sobre a língua dos índios Hopi. Ideias: a língua é um guia da actividade mental do indivíduo, as línguas dos povos europeus e americanos-europeus têm tendência a conceber a realidade como um conjunto de coisas, enquanto que a língua Hopi trata o mundo como um conjunto de acontecimentos. Principal estudo de caso: a noção de tempo na língua Hopi.

Na prática, o trabalho de Chomsky em linguística pôs em causa uma certa ortodoxia relativista bastante espalhada nas ciências sociais e na antropologia nos anos 50 e 60 do século XX, que precisamente evocava considerações relativas à linguagem e às *Weltanshuungen*[15] como argumento (línguas diferentes estariam associadas a diferentes formas de ver o mundo). Consideremos o Princípio da Relatividade Linguística (ou Hipótese Sapir-Whorf) tal como está formulado acima: «Nós retalhamos (*we carve*) a natureza em conformidade com as directrizes delineadas pela nossa língua materna. As categorias e os tipos que isolamos do mundo dos fenómenos não os encontramos aí, pelo contrário o mundo apresenta-se-nos como um fluxo caleidoscópico de impressões, que deve ser organizado pela mente, em grande medida pelos sistemas linguísticos que as nossas mentes contêm» (...) «a mesma realidade física não leva (por isso) todos os observadores à mesma imagem do universo» (B. L. Whorf, Science and Linguistics, in *Language, Thought and Reality)*. A ideia fundamental é a de uma variabilidade ou relatividade ontológica associada à linguagem: as línguas determinam os falantes a ver o mundo de uma determinada maneira, e diferentes línguas fazem-nos ver o mundo de diferentes maneiras.

Não é difícil notar que no contraste entre uma hipótese como esta e a abordagem proposta por Chomsky está em causa também saber se a ciência da linguagem é uma ciência social ou uma ciência da mente/cérebro. A posição de Chomsky, segundo a qual a ciência da linguagem deve ser uma ciência da mente/cérebro, representa entre outras coisas uma inflexão no sentido de uma 'biologização' e 'psicologização' dos estudos da linguagem. Esta direcção foi de resto notória nos estudos da linguagem nas últimas décadas, reintroduzindo questões acerca do inatismo e da universalidade da linguagem que tinham chegado a certa altura a ser tabu no mundo académico. Passa a ser uma questão real saber quais são os argumentos que podem ser avançados a favor de tal universalismo (o principal argumento avançado por Chomsky costuma ser chamado 'Argumento da pobreza do estímulo', cf. à frente).

De qualquer modo, uma vez introduzidas considerações sobre a possibilidade de traços comuns a todas as línguas, constituindo, obviamente, limites para a variabilidade, é um passo essencial tentar identificar estes traços comuns. E, mesmo que as línguas naturais actualmente faladas se contem (pelo menos por enquanto) às centenas (cf. Dalby 1998, *Dictionary of Languages,* Bibliografia Geral) não é difícil encontrar tais características: elas são por exemplo a arbitrariedade da conexão som/significado, o uso de um conjunto

---

[15] *Weltanschauungen* significa 'visões do mundo'.

finito de sons discretos, a existência de frases como unidades, a existência de categorias como nomes e verbos, a marcação do tempo, a negação, a interrogação, a relativação, a anáfora e a capacidade dos falantes-ouvintes de produzirem e compreenderem um número infinito de frases nunca produzidas ou ouvidas com apoio nestes princípios e em meios finitos, etc.

Nos guiões 4 e 5 abaixo são propostas algumas situações e questões cuja discussão deve conduzir à constatação de características das línguas naturais.

GUIÃO Nº 4

Exercícios

Considerar algumas situações que nos fazem ver a estranheza de qualquer coisa que fazemos muito naturalmente – falar a nossa língua materna (por exemplo o português):

(1) um imigrante adulto a debater-se com uma segunda língua

(2) uma criança que começa a falar (considerar que nos erros que ele / ela faz, aparecem frequentemente estruturas existentes noutras línguas naturais)

(3) tentar programar um computador para analisar e produzir frases de uma língua natural como o português.

GUIÃO Nº5

(Boas) Questões Acerca de Linguagem – como formulá-las?

1. Porque é que há tantas línguas e uma só 'faculdade de linguagem'?

2. Por que razão é difícil para os adultos aprender novas línguas mas para as crianças não?

3. Existe pensamento sem linguagem? Será que deixar de poder falar é, para um indivíduo, deixar de poder pensar? Será que, estritamente falando, criaturas sem linguagem tais como animais e crianças pequenas, são capazes de pensar?

4. Como é que a linguagem evoluiu? Que forma terá tido uma habilidade proto-linguística nos humanos? Quando teria esta evoluído? Como se há-de proceder para estudar a evolução da linguagem? Estudar linguagens animais?

5. Poderá existir uma linguagem lógica perfeita que corresponda exactamente à estrutura da realidade e que seja 'comum' à variedade das línguas naturais?

6. Como é que as palavras se põem em conjunto numa frase de modo a fazerem o sentido de uma única afirmação? Que articulação é essa que faz com que a unidade que é a frase se sustente e possa ser verdadeira ou falsa? O que é para uma frase (ou uma proposição, ou uma elocução) ser verdadeira ou falsa?

7. As entidades que referimos por meio da linguagem têm mesmo que existir?

8. Em que sentido e até que ponto é que a linguagem constrange aquilo que pode ser pensado acerca do mundo? De acordo com uma hipótese a certa altura bem estabelecida nas ciências sociais e na antropologia, a Hipótese Sapir-Whorf, o pensamento das pessoas é determinado pelas categorias que a língua que falam lhes disponibiliza (*'Dissecamos a natureza de acordo com linhas dadas pelas nossas línguas maternas'*). Isto conduz à relatividade linguística. Mas será que de facto as diferenças entre as línguas naturais envolvem diferenças na forma de pensar? Será que as categorias da realidade não estão 'no mundo', mas são dadas pela linguagem? (os defensores da Hipótese Sapir-Whorf evocam por exemplo as dezenas de palavras para neve entre determinados povos, a variação das palavras para cores e a 'gramaticalização' do tempo na língua Hopi)

9. Será que o pensamento no sentido estrito da palavra (por oposição a inteligência e cognição, também existente nos outros animais) depende absolutamente da linguagem (esta é uma tese defendida por exemplo pelo filósofo americano Donald Davidson)?

Esboço de respostas

1. De acordo com Chomsky a Faculdade de Linguagem é inata, geneticamente determinada. Aprender uma língua, aprender a falar, é um desenvolvimento, com um tempo para acontecer, tal como aprender a sentar-se e a andar – as crianças também não começam a fazer isso por imitação. O que acontece é que dado o contacto com o ambiente na idade do desenvolvimento da linguagem se dá um ajustamento de interruptores mentais (*switches*) para determinadas características da língua natural particular que se vai falar. O cérebro do indivíduo está 'preparado para tudo', i.e. qualquer língua pode ser aprendida. Há, aliás características universais, princípios e estruturas comuns a todas as línguas naturais (ex: existência de frases, nomes e verbos, linearidade dos constituintes numa frase, etc.). Mas as diferenças têm que ser 'ajustadas' (por exemplo, as relações hierárquicas são universais mas a ordem pela qual aparecem o Sujeito, o Objecto e o Verbo é estabelecida de forma diferente em diferentes línguas; em algumas línguas naturais é possível omitir o sujeito da frase, noutras não). Mas poder-se-ia ter aprendido qualquer língua humana, na altura própria. A faculdade de linguagem é uma dotação genética da nossa espécie.

2. É difícil, para os adultos, aprender novas linguas e para as crianças não, precisamente porque aprender uma língua é uma questão de desenvolvimento, e a fixação dos 'princípios' tem *timings* específicos, tal como o desenvolvimento corporal.

3. Deixar de poder falar não é necessariamente, para um indivíduo específico, deixar de poder pensar. É, nomeadamente, possível deixar de poder falar de muitas maneiras: deixar de poder articular (afasia de Broca) é diferente de perder nomes (anomia), de perder sintaxe, etc. Algumas afasias trazem consigo demência, incapacidade de articular pensamento coerente, outras não.

4. A legitimidade da questão acerca da evolução da linguagem foi restaurada nas últimas décadas – durante muito tempo os filósofos, nomeadamente, procuraram afastá-la como 'mal

formulada', incompatível com uma perspectiva sincrónica, estruturalista, sobre a linguagem. Na verdade constitui um curiosidade da sociologia e da história da ciência o facto de existirem questões que se pode ou não colocar em determinadas épocas: a questão da origem da linguagem foi a certa altura considerada pouco científica, e no século XIX a Academia das Ciências francesa foi ao ponto de banir a sua discussão. No entanto, perguntar como é que alguma coisa (um órgão, uma perícia comportamental) evoluiu é fazer uma pergunta comum acerca de todo o mundo biológico, uma pergunta darwinista natural acerca do mundo biológico do qual fazemos parte. A partir do momento em que admitimos que o instinto ou faculdade de linguagem está 'instalado' no cérebro do *homo sapiens*, o que desde logo significa que qualquer indivíduo, nascido em qualquer lugar, pode aprender uma língua natural qualquer, se for exposto a ela no momento certo, podemos evidentemente colocar esta questão. Uma resposta possível é esta: a linguagem teria surgido talvez há quatro milhões de anos (no tempo de Lucy, *australopitecus afarensis*) ou mesmo antes (cf. S. Pinker 1994). Torna-se assim necessário imaginar como poderia ter evoluído o que é actualmente um módulo para a linguagem. É boa ideia perguntar então: quais teriam sido os primeiros passos para a linguagem humana? Terá existido alguma forma intermédia, como uma linguagem de sinais, semelhante às vocalizações que outros animais trocam entre si? É certo que há aqui uma questão prévia: a que é que devemos chamar 'linguagem' no sentido próprio? A 'comunicação animal será realmente linguagem? – É duvidoso que a resposta seja positiva (o assunto será introduzido mais à frente).

5. Lógicos e filósofos assumem muito frequentemente, e naturalmente, que pode haver uma linguagem lógica perfeita que corresponda exactamente à estrutura da realidade e que seja 'comum' à variedade das línguas. Para efeitos práticos isto é obviamente simples e conveniente: é mais fácil assumir que a análise que se está a propor vale para todas as línguas naturais (falantes de todas as línguas naturais estudam a mesma lógica). Não há, no entanto, nada de incontestável aqui.

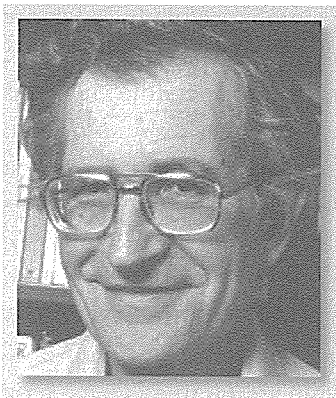
6. Parte da resposta à questão 'Como é que as palavras se põem em conjunto numa frase de modo a fazerem o sentido de uma única afirmação? Que articulação é essa que faz com que a unidade que é a frase se sustente?' será dada mais à frente em *O que é uma frase numa língua natural?*

Lição 4

A linguística chomskyana baseia-se na ideia segundo a qual uma gramática (formal) pode constituir um modelo da faculdade de linguagem (na mente-cérebro) e procura responder a questões importantes para a compreensão da natureza da linguagem humana tais como a questão da natureza de uma frase numa língua natural.

GUIÃO Nº 6

O universalismo de Chomsky (II)[16]
Princípios filosóficos da linguística chomskyana – sistematização



Noam Chomsky

«uma língua não é um inventário sistemático de itens»

«não são estímulos exteriores que determinam directamente o comportamento linguístico»

«ninguém leva a sério a ideia segundo a qual aprendemos a ter braços em vez de asas – essa mesma moral deve ser aplicada à linguagem»

1. Funcionalismo
2. Gramática – Conhecimento de Língua → Modelos formais
3. Gramática Universal → Inatismo
4. Modularidade → A faculdade de linguagem é um órgão-programa
5. A frase, sua natureza e constituintes → estrutura hierárquica e não sequência linear

'Gramática':

a. sistema formal; sistema combinatório de elementos discretos, que a partir de um conjunto finito de elementos e regras produz cadeias simbólicas, ebfs (expressões bem formadas).
b. uma descrição da competência do falante. Conhecimento inconsciente acerca de estrutura

---

[16] Página pessoal de N. Chomsky no Departamento de Linguística do MIT: http://web.mit.edu/linguistics/www/chomsky.home.html

c. algo demasiado complexo para ser aprendido por generalização de reacções a estímulos (RACIONALISMO)
d. explica o aspecto criativo do conhecimento de língua como sendo GENERATIVO no sentido lógico (uso infinito de meios finitos)

Argumentos a favor do inatismo:

(a) pobreza do estímulo
(b) uma criança humana pode vir a falar uma língua natural qualquer
(c) *Timing* para aprender a primeira língua → desenvolvimento e não adestramento
(d) Não existem grupos humanos desprovidos de linguagem

Aquilo que o modelo 'modeliza' num indivíduo pode-se chamar 'conhecimento de língua'. É em função desse conhecimento que o falante de uma língua natural tem intuições de gramaticalidade e agramaticalidade (o falante nativo de uma língua percebe intuitivamente que certas frases de uma língua são 'expressões bem formadas dessa língua', para usar uma metáfora vinda das linguagens formais, enquanto outras não o são). Gramática no sentido aqui relevante não é gramática prescritiva, mas sim gramática descritiva de uma determinada capacidade cognitiva (isto esclarece nomeadamente as razões por que para os linguistas podem ser tão pouco interessantes as questões de 'estilo e correcção' no uso das línguas – estas situam-se a um nível estético e consciente, superior ao nível cognitivo que está aqui em causa). Os princípios filosóficos centrais da linguística chomskyana são o inatismo, a universalidade, a modularidade, o funcionalismo[17]: a 'faculdade de linguagem' seria algo de inato, de que todo o bebé humano é geneticamente dotado, e seria um módulo da mente (i.e.um sistema informacionalmente isolado de outras capacidades cognitivas, como por exemplo a fixação de crenças). O nível a que todo esse sistema é caracterizado é, não o nível fisiológico, neuronal, mas um nível funcional do cérebro. Seria a esse nível que deveria ser tratada uma questão tal como 'o que é uma frase numa língua natural?', de que tipo de entidade se trata.

17 Estas noções foram estudadas no âmbito da cadeira de Filosofia do Conhecimento (1º Ano).

GUIÃO Nº 7

O que é uma frase numa língua natural?

→ Uma frase numa língua natural é, segundo a perspectiva da linguística chomskyana, algo de completamente diferente de uma cadeia de palavras alinhadas de acordo com as probabilidades de transição de palavra a palavra. Duas considerações em torno do famoso exemplo '*Colorless green ideas sleep furiously*' são: não apenas (i) o não-sentido pode ser perfeitamente gramatical, como (ii) a probabilidade de transição de 'colorless' para 'green' em inglês é quase certamente zero.

→ Quando as pessoas aprendem uma língua elas estão a aprender como pôr palavras numa determinada ordem, não estão a registar que palavra se segue a outra palavra mas *que categoria* (ex: **N, V, A, Prep, Adv**[18]) *se segue a outra categoria.* Além do mais as **categorias lexicais principais** acima referidas não aparecem num lugar arbitrário na sequência, antes têm pontos de encaixe e de relação com os outros elementos que são muito específicos. Cada uma destas categorias é por sua vez o elemento central de uma categoria hierarquicamente superior na estrutura da frase (SN, SV, SP, SAdv,...[19]).

→ Entre-referências e relações (= dependências à distância) entre elementos de frases abundam nas frases das línguas naturais. Considere-se os seguintes exemplos

«Ou a rapariga come o gelado, ou a rapariga come o rebuçado. Se a rapariga come o gelado, então o rapaz come o cachorro-quente»

«Se ou a rapariga come o gelado ou a rapariga come o rebuçado, então o rapaz come o cachorro-quente»

«Daddy, what did you bring that book that I don't want to be read to out of up for?»

As pessoas são indubitavelmente capazes de analisar e compreender frases como estas. Como será isso possível? Ao fazê-lo, as pessoas têm que estar a manter em mente todas as dependências; se isso fosse uma questão de cadeias e combinações, a memória seria rapidamente esgotada.

→ Em suma, ***apenas superficialmente uma frase é uma sequência linear ordenada de palavras.*** Uma frase não é uma cadeia mas uma árvore; as palavras estão agrupadas em sintagmas, a cada um destes grupos é atribuído um símbolo mental. Ex: em português um SN é composto por um Nome, precedido por Determinante (o, um), e talvez também por um Adjectivo, ou seguido por um advérbio. (Ex: 'O rapaz feliz'). As frases de uma língua são estruturadas pelas regras que ligam estes grupos (no interior, ao exterior). A árvore é modular, i.e. constituída por 'lugares para coisas específicas isoladas de coisas de outro tipo'. Aliás, elementos categorizados como por exemplo SN podem depois aparecer em lugares diferentes da frase (sujeito, complemento directo). Essa estrutura funciona como um plano e uma memória para a globalidade da frase, permitindo as dependências à distância e os encaixes, nomeadamente através de uma

---

[18] Nome, Verbo, Adjectivo, Preposição, Advérbio.

[19] Sintagma nominal, sintagma verbal, sintagma preposicional, etc.

regra que determine o encaixe de uma Frase dentro de outra Frase (recursão: regras encaixam (*embed*) um símbolo dentro de outra instanciação do mesmo símbolo)

→ Outra maneira de ver que as frases são mantidas em conjunto por estruturas de árvore é ver que uma dada ordem de palavras pode corresponder a diferentes relações de ideias em '*mentalese*' (esta é uma palavra forjada pelo filósofo da mente Jerry Fodor para falar da Linguagem do Pensamento)

Exs:

'Flying planes can be dangerous.
(pode significar que pilotar aviões pode ser perigoso, ou que aeroplanos podem ser perigosos)

'discuss sex with David Cavett'
(pode significar discutir sexo com David Cavett ou discutir (com outra pessoa) o sexo tido com David Cavett),

'Yoko Ono will talk about her husband John Lennon who was killed in an interview with Barbara Walters'
(pode significar que John Lennon foi morto numa entrevista com Barbara Walters ou que Yoko Ono falará sobre isso numa entrevista com Barbara Walters)

A interpretações diferentes correspondem análises sintáticas (*parsing*) diferentes, e árvores diferentes.

→ Peças básicas para o funcionamento da Gramática (tais como **Nomes e Verbos**) não são significados mas espécimes que obedecem a determinadas regras formais. No caso de Nomes e Verbos: embora sejam vulgarmente utilizados para, respectivamente, coisas e acções, esse não é o seu único uso possível. Relativamente a **Sintagmas** (*phrases*), existe aparentemente uma anatomia sintagmática comum em todas as línguas humanas. O primeiro princípio é que os sintagmas são nomeados a partir de categorias lexicais principais que funcionam como os seus núcleos (aquilo acerca de que a totalidade do sintagma é é aquilo acerca de que o núcleo é). O segundo princípio é que os sintagmas podem referir não apenas coisas e acções únicas e singulares mas interacções de participantes, cada um com um papel específico. Estes participantes com um papel específico são os ARGUMENTOS. Um SV ou um SN podem atribuir papeis a mais do que um participante.O núcleo e os outros participantes constituirão sub-constituintes, dentro do sintagma. O terceiro ingrediente de um sintagma são os **Modificadores ou Adjuntos**, que são diferentes de um *role-player* (elemento com um papel), são não um papel interveniente mas um pedaço de informação, um comentário. De resto a distinção entre argumentos e adjuntos dita a 'geometria' da árvore: se uma frase contem um adjunto e um *role player*, o *role player* está mais próximo do núcleo do que o adjunto. Um quarto elemento a considerar nos sintagmas é um lugar especial reservado aos sujeitos (a que os linguistas chamam SPEC) (especificador, Specifier). O sujeito é um *role player* especial, nomealmente o agente causal, se há um. SNs e SVs têm portanto muito em comum: (i) um núcleo, (ii) *role players* agrupados com o núcleo dentro de um sub-sintagma, (iii) modificadores que aparecem fora de N ou V-barra e (iv) um sujeito.

As ideias de Chomsky são filosoficamente ricas e também polémicas, daí que os filósofos dediquem muita atenção ao seu trabalho, chegando a entrar em discussão aberta (foi o que aconteceu por exemplo entre N. Chomsky e W. V.

Quine em torno das ideias de 'conhecimento inconsciente', 'regras', e 'representações'). Desde logo, a investigação de Chomsky tem como objectivo fazer ciência natural de um módulo da mente humana. Tal teoria da linguagem é concebida no quadro de um mentalismo funcionalista. Ora, o mentalismo aberto de Chomsky, a forma como ele fala livremente de 'representações' na mente, pura e simplesmente incomoda filósofos de tendências behavioristas como por exemplo Quine, um dos mais importantes filósofos do séc. XX. No entanto, o mentalismo de Chomsky não envolve qualquer apelo a estruturas estranhas ao mundo físico, é mais propriamente um representacionalismo, i.e. uma crença na existência de funções do cérebro que são representações. Mas o facto é que a abordagem de Chomsky na linguística é decididamente anti-behaviorista: a incapacidade de explicar a complexidade da faculdade de linguagem nos humanos constui por si, para Chomsky, um forte argumento contra a pertinência dos princípios behavioristas para a explicação do comportamento. De resto, a abordagem chomskyana da natureza da linguagem foi um dos primeiros passos da revolução cognitiva em psicologia no fim dos anos 50. O ponto de Chomsky era então que se pode continuar a admitir que um comportamento (por exemplo o uso de língua natural num humano) é causado sem necessariamente o ver como resposta provocada pelo ambiente externo. Na sua célebre polémica com o psicólogo behaviorista B.F. Skinner, gerada pela recensão ao livro deste, *Verbal Behavior*, Chomsky insistia em distinguir o seu problema em teoria da linguagem ("Quais são os determinantes causais do comportamento verbal?") da questão skinneriana ("Quais são os estímulos que provocam o comportamento verbal?"). A abordagem skinneriana impediria, de acordo com Chomsky, por princípio o acesso da teoria ao conhecimento acerca da estrutura que deve ser segundo Chomky o *explanandum* básico da teoria linguística. Ora para Chomsky a compreensão do conhecimento acerca da estrutura só pode ser ganha postulando estados e processos mentais.

Antes de dar alguns exemplos dos estados e processos existentes na mente humana para possibilitar o conhecimento e uso de linguagem de acordo com Chomsky, convem notar que com a proposta recente de um Programa Minimalista (cf. *Minimalist Program*, 1995) Chomsky veio deixar os seus apoiantes de longa data praticamente 'sem armas para responder ao inimigo', ao pretender reduzir todo o complicado mecanismo do sistema da linguagem, que os sintaticistas passaram décadas a aperfeiçoar, a uma interface entre sistemas de performance, o sistema conceptual-intencional e o sistema articulatório-perceptual, cuja estrutura é constrangida por considerações pragmáticas e de *design*. No espirito do programa minimalista (Cf. Chomsky 1995, Bibliografia

Geral) a linguagem não tem 'propriedades intrinsecas', sendo antes uma solução para um determinado problema de exteriorização, pensada portanto como uma questão de 'engenharia' resolvida pela evolução no cérebro humano. De facto, Chomsky sempre esteve interessado em questões de princípio acerca da mente e da linguagem, mesmo se isso significa arruinar algum do minucioso trabalho em modelos dos seus seguidores.

Mas voltando atrás, aos inícios e ao esqueleto filosófico do pensamento de Chomsky (cf. *Syntactic Structures* 1957, *Aspects of the Theory of Syntax* 1965, *Rules and Representations* 1980 e *Knowledge of Language, its Nature, Origin and Use* 1986), a originalidade de Chomsky foi a admissão na teoria da linguagem de estados da mente/cérebro (sendo a mente o cérebro tomado num certo grau de abstracção nos termos da tese funcionalista) que sustentam algo de semelhante à dedução, i.e., transformações/computações de representações abstractas segundo regras. A explicação causal far-se-á nesse nível de regras e representações: nesse sentido, a teoria linguística chomskyana é o exemplo paradigmático do tipo de funcionalismo que é o cognitivismo simbólico (*cognitivismo* no sentido em que se admite um nível funcional cognitivo representacional do cérebro, *simbólico* na medida em que as representações postuladas - por exemplo, os SNs, SVs, SPs – são discretas e as regras algorítmicas).

Um humano, neste caso a 'parte' do cérebro do humano que é a faculdade de linguagem, é uma máquina simbólica física que cumpre manipulações de símbolos especificadas por regras que constituem um programa. A Faculdade de Linguagem (FL) é um orgão mental (um orgão na medida em que é "inato", pois a linguagem não se ganha ou adquire a partir do ambiente: deve-se falar do crescimento ou desenvolvimento das estruturas de linguagem até um estado estável e não de aquisição por generalização indutiva a partir da experiência) e um orgão-programa. Uma explicação empírica, indutiva, das estruturas de linguagem seria para Chomsky trivial, por evitar a questão crucial da natureza das estruturas da mente/cérebro que constituem o Conhecimento de Língua em cada indivíduo.

Falar uma língua natural é portanto um comportamento regido por regras e a explicação desse comportamento envolve estados e processos mentais cujo funcionamento envolve conhecimento inconsciente e inacessível à consciência (para referir o estatuto deste conhecimento Chomsky usa o verbo *cognize*). Isto significa que o melhor método para conhecer as regras formais da língua do falante nunca é perguntar-lhe. Aquilo que é *cognized* no individuo é estudado via Gramática Formal pelo linguista (a expressão Gramática Formal pode ser

entendida como conscientemente ambígua, na medida em que tem dois sentidos: 'a teoria do linguista' e 'aquilo que existe na mente').

O conceito de Gramática Formal vem suprir a insuficiência que Chomsky viu na linguística de raíz saussuriana e a que se refere como o 'esquecimento do aspecto criativo da utilização de linguagens', a possibilidade de fazer uso infinito de meios finitos. Chamou a essa propriedade generatividade e procurou modelizá-la com Gramáticas Formais. I.e., segundo Chomsky, as línguas naturais não podem ser bem pensadas como inventários de items de dupla face som/sentido: o conceito de lingua é teoricamente pouco interessante se não fôr completado com o conceito de Gramática Generativa, conceito este nascido de uma confluência de preocupações relativas à mente com o entendimento provindo das ciências formais.

A Gramática Formal, objecto matemático, é ao mesmo tempo um modelo da mente, e portanto do cérebro. Modeliza estruturas que são propriedades de sistemas físicos, e não de um corpus de enunciados: ao contrário do que se passava anteriormente na linguistica, o objecto do programa de investigação chomskyano foi desde o inicio, e continua hoje a ser, a mente. Em suma Chomsky acredita na legitimidade daquilo a que chama, seguindo Husserl, o 'Estilo de Galileu', que caracteriza como uma construção de modelos matemáticos a que se atribui maior realidade do que ao mundo normal das sensações.

Segundo o modelo dos Princípios e Parâmetros (que não é substituído mas apenas 'disciplinado' pelo Programa Minimalista) são então *cognized* num humano adulto os Principios e Parametros da Gramática Universal (GU), no que constitui um estado estável da faculdade de linguagem. À teoria de FL-0 (faculdade de linguagem no estado zero) chama-se GU (Gramática Universal); esta tem que permitir um número indefinido de línguas humanas possíveis. A partir daí em cada indivíduo será atingido o estado estável do conhecimento de uma língua natural particular (cf. para exemplos de Princípios e Parâmetros, Paiva Raposo, 1992, *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*).

Chomsky e os filósofos – Complementos

Em termos filosóficos, aquilo que Chomsky propõe é uma naturalização dos estudos da linguagem via a dimensão formal, algorítmica, dos fenómenos em causa. Chomsky considera as línguas naturais à imagem das linguagens formais, postulando a existência mental de estruturas formais. O ponto de referência da abordagem é a mente individual. Ora, isto coloca um problema a que o próprio Chomsky chama o 'problema de Wittgenstein' e que consi-

dera ser a mais interessante crítica ao enquadramento conceptual da gramática generativa[20]. Segundo a teoria de Chomsky, é possivel caracterizar como *regras* os processo da mente/cérebro de um indivíduo isolado. Este indivíduo estará então a seguir regras privadamente. Ora, Wittgenstein contestou tal possibilidade (cf. Parágrafo 202 das *Investigações Filosóficas*).

Na verdade este problema excede a abordagem chomskyana e estende-se ao cognitivismo simbólico em geral (em termos muito simples este corresponde à ideia de mente enquanto 'regras e representações'). A ideia de 'seguir uma regra' é a analogia central do cognitivismo simbólico uma vez que é supostamente na observância de regras que consiste a identidade entre os mecanismos cognitivos num humano e o funcionamento de um programa numa máquina simbólica. Mas exactamente o que é seguir uma regra, se a minha observância de regras é cega? (Wittgenstein pensa ser este o caso: por exemplo se consideramos o uso de conceitos como uma forma do fenómeno seguir regras, temos que seguir uma regra não é um saber que eu possuo e que sou capaz de explicitar, mas antes uma prática cognitivamente impenetrável ao (suposto) agente). Que razões restam para afirmar que é uma regra está a ser seguida privadamente por alguém? Para Wittgenstein, ao contrário da pretensão implícita na atribuição da observância privada de regras, são impossíveis asserções factuais acerca de regras; as atribuições de observância de regras a indivíduos são legítimas apenas no contexto de uma comunalidade de respostas e de práticas numa comunidade. Pode-se afirmar no entanto que fazer asserções factuais acerca de regras que estão a ser seguidas sem estarem a ser pensadas é, dado o seu compromisso naturalista, a própria finalidade da gramática generativa. A legitimidade ou ilegitimidade do uso do conceito de regra para capturar processos físicos na mente/cérebro, caracterizados de forma funcionalista e inacessíveis à consciência, é, assim um problema central para a fundamentação conceptual do programa generativista.

A 'discussão com Wittgenstein' é, obviamente, obra do próprio Chomsky, 'imaginando' objecções wittgensteinianas. No entanto também filósofos como W. V. Quine e J. Searle atacaram o estatuto filosófico que Chomsky pretende dar à gramática generativa. Segundo Quine, a adequação descritiva do funcionamento das regras postuladas pela teoria aos comportamentos linguísticos não constitui razão suficiente para supor que são esses mecanismos, e não outros, que existem num cérebro humano. Aliás, para Quine, quando se fala

---

[20] Quando, mais à frente no presente manual, for estudada a questão 'seguir-regras' no âmbito das leituras das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, convirá regressar a este ponto.

de linguagem não é razoável pensar em propriedades fisicamente codificadas (cf. a descrição sumária de posições quineanas quanto à linguagem mais à frente neste curso). Se os sistemas de regras que descrevem o comportamento linguístico podem, admitidamente, ser vários e diferentes entre si, mantendo cada um a adequação descritiva, não será razoável supôr que algum deles descreve mecanismos no cérebro. Segundo Quine devemo-nos abster de atribuir qualquer tipo de realidade mental ao sistema de regras, restringindo-nos a falar apenas de adequação dos comportamentos linguísticos a este. A crítica de Quine a Chomsky é, entre outras coisas, uma consequência da sua tese da subdeterminação das teorias pela evidência.

Se aos olhos de Quine Chomsky, com o seu realismo quanto a regras e representações, afirma mais do que é possível por princípio afirmar em questões de linguagem, segundo Searle Chomsky não dá provas suficientes daquilo que afirma (e seria necessário fazê-lo para poder fazer afirmações acerca de regras que estão de facto a ser seguidas). Tais afirmações são, de acordo com Searle, possíveis (cf. as teorias searleanas dos actos de fala e da metáfora, abordadas mais à frente neste curso). Quando um ser humano, ao contrário de uma máquina, segue uma regra, ele é, segundo Searle, guiado pelo significado ou conteúdo efectivo dessa regra. Por essa razão, mesmo se várias regras descrevem os acontecimentos e têm o poder preditivo certo, Searle pensa que existe apenas uma regra que está a ser seguida, aquela que está a funcionar causalmente. Ora, dado o tipo de regras consideradas por Chomsky não é possível chegar a fazer esta distinção, e portanto essas regras são meras hipóteses descritivas e não verdadeiras regras (i.e., elementos constituintes da mente/cérebro, causalmente eficazes, como Chomsky pretende).

Apesar de todas estas contestações por parte de filósofos, as propostas de Chomsky em teoria da linguagem são incontornáveis e desafiadoras. Aliás, o facto de serem filosoficamente tão provocatórias constitui por si prova da sua ambição teórica.

Lição 5

Qualquer pessoa interessada na natureza da linguagem ganha em conhecer e considerar determinados factos de neurociência (e também relativos à história desta) respeitantes à localização cortical da faculdade de linguagem. O guião que se segue pretende introduzir tais dados.

GUIÃO Nº8

Linguagem e Cérebro: Um Pouco de História

Referência: Cap. 1 (*A brief history of cognitive neuroscience*) de GAZZANIGA, IVRY & MANGUN 1998, *Cognitive Neuroscience*. Objecto da neurociência cognitiva = compreender a forma como o cérebro possibilita a mente, i.e. a forma como tecidos biológicos podem pensar, recordar, prestar atenção, desejar sexo, etc.

Factos:
O cérebro humano na sua forma presente existe há 100.000 anos. No entanto, apenas há pouco mais de 100 anos se começou a compreender como funciona.

História da interpretação das funções cerebrais:

(i) **Frenologistas,** inícios do século XIX (cf. Franz Joseph Gall, médico austríaco). Ideia: o cérebro é composto por funções específicas (desde percepção de cor até esperança e auto-estima), com localizações específicas (**LOCALIZACIONISMO**). Ideia popular associada: se uma função é muito utilizada, a área cerebral aumenta (e isto poderia ser constatado pela análise de 'bossas' no crâneo das pessoas).

(ii) Objecção ao localizacionismo estrito da frenologia: mesmo tendo existido lesões em áreas específicas, pode acontecer uma recuperação das funções. Ideia: **HOLISMO (funcional)** – as funções nervosas superiores estão 'por toda a parte no cérebro' e não estritamente localizadas (processos tais como a linguagem e a memória, por exemplo, não estão localizados em zonas específicas e únicas).

(iii) **John Hughlings Jackson**, neurologista inglês, trabalhos nas décadas de 80-90 (século XIX). Há algo de acertado na ideia de localizações: é preciso procurar correlacionar o comportamento das pessoas e as alterações no comportamento com lesões cerebrais em áreas específicas. Experiências e observações sobre epilepsia conduzem-no à seguinte conclusão: existe uma organização topográfica do córtex cerebral. Existe nomeadamente um mapa do corpo próprio no córtex (Hughlings Jackson foi o primeiro a notá-lo). No entanto Hughlings Jackson notou também que era rara a perda total de uma função cognitiva dada uma lesão, concluindo que muitas regiões do cérebro devem contribuir para as funções nervosas superiores.

LINGUAGEM E HEMISFÉRIO ESQUERDO

(iv) **Paul Broca**, neurologista francês (1824-1880). Estudou o paciente que ficou conhecido por Tan, que só dizia 'Tan', em resposta a tudo. Porquê? Ele entendia linguagem, mas não conseguia falar. O que tinha? Uma lesão na área de Broca, lobo frontal esquerdo. **Área de BROCA**: hemisfério esquerdo, lobo frontal inferior. Relacionada com a produção da fala (aspecto motor da fala). Uma lesão deste tipo provoca **afasia expressiva**. A descoberta teve um enorme impacto.
Exemplo de um quadro de afasia de Broca: doentes falam de forma telegráfica, lenta e não fluente, sem palavras de função ou marcadores gramaticais.

(v) **Carl Wernicke**, neurologista / professor de psiquiatria alemão (1848-1905). Estudou pacientes que eram capazes de falar, no entanto o que diziam não fazia sentido; esses pacientes eram ainda incapazes de compreender linguagem falada ou escrita. Trata-se de outro tipo de afasia, a chamada afasia de Wernicke. **Área de WERNICKE**: Área supra-temporal-parietal, esquerda. Área relacionada com a compreensão da fala. **Afasia receptiva**. Exemplo de quadro de afasia de Wernicke: doentes falam fluentemente, gramaticalmente, mas sem sentido e têm dificuldades de compreensão.

→ Estas localizações só podiam na altura ser estabelecidas a partir de fora ou em autópsias. Hoje existem técnicas de imagiologia que permitem analisar um cérebro vivo (fMRI, PETscan)

(vi) Se há essa especificidade, será que as diferenças de função são acompanhadas por diferenças ao nível celular? → Os neurologistas começaram a analisar os tipos de células nas diferentes regiões. Célebre neste contexto é a caracterização, por Korbinian Brodmann, neuroanatomista alemão, de 52 regiões diferentes (**ÁREAS DE BRODMANN**, classificação ainda hoje utilizada). Cf. Esquema nº5.

(vii) A verdadeira revolução no entendimento do sistema nervoso passou pela compreensão da sua unidade funcional, o neurónio. Dois neuroanatomistas célebres tiveram aí um papel importante: **Camilo Golgi** (1843-1926), italiano, e **Santiago Rámon y Cajal**, (1852-1934), espanhol, Prémio Nobel 1906. O primeiro desenvolveu uma técnica que permitiu a visualização de neurónios individuais, o segundo estabeleceu que estes (os neurónios) eram entidades discretas que transmitiam informação eléctrica numa única direcção. Golgi, ao contrário, pensava que o cérebro era uma massa contínua de tecido. A ideia de neurónios como unidades discretas demorou a ser aceite.

(viii) Outro passo essencial é devido ao alemão **Hermann Ludwig von Helmholtz** (1821-1894), que mediu a velocidade da condução nervosa.

MAS SERÁ QUE COMPREENDER O QUE SÃO, COMO SÃO E COMO FUNCIONAM OS NEURÓNIOS É IDÊNTICO A COMPREENDER COMO FUNCIONA O CÉREBRO? Que 'imagem funcional' temos hoje do cérebro como todo?

(ix) **Grandes divisões funcionais do córtex cerebral:**

Termos:

Córtex (cisuras e circunvoluções); hemisférios; lobos; fenda interhemisférica; corpo caloso.

Funções:

Lobos Frontais – Decisão e planeamento de acções
Lobos Parietais – Sensibilidade, topografia do espaço interior e exterior
Lobos Occipitais – Visão
Lobos temporais – Audição, Linguagem, memória

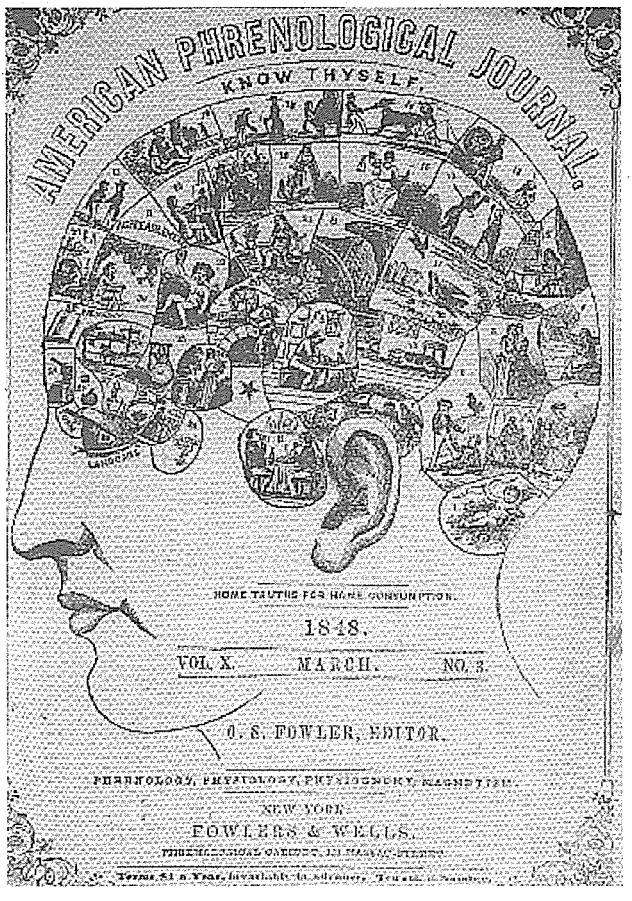
Questão: No início do século XX era generalizadamente admitida alguma localização de funções no córtex. Mas será possível localizar as funções superiores? (chama-se 'funções nervosas superiores ou complexas' a funções como o pensamento, a linguagem, a memória, a atenção, etc). Uma lição do holismo (que é de certa forma o 'lado vencido'): habilidades cognitivas complexas, funções superiores, não são cumpridas por uma única parte do cérebro, embora os processos mais simples 'recrutados' sejam de facto localizados.

Problema: saber como relacionar toda esta história, e a muito mais complicada história contemporânea das investigações em neurociência, com a linguagem. De facto, a história das investigações em neurociência só nos dá sugestões. É preciso ser muito mais específico para saber o que é que o comportamento linguístico complexo, articulado, tem a ver com o cérebro. Entretanto é possível propôr modelos funcionais em psicologia 'sem querer saber' (pelo menos provisoriamente...) do cérebro.

Para quem se interessa pela linguagem as polémicas da história da neurologia entre localizacionistas e holistas são teoricamente muito ricas. Os frenologistas eram localizacionistas estritos, defendendo a especialização de zonas cerebrais em funções particulares que iam desde a percepção de cor à esperança e auto-estima.

ESQUEMA Nº 3

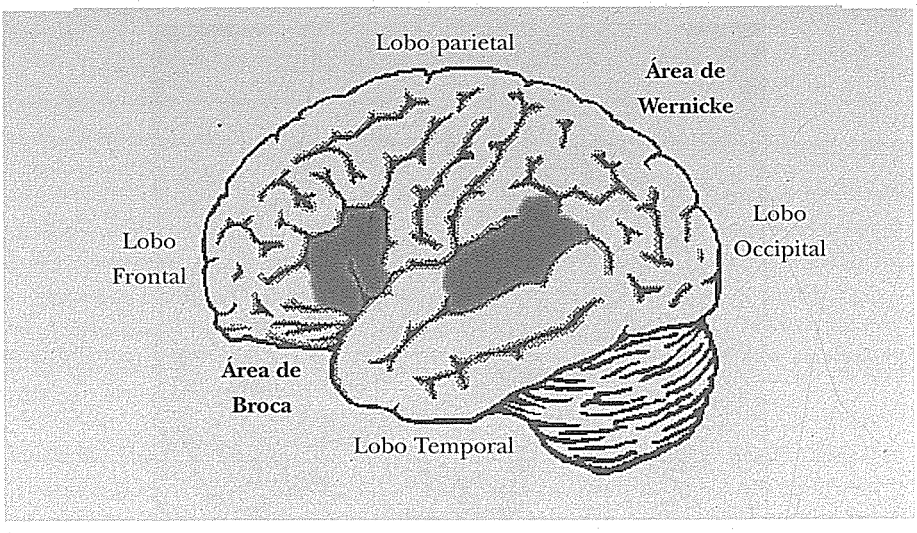
Frenologia



O holismo (note-se que a palavra aqui tem um significado totalmente distinto do que tem em filosofia da mente e da linguagem) consiste basicamente numa rejeição desta especialização. No entanto a descoberta da ligação das funções linguísticas a áreas cerebrais muito específicas, relacionada com os primeiros estudos das afasias por P. Broca e K. Wernicke veio reinstaurar a pertinência de um certo localizacionismo.

ESQUEMA Nº 4

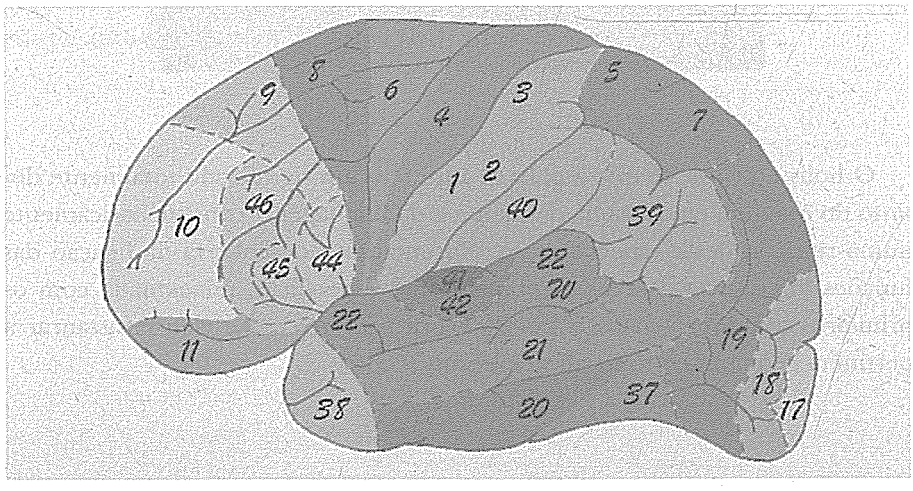
Grandes classificações funcionais do córtex



Estas áreas especialmente importantes para a capacidade linguística devem ser vistas no quadro mais geral das funções das áreas do córtex (cf. Esquema nº 5).

ESQUEMA Nº 5

Áreas do Córtex e funções



Área de Brodman #	NOME	FUNÇÃO
17	Lobo occipital	Córtex visual de projecção
18	Lobo occipital	Córtex visual de associação
19	Lobo parietal posterior	Cortex visual de associação
37	Área temporal-parietal–occipital	Córtex de associação sensorial geral
39	Circunvolução angular	Reconhecimento de palavras
40	Lobo supramarginal	Córtex de associação somatossensorial
1,2,3	Circunvolução pós-central	Cortex de projecção somatossensorial
5, 7	Lobo parietal superior	Córtex de associação sensorial geral
41, 42	1/3 médio do cortex temporal superior	Córtex auditivo de projecção
22	Circunvolução temporal superior	Córtex de associação auditivo
21, 20, 38	Córtex temporal inferior	Córtex de associação sensorial geral
4	Circunvolução pré-central	Córtex motor primário
1,2,3	Circunvolução pós-central	Córtex de projecção somatossensorial
6,8,9	Córtex pré-motor	Córtex de associação motor
41, 42	1/3 médio do córtex temporal superior	Córtex de projecção auditivo
44,45,46	Área de Broca	Cortex de associação motora – específico da fala
10	Córtex pré-frontal	Córtex de associação motora geral
11	Circunvoluções orbitais	Córtex de associação motora geral

A afasia de Broca, relacionada com lesões na área de Broca (hemisfério esquerdo, lobo frontal inferior) afecta a produção da fala, e portanto o aspecto motor da capacidade de linguagem. Uma lesão deste tipo provoca afasia expressiva. A afasia de Wernicke, relacionada com lesões na área de Wernicke (área supra-temporal-parietal, esquerda) afecta a compreensão da fala (afasia receptiva). Para diagnosticar as características do défice específico do paciente neurocientistas e neuropsicólogos levam em consideração aspectos tais como a forma como se dão a produção espontânea de fala, a compreensão de fala, a repetição daquilo que é ouvido, a nomeação de objectos e imagens de objectos, etc.

Neste contexto, é importante ter um mínimo de dados acerca da natureza e tipos das afasias, e também ter uma noção das razões da dificuldade de uma classificação estrita destas (cf. Bak 2005). Um primeiro passo pode ser levar em conta dados elementares acerca do chamado modelo de Wernicke-Lichtheim. O modelo de Wernicke-Lichtheim é o mais influente modelo da neurologia cognitiva, e assume a existência de dois centros de linguagem, um sensorial e o outro motor, presumivelmente ligados com um 'centro conceptual'. A impli-

cação mínima do modelo é que ao falarmos de comportamento linguístico de um indivíduo teremos necessariamente que considerar a sua capacidade motora, a sua capacidade perceptiva e o seu 'sistema conceptual'. Todas estas perícias estão envolvidas no comportamento linguístico (é evidentemente problemático, pelo menos do ponto de vista da filosofia, falar de 'sistema conceptual' –podemos de alguma forma concretizar o que se entende por 'sistema conceptual' pensando por exemplo em redes lexicais e modelos de produção e compreensão da fala feitos no âmbito da psicolinguística, mas para um filósofo estará sempre em causa a natureza dos conceitos, e esse problema é não apenas relativo a modelos, mas também à relação mente/mundo). De qualquer forma, o facto de estas perícias de natureza tão diferente entre si estarem todas envolvidas no comportamento linguístico de um indivíduo, além da diferença das lesões de indivíduo para indivíduo, e a possibilidade de lesões nas ligações entre os centros motores e sensoriais referidos[21], constituem algumas das razões para a acima referida dificuldade de classificação das afasias em casos específicos.

Uma outra questão que as ciências da linguagem consideram, nomeadamente começando por tomar em consideração as localizações corticais da faculdade de linguagem, é a evolução da dita faculdade nos humanos. Nem todos os estudiosos da linguagem consideram esta questão legítima ou investigável: por exemplo N. Chomsky durante muito tempo exprimiu reticências face a ela. Mas outros autores investigam a faculdade de linguagem de um ponto de vista evolutivo, e a comparação com linguagens animais é uma das pistas disponíveis para o tratamento deste problema. Um esboço de comparação entre características das linguagens animais e características da linguagem humana, partindo dos estudos de linguagens animais realizados por vários psicólogos no século XX aparece abaixo (Guião nº 9).

[21] Fala-se aqui de 'afasia de condução'.

GUIÃO Nº 9

'Linguagens' Animais

A linguagem propriamente dita (exemplificada pelas línguas naturais) é característica de uma única espécie, a humana. Tal singularidade não constitui, como é óbvio, só por si prova de que a linguagem não evoluiu por selecção natural. Ora, se a linguagem evoluiu por selecção natural, como teria acontecido tal evolução? Temos poucos detalhes, mas podemos especular.
Pense-se nos sistemas de comunicação animal. Três tipos de design parecem ser suficientes para caracterizar os sistemas de comunicação animal conhecidos e estudados:

1) um repertório finito de chamamentos/gritos (exemplo: macacos)
2) um sinal analógico contínuo que regista a magnitude de algum estado (exemplo: danças das abelhas)
3) uma série de variações aleatórias de um tema (exemplo: pássaros, canto)

O design da linguagem humana é muito diferente. O sistema combinatório discreto chamado 'gramática' torna-a:

1) ***infinita*** (o número de palavras e frases complexas numa língua não tem limite),
2) ***digital*** (a infinitude é conseguida pelo rearranjo de elementos discretos em particulares ordens e combinações e não através da variação de algum sinal ao longo de um contínuo),
3) ***composicional*** (cada uma das combinações infinitas tem um significado diferente previsível a partir dos significados das partes).

Há ainda uma outra diferença relevante entre a linguagem humana e os sistemas de comunicação animais: a localização da linguagem no cérebro humano é especial relativamente às outras espécies na medida em que é cortical e não sub-cortical. Os gritos dos animais são controlados por estruturas mais antigas do tronco cerebral, nomeadamente do sistema límbico (zonas envolvidas na emoção). Aliás, vocalizações humanas tais como suspiros, gemidos e gritos de dor também são controladas assim, mas não a linguagem.

Como podemos imaginar uma evolução dos sistemas de comunicação animais para a linguagem humana?

Uma pista importante são os muitos estudos psicológicos feitos com primatas, procurando ensiná-los a falar. Os chimpanzés, por exemplo, são geneticamente muito próximos dos humanos e no seu habitat natural os indivíduos comunicam entre si utilizando sinais de vários tipos. Serão eles capazes de adquirir uma linguagem, mesmo que seja uma linguagem simples? Muitas tentativas foram feitas nesse sentido no século xx.

Anos 30/40: Dois casais de psicólogos adoptaram chimpanzés bebés, que foram tratados como membros da família (iam à casa de banho, lavavam a louça, etc, e aprenderam tudo isso). Gua foi criado com um rapaz da mesma idade e nunca disse uma palavra. Vicki aprendeu a usar

três sons que ouvintes caridosos interpretavam como 'mama', 'papa', 'cup', mas confundia-os frequentemente quando estava excitada e nunca fez combinações novas.

É possível argumentar que tais experiências são 'injustas', no sentido em que se espera que os animais utilizem o seu aparelho vocal, o qual não está, ao contrário do dos humanos, preparado para a linguagem.

Assim, nos **anos 60 e 70**, outros projectos, que se tornaram célebres, apareceram com o objectivo de ensinar linguagem a chimpanzés bebés, através de media mais adequados. Supostamente, teriam tido sucesso.

1) Sarah (responsável: David Premack) aprendeu a usar formas de plástico magnéticas para formar cadeias de símbolos com significados arbitrários (ex: pequeno quadrado vermelho significa 'banana')
2) Lana e Kanzi (responsáveis: Sue e Duane Rumbaugh) aprenderam a pressionar botões com símbolos numa grande consola ou a apontar para eles em tabelas
3) Washoe (responsáveis: Beatrice e Alan Gardner) aprendeu (ou foi descrita como tendo aprendido) a usar a American Sign Language e mesmo a fazer novas combinações, e a construir frases. Indivíduos surdos-mudos, utilizadores dessa linguagem e que serviram de controlo à experiência, afirmaram no entanto que 'as pessoas que ouvem' reconheciam demasiados sinais no gesticular de Washoe, sinais que não eram reconhecidos pelos utilizadores surdos-mudos da linguagem gestual.

Para muitas pessoas, estes estudos representaram o fim do chauvinismo da nossa espécie, e um possível grande avanço ético, que eventualmente nos impediria de simplesmente 'utilizar' outros animais a nosso bel-prazer. A verdade é que somos propensos a atribuir muita coisa aos animais com quem passamos muito tempo. No entanto, para observadores críticos mais recentes a maioria das pretensões dos psicólogos (quase todos eles behavioristas) acima referidos não era mais científica do que as nossas pretensões quanto à inteligência dos nossos cães e gatos. Alguns dos psicólogos até desculpavam as más performances linguísticas dos seus animais dizendo que estes gostavam de metáforas e brincadeiras. O facto é que pouquíssimos dados relativos a estas experiências foram postos à disposição da comunidade científica.

Experiência crítica posterior: o psicólogo H. Terrace e os seus colaboradores tentaram ensinar American Sign Language (linguagem gestual americana) a um gorila – Nim Chimsky – para comprovar os dados do casal Gardner e para contrariar a ideia de Chomsky segundo a qual a faculdade de linguagem seria característica exclusiva da nossa espécie. As conclusões a que chegaram não foram no entanto as esperadas. Os animais não aprenderam American Sign Language. A American Sign Language não é uma pantomima de gestos crus mas uma linguagem complexa, com sintaxe e morfologia. Os animais estavam aliás a fazer algo de mais interessante do que aquilo que os seus treinadores pensavam: os chamados 'sinais' eram gestos do seu repertório natural em estado selvagem, era esses gestos que eles estavam a utilizar e não sinais arbitrários da American Sign Language.

Aparentemente uma hipótese deflacionista justifica-se aqui: aquilo que se obtém com estes animais altamente treinados não tem as características da linguagem humana uma vez que não há aí gramática alguma (inflexões, concordâncias, etc), não há output espontâneo (do género: 'estes são os meus pensamentos....'), as frases nunca se complexificam nem aumentam de

tamanho. Uma simples comparação de frases típicas de uma criança de 2 anos ('Look at the train Ursula brought') com 'frases' típicas de chimpanzés treinados (Nim eat Nim eat / Drink eat me Nim / Me eat me eat) pode ser muito elucidativa. Estas misturas não são semelhantes às frases de crianças, ela são semelhantes ao comportamento dos animais em estado selvagem. E o que se encontra é, nas palaveras de E. O. Wilson, zoólogo, que 'os animais são repetitivos até à inanidade'.

(a partir de S. Pinker, *The Language Instinct,* capítulo 11, The Big Bang, e V. Fromkin & R. Rodman, *Introduction to Language, capítulo 10, Language Acquisition (Can chimps learn human language?)*)

A questão da relação entre 'linguagens' animais e linguagem humana tem evidentemente implicações no que respeita à suposta modularidade da faculdade de linguagem nos humanos. Em Hauser, Chomsky e Tecumseh Fitch 2002 (cf. Bibliografia Geral, Ciências da Linguagem) são analisadas hipóteses relativas à relação entre sistemas de comunicação animais e linguagem humana. Aconselha-se por isso a leitura do artigo.

Lição 6

A linguística chomskyana foi até aqui tomada como um exemplo paradigmático de ciência da linguagem. Ora, a linguística chomskyana aborda o fenómeno da linguagem a partir de modelos formais, concebidos como modelos da 'competência', i.e. do conhecimento de língua ideal do falante. Tais modelos são de alguma forma auto-suficientes relativamente a indivíduos, cérebros e processamento real (pelo menos esta é uma crítica não incomum por parte de cientistas empíricos interessados em linguagem, por exemplo neurocientistas). Seja justa ou não, tal crítica pode servir-nos para introduzir aqui a diferença entre a perspectiva da linguística formal e a perspectiva da psicolinguística: para a psicolinguística, aspectos psicológicos de performance e processamento em indivíduos, bem como questões relativas ao léxico, aquisição de linguagem, modelos de produção e compreensão da fala, são fulcrais. Noutras palavras, para compreender a linguagem, é preciso compreender não apenas a natureza do conhecimento de línguagem, mas essencialmente a forma como este é usado por indivíduos concretos, em situações concretas de produção e compreensão da fala. A explicação de tais fenómenos envolve, obviamente, muitos factores dos quais o indivíduo não é consciente.

Introduz-se aqui apenas um mínimo acerca de tais questões, tratadas por linguistas, psicólogos e neurocientistas. Desde logo é necessária uma salvaguarda: continua, certamente, a ser complicado mapear em termos neuronais as descrições funcionais e sintáticas propostas e utilizadas por psicólogos e linguistas. Tal mapeamento não está ainda disponível, e constitui mesmo um problema conceptual saber se virá a estar. No entanto, dado o enorme e rápido avanço no conhecimento da forma como a 'linguagem está no cérebro e é processada no cérebro' nas últimas décadas, não há justificação para procurar evitar a convergência de perspectivas; o facto é que questão a questão (considerando por exemplo o léxico, a análise do sinal, etc) o progresso vai acontecendo.

Do ponto de vista do processamento de linguagem, a questão do léxico é fundamental. A maioria das teorias psicolinguísticas utilizam a noção de **'léxico mental'**. Um léxico é uma base de dados, um armazenamento de informação sobre palavras da língua (ou línguas) que falamos, e que cada um de nós possui. Não poderemos compreender a forma como as pessoas (ou os cérebros...) lidam com a linguagem se não enfrentarmos o problema de compreender a forma e a organização de tal armazenamento de informação. Esse

armazenamento mental de informação sobre palavras tem, em princípio, que compreender informação semântica, sintáctica, etc, acerca de cada palavra. Um falante adulto normal dispõe de conhecimento acerca de vários milhares de palavras (50000 em média, na estimativa de Gazzaniga et al 1998). São muitas palavras, sobretudo se considerarmos a rapidez com que as seleccionamos para usá-las quando produzimos qualquer elocução (podemos reconhecer e produzir cerca de três palavras por segundo). O problema que se coloca é o seguinte: como estará organizado o nosso léxico mental de forma a permitir-nos tal coisa? Para chegar a responder a esta questão, é frequente começar por comparar o léxico mental com um dicionário, para pôr em relevo as diferenças. A organização do nosso léxico mental deve, pelo menos, diferir da de um dicionário 'cá fora', ou as buscas pela palavra a seleccionar deveriam, por exemplo, variar temporalmente em função de um ordem alfabética, o que não parece ser o caso. Além do mais, palavras parecem poder aparecer e desaparecer dos nossos léxicos mentais (aprendemos palavras novas, esquecemos significados de palavras) de uma forma diferente daquilo que acontece com os dicionários.

Uma hipótese relativa à organização do léxico mental são as **redes semânticas**. Redes semânticas são modelos do léxico, modelos de representação do conhecimento, grafos nos quais os nós representam conceitos e as linhas ligações entre estes. As redes semânticas incorporam hipóteses acerca da forma como o léxico mental está organizado (por exemplo em termos de conexões mais ou menos fortes, de activação de conexões e espalhamento de activação). Do ponto de vista de um neurocientista, esta é uma maneira mais 'natural' de olhar para a forma como a linguagem está no cérebro do que os instrumentos de uma gramática formal. Questões de léxico são muito importantes na linguística computacional e análise de texto, bem como para projectos de tradução automática. Um exemplo de léxico para o inglês, inspirado por teorias psicolinguísticas da memória lexical, é o WordNet (cf. http://wordnet.princeton.edu/).

A questão do léxico cruza-se com a questão a que os filósofos da mente chamariam a questão da natureza dos conceitos. O problema seria aí formulado da seguinte maneira, por exemplo por Jerry Fodor (cf. Fodor 1998, *Concepts*): será que conceitos tais como CÃO ou ÁRVORE estão mentalmente representados por traços conceptuais (traços semânticos, *semantic features*), nos quais os conceitos seriam decomponíveis, ou serão átomos mentais impenetráveis,

ligados causalmente, por co-variação, ao mundo, de uma forma que é cognitivamente impenetrável ao falante?[22]

Uma importante fonte de dados acerca da organização do léxico mental são as lesões cerebrais e os tipos específicos de afasias. O caso da chamada demência semântica é aqui especialmente interessante, sendo usualmente descrito como um défice no sistema conceptual (deixa intocadas outras capacidades cognitivas ao mesmo tempo que provoca nos pacientes dificuldades na atribuição de categorias semânticas a objectos, aparecendo assim como uma degeneração do que era a organização do sistema conceptual). Por exemplo, categorias de 'ordem superior', tais como 'animal' ou 'pássaro' podem passar a ser sistematicamente utilizadas para nomear um cavalo ou um pardal. De resto, o facto de os nossos cérebros tratarem de forma diferente coisas animadas e inanimadas no mundo reflecte-se no uso de linguagem e tem sido objecto de estudos variados[23].

---

[22] As principais teses de Fodor acerca de conceitos são as seguintes: (i) conceitos são particulares mentais, (ii) os conceitos que um sistema tem são independentes das capacidades epistémicas deste, (iii) questões acerca dos conceitos que se tem e das capacidade epistémicas que se tem são conceptualmente e metafisicamente independentes, (iv) para um sistema cognitivo, possuir um conceito não é conhecer descritivamente alguma coisa mas ser capaz de a detectar e identificar. Na prática isto traduz-se no seguinte. Para Fodor, os significados de palavras em línguas naturais são conceitos e os conceitos aplicam-se às coisas. Por exemplo o conceito (particular mental) CÃO é o significado da palavra portuguesa 'cão' e aplica-se à propriedade *ser cão* no mundo. As coisas 'caem' (ou não) sob conceitos. Um conceito C é 'verdadeiro' de alguma coisas e apenas dessas coisas se elas forem o seu referente (a sua extensão). O referente é o 'fazedor de verdade' (*truth-maker*) do conceito. Relativamente a alguns conceitos (ex: RED, DOG, DOORKNOB etc.) nós estamos directamente conectados com as suas extensões através da experiência pessoal. Quanto a outros conceitos (METAL, HIDROGÉNIO, NEUTRINO etc.) a conexão é indirecta, herdada ao longo de uma cadeia, por deferência com outras pessoas (peritos, livros, testemunhas etc). O ponto é que a conexão dessas outras pessoas é directa, logo não há regressão infinita. Objectos, conjuntos, eventos, situações etc, estão conectados causal e nomologicamente com a mente através de um poder convenientemente abstracto de suportar (*convey*) informação: o que confere conteúdo a representações mentais é algo acerca das relações causais-nomológicas dessas representações com as coisas que caem debaixo delas. Por exemplo o que dá a uma representação mental o conteúdo CÃO é o facto de as suas instanciações serem causadas por cães. É essencial para compreender esta proposta compreender que uma ideia central de Fodor quanto a significado (*meaning*) é que os significados são partilhados, públicos, não são imagens mentais ou associações que as palavras provocam em cada falante individual (esta é aliás uma ideia fregeana). Na filosofia estas são ideias muito polémicas, mas são uma referência.

[23] Em Gazzaninga et al. 1998 (pp. 293-295) pode ser encontrada uma descrição resumida de alguns estudos de Hanna Damásio e colaboradores sobre a correlação entre lesões cerebrais e

Uma questão coloca-se ainda antes de estes problemas relativos a categorizações e hierarquias – como é que algum estímulo físico é sequer percebido como linguagem por um agente cognitivo? [24] A questão coloca-se, é claro, de forma diferente para a linguagem falada e para a linguagem escrita, nomeadamente porque no caso da linguagem falada existe a pista da prosódia (as inflexões significativas da linguagem oral, que nos permitem distinguir palavras individuais como palavras, algo que não fazemos quando, por exemplo, ouvimos alguém falar uma língua estrangeira que nos é desconhecida). Tal questão subjaz aos problemas 'de ordem mais elevada' relativos a sintaxe, semântica, pragmática, e interfaces entre estas dimensões da línguagem. Para lhe responder, cientistas da linguagem avançam modelos da compreensão e produção da fala. Modelos de compreensão e produção de fala têm que de alguma forma pressupor o léxico e a organização deste, mas também muitos outros elementos. Se considerarmos por exemplo a compreensão de linguagem escrita, veremos que o que está em causa deve ir desde a percepção visual e categorização de estímulos, que compõem letras, que por sua vez compõem palavras, até à interface destas categorizações com o significado de palavra. As questões tratadas pelos cientistas começam, como é óbvio, com a análise do input da linguagem falada e escrita. Uma descrição da complexidade de níveis de processamento, interface, decisão, envolvidos na análise perceptiva de input como linguístico pode ser encontrada em Gazzaniga et al 1998[25]. Se os modelos de compreensão da fala começam pelo problema da relação perceptiva dos indivíduos com o input falado ou escrito, os modelos de produção da fala devem começar com 'conceitos', que são 'postos em palavras' pelo falante. Um exemplo conhecido é o modelo proposto pelo linguista holandês Willem Levelt (cf. Esquema nº abaixo, de Gazzaniga et al, p.301).

---

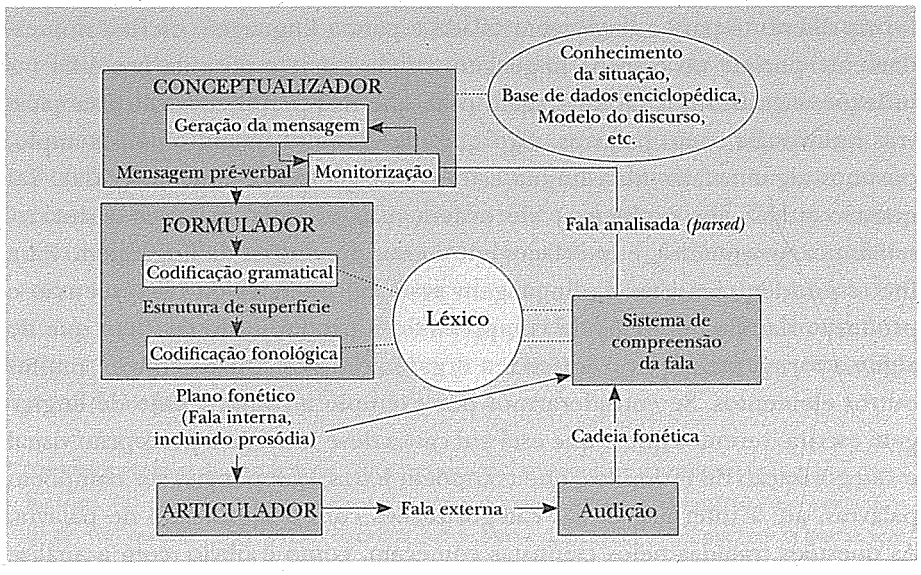
défices selectivos na nomeação de pessoas, animais e instrumentos, seguido de um modelo de três níveis da representação do conhecimento de palavras, que apoia a interpretação dos dados recolhidos.

[24] Para a resposta a esta e outras questões, aconselha-se a consulta do curso de Psicologia da Linguagem e do Pensamento da responsabilidade da Professora São Luís Castro (FPCEUP e Centro de Ciência Cognitiva da UP), que se encontra on-line em http://webct.up.pt/webct/homearea/homearea.

[25] Encontra-se aí como exemplo (p. 297) o Modelo do Pandemónio de O. Selfridge, de 1959, que pretende capturar os processos envolvidos no reconhecimento de letras por um leitor, a partir do input sensorial.

ESQUEMA Nº6

O Modelo de Levelt



No modelo são visíveis os componentes funcionais essenciais à iniciação de comportamento linguístico (conceptualizador, formulador, articulador, prevendo o acesso ao léxico e acessos dos vários componentes entre si). O modelo prevê um macroplaneamento (envolvendo a intenção comunicativa, as finalidades e sub-finalidades desta) e um microplaneamento (envolvendo a forma, a 'perspectiva', da formulação da informação). Não é descabido ter em mente um modelo como este quando forem introduzidas as teorias filosóficas de que se tratará ao longo deste curso, especialmente porque os filósofos da linguagem, pensando em questões como o sentido e a referência, parecem por vezes esquecer que são pessoas individuais que falam, e que falar é uma acção que tem que ser iniciada. É verdade que alguns filósofos prestam atenção a um modelo como este, e de resto fazem notar que, de um ponto de vista filosófico, colocar no modelo um elemento a que se chama 'Conceptualizador' é altamente problemático: afinal, põe em causa todo o problema da iniciação da acção, bem como a posse consciente do 'querer-dizer' por parte de um falante. Um filósofo da mente que considera o modelo de Levelt sob esta perspectiva é Daniel Dennett, em *Consciousness Explained* (1991). Dennett chama a atenção para o facto de não ser filosoficamente defensável a simples evocação de um 'Intencionador Central que sabe

o que quer dizer' – o que seria isso, afinal? Um eu imaterial, uma centralização natural do agente, um último vestígio de uma concepção cartesiana das relações mente/corpo?

De qualquer forma, o modelo de Levelt prevê um lugar para o 'Conceptualizador' – é este que 'cria' o que o sistema vai dizer e que decide que isso seja dito. De acordo com o modelo de Levelt, a fala não é produzida palavra a palavra: existe uma certa previsão global do que vai ser dito. Que existe uma certa previsão é visível por exemplo no fenómeno da prosódia, i.e. na entoação e distribuição desta pela frase. Vários erros de fala e *lapsus linguae* são sugestivos do modo como é feita a selecção de palavras. Aliás erros só podem ser considerados erros se puderem de alguma forma ser considerados diferentes daquilo que o falante queria-dizer. Se tais fenómenos ocorrem é porque existe uma determinação do querer-dizer, apesar das interferências possíveis. Essa determinação é a tarefa do 'Conceptualizador'. Este é admitido por Levelt como uma reificação provisória que precisa de ser explicada. O conceptualizador decide pela performance de um acto de fala, envia uma ordem para a 'burocracia' sob o seu controlo, a qual inclui as partes do modelo que são o formulador e o articulador, bem como as 'Relações Públicas' que escolhem as palavras apropriadas, tornam-nas gramaticais, combinam o tom de voz e executam o acto.

É evidentemente problemático dizer em que linguagem é dada a ordem do conceptualizador. De acordo com Levelt, a ordem (apenas para actos de fala e não para todas as actividades cognitivas) é dada numa Linguagem do Pensamento (este é um outro problema tratado pelos filósofos da mente; o conceito, como é sabido, é de Jerry Fodor). Este modelo de originação da fala corresponde à ideia de um processamento serial, com uma hierarquia de rotinas, agentes e sub-agentes. Em alternativa, poder-se-ia conceber a produção dos actos de fala como dependente de um processo de 'pandemónio', e o eventual emparelhamento de conteúdos com expressões como sendo o resultado final de competições.

Uma vez concluído o breve trajecto em que foi feita referência a alguns problemas e teorias das ciências da linguagem, é possível propôr o seguinte 'critério de demarcação' (evidentemente susceptível de discussão posterior) entre estudos científicos da linguagem e filosofia da linguagem: as ciências da linguagem tratam de forma factual o comportamento linguístico de sistemas físicos envolvidos na produção de linguagem – a linguagem simplesmente acontece no mundo natural. Problemas tais como a natureza da significação, da referência, da indexicalidade, da demonstração, das relações entre

pensamento e linguagem, que envolvem a consideração directa e específica da relação pensamento/linguagem/mundo são, frequentemente, deixados de fora nesse tratamento. Ora, é exactamente aí que se situa o trabalho dos filósofos da linguagem contemporâneos.

PARTE II

Sentido e referência: história da filosofia da linguagem

Lições 7 a 10 G. FREGE: do projecto filosófico de Frege às teses acerca de sentido e referência em *Über Sinn und Bedeutung* (1892)

Tempos: 4 aulas / 8 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer dados históricos básicos sobre a vida e a obra de G. Frege
- Identificar autores que lidam com a história da filosofia analítica e que nesse contexto discutem a importância da obra de G. Frege e a importância desta na filosofia da linguagem
- Explicar a centralidade da filosofia da linguagem na filosofia analítica a partir da compreensão do projecto de Frege
- Caracterizar o projecto filosófico de Frege
- Identificar o tema e as propostas do *Begriffschrift* (1879)
- Caracterizar o programa logicista
- Enunciar o Paradoxo de Russell
- Relacionar a importância de Frege com a proposta de uma semântica filosófica
- Conhecer a temática de *Os Fundamentos da Aritmética* (1884)
- Comparar a proposta fregeana acerca da natureza do número com as propostas empirista, psicologista e kantiana
- Situar o artigo *Über Sinn und Bedeutung* (1892) na obra e no projecto filosófico de Frege
- Identificar as partes de *Über Sinn und Bedeutung* e os temas destas
- Explicar a noção de 'nomes próprios fregeanos'
- Explicar as doutrinas fregeanas acerca de sentido e referência de termos singulares, frases assertivas simples e frases compostas defendidas em *Über Sinn und Bedeutung*
- Discutir as posições filosóficas gerais de Frege

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

BEANEY, M. (org), 1997, *The Frege Reader.* Oxford, Blackwell.

BURGE, T, 1991, «Frege», in H. Burckhardt & B. Smith (eds.), *Handbook of Ontology and Metaphysics.* Munich, Philosophia Verlag.

BURGE, T, 2005, «Introduction», in *Truth, Thought and Reason – Essays on Frege.* Oxford, Oxford University Press.

BURGE, T, 2005, «Frege on sense and linguistic meaning», in *Truth, Thought and reason – Essays on Frege.* Oxford, Oxford University Press.

DUMMETT, M., 1993, *Origins of Analytic Philosophy.* Cambridge MA, Harvard University Press.

DUMMETT, M., 1973, *Frege's Philosophy of Language.* London, Duckworth.

DUMMETT, Michael, 1973, «The evolution of Frege's Thought», in DUMMETT 1973.

DUMMETT, Michael, 1973, «Frege's Place in the History of Philosophy», in DUMMETT 1973.

DUMMETT, Michael, 1978, «Frege's Philosophy», in DUMMETT 1978, *Truth and Other Enigmas.*

FREGE, G., «Sense and Reference» (Über Sinn und Bedeutung) in BEANEY 1997 (Tradução portuguesa (brasileiro) de P. Alcoforado, «Sobre o sentido e a referência», in Paulo Alcoforado, *Lógica e Filosofia da Linguagem*, S.Paulo, Cultrix, 1978).

FREGE, G, 1992, *Os Fundamentos da Aritmética.* Lisboa, INCM

KENNY, Anthony, 1995, *Frege*, London, Penguin.

SAINSBURY, R. M., 1996, «Frege and Russell», *in* N. Bunnin e E. P. Tsui-James (eds.), *The Blackwell Companion to Philosophy.* Oxford, Blackwell (pp. 662-677).

WEINER, Joan, 1999, *Frege.* Oxford, Oxford University Press.

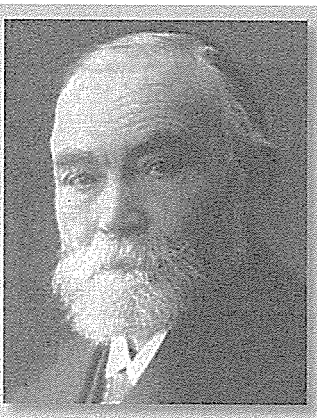
ZALTA, Ed, 2005, *«Gottlob Frege», The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2007 Edition), Edward N.Zalta (ed), URL= <http://plato.stanford.edu/entries/frege/>

ZILHÃO, António, 1992, Prefácio à tradução portuguesa de *Os Fundamentos da Aritmética,* in FREGE 1992.

Lição 7

GUIÃO Nº 10

Gottlob FREGE(1848-1925)



Vida de Frege

- Nasce a 8 de Novembro de 1848, em Wismar (Mecklenburg-Schwerin)
- Em 1869 ingressa na Universidade de Iena
- Em 1871 ingressa na Universidade de Göttingen
- Em 1873 obtém o doutoramento em Matemática (Geometria), na Universidade de Göttingen
- Em 1874 obtem a *Habilitation* em Matemática na Universidade de Iena
- Em 1874 torna-se *Privatdozent* na Universidade de Iena
- Em 1879 torna-se *Professor Extraordinarius* na Universidade of Iena
- Em 1896 torna-se '*ordentlicher Honorarprofessor*' na Universidade de Iena
- Em 1902 recebe a carta de Russell
- Em 1917 reforma-se da Universidade de Iena
- Morre em 26 de Julho de 1925, em Bad Kleinen (hoje em Mecklenburg-Vorpommern)

Escritos: FONTES PRIMÁRIAS

FREGE, Gottlob, 1879, *Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens*, Halle a. S.: Louis Nebert. Traduções inglesas: S. Bauer-Mengelberg, *Concept Script, a formal language of pure thought modelled upon that of arithmetic*, in J. van Heijenoort (ed.), *From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967; M. Beaney, *Begriffschrift - a formula language of pure thought modelled on that of arithmetic*, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*, Oxford: Blackwell

FREGE, Gottlob, 1884, *Die Grundlagen der Arithmetik: eine logisch-mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl*, Breslau: W. Koebner. Traduções inglesas: J. L. Austin, *The Foundations of Arithmetic: A logico-mathematical enquiry into the concept of number*, Oxford: Blackwell, segunda edição revista 1974; M. Beaney, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*, Oxford: Blackwell. Tradução portuguesa (com prefácio e notas) de António Zilhão, 1992, *Os Fundamentos da Aritmética*. Lisboa, INCM.

FREGE, Gottlob, 1891, 'Funktion und Begriff', Vortrag, gehalten in der Sitzung vom 9. Januar 1891 der Jenaischen Gesellschaft für Medizin und Naturwissenschaft, Jena: Hermann

Pohle. Traduções inglesas: 'Function and Concept', por P. Geach in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach and M. Black, Oxford: Blackwell, terceira edição, 1980; M. Beaney, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*.

FREGE, Gottlob, 1892a, 'Über Sinn und Bedeutung', in *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 100: 25-50. Traduzido como 'On Sense and Reference' por M. Black in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach & M. Black (eds. and trans.), Oxford: Blackwell, 3ª ed., 1980. Tradução inglesa tomada como referência: "On *Sinn* and *Bedeutung*", *in* M. Beaney (ed.), *The Frege Reader*, Blackwell, Oxford, 1997, pp. 151-171. Tradução portuguesa (brasileira) de P. Alcoforado, Sobre o sentido e a referência, in Paulo Alcoforado, *Lógica e Filosofia da Linguagem*, S.Paulo, Cultrix, 1978.

FREGE, Gottlob, 1892b 'Über Begriff und Gegenstand', in *Vierteljahresschrift für wissenschaftliche Philosophie*, 16: 192-205. Traduções inglesas: 'Concept and Object', por P. Geach in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach & M. Black (eds. and trans.), Oxford: Blackwell, terceira edição, 1980; também publicada em BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*.

FREGE Gottlob, 1893, *Grundgesetze der Arithmetik*, Jena: Verlag Hermann Pohle, Band I. Traduções inglesas: tradução parcial, *The Basic Laws of Arithmetic* por M. Furth, Berkeley, University of California Press, 1964; tradução de extractos por M. Beaney, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*.

FREGE Gottlob, 1903 *Grundgesetze der Arithmetik*, Jena: Verlag Hermann Pohle, Band II.

FREGE Gottlob, 1904 'Was ist eine Funktion?', in *Festschrift Ludwig Boltzmann gewidmet zum sechzigsten Geburtstage, 20. Februar 1904*, S. Meyer (ed.), Leipzig: Barth, 1904, pp. 656-666. Tradução inglesa: 'What is a Function?', por P. Geach in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach & M. Black (eds. and trans.), Oxford: Blackwell, terceira edição, 1980.

FREGE Gottlob, 1906 'Über die Grundlagen der Geometrie' (Second Series), *Jahresbericht der Deutschen Mathematiker-Vereinigung* 15, pp. 293-309 (Part I), 377-403 (Part II), 423-430 (Part III). Tradução inglesa 'On the Foundations of Geometry (Second Series)' por E.-H. W. Kluge, in *On the Foundations of Geometry and Formal Theories of Arithmetic*, New Haven: Yale University Press, 1971.

FREGE Gottlob, 1918, Der Gedanke, *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, 1, nº 2. Thought, tradução inglesa de P. Geach & R.H. Stoothof, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*. (existe uma tradução portuguesa de Luísa Couto Soares (FCSH-UNL), ainda não publicada).

Gottlob Frege nasceu a 8 de Novembro de 1848, em Wismar (Mecklenburg-Schwerin). Fez carreira académica na matemática. Em 1869 ingressou na Universidade de Iena e em 1871 na Universidade de Göttingen. Em 1873 obteve o doutoramento em Matemática (Geometria), na Universidade de Göttingen. Em 1874 obteve a *Habilitation* em Matemática na Universidade de Iena.

Em 1874 tornou-se *Privatdozent* na Universidade de Iena. Em 1879 tornou-se *Professor Extraordinarius* na Universidade of Iena. Em 1896 tornou-se *ordentlicher Honorarprofessor* na Universidade de Iena. Em 1902 recebeu de Bertrand Russell, uma carta ficou célebre na história da filosofia e da ciência por ter deitado por terra os projectos que Frege tinha de reconduzir a arimética à lógica (mais à frente encontra-se um extracto da dita carta). Em 1917 reformou-se da Universidade de Iena. Morreu em 26 de Julho de 1925, em Bad Kleinen (hoje em Mecklenburg).

A obra de Frege permaneceu bastante desconhecida e ignorada no seu tempo; pessoas como B. Russell, R. Carnap e L. Wittgenstein tiveram um importante papel no sentido de a tornar apreciada. No entanto, nos nossos dias a riqueza do trabalho de Frege tem vindo a tornar-se cada vez mais óbvia. Hoje destacam-se na interpretação do pensamento de Frege autores como Michael Dummett e Tyler Burge[1], eles próprios importantes filósofos contemporâneos. Dummett, particularmente (e em especial o seu livro de 1973, *Frege: Philosophy of Language*), foi fundamental para o revitalizar do interesse por Frege. Frege é, no entanto, uma espécie de 'herói retrospectivo' da filosofia analítica. Não teve no seu tempo a importância que tem hoje. Uma breve caracterização dos temas de alguns dos seus escritos fulcrais (nomeadamente, *Begriffsschrift, Fundamentos da Aritmética e Über Sinn und Bedeutung*) permitir-nos-á compreender, pelo menos nas suas linhas gerais, o projecto filosófico de Frege, bem como o grande impacto, na filosofia contemporânea, de um autor que aparentemente se preocupou sobretudo com questões técnicas de filosofia da matemática e de filosofia da linguagem. Esses temas são, respectivamente (i) a proposta de uma escrita conceptual, i.e., um simbolismo lógico que permita ultrapassar a inadequação da linguagem natural para exprimir o pensamento, que permita capturar o conteúdo conceptual de proposições e exprimir deduções, proposta que é a intenção do *Begriffsschrift*, (ii) uma investigação acerca da natureza do conceito de número (a intenção dos *Fundamentos da Aritmética* é fazer uma 'análise semântica da linguagem da aritmética'), e (iii) uma investigação acerca da natureza do sentido e da referência de termos e frases – é o propósito de *Über Sinn und Bedeutung*. É nos *Fundamentos da Aritmética* que Frege introduz o Princípio do Contexto, já identificado nas primeiras lições do curso e que agora importa retomar.

---

[1] Cf. Bibliografia Geral.

ESQUEMA Nº7

O Princípio Fregeano do Contexto

«Os princípios fundamentais que adoptei nesta investigação foram os seguintes: é necessário separar com nitidez o que é psicológico do que é lógico, o que é subjectivo do que é objectivo; só se pode perguntar pela denotação de uma palavra no contexto de uma proposição, e não considerando-a isoladamente; deve manter-se sempre presente a distinção entre conceito e objecto.» G. Frege, *Os Fundamentos da Aritmética* (p.34, tradução portuguesa)

Tal princípio – de acordo com o qual, recorde-se, as palavras não significam isoladamente mas apenas no contexto de frases – representa por si só uma 'revolução' metodológica na forma de conceber a investigação filosófica ligada à linguagem. Convém ter em mente, no entanto, procurando chegar a uma caracterização do projecto filosófico geral de Frege, que Frege, o 'fundador da filosofia da linguagem' afirma repetidamente que *a sua preocupação teórica é com o pensamento e com a verdade,* e não com a linguagem ela própria e por si mesma. Para Frege, a linguagem, e muito especialmente a linguagem natural, é apenas um 'meio' de expressão do pensamento, e um meio que frequentemente obscurece este. Frege admite no entanto que não há outra forma de aceder ao pensamento que não seja a linguagem.

Na verdade o projecto geral de Frege como filósofo retoma os interesses clássicos da filosofia, os interesses de Platão, Aristóteles, Descartes ou Kant: trata-se de compreender como é possível o pensamento. O que Frege traz de novo é a ideia de concentrar as investigações filosóficas na linguagem e a ideia de usar meios lógicos para fazê-lo. Para além do mais, desenvolve ele próprio um sistema lógico para apoiar tais investigações. São considerações como estas que nos permitem compreender a relevância do *Begriffsschrift,* e a razão por que Frege considera que a sua 'escrita conceptual' está para a linguagem comum como um microscópio está para o olho (é o próprio Frege quem o afirma, no Prefácio do *Begriffsschrift*): quando há necessidade de 'alta resolução' conceptual a linguagem comum é insuficiente[2] (evidentemente existem situações em que a 'alta resolução' é descabida e desnecessária).

O sistema proposto no *Begriffsschrift,* com o qual Frege procurará estender da matemática à Lógica a análise em termos de função e argumento, substituindo os conceitos de sujeito e predicado, constitui para muitos o maior

---

[2] Esta comparação tem um outro lado: da mesma forma que o microscópio, o *Begriffsscrift* foi concebido para propósitos científicos específicos, e não tem propósito ou utilidade fora deles.

passo em frente na Lógica desde Aristóteles. É costume sublinhar que Frege inaugura a lógica moderna com a introdução de uma notação de quantificadores, permitindo o que hoje conhecemos como lógica de predicados, e o tratamento da generalidade múltipla. O seu primeiro 'estudo de caso' será a linguagem da aritmética – a aritmética contém muitas afirmações envolvendo generalidade múltipla (por exemplo 'Todo o número tem um sucessor').

Para além da introdução de meios lógicos para a investigação, coloca-se a questão de saber como se afigura a análise ou investigação filosófica, uma vez estando disponíveis tais meios. Ora, as ideias básicas subjacentes à concepção fregena de 'análise' filosófica dizem respeito à forma como devemos pensar acerca de pensamento e linguagem. No núcleo do projecto está a seguinte ideia: se se quer compreender o pensamento, deve-se olhar para a linguagem, e para a prática dedutiva sobre a linguagem, prática essa baseada na estrutura. Para compreender essa estrutura deve-se procurar compreender a contribuição dos componentes de frases para as condições de verdade.

Assumindo que o projecto geral é o de uma investigação do pensamento, parte-se do princípio de que pensamentos são expressos em frases. Para compreender a estrutura lógica de frases é necessário compreender a estrutura lógica das partes que compõem estas. Ora, a estrutura lógica revela-se na forma como a boa prática dedutiva depende da estrutura. Aquilo que é necessário compreender sistematicamente é a *estrutura da inferência dedutiva.* Assim, para entender a estrutura lógica das frases e das suas partes é preciso analisar a forma como as frases entram em combinações inferenciais. O propósito da inferência é preservar a verdade em transições de premissas verdadeiras para conclusões verdadeiras. Reflectindo sobre a estrutura da linguagem tal como esta se revela na inferência, deve-se focar as contribuições dos elementos da estrutura para a determinação da verdade das frases, e para a preservação dessa verdade em inferências. Por isso, para compreender a estrutura das partes de frases, deve-se reflectir sistematicamente sobre a contribuição destas para condições nas quais as frases contam como verdadeiras, e assim as suas contribuição para determinar condições em que a verdade é preservada na inferência dedutiva.

A propósito de análise (e do facto de Frege ser considerado fundador da filosofia dita 'analítica') importa ter muito claro o que 'análise' significa e o que não significa em Frege: em Frege, pelo menos, análise da linguagem não significa qualquer coisa como uma fetichização do esclarecimento do significado, uma centração da filosofia na linguagem e na lógica em detrimento do interesse pelo que (da realidade) é pensado. 'Análise' não se identifica tão

pouco com 'verdades analíticas' concebidas de uma certa forma (conviria aqui comparar a posição de Frege acerca do analítico, introduzida à frente, com certas doutrinas do positivismo lógico, nomeadamente a formulação do chamado critério de significação e a distinção que este incorpora entre analítico e sintético, distinção que virá a ser criticada por W. V. Quine, cf. explicação mais à frente neste curso). Desde já se pode avançar que para Frege uma verdade é analítica se pode ser justificada apenas com a ajuda de leis lógicas e de definições (evidentemente a definição pressupõe a noção de 'lei lógica', deixando o problema de esclarecer o estatuto destas).

É no contexto deste projecto filosófico mais geral de investigação do pensamento que deve ser compreendido o logicismo fregeano (i.e. a ideia de compreender a matemática do número com meios exclusivamente lógicos, ideia que Frege via como um contributo para a teoria do conhecimento), bem como as suas teses acerca de sentido e referência.

Lição 8

Tendo identificado as directrizes básicas do projecto filosófico de Frege e as implicações de tal projecto para o que se entende por 'análise' (e, eventualmente, 'filosofia analítica'), importa considerar de forma mais próxima um caso específico de investigação. Esse caso específico será a investigação sobre a natureza da numericidade levada a cabo nos *Fundamentos da Aritmética.* Procurar-se-á também, através desse caso específico, evidenciar as relações de Frege com a história da filosofia (a forma como Frege se posiciona perante a história da filosofia, e a forma como nela 'fica').

Os Fundamentos da Aritmética exemplificam o tipo de investigação conceptual proposta por Frege. Recorde-se aliás que é em *Os Fundamentos da Aritmética* que Frege formula o Princípio do Contexto[3]. Nos *Fundamentos da Aritmética* Frege não põe a uso o simbolismo do *Begriffsschrift,* antes discute de forma 'informal' as várias tentativas (empiristas, psicologistas, kantiana) de definir o conceito de número. Como é sabido, de acordo com Kant as verdades aritméticas são verdades sintéticas a priori[4]. Frege discorda desta posição, como, de resto, também discorda das posições empiristas e psicologistas. A sua convicção é que as verdades da aritmética têm uma natureza analítica e a priori, e podem explicadas com meios puramente lógicos (ao que se junta a posição de acordo com a qual os números são objectos de um determinado tipo).

Compreender-se-á melhor esta posição de Frege comparando-a com a posição de Kant e tendo em conta a diferença entre os conceitos de 'analítico'' defendidos pelos dois filósofos. Para compreender a ideia kantiana segundo a qual juízos aritméticos são juízos sintéticos a priori, convem recordar a concepção kantiana de 'analítico': de acordo com Kant, de entre as proposições verdadeiras que têm a forma *S é P,* são analíticas aquelas nas quais o conceito de predicado está contido no conceito de sujeito. Ora, embora Frege pretenda manter o espírito da definição de Kant, desde logo a sua própria definição de analítico não se restringe a proposições com a forma *S é P* (a análise conceptual 'demasiado próxima da gramática comum' é rejeitada por Frege). Além disso e ao contrário de Kant, Frege não considera que todas as verdades ana-

---

[3] É certo que a natureza do Princípio do Contexto é ela própria problemática: será este (i) um imperativo metodológico? Será (ii) a enunciação de condições necessárias para haver significação? Será (iii) a enunciação de condições suficientes para haver significação?

[4] Deve ser recordada aqui a teoria kantiana do conhecimento estudada na disciplina de Filosofia do Conhecimento.

líticas sejam triviais. Segundo Frege, 'uma proposição é analítica se e só se é demonstrável apelando apenas a leis lógicas e definições'[5].

Nos *Fundamentos da Aritmética* é visível que a atitude de Frege perante os problemas clássicos da história da filosofia é bastante distinta da atitude de alguns dos seus seguidores, por exemplo os positivistas lógicos ('seguidores' na medida em que viam o método da filosofia em termos de análise do significado[6]). Não é, nomeadamente, indiferente a Frege a forma como os novos métodos de análise permitem tratar os problemas tradicionais da história da filosofia (o caso da comparação de Frege com Kant a propósito da natureza do conhecimento matemático (em aritmética) é um bom exemplo, e de resto poder-se-ia ainda evocar a sua refutação do argumento ontológico a favor da existência de Deus, defendido por exemplo por Sto. Anselmo e Descartes).[7]

Uma outra forma importante de situar Frege na história da filosofia, pensando-o agora a partir da nossa própria perspectiva e não na da relação com os seus predecessores, é vê-lo como fazem por exemplo Michael Dummett (*Origins of Analytic Philosophy*) e Tyler Burge (*Truth, Thought, Reason – Essays on Frege*) na sua relação com Husserl, o fundador da fenomenologia, a outra grande corrente filosófica do século XX além da fenomenologia. De facto existe uma supreendente proximidade entre Frege e Husserl: ambos são anti-psicologistas, ambos estão interessados no estudo do pensamento. A grande diferença é obviamente metodológica: de um lado temos a proposta de um sistema lógico para levar a cabo a análise do pensamento, do outro temos o método da análise de essências. Mas na verdade quer Frege quer Husserl estão interessados em compreender algo a que podemos em geral chamar 'o sentido, a significação'.

A forma mais comum de colocar Frege na história da filosofia é no entanto, obviamente, associar o seu nome ao logicismo. Ora é na particular tentativa de abordagem logicista da aritmética que o projecto fregeno é deitado por terra por Russell, que descobre uma contradição no sistema de Frege. Reproduz-se em seguida um extracto da célebre carta de Russell a Frege.

---

5 Note-se que isto não é idêntico a dizer que 'é verdadeira em virtude do significado'.

6 As diferenças são muitas (por exemplo relativas à concepção de analiticidade, tal como ficou expresso na nota acima), no entanto uma sobressai: *os positivistas lógicos eram empiristas* e, na sua teoria do conhecimento e daquilo que é 'cognitivamente significativo' tomavam como ciência paradigmática a física, Frege é um racionalista, que toma como ciência paradigmática a matemática.

7 Como Kant, Frege considera que a existência não é um predicado (i. e. não é um conceito de primeira ordem, mas sim um conceito de segunda ordem).

ESQUEMA Nº8

Carta de Russell a Frege

(Heijenoort, J. (1967), *From Frege to Gödel.* Cambridge, Mass. Harvard University Press, pp.124-125)[8]

Friday's Hill, Haslemere, 16 de Junho de 1902

Caro colega

Há ano e meio tomei conhecimento do seu *Grundgesetze der Arithmetik*, mas apenas agora encontrei tempo para fazer um estudo mais rigoroso, como era minha intenção, sobre o seu trabalho. Estou em completo acordo consigo no essencial, particularmente quando rejeita qualquer elemento psicológico [*Moment*] na lógica e quando atribui grande valor a uma ideografia [*Begriffsschrift*] para os fundamentos da matemática e da lógica formal, as quais, em boa verdade, dificilmente se podem distinguir. Relativamente a muitas questões particulares, há no seu trabalho discussões, distinções e definições que dificilmente se encontrarão no trabalho de outros lógicos. Especialmente no que diz respeito à função, eu próprio fui conduzido a observações que são as mesmas, mesmo nos detalhes. Há apenas um ponto onde encontrei uma dificuldade. O colega diz que uma função também pode actuar como elemento indeterminado. Eu acreditava nisto, mas agora esta perspectiva parece-me duvidosa pela seguinte contradição. Seja *w* o predicado: para ser predicado, não pode ser predicado de si próprio. Pode *w* ser predicado de si próprio? A cada resposta o seu oposto segue-se. Portanto podemos concluir que *w* não é um predicado. Da mesma maneira, não existe nenhuma classe (como uma totalidade) de classes que, sendo cada uma tomada como uma totalidade, não pertença a si própria. Disto concluo que, sob certas circunstâncias, uma colecção definível [*Menge*] não forma uma totalidade.

Estou a acabar um livro sobre os princípios da matemática no qual gostaria de discutir o seu trabalho muito aprofundadamente. Já tenho os seus livros ou vou comprá-los brevemente, mas ficar-lhe-ia muito grato se me pudesse mandar separatas dos seus artigos de revistas. No caso de ser impossível, obtê-los-ei numa biblioteca.

O tratamento exacto da lógica em questões fundamentais, onde os símbolos falham, tem ficado muito para trás. Nos seus trabalhos encontro aquilo que de melhor há no nosso tempo razão pela qual me permito exprimir o meu profundo respeito por si. É lamentável não ter sido publicada a segunda edição do seu *Grundgesetze*. Espero que isto ainda venha a ser feito.

Muito respeitosamente este seu,

Bertrand Russell

A contradição acima mencionada, quando expressa na ideografia de Peano, lê-se da seguinte maneira:

$$w = \text{cls} \cap x \ni (x \sim \varepsilon x) \; . \supset : w \varepsilon w \; . = . w \sim \varepsilon w$$

Já escrevi a Peano acerca disto, mas ele ainda me deve uma resposta.

---

[8] Esta tradução portuguesa encontra-se online em: http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/fregerussel/russeltofrege.htm.

O chamado Paradoxo de Russell pode ser compreendido da seguinte forma. Considere-se o conjunto de todos os conjuntos que não são membros de si mesmos. Tal conjunto parece ser um membro de si mesmo se e só se não for um membro de si mesmo, daí o paradoxo. O paradoxo é gerado pelo chamado axioma da compreensão, segundo o qual uma condição particular determina um conjunto ou classe. Frege responde a Russell que a descoberta da contradição o deixara surpreso e consternado, na medida em que abala as bases sobre as quais tinha desejado construir a sua aritmética. O próprio Frege acaba por abandonar no fim da vida as suas convicções logicistas. A sua importância na história da filosofia está no entanto relacionada com passos que deu movido por tal projecto, e com as propostas metodológicas que devido a ele avançou.

Mas não é tanto com o *Begriffsschrift* ou os *Fundamentos da Aritmética* que Frege contribui para o património fundamental e inicial da filosofia da linguagem contemporânea: o texto fulcral é *Über Sinn und Bedeutung*, no qual se encontra-se uma proposta concreta quanto ao que está em causa numa semântica. De acordo com Frege para responder à questão 'O que é uma teoria da significação (*meaning*)?' devemos considerar duas coisas, sentido e referência, a que ele chama 'Sinn' e 'Bedeutung'. As propostas de Frege a este respeito constituíram a base para as teorias *semânticas* (na filosofia, lógica matemática e linguística).

Há três questões estruturantes de *Über Sinn und Bedeutung* a primeira diz respeito a sentido e referência de termos singulares, tais como 'a estrela da manhã' e 'a estrela da tarde', a segunda a sentido e referência de frases assertivas simples, como 'A Estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol', a terceira a sentido e referência de frases compostas (frases 'dentro' de frases, como 'Copérnico acreditava que as órbitas planetárias eram circulares', ou 'Alice acredita que a estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol').

Para compreender a exposição que se segue é necessário recordar que Frege e Russell têm visões distintas daquilo que são nomes próprios, i.e. termos singulares com uma relação aparentemente 'directa' com a realidade: os 'nomes próprios fregeanos' comportam os nomes próprios e as descrições definidas russellianas (cf. Esquema nº 8 abaixo).

ESQUEMA Nº 9

Termos singulares e a forma como estes se relacionam com a realidade extra-linguística

	NOMES PRÓPRIOS	DESCRIÇÕES DEFINIDAS
FREGE	Nomes Próprios e Descrições Definidas são a mesma coisa (= 'nomes próprios fregeanos'). Nomes próprios nomeiam objectos.	
RUSSELL	Nomes Próprios e Descrições Definidas *não são* a mesma coisa: apenas termos logicamente simples são nomes próprios genuínos. Só estes referem directamente a realidade. Muitos nomes próprios aparentes são descrições definidas disfarçadas, e não referem.	

No base desta divergência entre Frege e Russell encontram-se as respectivas concepções ontológicas. Consideremos primeiro Frege. De acordo com a ontologia fregeana, existem duas categorias gerais de entidades: objectos e funções. Os objectos são entidades saturadas, as função são entidades incompletas ou insaturadas. São exemplos de objectos: i) objectos físicos particulares causalmente eficazes (como Sócrates, mesas, cadeiras), ii) entidades mentais de carácter interno (representações, *Vostellungen*), iii) entidades abstractas não situadas no espaço e na tempo (números, verdade, falsidade, etc). Nomes próprios fregeanos nomeiam objectos.

Russell será muito mais restritivo na consideração daquilo em que consiste um nome próprio. Para explicar porquê é conveniente introduzir desde já os parágrafos iniciais de *On Denoting* (Russell, 1905), o artigo de Russell que será estudado mais à frente neste curso. Aí Russell afirma: «Com 'expressão denotativa' quero dizer uma expressão como qualquer das seguintes: um homem, algum homem, todos os homens, o actual Rei de Inglaterra, o actual Rei da França, o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século vinte, a revolução da terra em torno do sol, a revolução do sol em torno da terra. Assim, uma expressão denota exclusivamente em virtude da sua forma. Podemos distinguir três casos: (1) Uma expressão pode ser denotativa e no entanto não denotar nada, por exemplo 'o actual Rei da França'. (2) Uma expressão pode denotar um objecto definido, por exemplo 'O actual Rei de Inglaterra' denota um homem determinado, (3) Uma expressão pode denotar ambiguamente, por exemplo 'um homem' denota não muitos homens mas um homem ambíguo. A interpretação de tais expressões é uma questão de

considerável dificuldade; na verdade é muito difícil formular qualquer teoria que não seja susceptível de refutação formal. Mas todas as dificuldades que conheço são superadas, tanto quanto consigo ver, pela teoria que estou prestes a explicar [*Russell refere-se à Teoria das Descrições Definidas*]. O assunto da denotação é um assunto de grande importância, não apenas na lógica e na matemática mas também na teoria do conhecimento. Por exemplo, nós sabemos que o centro de massa do sistema solar num instante definido é algum ponto definido, e podemos afirmar um certo número de proposições sobre ele; mas não temos nenhum conhecimento por contacto (*knowledge by acquaintance*) deste ponto, que conhecemos apenas por descrição. A distinção entre contacto e conhecimento sobre é a distinção entre as coisas das quais temos apresentações e as coisas que apenas alcançamos por expressões denotativas.»

Muito irá sair desta distinção russelliana, como veremos. Desde já deve ficar claro que a divergência entre Frege e Russell quanto ao que se deve entender como nome próprio passa por (i) a distinção russelliana entre 'denotar' e 'referir', e (ii) os conceitos russellianos de *knowledge by acquaintance* e *knowledge by description*. Assim, embora sejam ambas usualmente classificadas como 'teorias descritivistas da referência', as propostas de Frege e Russell representam diferentes modos de encarar o sentido e a referência.

Mas voltemos a *Über Sinn und Bedeutung*. No início encontramos o problema da identidade: será esta uma relação? Se é uma relação, será uma relação entre signos ou nomes de objectos, ou uma relação entre os próprios objectos?

A questão pode ser tratada em torno do Puzzle de Frege (que é, assim, um problema em torno do que se entende por 'identidade'): como é possível que o valor cognitivo de 'A estrela da manhã é a estrela da tarde' seja diferente do valor cognitivo de 'A estrela da manhã é a estrela da manhã', se as expressões 'a estrela da manhã' e a 'a estrela da tarde' designam a mesma coisa (o planeta Vénus)? Como é possível que o mesmo aconteça com 'Fernando Pessoa é Fernando Pessoa' e 'Fernando Pessoa é Ricardo Reis'? É motivado pela necessidade de tratar este problema que Frege vai propor a sua doutrina do sentido (como 'modo de apresentação') e da referência.

Lição 9

Sugere-se que *Über Sinn und Bedeutung* seja lido na íntegra e analisado de acordo com o esquema que se segue.

ESQUEMA Nº10

Frege 1892, *Über Sinn und Bedeutung* (USB)

- Qual é o tema de USB?
- Qual é o problema-foco do artigo?
- O que é o Puzzle de Frege?
- Parte I: sentido e referência de nomes próprios (Quais são as teses defendidas?)
- Parte II: sentido e referência de frases assertivas completas (Quais são as teses defendidas?)
- Parte III: sentido e referência de frases compostas (frases inseridas em frases) (Quais são as teses defendidas?)

(Tarefa adicional: Procurar identificar e analisar os exemplos-chave de cada uma das partes)

A primeira parte de *Über Sinn und Bedeutung* é acerca do sentido e da referência de nomes próprios (fregeanos). Compreenderemos melhor as propostas de Frege se olharmos com especial atenção para os exemplos que ele utiliza:

(1) *o exemplo do triângulo*: relativamente a um triângulo detertminado fala-se de 'o ponto de intersecção de a e b', 'o ponto de intersecção de b e c' (a, b e c são as linhas que ligam cada vértice de um triângulo com o ponto médio do lado oposto); 'o ponto de intersecção de a e b' e 'o ponto de intersecção de b e c' nomeiam o mesmo ponto, designam o mesmo objecto, têm a mesma referência;

(2) *o exemplo da lua*: consideremos uma pessoa que observa a lua através de um telescópio. Temos aí três coisas diferentes a considerar. A lua é o objecto observado ele próprio. Frege chama em seguida a atenção para a diferença que existe entre a imagem formada na lente do telescópio (é uma perspectiva, mas uma perspectiva 'objectiva', que pode ser assumida por diversos observadores) e a imagem retiniana, que é variável de indivíduo para indivíduo.

Estas são formas intuitivas de abordar, respectivamente, (1) a noção de 'modo de apresentação' (para Frege o sentido é um modo de apresentação da referência), e (2) a diferença entre sentido (*Sinn*) e representação (*Vorstellung*).

As teses de Frege acerca de sentido e referência, formuladas para o caso dos nomes próprios, são as seguintes: i) a referência de um nome próprio é o próprio objecto que por seu intermédio designamos; ii) nada impede que vários indivíduos 'capturem' o mesmo sentido (*Sinn*), mesmo se eles não podem ter a mesma representação subjectiva, iii) o sentido é um 'modo de apresentação' (partilhável por vários indivíduos).

Quer o sentido quer a referência devem assim ser distinguidos das diferentes representações por diferentes indivíduos (*Vorstellung*). Como se verá, as teses relativas a frases serão uma extensão deste primeiro núcleo de teses acerca de nomes. Prosseguindo com a interpretação de *Über Sinn und Bedeutung*, recapitulemos claramente as ideias acerca de sentido e referência obtidas no caso dos nomes próprios: 1. sentido e referência são dois ingredientes distintos da significação de um nome próprio, 2. o nome próprio exprime um sentido e designa uma referência, 3. é o sentido do nome próprio que determina a sua referência e não o contrário, 4. é por ser o sentido a determinar a referência e não o contrário que é possível que um mesmo objecto seja identificado por mais do que um nome próprio, 5. o sentido é um critério de identificação da referência e não algo como uma imagem privada (*Vorstellung*). São essas ideias que permitem a Frege explicar o que se passa com *nomes próprios co-referenciais* (tais como 'a estrela da manhã' e a 'a estrela da tarde') e com *nomes próprios vazios* (tais como 'Pai Natal' ou 'Pégaso'): no primeiro caso o mesmo objecto é identificado por mais do que um nome próprio, no segundo caso temos um sentido, um critério de identificação, que não chega a identificar algo no mundo.

Na segunda parte de *Über Sinn und Bedeutung* Frege apresenta as suas teses quanto a sentido e referência de frases simples. Defenderá que o pensamento (*Gedanke*) é o sentido de frases e o valor de verdade (V, F) a sua referência.

Uma alternativa considerada e afastada é a seguinte: a relação do pensamento com o Verdadeiro seria não uma relação do sentido com a referência, mas uma relação entre sujeito e predicado. No entanto Frege considera que sujeito e predicado – apesar do que possa ser dito aceca dessas noções noutros contextos, em que procura substitui-las pelas noções de função e argumento – são noções que dizem respeito a constituintes do pensamento, sendo do mesmo nível e não sendo explicativas do que há aqui a explicar. Aquilo a que Frege chama *o juízo* aparece como a trajectória de um pensamento para um

valor de verdade (V, F). A concepção fregeana de 'pensamento' é muito discutida; não é no entanto demasiado polémico sugerir que Frege chama 'pensamento' não a algo de psicológico mas ao que muitos chamam 'proposição' ou 'conteúdo expresso por um enunciado'. Um ponto muito discutido desta doutrina é obviamente a conclusão de acordo com a qual 'o Verdadeiro é a referência de todas as frases verdadeiras, o Falso a referência de todas as frases falsas'. Exactamente o que significa tão curiosa tese?

Em *Über Sinn und Bedeutung* Frege considera ainda o princípio da substituibilidade *salva veritate* e os contextos indirectos. Se a referência de uma frase é de facto o valor de verdade desta, este valor de verdade deve manter-se inalterado se uma parte da frase for substituída por outra com a mesma referência. E é esse o caso. Leibniz oferece o princípio, e por considerar que tal princípio exprime a essência da relação de identidade, Frege cita-o em *Über Sinn und Bedeutung*: *Eadem sunt, quae sibi mutuo substitui possunt, salva veritate* (são idênticos aqueles que se podem substituir mutuamente, preservada a verdade). Frege proporá ainda, de forma a poder manter este princípio face a contra exemplos, que em contextos indirectos a referência de uma expressão é o seu sentido.

Na terceira parte de *Über Sinn und Bedeutung* Frege considera o sentido e referência em contextos indirectos especificos, em que 'frases que são parte de outras frases'. Frege estende assim às frases compostas a sua ideia básica sobre discurso indirecto: nele as palavras não têm as suas referências habituais. Esta ideia tinha sido introduzida para elementos mais simples de frases.

Esta questão é importante para temas muito importantes na filosofia da linguagem hoje, tais como a forma de tratar a citação e os contextos intencionais e modais[9]. De resto, Frege propõe uma primeira teoria da citação, tema que será retomado de então para cá pelos filósofos da linguagem (Quine, Tarski e Davidson são alguns exemplos). Para Frege as palavras seriam triplamente ambíguas «'Cícero', por exemplo, não apenas pode servir para mencionar o senador romano (em contextos comuns) e para mencionar-se a si mesma, quando aparece entre aspas, como também pode servir para designar uma entidade a que se convencionou chamar 'modo de apresentação' ou 'sentido' e que segundo ele toda a teoria da linguagem deve contemplar»[10]. Para Frege, expressões de atitudes proposicionais ('Alice acredita que...') são precisamente contextos em que as expressões significam os modos de apresentação e não aqueles objectos que usualmente referem.

---

[9] Cf. exemplos de Perez-Otero & Garcia-Carpintero 2000, 2. Frege, sentido e referência.

[10] Garcia-Carpintero 1996:37.

Lição 10

No último parágrafo de *Über Sinn und Bedeutung* Frege retoma a questão com que iniciara o artigo, a questão da identidade (a pergunta era, recorde-se, 'como é que possível que 'a=a' e 'a=b' tenham valores cognitivos diferentes quando os nomes 'a' e 'b' designam a mesma coisa).

Uma vez tendo na mão a distinção entre sentido e referência, Frege defende que para o propósito de adquirir conhecimento, o sentido de uma frase (o pensamento) não é menos relevante do que o seu valor de verdade, e neste caso o sentido de 'a' difere do sentido de 'b', logo o sentido de 'a=a' difere do sentido de 'a=b'. As duas frases não têm por isso o mesmo valor cognitivo, é possível aprender algo mais com 'a=b'[11]. É agora clara a forma como a distinção entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*) permite responder à questão inicial de *Über Sinn und Bedeutung*.

São muitos os problemas deixados em aberto pela teoria fregeana do pensamento e da linguagem, e precisamente por isso o seu estudo continua a ser tão rico para a filosofia contemporânea. As análises que M. Dummett e T. Burge fazem da obra de Frege (cf. referências bibliográficas em Bibliografia Geral) podem aqui servir de guia. Na sequência das posições específicas apresentadas, menciono em seguida apenas algumas das questões que a obra de Frege deixa em aberto e nos faz ainda discutir: (i) o que são 'sentidos' e 'Bedeutung' (i) em que consiste o '*grasping*' (capturar) dos sentidos (onde ficam as mentes em Frege? Aparentemente em lado nenhum...), (ii) será que a teoria fregeana não nos obriga a postular a existência de sucessivos modos de apresentação encaixados *ad infinitum*? (iii) será que Frege sustentou de facto até ao fim o seu Princípio do Contexto? (Será que há apenas um princípio do contexto? De acordo com T. Burge, seis formulações devem ser consideradas[12]), (iv) que forma tem afinal a ontologia fregeana? (v) será que o 'platonismo pragmatista' de Frege (a expressão é de Tyler Burge) é de facto capaz de salvar o racionalismo? Será que o torna de facto uma opção pertinente em

---

[11] Frege termina dizendo que se entendemos por 'juízo' o avançar do pensamento para o valor de verdade deste, podemos dizer que os juízos são também diferentes.

[12] BURGE 2005: 15. O Princípio do Contexto aplica-se ao significado ou conteúdo, e o significado ou conteúdo vem a ser tratado por Frege em termos de Sinn *E* Bedeutung. De acordo com Burge, cada um dos três Princípios do Contexto (formulado em (i) termos metodológicos, (ii) em termos de condições necessárias e (iii) em termos de condições suficientes) ramifica-se assim em dois.

teoria do pensamento e do conhecimento ao deixar de lado qualquer apelo a uma suposta intuição intelectual? (vi) qual é exactamente a concepção frege-ana da lógica?

Estas são questões filosóficas gerais que podem hoje ser tratadas a partir da obra de Frege, e portanto da história da filosofia. De qualquer modo, as teorias da linguagem e do pensamento e da forma como estes se relacionam com a realidade que Frege erige diferem em muito, como se verá em seguida e de uma forma que torna o contraste produtivo, das propostas de alguém que tratou temas semelhantes, quase simultaneamente, e que é outro dos grandes nomes iniciais da filosofia da linguagem: o filósofo inglês Bertrand Russell.

Lições 11 a 14 B. RUSSELL: da filosofia do atomismo lógico à Teoria das Descrições Definidas (*On Denoting*, 1905).

Tempos: 4 aulas / 8 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer dados históricos básicos sobre a vida e a obra de Russell
- Definir 'análise lógica' segundo Russell
- Explicar por que razão Russell considera necessária uma análise lógica da linguagem
- Explicar a ideia de 'forma lógica' das asserções em linguagem natural
- Conhecer os princípios da filosofia do atomismo lógico
- Descrever a concepção de mundo de acordo com o atomismo lógico
- Identificar átomos lógicos segundo Russell
- Enunciar e compreender o Princípio russelliano do Contacto
- Explicar como é possível, segundo Russell, conhecer por contacto não apenas *sense data* mas também universais
- Explicar em que consiste compreender o sentido de um termo simples da linguagem
- Identificar a relação semântica entre um átomo lógico e um termo simples na linguagem e aquilo que se lhe opõe
- Justificar a razão por que os Nomes Próprios aparentes (como 'Aristóteles') não referem, segundo Russell
- Explicar por que a referência não é uma condição necessária para uma expressão significar
- Explicar e criticar a forma como Russell faz convergir questões semânticas com questões epistemológicas e ontológicas
- Conhecer a fórmula das descrições definidas, explicá-la e aplicá-la
- Comparar as posições defendidas por Russell acerca de linguagem e de análise (no contexto da filosofia do atomismo lógico) com as posições de Frege anteriormente estudadas
- Identificar Frege e Russell como proponentes de teorias descritivistas da referência
- Identificar as teorias causais da referência como alternativa às teorias descritivistas
- Conhecer alguns dos argumentos avançados contra as teorias descritivistas pelos proponentes das teorias causais da referência

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

GRAÇA, Adriana Silva, 1999, *Referência e denotação – Um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e de descrições*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (extracto – §2 Expressões Denotativas).

GRAÇA, Adriana Silva, «O atomismo lógico e a função referencial da linguagem», *Intelectu* 5, www.intelectu.com.

GRAÇA, Adriana Silva, 2002, «Referência e denotação: duas funções semânticas irredutíveis», *disputatio* nº 12, pp. 3-21.

JALES RIBEIRO, Henrique, 1998, *Bertrand Russell e as origens da filosofia analítica, O impacto do Tractatus Logico-Philosophicus na filosofia de Russell*, Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento.

JALES RIBEIRO, Henrique, 2005, «Russell, Wittgenstein e a ideia de uma linguagem logicamente perfeita», *Revista Filosófica de Coimbra*, 27, 81-130.

LYCAN, William, 1999, *Philosophy of Language*, London, Routledge (Capítulo 2, Definite descriptions, Capítulo 3, Proper names; the description theory)

RUSSELL, Bertrand, «On Denoting» (1905) in *Logic and Knowledge-Essays 1901-1950*, London, Allen & Unwin, 1956.

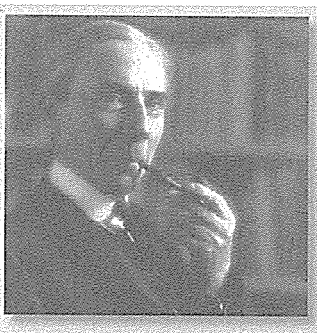
SCHILPP, P., 1963, *The Philosophy of Bertrand Russell*, The Library of Living Philosophers, Chicago, Open Court.

Lição 11

Bertrand Russell é um nome importante na história da filosofia da linguagem e a sua Teoria das Descrições Definidas pode ser considerada um paradigma da filosofia dita 'analítica'. No entanto, a obra de Russell excedeu largamente a filosofia da linguagem, por razões que o próprio explica da seguinte forma, no *Prólogo* da sua Autobiografia (What I have lived for): «três paixões simples mas terrivelmente fortes, governaram a minha vida: a busca do amor, a procura do conhecimento e uma enorme piedade pelo sofrimento da humanidade». A sua imensa obra reflectiu todas essas paixões. No Guião abaixo é feita uma introdução à vida longa e à obra vasta de Bertrand Russell. Embora por razões independentes da filosofia da linguagem propriamente dita, aconselha-se que o estudo que se segue, centrado obviamente em questões de filosofia da linguagem, seja companhado pela leitura da *Autobiografia* de Russell, e também da biografia em dois volumes de Ray Monk (cf. Bibliografia Geral).

GUIÃO Nº 11

Bertrand Russell (1872-1970)



Vida de Russell

(a partir de: «Russell», em S. Blackburn 1998, *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Gradiva, e B. Russell, *Autobiography*, 3 volumes, 1967-1969)

Filósofo inglês, nascido em 1872, numa família liberal e aristocrática. O seu avô, Lord Russell, foi Primeiro-Ministro nos anos 30-40 do século XIX. Estudou primeiro em casa. A partir de 1890 estudou matemática em Cambridge, no Trinity College. Interessou-se pela questão dos fundamentos da matemática desde muito cedo. Entre 1907 e 1910 trabalhou com A. N. Whitehead durante '10 a 12 horas por dia, oito meses por ano' nos três volumes dos *Principia Mathematica*. Os *Principia Mathematica* são uma obra fundadora e fundamental na lógica matemática, publicada entre 1910 e 1913. Procura-se, nessa obra, oferecer uma tradução das verdades matemáticas em verdades lógicas, e reconfigurar as demostrações matemáticas como demonstrações lógicas. A obra é um expoente do logicismo. O trabalho filosófico e matemático pelo qual Russell é sobretudo conhecido fê-lo nessa altura (nas suas palavras, 'a partir desse momento, o meu pensamento concentrou-se no sofrimento, miséria e loucura humanos'). Ainda antes da Primeira Grande Guerra dá-se o seu encontro com Ludwig Wittgenstein, em Cambridge. Russell foi mestre e um

grande amigo de Wittgenstein; considerava-o um génio, no entanto acabou por cortar relações com ele. Ainda assim, apoiou-o no que pôde na sua carreira académica.

A veia política de Russell acompanhou-o toda a vida. No mesmo período em que trabalha nos *Principia Mathematica*, candidata-se pela primeira vez ao parlamento. Durante a 1ª Guerra Mundial, foi preso por seis meses por publicar uma declaração segundo a qual os soldados dos EUA seriam usados na Grã-Gretanha para combater os grevistas, coisa a que estariam habituados no seu país. Em geral a sua vida foi truculenta e turbulenta. Foi uma vida cheia de viagens, com bastante sucesso literário e algum escândalo público. Russell não foi de forma alguma um académico fechado entre as paredes da academia (pelo contrário, incomodou muita gente no mundo académico), mas um intelectual público radical, com uma vida amorosa excêntrica, e desejo de intervir socialmente.

Depois da Primeira Guerra visitou a Rússia e viveu na China, onde deu aulas na Universidade de Pequim. Nos anos 20 as suas principais obras filosóficas foram *The Analysis of Mind* (1921) e *The Analysis of Matter* (1927). Publicou no entanto também um grande número de obras populares e semipopulares sobre temas morais e sociais. Fundou e dirigiu uma escola (1927), com Dora, a sua segunda mulher. Entre 1938 e 1944 viveu nos Estados Unidos. Ensinou em Chicago e na Califórnia (UCLA). Foi recusado pela CUNY (City University – New York), de Nova Iorque, com o pretexto de que a sua obra seria 'devassa, libidinosa e erotomaníaca'. A sua célebre *História da Filosofia Ocidental* (1945) foi escrita durante a Segunda Guerra Mundial. Depois da Guerra regressa a Inglaterra e a Cambridge.

Russell ganhou um Prémio Nobel (Literatura, 1950) e chegou mesmo a ser nomeado para outro (Prémio Nobel da Paz, 1962), já que foi um pacifista conhecido, que fez campanha até ao fim da vida pelo desarmamento nuclear. Morreu em 1970, com 98 anos, quando era há muito 'um patriarca incontestado do mundo académico progressista' (S. Blackburn).

OBRA DE RUSSELL

Livros (uma selecção)

Russell, Bertrand, 1896, *German Social Democracy*. London, Longmans, Green.

Russell, Bertrand, 1897, *An Essay on the Foundations of Geometry*. Cambridge, At the University Press.

Russell, Bertrand, 1900, *A Critical Exposition of the Philosophy of Leibniz*. Cambridge, At the University Press.

Russell, Bertrand, 1903, *The Principles of Mathematics*. Cambridge, At the University Press.

Russell, Bertrand, 1910, 1912, 1913 (com Alfred North Whitehead), *Principia Mathematica*, 3 vols. Cambridge, Cambridge University Press. 2ª edição, 1925 (Vol. 1), 1927 (Vols 2, 3). Versão resumida *Principia Mathematica to *56*. Cambridge, Cambridge University Press, 1962.

Russell, Bertrand, 1912, *The Problems of Philosophy*. London, Williams and Norgate; New York, Henry Holt and Company.

Russell, Bertrand, 1914, *Our Knowledge of the External World*. Chicago and London, The Open Court Publishing Company.

Russell, Bertrand, 1916, *Principles of Social Reconstruction*. London, George Allen and Unwin. Publicado também como *Why Men Fight*, New York, The Century Company, 1917.

Russell, Bertrand, 1917, *Political Ideals*. New York, The Century Company.

Russell, Bertrand, 1918, *Mysticism and Logic*. London, Longmans Green.

Russell, Bertrand, 1919, *Introduction to Mathematical Philosophy.* London, George Allen and Unwin, New York, The Macmillan Company.

Russell, Bertrand, 1921, *The Analysis of Mind.* London, George Allen and Unwin; New York, The Macmillan Company.

Russell, Bertrand, 1923, *A Free Man's Worship.* Portland, Maine, Thomas Bird Mosher. Também publicado como *What Can A Free Man Worship?*, Girard, Kansas, Haldeman-Julius Publications, 1927.

Russell, Bertrand, 1926, *On Education, Especially in Early Childhood.* London, George Allen and Unwin. Também publicado como *Education and the Good Life,* New York, Boni and Liveright, 1926. Publicado em forma resumida como *Education of Character,* New York, Philosophical Library, 1961.

Russell, Bertrand, 1927, *The Analysis of Matter.* London, Kegan Paul, Trench, Trubner, New York, Harcourt Brace.

Russell, Bertrand, 1927, *An Outline of Philosophy.* London, George Allen and Unwin. Também publicado como *Philosophy,* New York, W.W. Norton, 1927.

Russell, Bertrand, 1927, *Why I Am Not a Christian.* London, Watts, New York, The Truth Seeker Company.

Russell, Bertrand, 1928, *Sceptical Essays.* New York, Norton.

Russell, Bertrand, 1929, *Marriage and Morals.* London, George Allen and Unwin; New York, Horace Liveright.

Russell, Bertrand, 1930, *The Conquest of Happiness.* London, George Allen and Unwin; New York, Horace Liveright.

Russell, Bertrand, 1931, *The Scientific Outlook.* London, George Allen and Unwin; New York, W.W. Norton.

Russell, Bertrand, 1938, *Power: A New Social Analysis.* London, George Allen and Unwin; New York: W.W. Norton.

Russell, Bertrand, 1940, *An Inquiry into Meaning and Truth.* London, George Allen and Unwin; New York, W.W. Norton.

Russell, Bertrand, 1945. *A History of Western Philosophy.* New York, Simon and Schuster; London, George Allen and Unwin, 1946.

Russell, Bertrand, 1948, *Human Knowledge: Its Scope and Limits.* London: George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

Russell, Bertrand, 1949, *Authority and the Individual,* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

Russell, Bertrand, 1949, *The Philosophy of Logical Atomism.* Minneapolis, Minnesota, Department of Philosophy, University of Minnesota. Também publicado como *Russell's Logical Atomism,* Oxford, Fontana/Collins, 1972.

Russell, Bertrand, 1954, *Human Society in Ethics and Politics.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

Russell, Bertrand, 1956, *Logic and Knowledge.* London, Allen and Unwin.

Russell, Bertrand, 1959, *My Philosophical Development.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

Russell, Bertrand, 1967, 1968, 1969. *The Autobiography of Bertrand Russell,* 3 vols. London, George Allen and Unwin; Boston and Toronto, Little Brown and Company (Vols 1 and 2); New York, Simon and Schuster (Vol. 3).

Russell, Bertrand, 1973, *Essays in Analysis.* London, Allen and Unwin.

Artigos relevantes para Filosofia da Linguagem:

- Bertrand Russell, 1901, "Recent Work on the Principles of Mathematics", *International Monthly*, 4, 83-101. Também publicado como "Mathematics and the Metaphysicians" em Russell, Bertrand, *Mysticism and Logic*, London, Longmans Green, 1918, 74-96.
- Bertrand Russell, 1905 "On Denoting," *Mind*, 14, 479-493. Também em: Russell, Bertrand, *Essays in Analysis*, London, Allen and Unwin, 1973, 103-119.
- Bertrand, Russell, 1908, "Mathematical Logic as Based on the Theory of Types," *American Journal of Mathematics*, 30, 222-262. Também em: Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge*, London, Allen and Unwin, 1956, 59-102, e em van Heijenoort, Jean, *From Frege to Gödel*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1967, 152-182.
- Bertrand, Russell, 1910 "Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description," *Proceedings of the Aristotelian Society*, 11, 108-128. Também em Russell, Bertrand, *Mysticism and Logic*, London: Allen and Unwin, 1963, 152-167.
- Bertrand, Russell, 1912, "On the Relations of Universals and Particulars," *Proceedings of the Aristotelian Society*, 12, 1-24. Também em Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge*, London, Allen and Unwin, 1956, 105-124.
- Bertrand, Russell, 1918, 1919 "The Philosophy of Logical Atomism," *Monist*, 28, 495-527; 29, 32-63, 190-222, 345-380. Também em Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge*, London: Allen and Unwin, 1956, 177-281.
- Bertrand Russell 1924 "Logical Atomism," em Muirhead, J.H., *Contemporary British Philosophers*, London: Allen and Unwin, 1924, 356-383. Também em Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge*, London: Allen and Unwin, 1956, 323-343.

Para os propósitos deste curso a leitura básica necessária é a leitura do artigo *On Denoting* (publicado na revista *Mind* em 1905), se possível complementada com a leitura de *A Filosofia do Atomismo Lógico* (1918). São ainda indicados no Guião acima artigos que podem apoiar a compreensão de *On Denoting*, bem como obras de Russell. Outras obras sobre Russell podem ser encontradas na Bibliografia Geral, para aqueles que tenham o desejo de conhecer melhor o autor e possivelmente realizar trabalhos de investigação.

É a forma como Russell concebe i) a análise da linguagem, e ii) a forma lógica que o torna tão paradigmático: Russell acredita que a análise lógica da linguagem é capaz de 'pôr a nu' a forma lógica como esqueleto, correspondendo esta forma lógica, então, à estrutura da própria realidade. Por contraste com Frege, considerações epistemológicas são, como se verá, essenciais ao pensamento de Russell sobre a natureza da linguagem. Compreender isto supõe compreender os conceitos principais da filosofia do atomismo lógico. Será este o objecto da próxima lição.

Lição 12

A filosofia do atomismo lógico é o sustentáculo da Teoria das Descrições Definidas. Recordemos a diferença, já antes introduzida, entre as concepções fregeana e russelliana de nomes próprios e descrições definidas.

ESQUEMA Nº 11

Termos singulares e a forma como estes se relacionam com a realidade extra-linguística

	NOMES PRÓPRIOS	DESCRIÇÕES DEFINIDAS
FREGE	NP e DD são a mesma coisa	
RUSSELL	NP e DD *não são* a mesma coisa: apenas termos logicamente simples são nomes próprios genuínos, muitos nomes próprios aparentes são descrições definidas disfarçadas	

As doutrinas da filosofia do atomismo lógico de Russell devem ser compreendidas a partir da tradição empirista em filosofia conjugada com as novas técnicas de análise lógica disponíveis. A ideia de análise lógica da linguagem corrente liga-se, para Russell, com a determinação de átomos linguísticos, sendo possível o estabelecimento de uma correspondência entre átomos linguísticos e átomos no mundo extra-linguístico.

Como será explicado em seguida, a correspondência entre estrutura linguística e estrutura ontológica dá-se basicamente de acordo com o seguinte esquema:

Estrutura linguística → Sujeitos → Predicados
Estrutura ontológica → Particulares → Universais

As ideias de 'análise da linguagem' e de 'forma lógica' são certamente fulcrais nos primórdios da filosofia da linguagem contemporânea que tem vindo a ser considerada neste curso. Convem no entanto ter muito claro que Frege, Russell e Wittgenstein as concebem de forma muito diferente. Russell é o filósofo analítico prototípico, no sentido em que acredita que: i) uma análise da linguagem comum conduz à estrutura lógica, ii) essa estrutura lógica tem correspondência com a forma como o mundo é. Nada de tão simples pode ser dito acerca da forma como Frege e Wittgenstein concebem as relações entre

a linguagem, o pensamento e o mundo. Russell pensa de facto que a análise lógica da linguagem comum (cuja estrutura superficial pode ser enganadora) torna manifesta a real estrutura profunda da linguagem. É certo que esta ideia de uma identidade estrutural entre linguagem e realidade prefigura o isomorfismo do *Tractatus* de Wittgenstein, mas este isomorfismo será acompanhado, como se verá, por uma teoria da linguagem como *Bild*, (modelo), a que muitos chamaram 'transcendental', e por uma concepção da natureza da lógica totalmente diferente da de Russell. Para além disso, Wittgenstein não contempla no *Tractatus* qualquer consideração epistemológica acerca da forma como as mentes individuais se relacionam com o mundo exterior, nomeadamente através de sensações – Wittgenstein não é um empirista. Pelo contrário para Russell a correspondência entre aquilo que a análise lógica torna manifesto e a realidade é apoiado por uma concepção de mundo (uma ontologia de átomos lógicos, factos atómicos, factos compostos) e uma teoria epistemológica que explica o contacto das mentes que percebem o mundo com o mundo concebido de uma determinada maneira.

A primeira condição para compreender a teoria da linguagem de Russell é compreender os princípios da filosofia do atomismo lógico. Sugere-se que seja aqui utilizado o texto de Adriana Silva Graça *O Atomismo Lógico e a função referencial da linguagem*, de acordo com o guião que se segue.

GUIÃO Nº 12

Da Filosofia do Atomismo Lógico à Teoria das Descrições Definidas

Guião para a leitura e discussão do texto de Adriana Silva Graça, *O Atomismo Lógico e a função referencial da linguagem*

Questões:

- O que é 'análise lógica' segundo Russell? Por que razão é necessária?
- Como é o mundo, de acordo com o atomismo lógico?
- O que são átomos lógicos?
- O que é o Princípio do Contacto?
- Como é possível conhecer por contacto não apenas *sense data* mas também universais?
- O que é compreender o sentido de um termo simples da linguagem?
- Como se chama a relação semântica entre um átomo lógico e um termo simples na linguagem? A que se opõe?
- Os Nomes Próprios aparentes (como 'Aristóteles') referem?
- Será a referência uma condição necessária para uma expressão significar?

Partindo das questões acima procurar-se-á em seguida compreender a metafísica e a epistemologia que subjazem à teoria da linguagem de Russell. Como se verá, os interesses epistemológicos de Russell, a forma como epistemologia e teoria da linguagem se relacionam na sua filosofia, contrastam vivamente com a 'revolução semântica' de Frege e também com a postura de Wittgenstein no *Tractatus*.

Considere-se então as ideias de Russell quanto a átomos lógicos, factos atómicos e factos moleculares, bem como as suas ideias quanto àquilo em que consiste a análise completa de uma proposição.

A análise lógica é, de acordo com Russell, a operação pela qual é revelada a real estrutura da linguagem. Ela é necessária porque uma vez determinada essa estrutura real, os elementos já não mais analisáveis a que se chega (os 'átomos linguísticos') estarão em correspondência com a realidade extra-linguística. Subjacente à ideia russelliana de análise lógica está, assim, a ideia de uma identidade estrutural entre a estrutura da nossa linguagem completamente analisada e a estrutura da realidade extralinguística que esta é suposta representar. A análise, que é afinal uma paráfrase da linguagem corrente numa linguagem logicamente perfeita, revela a estrutura real da linguagem corrente. Esta, a linguagem corrente, é portanto vista como superficial e potencialmente enganadora relativamente à verdadeira estrutura da linguagem. A análise lógica tem como intenção tornar manifesta a 'verdadeira estrutura da linguagem', que se supõe, obviamente, que existe.

O mundo ao qual a linguagem perfeitamente analisada vai corresponder é o mundo do 'atomismo lógico'. A ideia fundamental de Russell é que aos termos simples na linguagem corresponderão átomos lógicos no mundo. 'Factos' são compostos por átomos lógicos e expressos na linguagem por proposições completamente analisadas, nas quais não existem conectivas lógicas. Factos ditos moleculares são compostos por estes factos simples (como se verá à frente, esta é uma concepção muito semelhante àquela que encontraremos no *Tractatus* de Wittgenstein).

Átomos lógicos são para Russell *sense data*. O mundo é composto por *sense data*. Russell caracteriza os *sense data* como entidades físicas (não mentais), privadas, pasageiras, momentâneas ('pequenos pedaços de cor ou sons, coisas momentâneas... predicados ou relações e por aí em diante', diz Russell). Nós podemos ter acesso directo, imediato, incorrigível a estes *sense data;* Russell considera que se trata de um conhecimento por contacto (*by acquaintance*). Vemos, assim, considerações epistemológicas entrar em cena para fundamentar a teoria da relação linguagem / mundo, de uma forma que não veremos em Wittgens-

tein (recorde-se que Russell, ao contrário de Wittgenstein, é um empirista). Podemos ter conhecimento por contacto não apenas de *sense data* mas também de propriedades ou relações: *sense data* exemplificam propriedades e relações. O Princípio do Contacto (*Principle of Acquaintance*) é a máxima epistemológica central da filosofia russelliana. Ora, de acordo com o Princípio do Contacto, só podemos considerar que compreendemos uma proposição se ela for inteiramente composta por constituintes com os quais estamos em contacto.

É importante, assim, que Russell explique como podemos conhecer por contacto universais, pois as proposições contêm termos gerais, que designam universais, e para se obedecer ao princípio do contacto, é necessário estar em contacto com todos os constituintes de uma proposição, e portanto também com universais. Russell defende que é possível conhecer universais por contacto, embora nunca independentemente dos objectos que os exemplificam. Aquilo que segundo Russell se conhece por contacto não é, por exemplo, o 'ser vermelho' em geral, mas, uma vez que *sense data* exemplificam propriedades, a propriedade de ser vermelho dos meus *sense data*. Assim, contam como átomos lógicos na filosofia do atomismo lógico entidades espacio-temporais identificáveis e concretas mas também propriedades ou relações.

Constitui obviamente uma questão importante aqui saber o que é verdeiramente simples, quer ao nível da linguagem, quer ao nível do mundo (esta questão preocupará muito Wittgenstein). Para Russell, o sentido de um termo simples deve ser algo simples no mundo extra-linguístico. A relação entre ambos é o protótipo de 'referir'. Se se conseguir uma proposição completamente analisada, poder-se-á ter os simples na linguagem, e a relação de 'referir' entre esses termos e algo de simples no mundo. A ideia básica de Russell será que o sentido de um termo simples é o objecto no mundo extralinguístico por ele representado: compreender o sentido de um termo simples é saber qual o particular do qual ele é o nome.

Aproximamo-nos portanto da ligação entre a filosofia do atomismo lógico e a problemática dos nomes e da forma como estes referem, introduzida a partir de Frege. Temos também já esboçadas as razões pelas quais Russell fará mais exigências do que Frege a um termo simples para que este possa ser considerado um nome, uma entidade linguística acerca da qual se poderá dizer que 'refere' uma parte simples da realidade.

Precisamente devido a estas exigências, Russell defenderá que existe na nossa linguagem comum um grande número de nomes próprios aparentes, i.e. de termos que apenas aparentemente são nomes. Estes contrastam com os nomes próprios genuínos. Este contraste é importante para chegar à diferença

entre referir e denotar que será defendida por Russell, e que é tão importante em *On Denoting:* Russell quer defender que a referência é uma relação semântica muito especial, que obtém entre um termo simples e um átomo lógico; frequentemente os elementos linguísticos que pensamos capazes de referir, não referem de facto, antes 'denotam', porque não são de facto simples nem se reportam a elementos simples na realidade.

Na linguagem comum consideramos como nomes próprios termos como 'Aristóteles', 'Londres', 'Sofia', 'João', 'Lisboa'. A pergunta que Russell vai colocar é a seguinte: serão os nomes próprios da linguagem corrente de facto nomes logicamente próprios? O que é facto, e isso será decisivo para Russell, é que o acesso cognitivo ao que é 'significado' por 'Aristóteles' ou 'Londres' não se faz por contacto, mas por descrição. Ora, Russell enfatiza que é possível estar engando quanto áquilo que se conhece por descrição. Avançar-se-á por aqui em direcção à ideia de que o sentido de nomes próprios aparentes pode ser reconduzido ao sentido de descrições definidas. Por outro lado, relativamente àquilo que é genuinamente simples na linguagem, a discussão concentra-se eventualmente em casos como 'Isto é vermelho'. A referência de 'Isto' não pode falhar quando isto é enunciado por um falante aqui e agora (o problema é: não será este um caso muito circunscrito para apoiar uma noção tão importante na teoria da significação como 'referir'?)

Voltemos aos nomes próprio na linguagem comum, como Aristóteles' ou 'Londres', 'Sofia', 'João', 'Lisboa'. Eles não representam obviamente *sense data* mas sim objectos físicos complexos, e para Russell há uma diferença radical entre *sense data* e objectos físicos. E se Russell defende que termos simples representam necessariamente *sense data*, temos que admitir que estes nomes próprios da linguagem comum não são relativos a *sense data.* São relativos a objectos físicos, aos quais nós não temos acesso cognitivo directo ou por contacto, mas sim acesso indirecto ou por descrição. Se no caso do conhecimento por contacto não podemos estar enganados, o conhecimento por descrição justifica o cepticismo: nomes comuns da linguagem corrente não garantem a existência do objectos por eles indicados. Consideremos 'Aristóteles': eu conheço Aristóteles unicamente por descrição, i.e. sei muitas coisas acerca de Aristóteles (que foi aluno de Platão, nasceu em Estagira, escreveu a *Ética a Nicómaco,* os textos do *Organon,* etc), mas não conheço, nem conheci, directamente Aristóteles. Assim, 'Aristóteles', tal como os outros nomes próprios da linguagem comum acima indicados, é, de acordo com Russell, uma mera abreviatura de descrições acerca do objecto e não aquilo que parece ser, i.e. um termo simples.

Consideremos dois exemplos de Adriana Silva Graça (seguidos da conclusão que liga esta teoria dos nomes, resultante do atomismo lógico, à Teoria das Descrições Definidas): «A frase 'Aristóteles é um filósofo conhecido', de acordo com os nossos resultados, não é uma proposição completamente analisada uma vez que o termo 'Aristóteles' não é um termo simples: 'Aristóteles', na gramática de superfície ou na linguagem corrente, é considerado um nome próprio, mas a análise mostra que ele é de facto uma forma abreviada de exprimir um termo que na verdade não é simples. 'Aristóteles' é uma abreviatura de 'o maior filósofo da Antiguidade', de 'o autor da Metafísica', e/ou de 'o discípulo de Platão', etc. 'Aristóteles' é de facto uma abreviatura de uma (ou mais) descrição definida e o sentido desta última depende do sentido dos termos nela envolvidos. A compreensão do termo 'Aristóteles' não equivale ao conhecimento por contacto do objecto por seu intermédio identificado, antes de mais porque ele não existe sequer, equivale simplesmente ao conhecimento por descrição do putativo objecto. Por paridade de forma, Russell estende a sua análise a todos os nomes comuns (nomes próprios na linguagem corrente, não analisada), quer estes identifiquem objectos não existentes, como no caso agora considerado, quer estes identifiquem objectos existentes. A frase 'Viena é uma cidade bonita' é igualmente não analisada e, sob análise, mostra-se que o termo 'Viena' não é simples e é na verdade substituível pela(s) descrição(ões) definida(s) que corresponde(m) ao conhecimento descritivo que se tem da cidade Viena. O sentido dos nomes próprios da linguagem corrente é reconduzido ao sentido das descrições definidas que permitem a identificação indirecta do objecto mencionado e o sentido destas últimas é dado pelo sentido dos predicados envolvidos na descrição, pelas razões que acabámos de expôr. A teoria que proporciona o esclarecimento do sentido de termos descritivos é a Teoria das Descrições Definidas e é então à sua luz que é elucidado o sentido dos nomes próprios da linguagem corrente, que são encarados como descrições definidas abreviadas.» Passemos então à Teoria das Descrições Definidas.

Lição 13

A exposição das ideias de Russell acerca de nomes próprios e nomes próprios aparentes conduziu-nos à 'necessidade' de uma Teoria das Descrições Definidas', já que muitos nomes próprios aparentes da linguagem comum são descrições definidas disfarçadas. É no artigo *On Denoting* (1905) que Russell introduz a sua teoria. A 'abertura' do artigo foi já citada atrás (Lição 8), a propósito de Frege: como então se viu, Russell pretende compreender a natureza de expressões denotativas na linguagem por considerar que elas são em geral muito importantes para compreender a forma como conhecemos muitas das coisas que conhecemos, e das quais não temos conhecimento por contacto.

Um outro elemento importante para compreender *On Denoting*, são as críticas – de que Russell parte - a G. Frege e a A. Meinong. Frege, como vimos, faz uma distinção entre o sentido e a referência de expressões como 'a estrela da manhã', ou 'o Rei de França'. Mas Russell considera a ideia de 'sentido' extremamente obscura, não sabe de que entidades fala Frege. Meinong, por seu lado, admite objectos que existem mas não subsistem, negando que estes obedeçam à lei da não contradição. Isto também não satisfaz Russell. A ideia central da Teoria das Descrições Definidas é simples: segundo Russell as descrições definidas são termos quantificacionais. Nos guiões abaixo são introduzidos e discutidos os exemplos de *On Denoting* (Puzzle da identidade, Puzzle do terceiro excluído, Puzzle da não existência da entidade descrita), bem como a 'fórmula das descrições definidas'. Uma vez introduzidos e explicados os princípios da Teoria das Descrições Definidas, sugere-se que o estudante teste por si a capacidade que esta tem de lidar com os puzzles, aplicando-a a cada um deles (a ideia de Russell em *On Denoting* é que o poder de uma teoria se testa precisamente pela capacidade que esta tem de de dar conta de problemas que seriam, sem ela, irresolúveis).

GUIÃO Nº13

Bertrand Russel, *On Denoting*, 1905
A função semântica 'denotar' e a Teoria das Descrições Definidas

Problema: Como compreender a fórmula das descrições definidas

Ideia básica: Enquanto os NOMES LOGICAMENTE PROPRIOS referem (por exemplo 'isto' refere sensações das quais o agente tem consciência imediata), as expressões denotativas devem ser vistas como um conjunto de quantificadores e funções proposicionais.

Exemplo: Considere-se uma frase A com a forma 'O F é G', tal como 'O autor de Waverley era escocês'

A parece ser uma frase de forma sujeito/predicado referindo um indivíduo, Sir Walter Scott, e predicando algo desse indivíduo (ser escocês). No entanto essa é, segundo Russell, uma aparência enganadora. Para Russell, o 'o' abrevia uma construcção complexa envolvendo quantificadores. De facto, para Russell, A abrevia uma conjunção de três asserções gerais quantificadas, nenhuma das quais refere Scott em particular:

a. Pelo menos uma pessoa foi o autor de Waverley
b. No máximo uma pessoa foi o autor de Waverley
c. Quem quer que tenha sido o autor de Waverley era escocês

W – ser o autor de Waverley
S – ser escocês

a. $(\exists x)\ Wx$
b. $(\forall x)\ (Wx \rightarrow (\forall y)\,(Wy \rightarrow y=x))$
c. $(\forall x)\ (Wx \rightarrow Sx)$

$$\exists x(Wx \& \forall y(Wy \rightarrow y=x) \& Sx)$$

Conclusão: o termo singular aparente em A, 'O autor de Waverley', não é de facto (i.e. ao nível da forma lógica) um termo singular mas uma abreviatura de uma estrutura quantificacional (a-c). Assim, o suposto termo singular 'desaparece sob análise', ele não *refere*, apenas *denota*. Os puzzles surgem quando se procura aplicar princípios que regem a referência singular a expressões que não são de facto termos singulares.

A Teoria das Descrições Definidas (TDD) serve para *explicar o papel semântico de descrições definidas que ocorrem em frases específicas*. Em *On Denoting* Russell apresenta três puzzles e propõe-se resolvê-los sem recorrer ao conceito fregeano de *Sinn*, recorrendo antes, precisamente, à Teoria das Descrições Definidas (como afirma Russell em *On Denoting*, «uma teoria lógica pode ser testada pela sua capacidade de resolver puzzles e é um projecto saudável, ao pensar

sobre a lógica, dotar a mente da maior quantidade possível de puzzles, visto que eles servem um propósito muito parecido com aquele que as experiências em física servem»).

GUIÃO Nº14

Os PUZZLES de *On Denoting*: Como resolvê-los de acordo com o espírito desta proposta

O Puzzle da Identidade

George IV queria saber se Scott era o autor de Waverley. Ora, Scott foi de facto o autor de Waverley. Parece então que podemos substituir 'o autor de Waverley' por 'Scott' e provar que George IV queria saber se Scott era Scott. Mas, como diz Russell, «dificilmente podemos atribuir um especial interesse pela teoria da identidade ao mais nobre homem da Europa».

O Puzzle do Terceiro Excluído

Pelo Princípio do Terceiro Excluído, a disjunção 'O actual Rei de França é calvo ou o actual Rei de França não é calvo' deve ser verdadeira. Isto quer dizer que ou 'o actual Rei de França é calvo' é verdadeira, ou 'O actual Rei de França não é calvo' é verdadeira. No entanto, se enumerarmos as coisas que são calvas e as coisas que não são calvas não encontramos o actual Rei de França em nenhuma das listas.

O Puzzle da não existência da entidade descrita

Como explicar que a frase 'a diferença entre a e b não existe' não apenas não seja auto-contraditória mas seja verdadeira?

Exercício: Procure resolver cada um dos puzzles aplicando a TDD. Explicite cada passo que conduz à solução.

Que conclusão final devemos retirar da Teoria russelliana das Descrições Definidas? Não devemos esquecer que Russell a via como uma forma de rejeitar a distinção fregeana entre sentido e referência. Como é que o faz? Desde logo com a ideia segundo a qual referir e denotar são relações bem distintas: mesmo quando existem objectos que satisfazem univocamente descrições não devemos considerar que os termos descritivos referem objectos mas apenas que eles os denotam. Ora, não se trata aí de uma relação directa mas indirecta: o objecto é identificado por meio da satisfação unívoca dos predicados contidos na descrição. Denotar é assim uma relação semântica distinta de referir, e que diz respeito a termos que não são nomes logicamente próprios. A grande

diferença tem a ver com a existência de objectos: apenas a referência requer a existência do objecto como condição necessária para que a expressão linguística tenha um sentido; o mesmo não se passa com a denotação. Podemos perfeitamente utilizar e compreender nomes próprios aparentes, nomes para objectos que não existem e nunca existiram, como 'Pégaso', 'Pai Natal' ou 'Darth Vader', mas podemos fazê-lo precisamente porque eles não são nomes logicamente próprios no sentido de Russell.

Lição 14

A influência de Russell na filosofia da linguagem é muito grande e vem até aos nossos dias. Por essa razão existe uma grande quantidade de literatura que se lhe reporta, e lhe endereça críticas; alguns dos textos em causa são eles próprios clássicos da filosofia da linguagem contemporânea. No que respeita ao assunto tratado na lição anterior são especialmente relevantes os artigos de P. Strawson, *On Referring* (1950), e de K. Donellan, *Reference and Definite Descriptions* (1966). Nestes textos, e nas ideias de outros autores que serão em seguida referidos (nomeadamente Saul Kripke) é possível encontrar elementos para uma crítica às teoria do sentido e da referência de Russell atrás expostas.

O primeiro autor é, em geral, um fregeano, e ataca várias das posições que acabámos de ver Russell defender (que exista referência directa, que nomes próprios comuns não sejam nomes logicamente próprios, etc). Considera no entanto, e nisto não segue nem Frege nem Russell, que não são palavras nem expressões que em primeira instância referem o que quer que seja – quem faz isso são os falantes, as palavras fazem-no apenas de uma forma derivada.

Keith Donnellan procura 'sintetizar' posições fregeanas e russellianas, distinguindo *usos referenciais* e *usos atributivos das descrições definidas.* Num uso atributivo de uma descrição definida, a descrição 'o F' (por exemplo ' o assassino de Maria') é utilizada para dizer alguma coisa do objecto qualquer que é o único que é F ('o assassino de Maria é cruel'); num uso referencial de uma descrição definida a descrição 'o F' é utilizada como um instrumento para individualizar um indivíduo que falante e ouvinte acreditam ser o único F (numa sala de tribunal, em que o presumível assassino de Maria está a ser julgado, e perante esse homem específico alguém diz 'o assassino de Maria é repugnante'). A descrição pode referir esse indivíduo e ser acerca dele mesmo se o dito indivíduo não satisfaz a condição de ser o único F ('o assassino de Maria'). O uso atributivo é o foco da teoria de Russell, mas esse uso não é único; a teoria das russelliana das descrições definidas não explica os usos referenciais e o próprio Donnellan está particularmente interessado nestes.

De qualquer forma e apesar das diferenças existentes entre as teorias de Frege e Russell – basicamente Frege pensa nos sentidos como modos de apresentação, distintos da referência, que individualizam a referência descrevendo-a, enquanto Russell defende que os nomes logicamente próprios não têm sentido, apresentam a sua referência directamente, não a descrevendo – Frege e Russell são considerados os representantes do chamado *descritivismo clássico*

nas teorias da referência (no caso de Russell isto tem a ver, obviamente, com a Teoria das Descrições Definidas e não com o que diz acerca de nomes logicamente próprios). Na filosofia da linguagem contemporânea, as teorias que se opõem ao descritivismo clássico são as Teorias da Referência Directa. Serão em seguida introduzidos, de forma breve e resumida, os princípios básicos das Teorias da Referência Directa, de forma a ficar pelo menos esboçada a oposição entre estas e as teorias descritivistas clássicas.

O trabalho do lógico e filósofo americano Saul Kripke (n.1940) é aqui fulcral, mas também nos trabalhos de K. Donellan, D. Kaplan e H. Putnam se encontram contribuições. A origem das teorias da referência directa pode ser encontrada em algumas teses de John Stuart Mill e do primeiro Russell, contrapostas à teoria fregeana, e do Russell posterior, dos nomes próprios. De um ponto de vista filosófico mais amplo, estas teorias relacionam-se com a externalismo em filosofia da mente. De acordo com a teoria descritivista fregeana dos nomes próprios (teoria do sentido), cada nome próprio é equivalente a uma descrição definida, a qual formula explicitamente o sentido do nome. Um nome nomeia descrevendo o objecto que nomeia. Ora, a ideia milliana acerca de nomes (defendida pelo autor por exemplo contra a ideia de J. Locke de acordo com a qual os nomes são nomes das nossas ideias) é que os nomes nomeiam as próprias coisas. Quanto aos nomes próprios, que são um tipo de nomes concretos, individuais, 'apenas capazes de serem afirmados com verdade de uma só coisa', eles não são de acordo com Mill, 'conotativos', i.e. denotam indivíduos, mas não indicam atributos destes. Nomes próprios não são significativos, mostram apenas, não dizem. Esta ideia de apenas mostrar, sem dizer nada, é aquela que se encontra também na concepção russelliana de nomes logicamente próprios. A ideia fundamental das Teorias da Referência Directa é também que não há mediação por um conceito da forma como um nome significa[13].

Os argumentos a favor da teoria descritivista são, por exemplo, que: (i) explicam melhor o papel dos nomes próprios em enunciados de identidade que são informativos; (ii) permitem atribuir significado a nomes próprios sem referente. Os argumentos contra a tese de que os nomes próprios têm sentidos fregeanos são por exemplo, (i) um argumento modal, formulado em termos de designadores rígidos[14] (nomes próprios são designadores rígidos e não descrições, e continuariam a designar o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em

[13] Existe ainda uma versão *cluster* da teoria descritivista dos nomes próprios, cujo proponente é John Searle (Searle 1958).

[14] Cf. SANTOS, Pedro, «Designador rígido», em Branquinho e Murcho 2001, p. 239 para a definição.

que esse indivíduo exista[15]; as descrições não são equivalentes definicionais do nome, são apenas contingentemente verdadeiras do portador), (ii) existe a possibilidade de o conhecimento envolvido nas descrições ser erróneo (considere-se por exemplo 'Kurt Gödel' e 'a primeira pessoa a demonstrar a incompletude da aritmética', sendo que vem a descobrir-se uma outra pessoa que, antes de Gödel, o tinha feito - 'Kurt Gödel foi a primeira pessoa a demonstrar a incompletude da aritmética' transmite informação conhecida a posteriori)[16].

A Teoria Causal da Referência é a alternativa avançada pelo próprio Kripke às teorias ditas descritivistas. As ideias básicas são: i) um mecanismo de introdução de um nome próprio na linguagem (um 'baptismo inicial', em que o portador do nome pode ser nomeado por ostensão), ii) um mecanismo de transmissão do nome no seio de uma comunidade linguística (Kripke fala de uma cadeira causal de comunicação que eventualmente conduz ao portador do nome ele próprio). Um dado novo aqui, face por exemplo à teoria russelliana dos nomes próprios, é a introdução de uma explicação social dos mecanismos da referência[17].

Outras leituras recomendadas para a exploração do ultimo ponto (Teorias da referência directa face às teorias descritivistas):

DONNELLAN, Keith, 1966, «Reference and Definite Descriptions», *Philosophical Review*, 75, pp. 281-304. Também em MARTINICH 1990.

LYCAN, W., 1999, *Philosophy of Language* (Capítulo 4 Proper names: direct reference and the causal-historical theory).

MARTINICH, A.P. (ed.), 1990, *The Philosophy of Language*. Oxford, Oxford University Press (para os artigos de Strawson, Donellan, Kripke, Putnam e Searle)

KRIPKE, Saul, 1980, *Naming and necessity*, Cambridge Mass, Harvard University Press. Também em MARTINICH 1990.

PUTNAM, Hilary, 1975 «The meaning of meaning», in H. Putnam, *Mind, Language and Reality*, Cambridge University Press, Cambridge, 1975, pp. 215-271.

SEARLE, John, 1958, Proper Names, *Mind*, 67, pp.166-73.

STRAWSON, Peter F., 1950, «On Referring», *Mind*, 59, 320-344. Também em MARTINICH 1990.

---

[15] Trata-se de compreender intuições como 'Aristóteles poderia ter nascido em Atenas', ou 'Al Gore poderia ter sido Presidente dos EUA'.

[16] Convém aqui recordar as noções de a priori / a posteriori, necessário / contingente. A distinção kripkeana entre conhecimento a priori e verdade necessárias foi introduzida em Filosofia do Conhecimento II no contexto do estudo da doutrina leibniziana dos mundos possíveis.

[17] As pessoas interessadas em filosofia da mente deverão investigar as relações entre estas teorias e as teorias chamadas 'externalistas' do conteúdo mental (nomeadamente a partir de H. Putnam e T. Burge).

Lições 15 a 18 L. WITTGENSTEIN I: uma teoria da linguagem como modelo (*Bild*) – estudo do *Tractatus Logico-Philosophicus*

Tempos: 4 aulas / 8 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer dados históricos básicos sobre a vida e a obra de Wittgenstein
- Conhecer o *background* histórico e cultural do *Tractatus Logico-Philosophicus*
- Relacionar aspectos da forma e do conteúdo do *Tractatus* com a vida cultural, artística e científica vienense da época
- Identificar os conteúdos temáticos dos *Tagebücher* e relacioná-los com o *Tractatus*
- Relacionar a génese do *Tractatus* com o trabalho de Wittgenstein com Russell em torno dos fundamentos lógicos da matemática
- Reconhecer e identificar a influência de Frege em Wittgenstein
- Apontar outras influências, além das acima referidas, na filosofia de Wittgenstein (Kant, Schopenhauer, Tolstoi, Kierkegaard)
- Conhecer a Introdução de Russell ao *Tractatus* e a reacção de Wittgenstein a esta
- Conhecer o *Tractatus Logico-Philosophicus*:
- Conhecer a estrutura básica do *Tractatus* (sete proposições, numeradas de 1 a 7) e a relação destas com a totalidade da obra.
- Identificar, analisar e criticar as proposições do *Tractatus* sobre o ético, o estético e o místico
- Contrastar as posições de Wittgenstein e dos positivistas lógicos sobre o '*unsinning*'
- Identificar, analisar e criticar as proposições do *Tractatus* sobre a natureza da filosofia como uma actividade e não uma teoria
- Interpretar a proposição 7 do *Tractatus* ('Acerca daquilo de que não podemos falar devemos calar-nos')
- Compreender e discutir a ideia de Wittgenstein de acordo com a qual 'o *Tractatus* é um feito ético'
- Identificar, analisar e criticar as proposições do *Tractatus* nas quais é apresentado um modelo ontológico
- Explicar os conceitos de 'facto', 'estado de coisas' e 'objecto'.
- Relacionar o modelo ontológico proposto por Wittgenstein no *Tractatus* com a filosofia do atomismo lógico de Russell
- Identificar, analisar e criticar as proposições do *Tractatus* nas quais é tratada a natureza do pensamento como 'imagem lógica dos factos' ou modelo (*Bild*)

- Explicar a identificação do que 'pode ser dito claramente' com as proposições das ciências naturais
- Problematizar a noção de *Bild*, relacionar o seu uso com a filosofia da ciência de H. Herz e com a concepção de modelos matemáticos
- Reconhecer a influência kantiana sobre Wittgenstein através de Herz
- Identificar, analisar e criticar as proposições do *Tractatus* sobre a natureza da lógica
- Explicar a relação entre os conceitos de *sinnlos* (e tautologia), sentido e *unsinning*.
- Aplicar as noções mencionadas no objectivo anterior
- Contrastar as posições de Russell e de Wittgenstein acerca da natureza da lógica
- Explicar a distinção entre 'dizer' e 'mostrar'
- Identificar, analisar e criticar as proposições do *Tractatus* sobre a natureza da subjectividade e sobre os limites do mundo
- Explicar a ideia de solipsismo como puro realismo

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

ANSCOMBE, G.E.M., 1959, *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. London, Hutchinson.

BILETZKI, A. & MATAR, A, 2002, «Wittgenstein», in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, http://plato.stanford.edu/entries/wittgenstein/

BLACK, Max., 1967, *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*. Ithaca, Cornell University Press.

HACKER, P.M.S., 1996, *Wittgenstein's Place in Twentieth-century Analytic Philosophy*. Oxford, Blackwell.

JANIK, Allan, & TOULMIN, Stephen, 1973, *Wittgenstein's Vienna*. New York, Simon and Schuster.

KENNY, A., 1973, *Wittgenstein*. Cambridge, Harvard University Press.

KENNY, A. 1984, *The legacy of Wittgenstein*. Oxford, Blackwell.

KENNY, A, 1994, *The Wittgenstein Reader*. Oxford, Blackwell.

MALCOLM, N., 1958, *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*. Oxford, Oxford University Press.

McGUINNESS, B., 1988, *Wittgenstein, a Life: Young Ludwig (1889-1921)*. University of California Press (paperback: 2005, *Young Ludwig*: Wittgenstein's Life: Young Wittgenstein *(1889-1921)*. Oxford, Oxford University Press.

MONK, Ray, 1990, *Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius*. New York, Macmillan.

MOUNCE, H.O., 1981, *Wittgenstein's Tractatus: An Introduction*. Oxford, Blackwell.

PEARS, David 1996, «Wittgenstein», *in* N. Bunnin e E. P. Tsui-James (eds.), *The Blackwell Companion to Philosophy*, Oxford, Blackwell, pp. 685-701.

RICKETTS, T., 1996, «Pictures, logic, and the limits of sense in Wittgenstein's *Tractatus*», in Sluga & Stern 1996.

SLUGA, H. & STERN, D, 1996, *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge, Cambridge University Press

WITTGENSTEIN, L., 1987, *Tratado Lógico-Filosófico*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

ZILHÃO, António, 1993, *Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem – Estudos sobre Wittgenstein*. Lisboa, Colibri.

ZILHÃO, A, 1995, A concepção de filosofia de Wittgenstein, in LOURENÇO, M.S., 1995, *A Cultura da Subtileza - Aspectos da Filosofia Analítica*. Lisboa, Colibri.

Lição 15

O Guião nº 15 introduz dados de ordem variada acerca da vida e da obra de L. Wittgenstein. Com a mesma finalidade – conhecer o autor cuja obra será estudada – aconselha-se ainda, por razões que são, como no caso de B. Russell, laterais à filosofia da linguagem propriamente dita, a leitura da biografia de Wittgenstein da autoria de Ray Monk (*Wittgenstein: The duty of genius)*, o filme de Derek Jarman (*Wittgenstein)*, bem como outras obras que podem ser encontradas na Bibliografia Geral[18]. O Guião nº 15 inclui ainda uma listagem dos textos publicados de Wittgenstein. Convém ter claro que a obra de Wittgenstein tal como hoje lhe podemos aceder não foi propriamente preparada pelo seu autor. Em vida Wittgenstein publicou apenas o *Tractatus* e *Some Remarks on Logical Form.* Os seus discípulos (nomeadamente G. E. Anscombe, Rush Rhees, Norman Malcolm e G. H. von Wright) foram lidando com a edição póstuma dos textos, que tem vindo a acontecer ao longo de várias décadas.

GUIÃO Nº 15

Ludwig Wittgenstein (1889-1951)



A vida de Wittgenstein

A vida de Wittgenstein foi fascinante por muitas razões. Para muitas pessoas ela é exemplar de uma certa Europa artística e cultural. Dois lugares estão especialmente ligados ao nome de Wittgenstein: Viena[19] e Cambridge. Cada um deles constitui uma chave para o compreender. A obra de Wittgenstein é em parte gerada pelos problemas ligados à análise lógica da linguagem que tinham ocupado Frege e Russell. No entanto, esta perspectiva não é suficiente para apreendermos o seu alcance. O próprio Wittgenstein viria a considerar a primeira fase da sua obra, a fase do *Tracta-*

[18] Na parte da Bibliografia Geral respeitante ao autor procura-se oferecer uma visão panorâmica mas esquemática da (imensa) bibliografia sobre Wittgenstein, permitindo assim, nomeadamente, uma identificação dos mais conhecidos estudiosos e comentadores de Wittgenstein nas últimas décadas.

[19] Cf. Janik & Toulmin 1973, *Wittgenstein's Vienna.* O livro é uma espécie de espelho da cidade no periodo áureo e negro de *fin de siècle,* um período caracterizado, ao mesmo tempo, pelo pessimismo civilizacional e pelo vanguardismo artístico e intelectual.

tus, como a manifestação de um ponto de vista 'platónico e dogmático' sobre a natureza da linguagem, sendo uma das finalidade das *Investigações Filosóficas* evitar tais erros na teoria da linguagem e do pensamento. Se quiséssemos adoptar um ponto de vista estético sobre a obra de Wittgenstein, poderíamos vê-la como exemplificando a passagem de um 'modernismo racionalista' (o do Wittgenstein I, do *Tractatus*) para um pós-modernismo (o do Wittgenstein II, das *Investigações Filosóficas* e do pluralismo dos jogos de linguagem)[20]. Na sua obra encontra-se ainda qualquer coisa como um anseio místico ('não sou um homem religioso mas o meu ponto de vista é religioso', chega a dizer). O *Tractatus* é uma obra peculiar, um misto de atrevimento ('este livro oferece uma solução final para todos os problemas da filosofia', diz-se no *Prólogo*), de misticismo e de filosofia feita a partir da lógica formal. A forma e o estilo do *Tractatus* são também eles invulgares – o texto consiste em parágrafos numerados, escritos em estilo sentencioso e lapidar, e é por isso mesmo pouco argumentativo e pouco explícito. Não há notas, nem bibliografia, nem referência a predecessores e problemas (embora por exemplo o nome de Frege apareça e o livro seja em grande medida uma resposta a Frege e a Russell). Esta conjugação de aspectos não é comum na filosofia analítica ou, em geral, na filosofia do século vinte[21], e contribuiu para fazer de Wittgenstein um autor de culto, cuja obra despertou e desperta interesse muito para além das fronteiras disciplinares da filosofia. Não é descabido pensar que pessoas como Frege, Russell e Moore não compreenderam os intuitos de Wittgenstein como filósofo, muito embora muito do que na obra deste se passava tivesse a ver com aquilo que faziam. De qualquer forma, trata-se de filosofia da linguagem – filosofia acerca da linguagem, acerca do uso de meios formais para tratar o pensamento e a linguagem, e, pelo menos no *Tractatus*, de uma tentativa de pôr a linguagem a falar sobre a linguagem, até encontrar os seus próprios limites: através da delimitação do dizível 'a partir de dentro', deverá revelar-se o que não pode ser expresso, mas apenas 'mostrado'.

1889: Viena. Ludwig Wittgenstein nasce. Nasce no seio de uma família riquíssima (o pai, Karl Wittgenstein, é um importante industrial do aço), que é também uma família artística – há sempre músicos pela casa. A família tem oito filhos. Ludwig é o mais novo. Três dos irmãos de Wittgenstein virão a suicidar-se, dois talvez por não lhes ter sido permitido seguirem as suas vocações artísticas, um outro na guerra, depois da derrota. Um outro irmão, o pianista Paul Wittgenstein, vem a perder um braço; ainda assim tocava, e foi famoso. O suicídio nunca anda muito longe dos pensamentos do próprio Ludwig Wittgenstein, que chegará a referir-se ao *Tractatus* como uma 'sublimação do suicídio'. A família era (de ambos os lados) de origem judia, mas tinha adoptado um novo nome: Wittgenstein[22].

---

[20] Hans Sluga fala de uma passagem do 'purismo da unidade formal' à 'proliferação das formas' (cf. SLUGA 1996, *L. Wittgenstein: Life and Work* – an introduction, in Sluga & Stern 1996).

[21] Numa carta dirigida ao discípulo e amigo Norman Malcolm, Wittgenstein pergunta: 'qual é o interesse de estudar filosofia se ela não (vos) capacita para falar dos assuntos importantes da vida mas apenas de assuntos abstrusos da lógica?'

[22] Cabe, a propósito, recordar uma foto que ficou célebre: a foto em que Ludwig Wittgenstein e Adolf Hitler, aparecem juntos na escola primária.

1906: Berlim, Charlottenburg, Technische Hochschule. Wittgenstein começa por estudar engenharia.

1908-1911: Manchester. Wittgenstein estuda Engenharia Aeronáutica em Inglaterra. Não lê grande coisa de filosofia, mas lê *The Principles of Mathematics* (1903) de Russell. Interessa-se por filosofia devido a problemas relativos aos fundamentos da matemática. No entanto, a moral, a estética, a arte e uma espécie de 'religião ética' constituem desde muito cedo o fundo dos seus interesses (aprecia por exemplo A. Schopenhauer e L. Tolstoi; o *Comentário aos Evangelhos* deste último, que compra na Polónia, durante a guerra, virá a ser – disse-o a Russell – 'o livro que lhe salvou a vida'[23]).

1911-1913: Cambridge, por vezes escapando-se para a Noruega. Vida antes da 1ª Guerra (1914-1918), em intima colaboração com Russell (até 1916 Russell ensina Lógica e Matemática no Trinity College). Wittgenstein tem com Russell uma relação emocional e intensa. Mantém relações com os grandes espíritos de Cambridge da época: G. E. Moore, M. Keynes, F. P. Ramsey. O pai, Karl Wittgenstein, morre em 1913. Wittgenstein está em Cambridge quando eclode a 1ª Guerra e é 'inimigo'. Quer mesmo ir para a guerra, para o exército austríaco. Alista-se voluntariamente (Porquê? Será patriotismo, belicismo? Os seus grandes amigos, Bertrand Russell e David Pinsent, estavam do outro lado, o lado inglês, e Russell começava a ser o pacifista militante que seria pela vida fora).

1914-1918: 1ª Guerra. O regimento de Wittgenstein está em Cracóvia. Ele estuda e escreve o que virá a ser o *Tractatus*. Começa um diário (os *Tagebücher*). Pergunta-se: será que vou conseguir trabalhar? No início as notas continuam as discussões com Russell, acerca de questões como 'como é possível que as proposições façam imagens dos factos?'. Em 1916 escreve sobre Deus, a felicidade, o suicídio, o sentido da vida e o carácter misterioso do eu. Em 1918 o seu amigo David Pinsent, a quem dedicará o *Tractatus*, morre (o avião despenha-se).

1914-1916: Tagebücher. É a partir destas notas que escreve o *Tractatus*, que virá a ser publicado em 1921, quando Wittgenstein está num campo de prisioneiros em Itália. Acompanha-o o *Comentário aos Evangelhos*, de Tolstoi, que comprou por acaso na Galiza (Polónia). A responsabilidade e a culpa, o que é fazer bem e viver feliz, a identificação do fazer bem com o viver feliz e com o sentido da vida, são assuntos que assolam e preocupam Wittgenstein, que não lhes atribui no entanto nenhum significado religioso directo. Essas questões são antes o assunto da ética e do sentido do mundo (Wittgenstein dirá: 'e ao problema do sentido da vida pode-se chamar Deus'). Tudo se passa como se os problemas a que normalmente se chama religiosos estivessem em Wittgenstein, mas sem religião. A estranheza dos *Tagebücher* reside no facto de serem um diário filosófico e não um diário de guerra;

---

[23] Embora o escritor russo Leo Tolstoi fosse cristão, ele via o cristianismo como uma doutrina feita para dar sentido à vida e não como uma revelação divina ou uma religião histórica e instituída, com as suas vicissitudes. A verdade da doutrina assim concebida mede-se pelos seus efeitos, pela paixão com que se deixa viver e pela felicidade que propicia às pessoas. O que fica é uma doutrina liberta da carga teológica, e é isso que interessa Wittgenstein.

embora escritos em plena guerra, no campo de batalha, a guerra não está lá, apenas reflexões lógico-filosóficas.

1919: Escola de professores, Viena. Wittgenstein oferece aos irmãos a sua herança milionária (se depois da guerra abdicou da fortuna a favor dos irmãos, antes tinha usado esta para sustentar artistas, por exemplo poetas, entre os quais Rainer Marie Rilke e Georg Trakl, através de bolsas, com a ajuda de um amigo, editor do *Der Brenner;* o poeta Georg Trakl, um dos beneficiários, tinha acabado de se suicidar com uma *overdose* de cocaína quando Wittgenstein chega a Cracóvia para o ver, em Novembro de 1914).

1919-1920: Envia o *Tractatus* a Russell e a Frege, os dois autores a quem agradece no Prológo ('os meus pensamentos foram em grande parte sugeridos pelas grandes obras de Frege e pelos trabalhos do meu amigo, o senhor Bertrand Russell').

1921: *Tractatus* em alemão.

1922: *Tractatus* em inglês (traduzido por C. K. Ogden, com ajuda de F. Ramsey).

Após 1921-1922: a recepção do *Tractatus*. A recepção do livro não agrada de todo a Wittgenstein. Mas como poderia um tão bizarro livro ser recebido? O livro é eventualmente tomado pelo Círculo de Viena como emblema da filosofia positivista, gerando um persistente mal entendido positivista em torno de Wittgenstein. Russell escreve uma Introdução que de acordo com Wittgenstein falha o ponto da obra, considerando que o livro é 'uma importante obra de lógica'. Wittgenstein queixa-se: para ele, o principal intuito do livro é traçar a diferença entre o que pode ser dito – e o que pode ser dito pode ser dito claramente – e o que apenas se deixa mostrar. Esse é que é o problema nuclear da filosofia. E a intenção da obra é ética, pretende mostrar 'calando' aquilo sobre que tantos outros se perdem em tagarelices, bem como mostrar que a filosofia tradicional repousa em grande medida sobre um mau entendimento da lógica da nossa linguagem.

Após a publicação do Tractatus: Wittgenstein acha que não tem mais nada a dizer em filosofia. Retira-se, e vai eventualmente ser professor primário em lugares perdidos da Áustria rural (entre *Unmenschen,* nas suas palavras...). Acabará por desistir.

1922: Professor primário. Zanga com Russell.

1926: Deixa de ser professor primário. Constrói, com o amigo e arquitecto Paul Engelman, discípulo de Adolf Loos, uma casa para a irmã Margaret Stonborough-Wittgenstein (que foi retratada num célebre quadro de P. Klimt). A casa (Kundmanngasse 19) fica nos anais da arquitectura.

1928: Ouve uma conferência do matemático intuicionista holandês L. Brouwer que o faz decidir voltar à filosofia.

1929: Volta a Cambridge, acaba por ensinar. Primeiro a intenção era fazer férias, depois fica. Depois de ser já um livro célebre, o *Tractatus* tinha sido reconhecido como dissertação de doutoramento. Publica 'Some Remarks on Logical Form'; é a sua única publicação além do *Tractatus.* É um estranho professor; as sua aulas não eram muito procuradas (ou então ele afugentava os curiosos: 'as minhas aulas não são para turistas', dizia). Teve como alu-

nos pessoas como G. E. Anscombe, N. Malcolm, A. Turing, G. Von Wright, A. Toulmin, o próprio G. E. Moore.

1930: Fellow do Trinity College, em Cambridge.

1933-35: Dá cursos cujas notas darão origem ao *Blue Book* (1933-34) e ao *Brown Book* (1934-35), ambos póstumos. Trabalha em filosofia da matemática.

1935: Seminário sobre Psicologia filosófica.

1938: Conferências sobre estética, psicologia e fé (publicadas postumamente)

1942-43: De novo na Guerra.

1944-47: Ensina em Cambridge (em 1939 tinha sucedido a Moore na Cátedra). Em 1944 Russell volta da América para o Trinity College.

1949: Trabalha em *Philosophische Untersuchungen* e *Zettel* (ambos publicados apenas postumamente).

1951: Acaba *On Certainty* (publicado postumamente).

1951: Morre. (N. Malcolm, em *Ludwig Wittgenstein, a memoir*, relata: «Before loosing consciousness he said: 'Tell them I've had a wonderful life'»). Foram seus testamentários os seus alunos G.E. Anscombe, Rush Rhees, Norman Malcolm e G. H. von Wright.

A obra de Wittgenstein

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1922, *Tractatus Logico-Philosophicus*, C.K. Ogden (trad), London, Routledge & Kegan Paul. Originalmente publicado como "Logisch-Philosophische Abhandlung", in *Annalen der Naturphilosophische* Vol. XIV, 3/4, 1921. Traduções: *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1961 (D. F. Pears and B. F. McGuinness trads.), New York, Humanities Press. Tradução portuguesa: *Tratado Lógico-Filosófico*, 1987 (Manuel Lourenço trad.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1953, *Philosophical Investigations*, G.E.M. Anscombe e R. Rhees (eds.), G.E.M. Anscombe (trad.), Oxford: Blackwell. Edição alemã de referência: *Philosophische Untersuchungen*, 2003 (Joachim Schulte), Frankfurt, Suhrkamp. Tradução portuguesa: *Investigações Filosóficas*, 1987 (Manuel Lourenço trad.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1956, *Remarks on the Foundations of Mathematics*, G.H. von Wright, R. Rhees e G.E.M. Anscombe (eds.), G.E.M. Anscombe (trad), Oxford, Blackwell. Edição revista: 1978.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1958, *The Blue and Brown Books*, Oxford, Blackwell. Traduções portuguesas: *O Livro Azul*, Lisboa, Edições 70, *O Livro Castanho*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, 1961, Ludwig, *Notebooks 1914-1916*, G.H. von Wright e G.E.M. Anscombe (eds.), Oxford, Blackwell. Traduções portuguesa: *Caderno 1914-1916*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1964, *Philosophical Remarks*, 1964, R. Rhees (ed.), R. Hargreaves e R. White (trad.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1965, «A Lecture on Ethics», *The Philosophical Review* 74: 3-12.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1966, *Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*, C. Barrett (ed.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: *Aulas e Conversas*, Lisboa, Cotovia.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1967, *Zettel*, G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright (eds.), G.E.M. Anscombe (trad.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: 1989, *Fichas (Zettel)*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1967, «Remarks on Frazer's Golden Bough», R. Rhees (ed.), *Synthese* 17: 233-253.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1969, *On Certainty*, G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright (eds.), G.E.M. Anscombe e D. Paul (trads.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: 1990, *Da Certeza*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1971, *ProtoTractatus - An Early Version of Tractatus Logico- Philosophicus*, B.F. McGuinness, T. Nyberg, G.H. von Wright (eds.), D.F. Pears e B.F. McGuinness (trads.), Ithaca, Cornell University Press.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1973, *Letters to C.K. Ogden with Comments on the English Translation of the Tractatus Logico-Philosophicus*, G.H. von Wright (ed.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1974, *Letters to Russell, Keynes and Moore*, G.H. von Wright e B.F. McGuinness (eds.), Oxford, Blackwell (ed. paperback: 1997).

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1974, *Philosophical Grammar*, R. Rhees (ed.), A. Kenny (trad.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1976, *Wittgenstein's Lectures on the Foundations of Mathematics*, C. Diamond (ed.), Ithaca, Cornell University Press.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1977, *Remarks on Colour*, G.E.M. Anscombe (ed.), L. McAlister e M. Schaettle (trads.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: 1987, *Anotações sobre as cores*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1979, *Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle: Conversations Recorded by Friedrich Waismann*, B.F. McGuinness (ed.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1979, *Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1932-1935*, A. Ambrose (ed.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1980, *Culture and Value*, G.H. von Wright (ed.), P. Winch (trad.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: 1980, *Cultura e Valor*, Lisboa, Edições 70

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1980, *Remarks on the Philosophy of Psychology*, vol. 1, G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright (eds.), G.E.M. Anscombe (trad.); vol. 2, G.H. von Wright e H. Nyman (eds.), C.G. Luckhardt e M.A.E. Aue (trads.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1980, *Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1930-1932*, D. Lee (ed.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1982 / 1992, *Last Writings on the Philosophy of Psychology*, vol. 1, 1982, vol. 2, 1992, G.H. von Wright e H. Nyman (eds.), C.G. Luckhardt e M.A.E. Aue (trads.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1986, *Wittgenstein: Conversations, 1949-1951*, O.K. Bouwsma, J.L. Kraft e R.H. Hustwit (eds.), Indianapolis, Hackett.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1988, *Wittgenstein's Lectures on Philosophical Psychology 1946- 47*, P.T. Geach (ed.), London, Harvester.
WITTGENSTEIN, Ludwig, 1993, *Philosophical Occasions*, J. Klagge e A. Nordmann (eds.), Indianapolis, Hackett.
WITTGENSTEIN, Ludwig, 1997, *The Collected Manuscripts of Ludwig Wittgenstein on Facsimile CD Rom*, The Wittgenstein Archives at the University of Bergen (ed.), Oxford, Oxford University Press.

O estudo de Wittgenstein será iniciado no presente manual com essa obra invulgar que é o *Tractatus Logico-Philosophicus*. O percurso de leituras proposto obedece à seguinte sequência:

A. Prólogo (de Wittgenstein)
B. Introdução (de B. Russell)
C. Mostrar e dizer: do Ético-Estético-Místico à proposição como *Bild* ou modelo
D. Natureza do pensamento, da linguagem e da Lógica
E. A vontade, o sujeito e os limites do mundo

Ao contrário do que aconteceu com Frege e Russell, não se tratará aqui apenas de questões muito específicas, tais como o sentido e a referência de nomes próprios e de frases, ou da diferença entre nomes próprios e descrições definidas. Não é possível compreender o *Tractatus* sem procurar mais. No esquema abaixo encontra-se uma lista de dez tópicos distintos relativamente aos quais devem ser procuradas teses no *Tractatus*.

ESQUEMA Nº 12

Como ler o *Tractatus*? O que procurar?

No *Tractatus* é possível encontrar:

1. Um modelo ontológico

(o mundo é tudo aquilo que acontece (1), o mundo é um conjunto de factos, não de coisas) (Questão: Não existirá no *Tractatus* uma outra (segunda) concepção de mundo, nas proposições 6?)

2. Uma concepção pictórica da linguagem

3. Uma delimitação do pensável/dizível com sentido relativamente ao 'sem-sentido'

4. A ideia segundo a qual 'acerca daquilo de que não podemos falar, devemos calar-nos'

5. Teses (anti-russellianas) acerca do estatuto da lógica; teses acerca do estatuto do verdadeiro e das ciências naturais

6. Teses acerca da filosofia (tradicional) e do sem-sentido (*unsinnig*)

7. Uma concepção de filosofia como crítica da linguagem. Ideias acerca do método da filosofia.

(A filosofia não é uma doutrina mas uma actividade, um trabalho de elucidação, o resultado da filosofia não são proposições filosóficas mas o esclarecimento.)

8. Teses acerca da diferença Mostrar/Dizer e do estatuto do Mostrar

A proposição não pode representar a forma lógica. Esta reflecte-se na proposição. O que se reflecte na linguagem, esta não pode representar

9. Tese acerca do solipsismo como puro realismo

O mundo é o meu mundo; os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo; a lógica preenche o mundo

10. Teses acerca do ético, do estético e do místico

Como se poderá constatar com a leitura do *Tractatus*, os temas tratados vão desde a natureza do pensamento, da lógica e da linguagem (temas compartilhados com Frege e Russell), até à natureza da subjectividade, da filosofia e do 'ético-estético-místico'. Em suma, se em Frege e Russell encontramos paradigmas do 'método analítico', em Wittgenstein, no *Tractatus*, vemos pela primeira vez esse método aplicado a qualquer coisa como uma visão filosófica global (talvez por isso a filosofia da linguagem contemporânea é muito mais herdeira de Frege e de Russell do que de Wittgenstein – embora isto seja o caso sobretudo com o Witttgenstein do *Tractatus*; algo de totalmente diferente se passa com o Wittgenstein das *Investigações*[24]).

O *Tractatus* está dividido de forma estranha: as (sete) proposições principais ramificam-se em pontos e sub-pontos, que especificam e aprofundam o tema nuclear da proposição. É por isso pelo menos recomendável uma primeira identificação das sete proposições essenciais.

Esses temas são os seguintes:

1. O Mundo (o mundo é tudo aquilo que acontece (*Die Welt ist alles, was der Fall ist*)),
2. O que é o caso, o facto, é a existência de estados de coisas,
3. O Pensamento (A imagem lógica dos factos é o pensamento),

[24] A influência deste é tão grande na filosofia contemporânea que excede por completo a filosofia da linguagem.

4. O pensamento é a proposição com sentido,
5. A proposição é uma função de verdade das proposições elementares,
6. A forma geral de uma função de verdade é: [p, ξ, N (ξ)] . Esta é a forma geral da proposição,
7. Acerca daquilo de que não se pode falar, tem que se ficar em silêncio.

Se considerarmos os interesses de Frege e Russell pela forma lógica da linguagem, considerada como capaz de nos dar o 'esqueleto do pensamento', veremos desde logo no *Tractatus* uma ideia acerca da linguagem como forma que não se encontra em nenhum deles. Wittgenstein vai, sim, interessar-se pela forma lógica mas no contexto da chamada 'teoria pictórica da linguagem' (ou teoria da linguagem como modelo, *Bild*). O pensamento, enquanto 'proposição com sentido', poderá vir a ser logicamente analisado, mas é antes de mais para ser considerado como 'imagem lógica dos factos'. Em 2.1, uma proposição fundamental da obra, afirma-se 'Fazemo-nos imagens dos factos' (*Wir machen uns Bilder der Tatsachen*)[25]. É muito importante para compreender a teoria wittgensteiniana do pensamento e da linguagem levar em conta a ideia da proposição como *Bild* (modelo), considerando ao mesmo tempo o estatuto da lógica e o lugar da subjectividade nessa teoria.

Mas, seguindo o percurso de abordagem do *Tractatus* acima proposto, deverá, antes de mais, ser lido o *Prólogo* do próprio autor e a *Introdução* de Russell. Relativamente ao *Prólogo*, aquilo que nele Wittgenstein afirma sobre a intenção da obra é o seguinte: o livro apresentaria uma 'solução final para os problemas da filosofia', problemas esses que resultam de uma 'má compreensão da lógica da nossa linguagem'. Wittgenstein declara ainda que 'os pensamentos expostos resultam em grande medida de reflexão sobre as obras de Frege e Russell'. No entanto a intuição fundamental que resume o livro é no mínimo misteriosa – 'o que pode ser dito pode ser dito claramente, e sobre o que não se pode falar deve-se guardar silêncio' – e não parece decorrer directamente de nada do que é dito acima. Que estranha obra é esta? Relativamente à *Introdução* de Russell, que deve também ser lida, e na qual este enfatiza a importância das questões de lógica e de simbolismo no *Tractatus*, é bem conhecida a reacção de Wittgenstein: ele sentiu-se bastante incompreendido.

---

[25] Evidentemente, um dos problemas que se coloca é saber se o *Tractatus* responderá exactamente às questões de Frege e Russell sobre sentido e referência, uma vez que os seus pressupostos ontológicos e epistemológicos (ou anti-epistemológicos) são muito diferentes do que encontrámos quer em Frege quer em Russell.

Lição 16

No seu livro *Wittgenstein's Vienna*, Allan Janik e Stephen Toulmin analisam a génese do *Tractatus*. Vou aqui segui-los, já que consideram, detalhadamente, o possível peso de outras influências sobre o pensamento de Wittgenstein, para além das de Frege e Russell, nomeadamente a influência de autores tão inesperados como A. Schopenhauer[26], L. Tolstoi e S. Kierkegaard. Defendem ainda que não é uma coincidência o facto de o *Tractatus* ter aparecido no mesmo contexto histórico-cultural que a psicanálise de Freud, a arquitectura modernista de A. Loos, a revolução musical de Schönberg e os escritos de R. Musil e de K. Kraus. Para Janik e Toulmin, a chave para compreender o *Tractatus* é precisamente ver Wittgenstein como um vienense, como os outros autores referidos, embebido dos traços de uma discussão cultural e artística particular então em curso. Em termos filosóficos, os elementos e o espírito dessa discussão eram bem distantes do empirismo e do naturalismo correntes no ambiente que Wittgenstein virá a encontrar posteriormente em Cambridge, e que lhe será sempre, de alguma forma, estranho (isto mesmo se Wittgenstein foi 'recrutado' pela filosofia desse contexto).

De que nasce afinal o *Tractatus*? Será de facto uma obra cujo núcleo é a lógica, uma obra acerca da relação Pensamento-Linguagem-Mundo provocada pela descoberta das reflexões de Frege e Russell e pela necessidade de criticar alguns pontos específicos das teorias destes? Ou será que, como defendem A. Janik e S. Toulmin (este último aluno de Wittgenstein em Cambridge) em *Wittgenstein's Vienna*, não é de todo esse o caso, sendo a intenção do livro sobretudo ética, muito mais ligada às preocupações espirituais dos contemporâneos vienenses de Wittgenstein do que à lógica matemática que Frege e Russell vinham a desenvolver? A alternativa, e a tese interpretativa defendida por Janik e Toulmin, é que 'o *Tractatus* é um feito ético' (*ethical deed*). É, de resto, o próprio Wittgenstein, que chega a descrever assim a sua obra. Janik e Toulmin analisam cuidadosamente o paralelismo entre características do *Tractatus* e o 'tempo' cultural e artístico vienense, e entre uma 'interpretação lógica' e uma 'interpretação ética' do *Tractatus*, escolhem esta última. O fundo da sua interpretação é o seguinte. Uma coisa são os métodos lógicos, outra os problemas filosóficos; Wittgenstein foi sem dúvida um continuador dos métodos de Frege e Russell, no entanto já trazia consigo os seus problemas filósoficos,

---

[26] Cf. Guião à frente, com dados mínimos acerca da filosofia de Schopenhauer.

e esses problemas eram diferentes dos problemas de Frege e Russell. Daí o interesse de olhar para o contexto cultural vienense, para a Viena das últimas décadas da mornarquia dos Habsburgos, em busca dos problemas filosóficos de Wittgenstein. E o que se encontra aí, que espírito e que problemas são esses? De acordo com Janik e Toulmin, servindo-se neste caso da expressão de Musil, o que se encontra aí são 'formalismos, por trás dos quais nada há senão conturbações nacionalistas, vácuo e caos', e, ao mesmo tempo, entre os artistas e os intelectuais, uma discussão geral acerca da natureza e do propósito da representação (*Bild* ou *Darstellung*), bem como uma tentativa de 'depuração das formas', uma tentativa de cura do sentimentalismo e do excesso.

De qualquer modo, e mesmo sem uma incursão aprofundada em tais discussões, um ponto importante para se compreender o *Tractatus* (se se quer levar a sério aquilo que Wittgenstein diz sobre a obra – i.e. que se trata de um 'feito ético') é saber o que entendia Wittgenstein por 'ética'. Ora, é bem revelador olhar para aquilo que atrai Wittgenstein em ética (e o que o atrai são autores como Schopenhauer, Kierkegaard, Tolstoi), bem como olhar para aquilo que lhe repugna (o que lhe repugna é o racionalismo, a ideia de uma 'ciência da moralidade'). A separação radical entre factos e valores, a ideia segundo a qual 'o mundo dos factos é o mesmo, mas pode ser bom ou mau', que se encontra no *Tractatus* (cf. por exemplo, a Proposição 6.43: «Se o bem e o mal alteram o mundo, então só alteram os limites do mundo, não os factos, não o que pode ser expresso na linguagem (...) O mundo de um homem feliz é diferente do de um homem infeliz») pode ser vista na continuidade de uma série de esforços para distinguir a esfera das ciências naturais da esfera da moralidade. Esses esforços foram começados com Kant e continuados com autores como Schopenhauer e Kierkegaard. Isso reflectir-se-á no seguinte traço, que se pode encontrar no *Tractatus*: por um lado, Wittgenstein, como Kant, defenderá que o pensamento e a linguagem são perfeitamente adequados à tarefa de produzir ciência, representação do mundo, por outro lado atribui uma importância central à arte na vida humana.

Uma breve recapitulação da filosofia de Schopenhauer poderá será útil para compreender as afirmações de Wittgenstein acerca 'do ético, do estético e do místico' no *Tractatus*.

GUIÃO Nº 16

Schopenhauer – Complementos a Wittgenstein I

A. SCHOPENHAUER (1788-1860) Autor de *O Mundo como Vontade e Representação.* Schopenhauer pretende que a ética, a estética e a metafísica – anteriormente separadas de forma errónea, tal como 'a mente e o corpo foram erroneamente separados' – sejam 'uma só coisa' no seu pensamento. (*Metafísica* não é para Schopenhauer uma preocupação pelo ser dos seres, ou pelos fundamentos do conhecimento, mas uma interrogação acerca do significado de uma existência que seria de outra forma 'fantasmática').

Partindo da ideia kantiana básica de uma separação entre fenómeno e númeno, Schopenhauer identifica o fenómeno kantiano com o Mundo-enquanto-Representação e o númeno kantiano com o Mundo-enquanto-Vontade. Embora a Vontade seja, assim, a natureza da realidade em si, nós estamos de várias formas constrangidos a movermo-nos (em corpo e em pensamento) ao nível da representação. O Mundo-enquanto-Representação é, de acordo com Schopenhauer e exactamente como Kant propôs, condicionado pelo sujeito, e portanto por formas a priori. Estas são, segundo Schopenhauer, e de forma que o afasta um pouco de Kant lido num sentido estrito, o espaço, o tempo e a causalidade. É assim que se constitui o mundo de objectos individuados, um mundo que é, para Schopenhauer, numa expressão que vai buscar ao pensamento oriental, um 'Véu de Maia'.

Para além deste estatuto de superfície (e, de certa forma, de ocultação) que a Representação tem, o conhecimento é, em geral, para Schopenhauer, um mero instrumento da Vontade. Ao contrário das representações, a Vontade não está sujeita ao princípio da individuação. Sendo ela que inicia e impele a acção dos seres, não tem qualquer finalidade ou propósito, é uma pressão cega. Em termos aplicados à natureza do humano, isto significa que há, de acordo com Schopenhauer, uma clara primazia da Vontade relativamente à auto-consciência. A 'contrapartida ética' destas ideias é um pessimismo ligado ao pensamento budista e uma apologia da resignação: para Schopenhauer 'a fonte da total felicidade só pode ser a total destruição, a aniquilação'.

Para além da forma como retomou os conceitos kantianos de fenómeno e númeno (como Representação e Vontade), Schopenhauer considerou ainda uma possibilidade perante a qual, na sua opinião, Kant teria sido cego: um tipo de acesso à natureza da realidade a que chamou *intuição*, i.e. a possibilidade de uma consciência intemporal, de uma visão contemplativa, de uma libertação em espírito pela qual o artista seria mais responsável do que o cientista. Esta possibilidade vai em última análise conduzi-lo (a ele, que é um ateu professo, e que considera a maior parte da tradição filosófica como teologia encoberta) a qualquer coisa como uma religião sem Deus.

Pessoas como F. Nietzsche, R. Wagner, T. Mann, S. Freud, L. Wittgenstein, M. Proust e S. Beckett devem muito a Schopenhauer. Wittgenstein, por exemplo, que não sentia qualquer obrigação ou vontade de conhecer a história da filosofia, admirava profundamente Schopenhauer; Nietzsche abordou toda a história da filosofia à luz de Schopenhauer (Schopenhauer foi aliás provavelmente o único filósofo que Nietzsche leu integralmente). Não é demasiado estranho que tantos artistas tenham concebido o seu trabalho à luz de Schopenhauer: Thomas Mann declarou que a filosofia de Schopenhauer é, por excelência, criativa, uma *filosofia do*

artista. De facto, Schopenhauer chega a afirmar que a arte é o único conhecimento objectivo e é ao artista e não ao cientista, à intuição e não à razão, que atribui a possibilidade de aceder à realidade em si. Voltando à questão das influências e porque o pensamento de Schopenaheur está aparentemente nas raízes de obras tão determinantes do espírito filosófico do século XX como as obras de Freud e de Nietzsche, convém notar que as relações entre estes pensadores são complicadas e não demasiado directas. Freud, por exemplo, declara nunca ter lido a obra maior de Schopenhauer, no entanto vê claramente o quanto o seu pensamento é antecipado pelo de Schopenhauer. O que é que isso significa? Pelo menos que Freud considera que nas suas descrições da Vontade Schopenhauer antecipa o Inconsciente freudiano, bem como a ligação entre felicidade e morte. Quer para Schopenhauer quer para Freud a vontade de vida derrota-se a si própria. Freud afirma, em *Para Além do Princípio do Prazer,* que a morte é o resultado genuíno e o propósito da vida. Schopenhauer afirmara que a única forma de evitar o sofrimento é a renúncia à vontade de viver, o desprendimento relativamente ao nosso eu. É esse o contexto da recomendação schopenhaueriana de ascetismo, de santidade como mortificação da vontade e afastamento da vontade de viver. As relações de Schopenhauer com Nietzsche são certamente mais directas (a '*Origem da Tragédia*' é um bom exemplo disso) mas também conturbadas: de facto, Nietzsche vem a considerar Schopenhauer como o próprio expoente de qualquer coisa que considera uma doença do espírito do Ocidente, o niilismo. Apesar disso, toda a crítica nietzscheana ao pessimismo e niilismo de Schopenahuer é feita nos termos do próprio Schopenhauer, os termos da Vontade de poder (que Nietzsche, é certo, quer ver afirmada e não negada).

Continuando o percurso de leituras atrás sugerido, seguem-se os pontos C (Mostrar e dizer: do Ético-Estético-Místico à proposição como *Bild* ou modelo), e D (Natureza do pensamento, da linguagem e da Lógica).

Devem ser lidas as proposições 6, com especial atenção a 6.41 («O sentido do mundo tem que estar fora do mundo»), 6.421. («A Ética e a Estética são Um»), 6.44 («O que é místico é que o mundo exista, não como o mundo é»), e 6.43 («O mundo dum homem feliz é diferente do de um homem infeliz»). O problema será então saber como compreender a importância que o autor do *Tractatus,* cuja obra foi, como é sabido, 'recrutada' pelo positivismo, e que chegou a ser acusado de ser ele próprio um positivista, atribui ao 'ético', ao 'estético', ao 'místico'.

Segundo Janik e Toulmin, aquilo que Wittgenstein defende, aquilo que está por trás destas proposições do *Tractatus,* é o seguinte: i) apenas a arte pode exprimir a verdade moral, ii) apenas o artista lida com as coisas que na vida importam mais. A ser assim, ao contrário do que a leitura da obra feita pelos neo-positivistas nos pode fazer pensar, no *Tractatus* é o *unsinning* (o sem-sentido) que é o mais importante, não o que deve ser rejeitado (a noção de *unsinning* aplica-se ao ético-estético-místico).

De facto, no *Tractatus*, Wittgenstein divide as proposições em:

1. aquelas que são *sinnlos*, vazias de sentido (são as proposições da Lógica que constituem ao mesmo tempo o 'travejamento' do mundo, daquilo que pode ser pensado)
2. aquelas que são *sinnvol*, com-sentido, as proposições das ciências naturais,
3. aquelas que são *unsinning*, sem-sentido (muitos, nomeadamente os positivistas lógicos, consideraram que esta é a classificação a dar às proposições da metafísica, e que isso significa que elas não merecem qualquer consideração).

Um problema surge de imediato desta classificação – como se posiciona o próprio *Tractatus* perante ela? De que falam as proposições do *Tractatus*? Será o *Tractatus* uma investigação lógico-linguística acerca da natureza da realidade ou outra coisa qualquer? Já avancei atrás a hipótese de que estamos perante um uso dos meios de Frege e Russell para analisar a linguagem e o pensamento mas também perante 'um outro espírito' (de acordo com Janik e Toulmin, o espírito de 'um austríaco leitor de Kant e de Schopenhauer'). Mas, voltando ao estatuto das proposições pelas quais se fala daquilo que a linguagem faz, resta perguntar: poderá a linguagem, com as características que o autor do *Tractatus* lhe encontra, fazer tal coisa, ou tratar-se-á de uma contradição performativa? Será o *Tractatus* não uma obra de análise lógica da linguagem mas sobretudo um meio para uma mensagem ético-estética? Importa discutir estas questões para compreender o *Tractatus* como obra. De resto, é esta questão que se concentra na imagem que na proposição 6.43 é utilizada para o próprio livro (a imagem da escada pela qual se sobe e que se deve deitar fora em seguida). A interpretação da imagem deve obviamente levar em conta aquilo que Wittgenstein defende acerca do que a linguagem pode e não pode dizer, pode e não pode mostrar.

Relativamente ao percurso de leituras do *Tractatus* de acordo com a sequência atrás recomendada, considere-se que foi dito o básico sobre o que Wittgenstein entende por 'o Ético'. Devem agora ser feitas as seguintes leituras acerca de mundo, pensamento e linguagem:

(Mundo) 1, 2, 2.01, 2.02, 2.0271, 2.0272

(Pensamento) 2.1, 2.11, 2.12, 2.13, 2.15,2.1511, 2.1512, 2.15121, 2.174,2.18, 2.2. 2.221, 3.

(Linguagem) 3.1, 3.14,3.2, 3.202, 3.203,3.3, 4.

Aí se encontram as ideias fundamentais quanto a mundo, pensamento e linguagem: o mundo é 'aquilo que acontece'; o pensamento é a imagem lógica dos factos (aquilo que acontece); na proposição o pensamento exprime-se de

modo perceptível pelos sentidos; os nomes denotam objectos; só as proposições têm sentido.

O que se passa aqui? Com componentes semelhantes aos da filosofia do atomismo lógico de Russell – nomes e objectos, frases e factos – Wittgenstein defende uma ideia de isomorfismo, de acordo com a qual a linguagem espelha o mundo. No entanto, ao contrário do que acontecia com Russell, não são introduzidas considerações epistemológicas para analisar tal correspondência: aquilo que é necessário compreender é a relação do isomorfismo linguagem / mundo com a ideia de *Bild*. É através da teoria da linguagem como *Bild* (modelo) que Wittgenstein dá conta da natureza do sentido de proposições. Para compreender o uso da noção de *Bild*, é interessante considerar a relação entre Wittgenstein e o físico H. Herz, autor dos *Principles of Mechanics*, uma obra de filosofia da ciência de espírito kantiano. Através de Herz é possivel considerar, de forma mais específica do que as alusões que até aqui foram feitas, a relação entre Wittgenstein e Kant no que respeita à forma de conceber a natureza da representação, ou a relação pensamento-mundo. A ideia nova aqui é a ideia de uma 'matemática da linguagem'. Esta seria obviamente a lógica matemática de Frege e Russell, e é qualquer coisa que Wittgenstein tem disponível e que não estava, é claro, nas mãos de Kant. No entanto a ideia de 'explicar o pensável *a partir de dentro*', embora partindo agora dessa 'matemática da linguagem', é recondutível a Kant. Trata-se de uma ideia de transcendental como modelo, caracterizável a partir de dentro e utilizável no pensamento sobre o mundo: tal como acontece com o uso da matemática na mecânica, a aplicação do modelo é auto-limitadora – os modelos apenas dão o essencial do modelizado, e não tudo.

Esta é uma pista para considerar a concepção (transcendental, e portanto influenciada pela filosofia kantiana) que Wittgenstein defende acerca da lógica no *Tractatus*. Considere-se proposições acerca da natureza da Lógica: «A Lógica não é uma doutrina, é um espelho cuja imagem é o mundo. A Lógica é transcendental» (6.13), «As proposições da Lógica descrevem as traves-mestras do mundo, ou melhor ainda, representam-nas. Não 'tratam' de nada» (6.124), «As proposições da Lógica são tautologias[27]» (6.1), «Assim, as proposições da Lógica nada dizem. (São as proposições analíticas)» (6.11), «A Lógica está antes de qualquer experiência de que algo é assim. Está antes do

[27] Tautologias são um tipo de função de verdade que obtem o valor de verdade V para qualquer attribuição de valores de verdade aos seus constituintes elementares. Foi Wittgenstein quem introduziu o termo no sentido que hoje lhe é dado na lógica proposicional.

como, não antes do que.» (5.552), «A imagem apresenta a situação no espaço lógico (...)» (2.11), «A imagem está em conexão com a realidade, chega até ela (...)» (2.1511), «É como uma régua aposta à realidade.» (2.15121).

A análise destas proposições permitir-nos-á compreender as resposta de Wittgenstein às seguintes questões: i) É possível representar o mundo? (A resposta de Wittgenstein é 'sim'), ii) Qual é o papel na Lógica nesse empreendimento? (A resposta de Wittgenstein é que o papel da Lógica é ser um 'andaime', uma sustentação, aquilo que providencia a forma para o pensamento, sendo em si mesma vazia). Mas como vê Wittgenstein a natureza deste 'andaime'? A hipótese interpretativa de Janik e Toulmin é que Wittgenstein vê o estatuto de andaime da Lógica para o pensamento por analogia com o papel da matemática nas ciências físicas, de acordo com a interpretação que Hertz faz deste papel. Isto está bastante próximo da ideia kantiana de transcendental, reformulada em função daquilo de que Wittgenstein dispõe de novo relativamente a Kant: a lógica formal. Por isso mesmo, aí onde Kant afirma acerca da lógica – e Kant tem em mente na *Crítica da Razão Pura* a lógica aristotélica, considerada como acabada – que a lógica é analítica, e que nada traz de novo ao conhecimento (é apenas ao falar de 'lógica transcendental' que Kant fala da sua própria teoria do conhecimento e do papel 'constitutivo que as categorias do entendimento aí têm'), Wittgenstein atribui um papel constitutivo, modelizador, à lógica ela própria, lógica evidentemente agora incomparável com aquela que Kant considerava. E acerca dessa nova lógica matemática disponível afirmará no *Tractatus*: ela é transcendental, dá-nos o andaime do mundo (*logisches Gerüst*), delimita o que é possivel e pensável. Ao mesmo tempo as proposições lógicas elas próprias são *sinnlos*, i.e. vazias de sentido, analíticas, a priori, inconfirmáveis e irrefutáveis.

Lição 17

Como se relacionam no *Tractatus* as teses acerca da natureza do pensamento, da representação e da Lógica? A partir da lição anterior dispomos já de elementos suficientes para responder a esta pergunta. De qualquer modo uma proposição a ter em mente, talvez a primeira a interpretar para lhe responder, é a seguinte: «Fazemo-nos imagens dos factos» («Wir machen uns Bilder der Tatsachen» (3))

Temos então que:

(i) para Wittgenstein é possivel uma linguagem representacional,

(ii) através dessa linguagem representacional construímos modelos dos factos (iii) essa forma ou modelo, que é imposta para tornar aquilo que existe pensável é aquela que a lógica matemática de Frege e Russell mostra existir no nosso pensamento e linguagem.

Russell pensava que fazer Lógica era mostrar a 'forma real das proposições', e assim chegar aos 'grandes traços da realidade'. Wittgenstein crê que essa estrutura é aquilo de que já nos servimos para fazermos imagens dos factos. Expondo a estrutura, expomos a natureza e limites da linguagem. A ideia de uma linguagem imanente à linguagem comum, um *Logisches Gerüst* (andaime lógico), é a ideia de uma 'sustentação' que acontece no pensamento em geral e não apenas no pensamento matemático, com o qual Frege e Russell se preocuparam especialmente.

Quando Wittgenstein faz afirmações tais como 'O modelo é aposto à realidade como uma régua' ou 'Só os pontos marcados tocam o objecto a ser medido', parte do que está a ser rejeitado é o empirismo com que Russell acompanhara a sua ideia de análise lógica. A aceitação do Princípio fregeano do Contexto, que permeia o *Tractatus*, só pode ser total nessa situação.

Voltando ao problema do estatuto da Lógica, o que temos é o seguinte: para Wittgenstein, a Lógica é transcendental, as suas proposições não dizem nada, são tautologias, são *sinnlos*. Mostram as propriedades formais do mundo tal como podemos pensá-lo e dizê-lo – é essa a sua importância. A lógica não é, assim, ao contrário do que pensou Russell, uma ciência à imagem da física, uma ciência dos componentes mais abstractos e gerais do mundo. Ao contrário do que pensou Russell, não existem coisas como a 'experiência lógica' e o 'conhecimento lógico'. Se as proposições da lógica em vez de serem tautologias se referissem a componentes da realidade seriam contingentemente verdadeiras, e não se distinguiriam das proposições empíricas. Mas para

Wittgenstein a sua validade geral é essencial e reconhecível sem ser necessário recorrer a qualquer interpretação dos símbolos. É neste contexto que deve ser considerada a criação do método das tabelas de verdade.

Sugere-se que sejam feitas as seguintes leituras sobre a natureza e o estatuto da Lógica no *Tractatus*:

(O 'carácter sublime da lógica') 6.1, 6.11,6.111,6.113,6.12.6.124,6.13

(Lógica e 'mostrar') 4.12, 4.121

(Lógica e (não) experiência) 5.552

(Tabelas de verdade) 4.31

(Tautologias e contradições) 4.46 4.462

Lição 18

Passemos agora ao ponto E (A vontade, o sujeito e os limites do mundo) do percurso de leituras do *Tractatus* proposto. Temos a seguinte tese central: Wittgenstein defende no *Tractatus* que o sujeito filosófico é o 'limite do mundo'. O que é que isso significa? O que é que o sujeito filosófico tem a ver com cada um de nós? Será que o sujeito filosófico é o sujeito empírico, o eu que diz 'eu sou esta pessoa', por exemplo SM? Para procurar responder a estas perguntas, sugere-se as seguintes leituras.

- O sujeito não faz parte do mundo, por contraste com o corpo próprio, que faz parte do mundo (5.6, 5.61,5.62,5.621,5.63, 5.631,5.632,5.633,5.6331,5.634)
- O Eu é o enquadramento do espelho que é a linguagem lógica; chama-se a isso a verdade do solipsismo: os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo (5.6)
- Acerca desse sujeito (eu metafísico ou eu filosófico) que é o limite do mundo, nada se pode afirmar (5.6331)
- O olho não se vê a si próprio, não faz parte do campo visual, nada no campo visual permite inferir que é visto por um olho, no entanto é o olhar que sustenta o campo visual como 'um' (5.633, 5.6331)

As leituras conduzirão à seguinte constatação: aquilo a que Wittgenstein chama o 'eu filosófico', não é a pessoa, o eu psicológico ou o corpo desta, mas o sustentáculo (vazio) do mundo, o 'limite do mundo', nas suas palavras. É por o sustentáculo ser vazio, que o solipsismo coincide com o realismo (5.64): não há aí nada do eu psicológico, apenas o mundo. É preciso aqui nomear claramente uma ligação que é feita no *Tractatus* entre este eu filosófico, o eu do 'solipsismo que é um realismo', com os assuntos da ordem do ético-estético-místico que foram atrás mencionados. O que acontece é que, para Wittgenstein, o limite está ligado à tonalidade ética que o mundo enquanto totalidade limitada pode assumir. Enquanto pensável/dizível no enquadramento de factos, o mundo é aquilo que acontece, e não uma totalidade limitada. O mundo como totalidade limitada remete para o sujeito filosófico como limite do mundo. Este sujeito é o sujeito da vontade. Esta vontade é uma vontade a que apetece chamar impotente, que mantém uma relação com os limites do mundo, não com os factos (6.43, A vontade só pode mudar os limites do mundo, não os factos). Valeria por isso a pena considerar a questão: o que seria, nestas condições, 'mudar o mundo'? A resposta de Wittgenstein no *Tractatus* é a seguinte: se o bem e o mal alteram o mundo, então só alteram os

limites do mundo, não os factos, não o que pode ser expresso em linguagem. Qualquer teoria voluntarista do que pode ser feito no mundo é profundamente alheia ao autor do *Tractatus*.

Resta apenas saber o que é a filosofia de acordo com o autor do *Tractatus*. Uma vez reconhecido todo o peso da linguagem na articulação desse modelo da realidade que é o pensamento, a tese aparece na sua plena importância: a filosofia é *Sprachkritik*, crítica da linguagem, uma actividade de clarificação lógica do pensamento, não uma doutrina. (Sugere-se aqui a leitura dos parágrafos 4.111,4.112,4.114,4.115).

Ficam assim identificadas as 'traves-mestras', para usar a metáfora do próprio Wittgenstein, da primeira abordagem filosófica de largo espectro gerada pela lógica formal no século XX, o *Tractatus Logico-Philosophicus*. Maugrado toda essa ambição – ou talvez precisamente devido a ela – Wittgenstein virá a considerar o *Tractatus* um exemplo de 'platonismo' e de 'dogmatismo' na tentativa de conceber a natureza da linguagem e portanto uma tentativa falhada.

Lições 19 a 22 L. WITTGENSTEIN II: o significado como uso – um estudo das *Investigações Filosóficas* (1953).

Tempos: 4 aulas / 8 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer as *Investigações Filosóficas*
- Identificar, explicar e criticar as teses acerca da natureza da linguagem, do pensamento, do mundo e da filosofia defendidas nas *Investigações*
- Contrastar as concepções de pensamento, linguagem, mundo e filosofia propostas no *Tractatus* e nas *Investigações*
- Explicar as razões avançadas por Wittgenstein para considerar o seu trabalho no *Tractatus* como 'dogmático' e como 'um mito platónico'
- Contrastar a forma aforística das *Investigações* com a estrutura arquitectónica do *Tractatus*, relacionando a alteração estilística com o contraste entre o conteúdo das obras
- Identificar e interpretar as principais imagens das *Investigações* (a concepção agostiniana de linguagem, os pedreiros, os jogos, a cidade, a caixa de ferramentas, etc.)
- Caracterizar o 'mentalismo subjectivista' atacado nas *Investigações*
- Definir 'jogos de linguagem'
- Definir 'semelhanças de família'
- Explicar a oposição, no que respeita à natureza de conceitos, entre condições necessárias e suficientes e semelhanças de família
- Explicar o uso da noção de 'jogo': i) para exemplificar a noção de semelhança de família, ii) como parte da noção de 'jogo de linguagem'
- Caracterizar a natureza da compreensão a partir da noção 'seguir-uma-regra'
- Explicar a forma como Wittgenstein utiliza os conceitos de 'jogo de linguagem' e 'seguir-uma-regra' na crítica ao mentalismo subjectivista
- Explicar a razão por que o significado é normativo
- Exemplificar a forma como a normatividade do significado pode ser descrita apelando a regras.
- Expor e criticar a solução wittgensteiniana para o problema da fundamentação da normatividade linguística
- Explicar a função dos conceitos de 'forma de vida' e de 'gramática' na resolução do problema da normatividade linguística nas *Investigações*
- Expor e analisar o Argumento da Linguagem Privada
- Conhecer interpretações importantes do Argumento da Linguagem Privada na literatura filosófica posterior, nomeadamente a interpretação de Saul Kripke
- Explicar a forma como se dá a refutação do cepticismo e do solipsismo nas *Investigações*

- Explicar o exteriorismo acerca da natureza do mental defendido nas *Investigações*
- Explicar o pragmatismo e o pluralismo defendidos nas *Investigações*
- Explicar a forma como a passagem (do *Tractatus* para as *Investigações*) de uma centração da concepção de linguagem na lógica para uma centração na linguagem comum se reflecte na concepção de filosofia como actividade de análise da linguagem
- Explicar a concepção de filosofia defendida por Wittgenstein nas *Investigações*

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

BAKER, G.P., & P.M.S. HACKER, 1980, *Wittgenstein: Understanding and Meaning, Volume 1 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford, Blackwell.

BAKER, G.P., & P.M.S. HACKER, 1985, *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity, Volume 2 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford, Blackwell.

CAVELL, S., 1969, *Must We Mean What We Say?.* New York, Charles Scribner's Sons.

DIAS, Maria Clara, 2000, *Os limites da linguagem.* Rio de Janeiro, Relume Dumará. (Capítulo 3, Wittgenstein: o argumento da linguagem privada) (*situado entre os §§ 243 e 317*).

FOGELIN, R.J., 1987, *Wittgenstein,* London. Routledge & Kegan Paul, 1976, 2nd edition 1987.

HACKER, P.M.S., 1986, *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein.* Oxford, Clarendon Press (2ª ed. revista).

HACKER, P.M.S., 1990, *Wittgenstein: Meaning and Mind, Volume 3 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford, Blackwell.

HACKER, P.M.S., 1996, *Wittgenstein: Mind and Will, Volume 4 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford, Blackwell.

HACKER, P.M.S. 1996, *Wittgenstein's Place in Twentieth Century Analytic Philosophy.* Oxford, Blackwell.

HALE, Bob, 1997, «Rule-following, objectivity and meaning», in HALE & WRIGHT 1997.

HINTIKKA, M.B., & HINTIKKA, J. 1986, *Investigating Wittgenstein.* Oxford, Blackwell.

KRIPKE, Saul, 1982, *Wittgenstein on Rules and Private Language.* Cambridge MA, Harvard University Press.

LOURENÇO, M.S, 1995, *A Espontaneidade da Razão.* Lisboa, INCM.

LYCAN, William, 1999, *Philosophy of Language.* London, Routledge (Capítulo 6, Use theories)

MALCOLM, N., 1986, *Nothing is Hidden.* Oxford, Blackwell.

MARQUES, António, 2003, *O Interior – Linguagem e mente em Wittgenstein.* Lisboa, FCG/FCT.

McGINN, Colin, 1984, *Wittgenstein on Meaning.* Oxford, Blackwell.

SLUGA, H. & STERN, D., 1996, *The Cambridge Companion to Wittgenstein.* Cambridge, Cambridge University Press

TRAVIS, Charles, 1989, *The Uses of Sense.* Oxford, Oxford University Press.

TRAVIS, Charles, 1997, «Pragmatics», in HALE & WRIGHT 1997.

TRAVIS, Charles, 2000, *Unshadowed Thought.* Cambridge Mass, Harvard University Press.

TRAVIS, Charles, 2006, *Thought's Footing.* Oxford, Oxford University Press.

WITTGENSTEIN, L., 1987, *Investigações Filosóficas.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

ZILHÃO, António, 1993, *Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem – Estudos sobre Wittgenstein.* Lisboa, Colibri.

Lição 19

As *Investigações Filosóficas* (1953) de Wittgenstein são uma das obras mais marcantes da filosofia do século XX e uma obra cuja influência persiste. Nas *Investigações*, Wittgenstein propõe uma abordagem das questões da linguagem e do pensamento totalmente distinta da abordagem do *Tractatus*: o primeiro e melhor crítico da teoria da linguagem, do pensamento e do mundo proposta no *Tractatus* é, assim, o autor das *Investigações*. Ora, como já foi dito, este veio a considerar a teoria da linguagem defendida no *Tractatus* uma teoria 'dogmática' e 'platonizante'. Quais serão as razões para esta caracterização? Elas são antes de mais as seguintes: está implícito no isomorfismo linguagem-pensamento-mundo defendido no *Tractatus* que existe *um* modelo canónico de linguagem. Este ser-nos-ia dado pela Lógica, e essa seria de resto a razão maior para a importância de investigações lógicas da linguagem (pense-se na convicção com que vimos Bertrand Russell defender que a lógica nos dá acesso ao 'esqueleto do pensamento' e, assim, à estrutura da própria realidade). Para o autor do *Tractatus*, mesmo se a Lógica, com o estatuto transcendental que lhe é atribuído, está 'fora do mundo', ela tem uma natureza pura relativamente a qualquer exercício de pensamento e conhecimento, é ela que faculta a forma para o que pode ser pensado. Ora, para o Wittgenstein das *Investigações* esse não é nunca o caso com nenhuma linguagem. Nas *Investigações* Wittgenstein vai, portanto, 'contrapropôr' à teoria da linguagem do *Tractatus* uma teoria que não parta de suposições dogmáticas e platonizantes acerca de lógica e linguagem, uma teoria do significado como uso. Esta teoria do significado como uso permitirá ainda criticar outro dos traços insustentáveis da teoria da linguagem do *Tractatus*: o mentalismo subjectivista. Este é a ideia de acordo com a qual compreender o significado de palavras consiste em associá-las a certas entidades mentais subjectivas. A crítica ao mentalismo subjectivista irá a par do argumento contra a possibilidade de uma linguagem privada, um argumento fundamental nas *Investigações*. O Esquema nº12 oferece um primeiro esboço dos princípios da teoria do significado como uso que Wittgenstein vai propôr.

ESQUEMA Nº12

W2 – Quais são os princípios da teoria do significado defendida nas *Investigações Filosóficas*?

- o significado é o uso;
- não há uma essência da linguagem;
- a linguagem não tem uma função central que seria a função representativa;
- o significado não é algo de absolutamente determinado antes de acontecer pensamento / linguagem;
- conceitos são semelhanças de família e não 'áreas claramente delimitadas';
- a lógica não revela a essência da linguagem nem tem que existir apenas uma lógica; a lógica é antes um jogo de linguagem com determinado propósito;
- 'jogo' e 'regras' são noções essenciais para compreender o significado e a compreensão;
- é impossível seguir regras privadamente; significar é uma prática pública de seguir-regras [é o chamado argumento (contra a) da linguagem privada];
- assim sendo, mente, inteligência e querer-dizer não são 'coisas dentro da cabeça das pessoas'.

Embora 'sistema' seja, obviamente, um termo anti-wittgensteiniano – entende-se por 'sistema' uma visão coerente da natureza da linguagem, pensamento, mundo e filosofia – não é impossível caracterizar o sistema apresentado nas *Investigações*. Trata-se de um sistema pragmatista e anti-essencialista, de acordo com o qual o pensamento é uma actividade, uma actividade de dar vida a sinais, uma capacidade de usar sinais de forma organizada. O pensamento não é, portanto, um outro mundo interior ou mental, não é alguma coisa que corre paralelamente à linguagem (como se diz no P. 339, «Pensar não é um processo incorporal que dá vida e sentido a falar e que poderia separar-se daquele»). 'Pensar' não é também simplesmente idêntico a 'representar'. Se o pensamento é uma actividade, uma actividade deve ser avaliada como sendo útil ou inútil, e não como sendo 'verdadeira' ou 'falsa' (como se diz no P. 325 das *Investigações*, «Aquilo que os homens aceitam como justificação revela como pensam e como vivem»). É também devido ao afastamento da ideia de que a linguagem e o pensamento teriam uma função central que seria a função representativa que a ideia de lógica como 'esqueleto' do pensamento deixa de fazer sentido: qualquer uso de sinais 'é-para', não é 'o reflexo-de' – e esta ideia pragmatista deve ser estendida ao próprio trabalho do lógico.

Se estas são as ideias básicas do Wittgenstein das *Investigações* quanto a linguagem e pensamento, a que concepção de mundo corresponderão elas? O que é que nas *Investigações* substitui a ontologia do *Tractatus*, aparentada com o

atomismo lógico de Russell? Afastado qualquer isomorfismo entre pensamento e mundo, aquilo que resta são jogos de linguagem, que pura e simplesmente '*perspectivam*' de forma diferente o mundo. Este é o núcleo do pluralismo.

Temos portanto o seguinte contraste básico:

ESQUEMA nº13

W1	W2
Modelo canónico de linguagem	Pluralismo dos jogos de linguagem
Isomorfismo linguagem /mundo	Pragmatismo, perspectivas
Como compreender a linguagem? → Lógica	Como compreender a linguagem? → Gramática (entendida como 'história natural dos termos')

Um problema que se coloca dada a forma como o pensamento é caracterizado nas *Investigações* (como actividade) é o facto de parecer ficar assim aberta a possibilidade de, ao estarmos perante humanos, estarmos perante seres sem interior que trocam sinais entre si – será possível que o autor das *Investigações* defenda qualquer coisa de tão estranho quanto uma concepção behaviorista de pensamento? O que seria tal coisa? A resposta a esta pergunta passa pelo seguinte. É muito importante ter claro que o facto de não se estabelecer uma distinção entre interior e manifestação – essa é uma maneira de formular o que se joga nas *Investigações* – não é idêntico a rasurar o interior (cf. Marques 2003). Rasurar o interior, como o behaviorismo psicológico sugere, significa manter e utilizar apenas observações em terceira pessoa na teoria da mente. Ora, seja o que for que Wittgenstein está a defender, pelo menos é algo de muito diferente disso, algo cuja possibilidade não é sequer considerada pelo behaviorismo psicológico: ao longo de toda a obra está em causa saber o que é compreender, significar, pensar.

Outro problema que imediatamente se coloca, se admitirmos que as *Investigações* são ainda um exercício de filosofia, é saber qual é o estatuto da actividade filosófica neste novo quadro. Será o Wittgenstein das *Investigações* ainda um filósofo da linguagem? Que instrumentos utiliza? Pelo menos, não poderá legitimamente continuar a considerar que a lógica é o instrumento fundamental para a análise da linguagem que incumbe ao filósofo como tarefa central. E, de facto, nas *Investigações*, estamos perante uma caracterização distinta da actividade filosófica: a filosofia é agora vista como uma terapia conceptual que liberta o nosso pensamento do 'enfeitiçamento pela linguagem'; sendo que

essa terapia se faz 'perseguindo' a gramática (i.e. a 'história natural' dos termos, a forma como estes são de facto usados em práticas várias).

Para apresentar o 'sistema' cuja caracterização se esboçou, o estilo do texto filosófico wittgensteiniano sofre uma alteração total relativamente ao *Tractatus*. Convém aliás notar desde já que observações acerca de estilo não são insignificantes como preparação para a leitura da obra e podem mesmo ser essenciais para facilitar esta, nomeadamente porque serão encontradas, frequentemente, nos parágrafos das *Investigações* 'vozes em diálogo', tornando-se necessário ponderar qual será aquela que exprime a posição do próprio Wittgenstein e qual será a que expõe, por exemplo, uma posição comum, aparentemente natural, que importa rebater.

O Guião abaixo proposto pretende orientar a leitura e interpretação de partes seleccionadas das *Investigações*. Trata-se de uma obra longa, muito mais longa do que o *Tractatus*. É por isso recomendável identificar os núcleos temáticos fundamentais, bem como os pontos em que estes são abordados.

GUIÃO Nº17

A teoria do significado como uso
L. Wittgenstein, *Investigações Filosóficas* (1953)

Objectivos: Compreender as teses acerca da natureza (i) da linguagem, (ii) do pensamento e (iii) da filosofia defendidas por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*.

Obstáculo (ou salvaguarda): De acordo com a concepção de filosofia 'defendida' pelo segundo Wittgenstein, em filosofia não há propriamente teses (defendidas, afirmadas, justificadas mediante argumentação). Procurar teses nas *Investigações* vai assim de certo modo contra a concepção wittgensteiniana de filosofia, concepção esta que se pretende, obviamente, adaptada à 'natureza' do pensamento e da linguagem. À prática da filosofia que não consiste na defesa de teses Wittgenstein chama normalmente 'terapêutica'.

Conceitos a considerar nas *Investigações*: 'Jogos de linguagem', 'formas de vida', 'uso', 'semelhanças de família', 'definição ostensiva', 'compreender', 'seguir-regras', 'linguagem privada', 'terapia', 'gramática'.

Que 'teses' acerca da natureza da linguagem / pensamento / realidade são 'defendidas' nas *Investigações* (ou mais em geral na filosofia do segundo Wittgenstein)?

1. Rejeição do essencialismo acerca de significados, conceitos, natureza da linguagem. Relativização do 'critério de exactidão'
2. Rejeição de uma concepção idealizada de linguagem
3. Pragmatismo ('o significado é o uso')
4. Pluralismo (das formas de vida, dos jogos de linguagem)

5. 'Refutação' do empirismo (M.S. Lourenço 1995). Esta passa por: (i) rejeição da teoria empirista do sentido (de acordo com a qual a ligação entre uma expressão e o seu sentido é de alguma forma estabelecida através de um acto mental de querer-dizer); (ii) rejeição da teoria empirista da mente/consciência (envolvendo a concepção segundo a qual o meu conhecimento da minha própria consciência é o único fundamento para a compreensão do que é a consciência de outrém);
6. 'Refutação' do cepticismo
7. 'Refutação' do solipsismo
8. Exteriorismo (acerca da natureza do mental)

Argumento da Linguagem Privada e Seguir-regras

O chamado 'Argumento da Linguagem Privada', bem como as considerações acerca de seguir-regras, são usualmente considerados fundamentais nas *Investigações*, e fundamentais para o estabelecimento das teses acima listadas. Importa por isso levar a cabo uma análise especialmente cuidadosa das passagens relativas a esses temas. O problema é que é desde logo polémico localizar os parágrafos onde é exposto o Argumento da Linguagem Privada. Por outro lado, as disputas em torno daquilo que se pretende exactamente com o Argumento da Linguagem Privada são muitas. Vamos considerar que a discussão acerca de Linguagem Privada nos obriga a olhar *a partir da teoria do significado como uso* para a experiência dita interior e para a possibilidade de exprimir esta linguisticamente. Isto coloca em jogo questões não apenas de filosofia da linguagem, como também de filosofia da mente e filosofia do conhecimento. Temos pelo menos que enfrentar os seguintes problemas: Que género de relação existe entre a experiência interior e a sua representação linguística? Que repercussões tem essa relação quando se considera a natureza do pensamento e do conhecimento?
Qual será o método para enfrentar tais problemas? Não pode tratar-se de determinar a essência de experiências interiores (como faríamos isso?). Tudo o que podemos fazer é ir 'atrás' do funcionamento efectivo de termos para experiências interiores (tais como os termos para sensações, por exemplo 'dor'). Será preciso ver o que é dito por Wittgenstein acerca da forma como falamos acerca do nosso interior mental, daquilo que nos 'discriminamos sendo', e o que é dito acerca da importância do sujeito, da mente isolada, na possibilidade de significar linguisticamente, e por isso de conhecer e de pensar. De acordo com a interpretação de A. Zilhão (Zilhão 1993) encontraremos então as seguintes teses: (i) se uma linguagem é privada (i.e. se os seus termos adquirem sentido através de definições ostensivas privadas) então é impossível dizer que esses termos de facto adquiriram um sentido. Se uma determinada expressão tem sentido, então ela pertence forçosamente a uma linguagem pública (i.e. o sentido que ela tem foi-lhe conferido não por uma definição ostensiva privada mas pelo uso associado a fenómenos exteriormente observáveis). Será precisamente para compreender o que é 'pertencer a uma linguagem pública' que se impõe compreender o que é 'seguir-uma-regra'.

Leituras: Prólogo; Concepção agostiniana de linguagem e o que se lhe opõe (P 1-18), Jogos e semelhanças de família / Jogos de linguagem (P7, P 23-24, P66-71); Nomes, ensino ostensivo de palavras (P6-10, P26-33); Sentido e uso (P43, P432, P454, P340); Exactidão e inexactidão (P88); Filosofia, método (P90-92, P116, P118-119, P123-128, P130, P132, P133); Os simples e os nomes (cf. *Tractatus*) (P 46-50); Compreender, seguir-regras, natureza da Lógica (P82-87, P97-108, P138-139, P142-158, P165-178, P179-185, P198-206); Linguagem privada (P243-315).

Lição 20

No Prólogo das *Investigações*, Wittgenstein declara que irá tratar de temas tais como o sentido, a compreensão, a lógica e a mente, sob a forma de observações comparáveis a 'esboços paisagísticos' (chega a chamar ao livro um 'álbum'). Como já foi referido atrás, esta alteração de estilo relativamente a uma obra como o *Tractatus* não é superficial: ela pretende reflectir a mudança nas convicções do autor acerca da natureza da linguagem, do pensamento e das próprias investigações filosóficas. No Prólogo Wittgenstein afirma ainda que a publicação conjunta da sua antiga e da sua nova forma de pensar lhe parece desejável. É precisamente isso que é feito na edição portuguesa do *Tractatus* e das *Investigações*, de uma forma que pode ser iluminadora de duas grandes alternativas em contraste quando se trata de conceber a natureza da linguagem.

As *Investigações* iniciam-se com uma longa citação em latim das *Confissões* de Santo Agostinho. Trata-se de uma passagem em que este explica a forma como teria aprendido com os pais os nomes das coisas. É essa concepção agostiniana da natureza da linguagem, de acordo com a qual as palavras designam objectos e as frases são concatenações de palavras, que vai ser criticada ao longo da obra. Essa é uma forma de ver a linguagem que toma por protótipo a relação entre um nome e um objecto. Ora, colocar etiquetas nas coisas não é tudo o que a linguagem é, não é tudo o que a linguagem faz, e sobretudo não é uma boa forma de 'resumir a essência da linguagem'. Os parágrafos das *Investigações* que se seguem à citação inicial introduzem várias imagens que poderão despoletar uma concepção alternativa da forma como a linguagem funciona. Eis algumas dessas imagens:

1. Desde logo, a situação em que uma pessoa é mandada às compras, com uma folha de papel na qual está escrito 'cinco maçãs vermelhas' (P. 1). A pessoa entrega a folha ao empregado, que abre a gaveta sobre a qual se lê 'maçãs', depois procura a palavra 'vermelhas' numa tabela de amostras de cor, depois diz a série dos números até cinco, e à medida que diz cada um vai tirando uma maçã.
2. Em seguida, é-nos descrita uma linguagem elementar utilizada entre um pedreiro e um servente (P.2), consistindo apenas nas palavras 'bloco', 'coluna', lage', viga' – Wittgenstein pede-nos que concebamos essa linguagem como uma 'linguagem primitiva completa'.
3. Depois, a imagem da caixa de ferramentas (P.11), onde existe um martelo, um alicate, uma serra, cola, etc – o comentário de Wittgenstein é o seguinte: tão variadas como as funções destas ferramentas são as funções das palavras, nós apenas nos deixamos iludir pelas semelhanças quanto à forma.

4. Depois (P.12), somos introduzidos a uma situação em que olhamos em volta, sentados no lugar do maquinista de uma locomotiva, e vemos manípulos aparentemente idênticos, mas com funções totalmente diferentes (um regula a abertura de uma válvula, outro é o manípulo de um comutador que apenas tem duas posições, outro o manípulo de um travão que trava tanto mais fortemente quanto mais fortemente for accionado, etc).
5. Finalmente, no P. 18, aparece a célebre imagem da cidade antiga, como metáfora para a nossa linguagem: parte da cidade é um labirinto, uma mescla de coisas antigas e modernas; ela está depois rodeada de bairros novos de ruas regulares e casas uniformes. Estes não são a própria cidade, toda a cidade – no entanto, pensar que sim é o que, 'desfazendo' a metáfora, dá aos 'analistas' lógicos, tais como Russell ou o Wittgenstein do *Tractatus*, a convicção de que ao fazerem lógica desvelam a essência da linguagem.

Estas são algumas das imagens através das quais o autor das *Investigações* inicia a sua tarefa de conceber uma alternativa à teoria da natureza da linguagem que vê esta como sendo centralmente representação da realidade. Desfazer essa concepção 'representacional' passará ainda pela identificação e crítica do mentalismo subjectivista, a ideia segundo a qual a ligação entre uma expressão e o seu sentido é de alguma forma estabelecida através de um acto mental de querer-dizer. A teoria não-representacional e não-mentalista da linguagem desenvolvida irá permitir a Wittgenstein rejeitar não apenas o essencialismo quanto à linguagem, mas também o cepticismo e o solipsismo. Na verdade, todas estas posições são posições que apenas se justificam a partir de um privilégio do interior e da subjectividade: só é possível formulá-las a partir de um espírito com certeza acerca de si mesmo enquanto interior e com dúvidas acerca do exterior. Ora, a indistinção entre interior e manifestação que é a marca das *Investigações* não permite tal privilégio.

Relativamente ao pragmatismo, deve-se ter claro antes de mais que se o conceito de 'jogo de linguagem' é fundamental para tratar a natureza da linguagem é porque para Wittgenstein linguagem e acção não são separáveis (P. 7: «Chamarei ao todo formado pela linguagem com as actividades com as quais ela está entrelaçada o 'jogo de linguagem'; P.19: «Conceber uma linguagem é conceber uma forma de vida.»). E o conceito de jogo ele próprio permite a observação acerca da importância das semelhanças de família na instituição de conceitos: há jogos de roda, de cartas, de tabuleiro (P.66) – o que têm eles em comum, pergunta Wittgenstein? Não certamente um conjunto de carcaterísticas, permitindo a enumeração de condições necessárias e suficientes, mas apenas 'parecenças, parentescos'. Para o estabelecimento e uso de um conceito não são requeridas condições necessárias e suficientes, 'uma área delimitada por uma fornteira': bastam as 'semelhanças de família' ('uma rede complicada

de parecenças que se cruzam e sobrepõem umas às outras', chama-lhes Wittgenstein no P. 66).

De resto, a questão da natureza dos conceitos é um bom exemplo da deturpação que uma artificial exigência de exactidão pode trazer: «Quando eu digo a uma pessoa «Tu ficas mais ou menos aqui!» - não pode esta explicação funcionar perfeitamente? E não pode qualquer outra falhar?» (P.88). Mais à frente dir-se-á que 'inexacto é uma censura e exacto um louvor', relativamente à forma com o se atinge um fim determinado («Sou inexacto se especificar a distância da Terra ao Sol com um metro a menos ou se der a um carpinteiro a largura de uma mesa com 0,001 mm a menos?. O ideal de exactidão não é unívoco» P.88).

No entanto o estuto concedido à Lógica por pessoas como o autor do *Tractatus* era precisamente uma forma de considerar unívoco o ideal de exactidão: «A Lógica – gostaríamos de dizer – não pode ser vaga. Vivemos assim na ideia de que se tem que encontrar o ideal na realidade» (P.101); «Quanto mais exactamente consideramos a linguagem real, mais forte se torna o conflito entre ela e a nossa exigência. (A pureza cristalina da Lógica não se me revelou na experiência, era antes uma exigência)» (P.107).

Colocar em causa o estatuto da Lógica coloca também em causa, como é óbvio, uma concepção de filosofia nela baseada, como aquela apresentada no *Tractatus* – aliás, este é precisamente o tema que introduz uma sequência de parágrafos das *Investigações* relativos à Filosofia e ao seu método. O ponto essencial é o seguinte: «De maneira nenhuma deve a Filosofia tocar no uso real da linguagem, só o deve descrever» (P. 124), a filosofia não explica, apenas descreve (P. 109), não lhe pertence fazer hipóteses. Os problemas da filosofia são problemas do uso da linguagem; trazer à luz e à descrição esses usos é a forma de levar a cabo o «combate contra o embruxamento do intelecto pelos meios da nossa linguagem» (P. 109); «A Filosofia, de facto, apenas apresenta as coisas e nada esclarece, nem nada deduz – E uma vez que tudo está à vista, nada há a esclarecer (P. 126)».

Esta consideração do uso real da linguagem como pedra de toque do que se faz em filosofia é o que vai ligar o Wittgenstein das *Investigações* aos filósofos da linguagem comum de quem se falará mais à frente. No entanto um dos problemas da tentativa de captura descritiva do uso real da linguagem, tarefa a que se pode chamar 'gramática', é que esta gramática «não se deixa ver panoramicamente» (P. 122). Os usos – por exemplo todos os usos de uma palavra – não se deixam capturar e descrever na sua totalidade. Esta será uma das dificuldades da teoria do significado como uso.

Lição 21

O Argumento da Linguagem Privada e as considerações acerca de 'seguir-regras' que ele envolve são uma das heranças de Wittgenstein na filosofia contemporânea. Esta aula é dedicada à leitura e discussão das passagens previstas (P243-315).

A conclusão do argumento é que é impossível uma linguagem privada porque é impossível seguir-regras privadamente. É impossível seguir-regras privadamente porque seguir-regras é uma praxis, e é essa praxis que 'gera' a significação (mesmo nos casos – que despertam particularmente o interesse de Wittgenstein, por poderem parecer dizer respeito a um puro interior e a um mundo platónico de objectos – de uma linguagem para sensações e da matemática). Wittgenstein chega a uma tal conclusão i) analisando o que é compreender (e declarando que compreender não é um processo mental interior) e o que é seguir-regras (e declarando que seguir-regras não é apenas adequação exterior). Nas *Investigações*, expressão, i.e. manifestação comportamental, e compreensão são conceptualmente inseparáveis. Isto envolve a rejeição da teoria da natureza do significar (*to mean*) de acordo com a qual a ligação entre uma expressão linguística e o significado desta se estabelece através de um acto mental de querer-dizer que proviria de algo como uma 'compreensão interior prévia': a compreensão do significado de palavras não é, segundo Wittgenstein, deliberada, voluntária e interior. Do mesmo modo, deve ser rejeitada a ideia de acordo com a qual eu primeiro conheço directa e intimamente a minha própria mente, para a partir daí atribuir mente a outrem. Por estas razões, o solipsismo e o cepticismo têm que ser rejeitados, já que pressupõem um 'eu-que-se-conhece-perfeitamente' como ponto de partida.

Um dos casos relevantes para análise do que é compreender nas *Investigações* é o caso das séries numéricas, introduzido no P. 151: «Imagine-se o seguinte exemplo: A escreve séries de números, B observa-o e tenta encontrar a lei da sucessão dos números. Se consegue encontrá-la, exclama: Agora já sou capaz de a continuar!» – Esta capacidade, esta compreensão, é pois algo que se processa num momento. Vejamos mais de perto: o que é que se processa aqui? – Suponhamos que A escreveu os números 1, 5, 11, 19, 29; B diz que agora já sabe continuar a sucessão. O que é que aconteceu aqui? Diversas coisas podiam ter acontecido: por exemplo enquanto A escreve lentamente um número a seguir ao outro, B esforça-se por experimentar diversas formas algébricas com os números já escritos. Quando o número 19 foi escrito, B

experimentou a fórmula $a_n = n^2+n-1$; e o número seguinte confirmou a sua suposição. Ou então, B não pensa em fórmulas. Observa, num certo estado de tensão, os números que A vai escrevendo e toda a espécie de ideias confusas atravessa a sua cabeça. Até que se põe a si próprio a pergunta: «Qual é a série das diferenças? E calcula 4, 6, 8, 10 e exclama: agora já sou capaz de continuar (....)» Wittgenstein pergunta-se se será nestes processos interiores que consiste compreender, e responde que não: «Compreender não é um processo mental.» (P. 154), não há uma 'vivência especial de compreender' (P. 155).

Estas teses redundam, obviamente, em dúvidas acerca do privilégio epistémico do sujeito, e na ideia de que significar é uma prática que não se sustenta em justificações. Ora, numa situação em que nada significa nada intrinsecamente e em que os sujeitos não controlam individual e privadamente o querer-dizer, existe apenas uma pedra de toque para a significação. Essa pedra de toque é a acção. O solo da teoria pragmatista da linguagem e do pensamento defendida nas *Investigações* são as formas de acção que os homens têm em comum ('a história natural da espécie', 'as formas de vida'). Resta, evidentemente, clarificar o que se entende por 'formas de vida'.

Lição 22

Que objecções poderão ser feitas ao argumento wittgensteiniano da linguagem privada? Antes de mais, é polémico saber exactamente em quais passagens das *Investigações* o argumento é proposto – até porque, como já foi anteriormente sublinhado, a escrita de Wittgenstein não é exactamente argumentativa. Kripke faz a sua escolha de parágrafos (§§143-242), e considera que existe, nas considerações sobre seguir-regras, um paradoxo céptico[28]. A 'localização' kripkeana do argumento da linguagem privada não é a mais comum (como se disse atrás, considera-se em geral que o argumento se encontra entre os Parágrafos 243 e 315). Trata-se, no entanto, de uma interpretação muito influente nos estudos wittgensteinianos. O Guião que se segue e que se reporta ao livro de Kripke *Wittgenstein on Rules and Private Language* (1982) procura resumi-la.

GUIÃO Nº18

Saul Kripke, *Wittgenstein on Rules and Private Language*, 1982 (K)
A interpretação kripkeana do Argumento da Linguagem Privada[29]

1. O Paradoxo céptico: Segundo S. Kripke, existe nas considerações de Wittgenstein sobre seguir-regras nas *Investigações* (§§143-242) um paradoxo céptico. O paradoxo mostraria que toda a linguagem, toda a formação de conceitos, é impossível, ou de facto ininteligível (K, p. 62). No entanto, segundo Kripke, existe uma semelhança entre o cepticismo de Wittgenstein e o cepticismo de David Hume: tal como David Hume, Wittgenstein não apenas formula dúvidas cépticas como propõe 'uma solução céptica para as dúvidas cépticas'. Seria esta solução que conteria o argumento contra a linguagem privada, pois, alegadamente, a solução não admite uma tal linguagem (K, p. 60). Mais especificamente, a «solução céptica não nos permite falar de um indivíduo único, considerado por si, e em isolamento, como querendo alguma vez dizer o que quer que seja» (K, pp. 68-9).

---

[28] Uma vez que a interpretação de Kripke traz o cepticismo, e uma comparação entre Hume e Wittgenstein, à discussão, convirá aqui recordar conhecimentos adquiridos sobre o cepticismo humeano e a 'solução céptica para as dúvidas cépticas' proposta por Hume. No contexto da FLUP esses conhecimentos deverão ter sido adquiridos no âmbito da disciplina de Filosofia do Conhecimento II.

[29] São muitos os filósofos importantes a discordar da interpretação de Kripke – no entanto o livro continua a ser um marco. Para um comentário às teses de Kripke, cf. por exemplo o site http://krypton.mnsu.edu/~witt/.

A formulação kripkeana do alegado paradoxo começa com um inquérito acerca do meu direito a pretender que no passado utilizei '+' (i.e. o sinal mais) para denotar a função mais (*plus*) e não a função pmais (*quus*). A definição de *quus* é: x *quus* y = x + y, se x, y < 57; de outra forma, x *quus* y = 5. (Kripke usa um sinal + dentro de um círculo ⊕ para representar *quus*).

O problema é que, em todas as adições que fiz até agora, *plus* e *quus* requerem as mesmas respostas. Por isso, quer eu o saiba quer não, todas as minhas respostas passadas estiveram de acordo quer com a função *plus* quer com a função *quus*. Assim, dada a minha história passada, parece não haver razão para se preferir a pretensão 'eu tenho estado a aplicar a função *plus*' à pretensão 'eu tenho estado a aplicar a função *quus*'.

Kripke pergunta então: "Quem poderá dizer que *quus* não é a função que anteriormente eu queria-dizer com '+'?" O céptico defende que ninguém poderá legitimamente pretender uma tal coisa, dada a situação descrita, porque ninguém pode encontrar um facto que mostre que eu queria dizer *plus* e não *quus*. O céptico desafia aqueles que dele discordem a produzir tais factos, e diz que os factos em questão devem «mostrar como é que eu estou justificado a dar a resposta '125' a '68 + 57'» (em vez de '5'). (K, p. 11). Mas mesmo supondo que não conseguimos produzir tal facto, como é que isto leva à impossibilidade ou nonsense da significação ou linguagem? A ideia de Kripke é a seguinte.

É evidente que em última análise, se o céptico está certo, os conceitos de querer-dizer (*meaning*) e 'tencionar' (*intending*) uma função em vez de outra não terão sentido, já que o céptico pretende que nenhum facto acerca da minha história passada – nada na minha mente nem no meu comportamento exterior – estabelece que eu queria dizer *plus* em vez de *quus*. Mas se isto é assim, não pode haver nenhum facto acerca de qual função eu queria dizer, nem no passado, nem também no presente (K, p. 13). Este é o paradoxo céptico de Kripke, e o seu corolário afecta qualquer possibilidade de significação.

2. A solução céptica: O que são soluções cépticas? O *locus classicus* das soluções cépticas na história da epistemologia é a *Investigação sobre o Entendimento Humano*, de David Hume. A solução de Hume para o problema céptico acerca da indução é uma solução céptica na medida em que aceita a legitimidade das dúvidas cépticas acerca da razão ou entendimento. Mais especificamente, as dúvidas de Hume pretendem mostrar que nem a razão nem o entendimento são o instrumento que utilizamos para nos assegurarmos acerca de questões de facto futuras, ou para retirarmos conclusões causais. Uma solução não céptica deveria mostrar que as razões para o cepticismo eram más, e que de facto a razão e o entendimento são o instrumento que utilizamos para retirar conclusões tais. Mas Hume pensa que isso é impossível, e que o instrumento que utilizamos para lidar com a situação é de natureza muito diferente, é o hábito. E assim dá conta da nossa certeza, sem no entanto explicar essa certeza por algo de seguro. É assim que Hume oferece uma solução céptica para as dúvidas cépticas. E Kripke? Será que faz algo de análogo?

Consideremos que Kripke aceita que o céptico constrói um caso contra a existência de factos acerca de significado. O que se pode fazer a seguir é procurar explicar como é que a linguagem é ainda assim possível sem necessidade de tais factos. (Kripke não aceitaria, desta forma, o caso do céptico tanto quanto este exigiria algo que para Kripke pura e simplesmente não tem que existir – factos acerca do significado). Não precisamos de factos acerca do significado para justificar as nossas respostas, ou as nossas atribuições de significação, quando há ocorrência de

espécimes de linguagem. Tudo o que precisamos são condições que legitimem a asserção de frases. Então, segundo Kripke, o que podemos fazer é virar as costas a teorias da linguagem que nos fazem procurar factos acerca de significação (como por exemplo a teoria pictórica de Wittgenstein no *Tractatus*), e aceitar uma visão da significação baseada em condições de asseribilidade (*assertion-conditions* ou *justification-conditions*); segundo Kripke, é isto que Wittgenstein propõe nas *Investigações.*

3. O Argumento contra a Linguagem Privada é o corolário desta solução céptica. Segundo Kripke, quando fazemos a viragem acima referida, poderemos falar de significação e de seguir-regras, tanto quanto estivermos a falar de membros de uma comunidade e não de indivíduos em isolamento. Segundo o Wittgenstein de Kripke, é apenas numa comunidade que podem existir condições de asserção substantivas para a atribuição de um seguir (correcto ou incorrecto) de regras.

Uma vez realizadas as leituras propostas do *Tractatus* e das *Investigações*, é o momento para procurar comparar as posições de Wittgenstein I e de Wittgenstein II acerca de pensamento, linguagem e mundo. O Esquema que se segue pretende oferecer um sumário de tal comparação.

ESQUEMA Nº 14

Wittgenstein I e Wittgenstein II – Contraste
A Natureza do Pensamento, da Linguagem, do Mundo

«A imagem lógica dos factos é o pensamento», *Tractatus*, 3.	«Pensar não é um processo incorporal que dá a falar vida e sentido, e que poderia separar-se daquele, tal como o diabo retirou do chão a sombra de Schlemiehl.», *Investigações Filosóficas*, P. 339
ISOMORFISMO Pensamento / Mundo	Pensamento: dar vida a sinais, capacidade de usar sinais de forma organizada, e não 'representação mental', num outro mundo interior
Modelo CANÓNICO de linguagem	
O 'purismo' (modernista) da linguagem formal	Pensar é uma ACTIVIDADE. Pensar não é algo que corre paralelamente à linguagem. Ora uma actividade é algo que se avalia antes de mais como útil ou inútil, apropriada ou não, e não como verdadeira ou falsa (P. 325. «Aquilo que os homens aceitam como justificação revela como pensam e como vivem»)
	Uma determinada forma lógica, por exemplo, 'é – para' – não é 'reflexo-de'. Não há isomorfismo pensamento / mundo.

Modelo pictórico Lógica	Será esta uma concepção behaviorista de pensamento? Mas o que seria tal coisa, uma 'concepção behaviorista de pensamento'? Se é não estabelecer distinção entre interior e expressão ou manifestação, isso não é behaviorismo no sentido psicológico – não há aqui nenhuma rasura do interior, deixando apenas observações científicas em terceira pessoa. Pragmatismo. Gramática (história natural)
«O mundo é aquilo que acontece.....a totalidade dos factos, não das coisas.... Os factos no espaço lógico são o mundo»	Diferentes Jogos de Linguagem perspectivam de forma diferente o MUNDO (Pluralismo, formas de vida. Proliferação das formas).

É interessante procurar obter, a partir deste quadro comparativo, uma caracterização da concepção wittgensteiniana de filosofia, e da evolução desta. Será, por exemplo, que a passagem (do *Tractatus* para as *Investigações*) de uma concepção de linguagem centrada na lógica para uma concepção de linguagem centrada na linguagem comum – correspondente ao pluralismo e pragmatismo defendidos nas *Investigações* – se reflecte na ideia de filosofia como actividade de análise da linguagem, que se mantém? De qualquer modo, aquilo que podemos constatar é que a concepção terapêutica de filosofia defendida por Wittgenstein nas *Investigações* não deixa de ser também, como o era a ideia de filosofia no *Tractatus*, uma actividade de análise da linguagem.

Para terminar, e uma vez que o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*, exemplifica neste curso a forma tem uma teoria do significado como uso, cabe discutir as 'vantagens' e 'desvantagens' de uma tal teoria. Obviamente estas 'vantagens' e 'desvantagens', quando explicitamente formuladas, darão lugar a argumentos a favor de e contra a teoria. Uma formulação clara de tais argumentos poderá ser um exercício de recapitulação das lições dedicadas às *Investigações*. Deixa-se aqui, de qualquer forma, um esboço.

Do lado das 'vantagens' encontramos o seguinte: i) a ideia segundo a qual a linguagem não é um conjunto de entidades abstractas mas sim uma actividade (não é necessário, assim, justificar o estatuto e natureza de tais supostas entidades abstractas, por exemplo 'proposições'), ii) a ideia segundo a qual elocuções são acções de pessoas (uma ideia que passará para a teoria dos actos de fala e a pragmática), iii) a ideia segundo a qual o significado não envolve

essencialmente relações referenciais entre expressões linguísticas e coisas no mundo: palavras e expressões são em grande medida 'dispositivos para fazer coisas'; iv) o facto de ser uma teoria naturalista, que faz apelo à forma como a linguagem funciona no mundo real, v) o facto de não dar como garantido o privilégio epistémico do sujeito.

Do lado das 'desvantagens' encontramos o seguinte: i) o facto de não ser simples explicar como é que o uso da linguagem difere de outras actividades regidas por regras mas que não geram significação, ii) o facto de ser difícil explicar como é que uma particular frase pode significar que tal-e-tal é o caso (i.e. a teoria não apresenta uma real alternativa para o que as teorias verocondicionais conseguem fazer), iii) o facto de não ser simples explicar a composicionalidade, iv) o facto de ser difícil explicitar as regras de uso de Nomes Próprios, v) o facto de, se descrever o significado é descrever o uso actual de asserções, ser impossível distinguir o que é costumeiramente dito do que é justificadamente dito, vi) o facto de não lidar bem com caso do género Terra Gémea.

Depois de identificadas algumas das razões quer para a aceitação quer para a crítica das teses propostas, olhar-se-á um pouco para a (muito grande) influência de Wittgenstein na filosofia posterior. Uma certa 'veneração' perante a linguagem comum é, reconhecidamente, um dos resultados possíveis do wittgensteinianismo. Ora, uma tal veneração pode ser bem negativa, se tivermos em conta que dela podem sair dois posicionamentos: o total relativismo e o conservadorismo rígido. Parecerá talvez paradoxal, mas ambos são resultados possíveis do que podemos chamar o método wittgensteiniano (das *Investigações*) em filosofia (caracterizado como 'nada dizer, apenas curar e os problemas desaparecerão' – a isto chama-se por vezes o quietismo wittgensteiniano). Mas qual é a alternativa disponível em termos de método filosófico? Uma alternativa concreta que será mais à frente neste curso introduzida é, por exemplo, a concepção quineana de epistemologia naturalizada. Esta alternativa pode ajudar-nos a esboçar os princípios da oposição ao método wittgensteiniano; cabe desde já notar, pensando na dita comparação entre um método filosófico inspirado por Wittgenstein e um método filosófico inspirado por Quine, que a observação atenta das nuances do uso real das palavras (marca da filosofia da linguagem comum de alguma forma proveniente de Wittgenstein) é para muitas pessoas um fraco substituto do pensamento sobre as coisas, que é o que fundamentalmente interessa alguém como Quine.

Lições 23 e 24 A filosofia da linguagem depois de Wittgenstein (J. Austin, J. Searle, P. Grice, W. V. Quine, D. Davidson)

Tempos: 2 aulas / 4 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer as grandes linhas de evolução da filosofia da linguagem depois de Wittgenstein.
- Elaborar um quadro de tais linhas de evolução, centrado por um lado na linhagem da filosofia da linguagem comum – teoria dos actos de fala – pragmática e por outro lado nos programas filosóficos de W. V. Quine e D. Davidson.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

A. Filosofia da linguagem comum, actos de fala, pragmática

AVRAMIDES, Anita, 1997, «Intention and Convention», in HALE & WRIGHT 1997.

AUSTIN, John, 1962, *How to Do Things With Words.* Cambridge MA, Harvard University Press.

BLACKBURN, Simon, 1998, «Meaning and communication», in E. Craig (ed.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, London, Routledge.

CARSTON, Robyn, 2002, *Thoughts and Utterances – the pragmatics of explicit communication.* Oxford, Blackwell.

DAVIS, Wayne A., 1998, «Implicature», in E. Craig (ed.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, volume 4, London, Routledge, pp. 721-725.

DUMMETT, Michael, 1992, «The Social Character of Meaning», in M. Dummett, *Truth and Other Enigmas*, London, Duckworth, pp. 420-430.

DUMMETT, Michael, 1993, «Language and Communication», in M. Dummett, *The Seas of Language*, Clarendon Press, Oxford, pp. 166-187.

DUMMETT, Michael, 1992, «Oxford Philosophy», in M. Dummett, *Truth and Other Enigmas*, London, Duckworth, pp. 431-436.

GELLNER, Ernest, 1959, *Words and Things.* London. Routledge.

GRICE H. P., 1957, Meaning, *Philosophical Review* 66, 377-388.

GRICE, H. P., 1989, *Studies in the Way of Words.* Cambridge, Mass, Harvard University Press.

GRICE, H. P., 1969, «Utterer's meaning and intentions», in Grice 1989, pp. 86-116.

GRICE, H. P., 1975, «Logic and Conversation», in Grice 1989, pp. 22-40.

LYCAN, William, 1999, *Philosophy of Language*, London, Routledge (Parte III, Pragmatics and Speech Acts).

RECANATI, François, 1998, «Pragmatics», in *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, vol. 7, pp. 620-633, London, Routledge.

RECANATI, François, 2004, *Literal Meaning*. Cambridge, Cambridge University Press.
SEARLE, John R., 1969, *Speech Acts*. Cambridge, Cambridge University Press.
SEARLE, John R., 1979, *Expression and Meaning*. Cambridge, Cambridge University Press.
SEARLE, John R., 1978, «Literal Meaning», in J. Searle 1979, pp. 117-136.
SEARLE, John R., 1983, *Intentionality*. Cambridge Cambridge University Press.
SEARLE, John R, 1999, Mente, linguagem, sociedade – uma entrevista com J. R. Searle, (entrevista realizada por Mafalda Eiró Gomes), *Cadernos de Filosofia*, nº 5, pp. 87-102. Também em http://. www.ifl.pt/entrevistasearleP.pdf.
SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre, 2001, *Relevância*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (ed. original 1986).
TRAVIS, Charles, 1997, «Pragmatics» in CRISPIN & WRIGHT 1997.
TRAVIS, Charles, 2000, *Unshadowed Thought*. Cambridge MA, Harvard University Press.

B. Quine e Davidson[30]

FONSECA, João, 2001, «Indeterminação da tradução», em Branquinho & Murcho, 2001, *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*.
HAHN, E., 1999, *The Philosophy of Donald Davidson*, The Library of Living Philosophers, Chicago, Open Court.
HAHN, E. & SCHILPP, P.,1998, *The Philosophy of W.O.Quine*, The Library of Living Philosophers, Chicago, Open Court.
PUTNAM, Hilary, 1975, *Philosophical Papers vol. II Mind Language and Reality*, Cambridge, Cambridge University Press.
SÀÁGUA, João, 2001, «Interpretação radical», em Branquinho & Murcho, 2001, *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*.

[30] As referências bibliográficas relativas a Quine e Davidson aparecem mais à frente, nos Guiões que introduzem os autores.

Lição 23[31]

Devido à 'sombra' que Wittgenstein projecta sobre a filosofia que se lhe segue, tem interesse procurar elaborar um quadro conceptual dos desenvolvimentos na teoria da linguagem que inevitavelmente se posicionam perante a sua obra. É o que se pretende aqui fazer. Esse quadro centrar-se-á por um lado na linhagem da filosofia da linguagem comum/teoria dos actos de fala/pragmática e por outro lado nos programas filosóficos de W. V. Quine e D. Davidson. Aparecerão assim novas ocasiões para explicitar e discutir razões para subscrever teses wittgensteinianas, e também os motivos que levaram muitos filósofos a rejeitar o wittgensteinianismo. Serão considerados – com a razoável arbitrariedade de qualquer simplificação deste género – dois ramos na evolução de tendências da filosofia da linguagem pós-wittgensteiniana: um dos ramos inicia-se com a filosofia da linguagem comum de Oxford, ligada a nomes como os de Jonh Austin e Gilbert Ryle, o outro com R. Carnap[32] (e portanto com o positivismo lógico) passando por Quine e conduzindo a Davidson.

Mas voltemos à figura que esteve na origem dos desenvolvimentos. Wittgenstein foi um homem de inclinações pessoais ascéticas e um pouco messiânicas. Foi um professor caprichoso, rodeado de uma aura de mistério, dificuldade e infalibilidade. Também por aí é possivel discernir razões quer para a adesão quer para alguma irritação face à sua figura. De um ponto de vista teórico, por outro lado, não é difícil identificar o tipo de 'intuições' que conduziram, e conduzem, alguém a opor-se à matriz wittgensteiniana em filosofia. Se se considera, por exemplo, que investigações conceptuais não são totalmente separáveis de investigações substantivas e avaliadoras, e que o argumento de impotência das investigações filosóficas que subjaz à filosofia linguística não tem razão de ser, ter-se-á boas razões para procurar escapar à 'sombra' de Wittgenstein.

Não é possível compreender a posteridade de Wittgenstein sem evocar o 'desentendimento' entre Wittgenstein e os positivistas lógicos. Tal desentendimento é de certa forma exemplar dos rumos da filosofia da linguagem posterior. O que aconteceu foi que os positivistas lógicos e os filósofos de

---

[31] Esta aula apresenta um esquema histórico elementar. Obviamente trata-se de demsaiado material para uma lição apenas – visa-se sobretudo investigação posterior pelos estudantes.

[32] E portanto com o positivismo lógico, movimento que tomara como 'emblema' o critério de significação encontrado no Tractatus de Wittgenstein.

Cambridge foram ao *Tractatus* buscar técnicas (a análise lógica, a análise conceptual) e que tais técnicas se tornaram centrais na prática profissional da filosofia dita 'analítica'. Evidentemente, não era exactamente isto (oferecer os instrumentos para uma profissionalização da filosofia enquanto disciplina académica) que Wittgenstein tinha pretendido fazer com o *Tractatus*: é mais natural pensar que ele tinha pretendido propiciar qualquer coisa como libertação intelectual. É certo que libertação intelectual era também o objectivo dos positivistas lógicos, mas estes tinham em mente um sentido totalmente diverso de libertação intelectual: os positivistas lógicos posicionavam-se contra aquilo a que chamavam 'metafísica', era dela que pretendiam libertação. Mas é argumentável que se apoiavam em princípios tão arbitrários como os dos seus adversários 'metafísicos', e Wittgenstein nunca deixou de ser sensível a estes. Não será exagerado afirmar que o carácter doutrinário da veia anti-metafísica dos positivistas lógicos os afastava de Wittgenstein (aconteceram alguns 'problemas' mais ou menos bizarros de Wittgenstein com o Círculo de Viena: por exemplo num encontro em que os outros participantes pretendiam discutir seriamente filosofia, e nomeadamente a filosofia inspirada pelas teorias lógicas e linguísticas do *Tractatus*, o autor do admirado livro fez questão de ler poesia). A diferença entre Wittgenstein, os filósofos de Cambridge e os filósofos da linguagem comum de Oxford, passa por aí: para Wittgenstein, a análise da linguagem, a correlativa profissionalização da filosofia como disciplina académica, a produção de teorias filosóficas, não são fins em si. Os problemas filosóficos são bem reais: se algum filósofo considera que os problemas filosóficos são reais, e não nos largam, esse filósofo é precisamente Wittgenstein. Em contrapartida, J. Austin, um dos representantes da filosofia linguística de Oxford, chegou a afirmar (embora o seu brilhantismo verbal e a sua irreverência nos devam fazer pensar duas vezes antes de o levar demasiado a sério) que nunca chegou a estar convencido de que a pergunta 'será uma questão filosófica uma questão importante?' fosse uma questão importante. O que se passou de qualquer forma foi que as técnicas lógico-linguísticas e a dissolução dos problemas que Wittgenstein tinha praticado com a convicção de que as questões filosóficas *eram* questões importantes continuaram como práticas num contexto em que estas questões tinham deixado de ser consideradas da mesma maneira.

Faz-se em seguida uma breve descrição histórica, centrada em autores e obras, dos dois ramos referidos. A seguinte hipótese, que não será aqui discutida, subjaz à descrição: estes dois ramos diferem quer no que respeita à importância das linguagens formais nas investigações filosóficas quer quanto à

centralidade dos problemas substantivos em filosofia. Procurarei introduzir as linhas gerais e os conceitos nucleares da teoria dos actos de fala através de referências a J. Austin e J. Searle, e também esboçar as ideias centrais do programa de Grice, hoje tão influente, nomeadamente devido à grande importância da pragmática e da Teoria da Relevância nos estudos da comunicação (cf. Dan Sperber e Deirdre Wilson 1986, *Theory of Relevance*). Nesta linhagem está em causa a importância (nomeadamente a importância relativa) da intenção (dos falantes) e da convenção (social) quando se trata de capturar a natureza da significação linguística.

Para todos os efeitos, uma abordagem pragmática da natureza da linguagem pode ser vista como partindo das ideias de Wittgenstein acerca da impossibilidade de uma Linguagem Privada. Qualquer linguagem com sentido deve ser uma linguagem pública, mesmo que a utilizemos para falar da nossa experiência interior. Recorde-se que para Wittgenstein os fenómenos da significação (compreender e querer-dizer) supõem seguir-regras e a convicção de Wittgenstein é que é impossível seguir-regras privadamente; seguir-regras é uma praxis, não é consultar uma fórmula na cabeça ou algo que se faz intencionalmente. É essa praxis que gera a significação, mesmo nos casos de uma linguagem para sensações e do pensamento matemático. Nas *Investigações* Wittgenstein chega a essa conclusão analisando em que consiste a compreensão em vários casos, por exemplo os casos em que alguém sabe continuar uma série numérica, e constatando que 'saber continuar' não é um estado ou processo mental interior (cf. P.151 «Suponhamos que A escreveu os números 1, 5, 11, 19, 29; B diz que agora já sabe continuar a sucessão. O que é que aconteceu aqui? Diversas coisas podiam ter acontecido»). Quando Wittgenstein afirma que, seja o que for que aconteceu, a compreensão não é um estado ou processo mental interior, ele quer dizer que os sujeitos não controlam individualmente, privadamente e intencionalmente o querer-dizer, começando o processo com um acesso directo e incorrigível ao interior a que se seguiria uma codificação em palavras; a acção é a única pedra de toque numa situação em que sinais não significam intrinsecamente nada. É este o contexto da afirmação emblemática 'O significado é o uso'. Tudo isto já tinha sido visto – o que importa reter aqui é que considerações deste género contra a possibilidade de uma linguagem privada são uma peça importante numa teoria pragmatista do significado e que a linguagem a que nos referimos é a linguagem natural, a linguagem comum.

O Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* é, goste-se ou não, um representante da filosofia da linguagem comum. Esta está ligada a um conjunto de

filósofos que na década de 50, em Oxford, desenvolveu investigações a partir de posições metodológicas específicas: um respeito pela linguagem vulgar ou comum e a ideia segundo a qual as questões filosóficas resultam de um uso indevido ou desviante dessa linguagem[33]. Apesar de proximidades com o Wittgenstein das *Investigações*, estes filósofos não tinham os mesmos pruridos behavioristas (ou pelo menos anti-mentalistas).

Tais posições conduziram John Austin, o nome maior da filosofia da linguagem comum de Oxford, conhecido pela sua atenção minuciosa e subtil (para alguns excêntrica e quase perversa) às nuances da linguagem comum, a fazer uma análise das enunciações performativas. Esta análise foi o primeiro passo da chamada teoria dos actos de fala. Austin propôs e elaborou uma distinção entre enunciações constativas e performativas (*constative utterances e performative utterances*). O Guião abaixo apresenta alguns dados sobre Austin e os textos nos quais avançou tais propostas. Elas foram a contribuição inicial para a teoria dos actos de fala. A ideia-chave da teoria dos actos de fala é a ideia segundo a qual usar linguagem é um tipo de acção.

---

[33] Cf. Ernest Gellner, *Words and Things*, 1959, para uma caracterização (e uma crítica) à 'filosofia de Oxford'. O livro de Gellner teve sucesso e fez escândalo: nele a filosofia da linguagem comum é acusada de desonestidade e de inutilidade. G. Ryle não quis publicar uma recensão na revista *Mind*. De qualquer forma é uma obra interessante a consultar, de forma prevenida, para a compreensão das razões históricas da 'queda em desgaça' da filosofia da linguagem comum (não, evidentemente, de Wittgenstein, que deve, apesar disso, ser considerado um dos seus representantes).

GUIÃO Nº 19

John Austin e as enunciações performativas



John Austin (1911-1960)

Philosophical Papers, 1961
Sense and Sensibilia, 1962
How to Do Things With Words, 1962

Noções essenciais

1. Enunciados *constativos* versus enunciados *performativos*. Ideia: um enunciado performativo não pode ser avaliado quanto à sua verdade e falsidade. Trata-se de uma acção e não de uma descrição ou constatação. A elocução de um performativo *faz alguma coisa* (com palavras), não descreve algo que já existe (Ex: 'prometo', 'sim, quero', numa cerimónia de casamento, 'juro', 'aposto', 'comprometo-me', 'eu te baptizo', 'declaro-vos casados').

2. Condições de sucesso de enunciados performativos. Em geral a elocução de performativos não constitui condição suficiente para a realização de um acto de fala, apesar de ser uma condição necessária. Outros requisitos têm que ser respeitados para que um acto de fala possa ser considerado 'feliz' ou bem sucedido (*felicitous*) (os performativos, ainda que não sejam verdadeiros ou falsos, podem ser felizes ou infelizes, conseguidos, ou não conseguidos): (i) a existência de uma convenção que legitime o acto de fala em causa; (ii) correcção e completude na execução do referido acto, (iii) correspondência entre as intenções que se espera dos participantes e as intenções que eles de facto têm.

Austin 1961, *Performative Utterances*

Há uma ideia da qual Austin discorda: a ideia de acordo com a qual tudo o que importa na linguagem é acerca de verdade e falsidade. Neste artigo procura explorar tal ideia. A ideia é comum entre os filósofos, e corresponde a uma concentração da atenção sobre a linguagem no carácter representacional desta. Os positivistas lógicos, por exemplo, defenderam, com o seu critério de significação, que todo o enunciado que não é nem analítico nem sintético (e portanto verificável, confirmável ou infirmável), carece de sentido. No entanto, já Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas* chamara a atenção sobre os *diferentes usos* da linguagem.

Austin discorda desta concentração da atenção dedicada à linguagem na verdade e falsidade; concentra a sua atenção no que chama 'enunciações performativas' (*performative utterances*), que distingue das constativas. São exemplos de enunciações performativas: 'Eu te baptizo...', 'Declaro-vos casados', 'Prometo que te pago', 'Aposto ....', 'Traz-me seis metralhadoras'. Ao contrário das enunciações constativas, as enunciações performativas são avaliadas em termos de êxito e fracasso, e não de verdade e falsidade.

As infelicidades possíveis em enunciações performativas relacionam-se com determinadas condições que devem ser cumpridas para o seu sucesso, e que podem não obter. Tais condições são, segundo Austin, as seguintes: (i) a convenção deve existir, (ii) as circunstâncias devem ser apropriadas, (iii) certas crenças e intenções devem existir no enunciador. Pense-se por exemplo, para o caso da enunciação 'Declaro-vos marido e mulher' (i) numa sociedade em que não existem padres ou juízes, (ii) no contexto de uma brincadeira de crianças, (iii) numa situação em que as partes envolvidas acreditam que o suposto padre ou juíz é um farsante.

Ao longo do artigo Austin procura encontrar critérios que lhe permitam distinguir com segurança enunciações performativas face a enunciações constativas – o problema é que ele próprio vai concluir que a distinção não é uma distinção absoluta. À partida, parecem constituir critérios para identificar uma enunciação performativa, na forma standard, a 1ª pessoa do singular, o presente do indicativo, a voz activa. Existem ainda verbos performativos explícitos, que Austin procura identificar. O advérbio '*Hereby*' ('por este meio', diríamos em português) constitui outra marca. No entanto não há esperança de um critério gramatical definitivo, taxativo, e Austin vem a notar no fim do artigo que, afinal, declarações são tão suceptíveis de infelicidade como enunciações performativas explícitas. Declarar algo é também um acto de fala, que pode ser feliz ou infeliz, ao poder ser verdadeiro ou falso. A distinção clara entre enunciados constativos e enunciados performativos deve ser abandonada.
Um outro ponto posto em relevo por Austin é o facto de além do significado das enunciações, devermos considerar a sua força. *Força ilocutória* existe em todas as enuciações (aliás, a falsidade é uma forma, entre outras, de uma enunciação ser infeliz).

Tipologia dos actos de fala proposta por Austin

Austin propõe uma tipologia dos actos de linguagem de acordo com a qual quando dizemos alguma coisa fazemos várias coisas. Actos de linguagem envolvem: (i) ACTOS LOCUTÓRIOS (produção de sons ou marcas, o 'fazer físico' envolvido na linguagem); (ii) ACTOS ILOCUTÓRIOS (fazer com palavras. Ex: pedir, ordenar, prometer); (iii) ACTOS PERLOCUTÓRIOS (produção de efeitos psicológicos específicos na audiência. Ex: persuadir, ofender, acalmar, irritar). O acto locutório envolve i) acto fonético (tem certas características sonoras), ii) acto fático (tem certas características morfológicas e gramaticais), iii) acto rético (tem certas características proposicionais, certas condições de verdade).

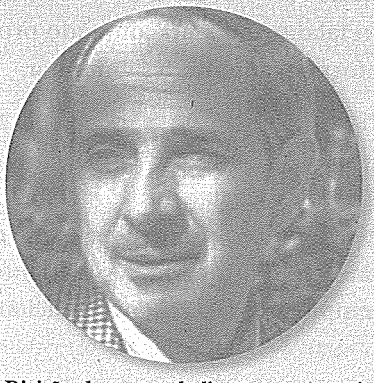
Austin centrou as suas análises dos actos de fala em acções convencionais. No entanto um acto de fala não tem necessariamente que ser desse tipo (governado por convenções).

Foi J. Searle e não J. Austin quem sistematizou a teoria dos actos de fala e lhe deu a face ortodoxa que ela hoje tem nos estudos da linguagem. A ideia base de Searle é que a componente ilocutória da linguagem é o aspecto fundamental da competência linguística. A unidade mínima da comunicação é o acto ilocutório. O conceito de acto de fala mostra a necessidade de recurso a

conceitos mentais (como crença e intenção) para caracterizar o significado. Neste sentido, a filosofia da linguagem seria um ramo da filosofia da mente. No Guião que se segue são apresentadas algumas das principais propostas de Searle neste contexto.

GUIÃO Nº 20

John Searle e a forma canónica da teoria dos actos de fala



John Searle (1932-)

«What is a speech act?», 1965
Speech Acts: an essay in the philosophy of language, 1969
Expression and Meaning: studies in the theory of speech acts, 1979
Intentionality, 1983
The Rediscovery of the Mind, 1992

Ideia: A unidade mínima da comunicação é o acto ilocutório

Divisão dos actos de linguagem (terminologia searleana, *Speech Acts*)

(i)	Actos de enunciação (emissivo)
(ii)	Actos proposicionais
(iii)	Actos ilocutórios
(iv)	Actos perlocutórios

O acto locutório de Austin desaparece na análise de Searle; aquilo a que Austin chama acto fonético e fático corresponde aproximadamente ao acto de enunciação de Searle; o que Austin chamava acto rético corresponde ao acto proposicional de Searle (e em parte ao acto ilocutório).

Com base numa análise componencial da força ilocutória, Searle apresenta em "A taxonomy of illocutionary acts" (no livro *Expression and Meaning*) uma análise minuciosa, que pretende corrigir e substituir a análise de Austin; encontram-se abaixo esquematizados os pontos fulcrais do texto, em termos de 'forças ilocutórias primitivas'. Searle assume que a forma geral de um acto ilocutório é F (p), em que F é a força, e p o conteúdo proposicional.

Forças ilocutórias primitivas (taxonomia dos actos ilocutórios)

(I)	Assertiva
(II)	Directiva
(III)	Compromissiva
(IV)	Declarativa
(V)	Expressiva

Força assertiva:

Condição preparatória: que o falante tenha razões ou evidência do conteúdo proposicional. Condição de sinceridade: que o falante creia no conteúdo proposicional. Exemplos: afirmar, argumentar, informar, admitir, testemunhar.

Força directiva:

Ordens, expressas linguisticamente por imperativos.
Condição: representar acção futura do ouvinte. Condição preparatória: que o ouvinte seja capaz de levar a cabo a acção. Condição de sinceridade: o falante deseja que o ouvinte leve a cabo a acção. Exemplos: pedir, ordenar, solicitar, sugerir, recomendar.

Força compromissiva
Condição: que o conteúdo proposicional se refira a uma acção futura do falante. Condição de sinceridade: que tenha a intenção de fazê-lo. Exemplos: prometer, ameaçar, aceitar, garantir.

Força declarativa
O conteúdo proposicional representa uma acção actual do falante. Condição preparatória: o falante deve ser capaz de realizar essa acção com a sua enunciação. Condição de sinceridade: o falante deve crer que é capaz de realizar a acção e desejar realizá-la. Exemplos: declarar, excomungar, nomear, baptizar.

Força expressiva
É sempre função de um estado psicológico particular. É linguisticamente expressa por exclamativos. Exemplos: agradecer, felicitar, deplorar.

O ponto mais importante da teoria dos actos de fala para a filosofia da linguagem, aparte pormenores e taxonomias, é a ideia segundo a qual além do conteúdo proposicional analisável em termos de representação e condições de

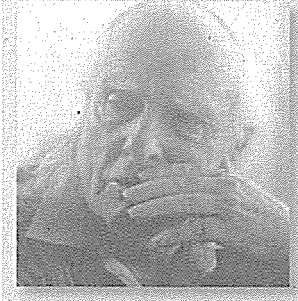
verdade, quando ocorre linguagem, há algo que é feito, praticado com palavras, a força ilocutória, e que não constitui representação mas acção, bem ou mal sucedida. Há no entanto autores – por exemplo D. Davidson, tratado mais à frente, embora não sob este aspecto – que pensam que não existe na linguagem nenhum elemento pragmático independente e distintivo; em suma, que não é necessária uma teoria independente da força ilocutória (independente relativamente a uma teoria da linguagem que para Davidson deve ser verocondicional).

Além da teoria dos actos de fala, o chamado programa de Grice, ou abordagem griceana da linguagem e da comunicação, é fundamental nos estudos pragmáticos. A intenção principal de Grice é explicar a significação (*meaning*) em termos de intenções, i.e. fazer apelo a conceitos intencionais para caracterizar os conceitos semânticos. Trata-se portanto de uma nova teoria do significado a considerar, ainda que brevemente, neste curso.

Para Grice, uma expressão linguística só tem significado na medida em que é a expressão de uma intenção de um falante. Em *Meaning* (1957), Grice defende que dizer que A quis-dizer (*meant*) alguma coisa com x é dizer que '*A tinha a intenção de que a elocução de x produzisse algum efeito numa determinada audiência através do reconhecimento da sua intenção*'. As análises de tipo griceano permitem dar conta, de uma forma que tem sido apelativa para muitos teóricos da linguagem, do significado não literal. Segue-se um guião que inclui uma referência sumária às obras e ideias fundamentais de Grice.

GUIÃO Nº 21

Paul Grice e a teoria do significado como intenção



Paul Grice (1913-1988)

«*Meaning*» (publicado originalmente em 1957, também publicado em *Studies in the Ways of Words*, pp. 213 - 223)
«*Utterer's Meaning and Intentions*» (publicado originalmente em 1969, também publicado em *Studies in the Ways of Words* pp. 86 -116)
«*Logic and Conversation*» (publicado originalmente em 1975, também publicado em *Studies in the Ways of Words*, pp. 22 - 40)
Further Notes on Logic and Conversation, 1978
Studies in the Way of Words, 1989, Cambridge, Mass., Harvard University Press.

A. Distinção entre significado natural (*natural meaning*) e significado não natural (*non natural meaning*)

Grice distingue *natural meaning* (significado natural), relação não arbitrária de algo com o que 'significa' (por exemplo fumo 'significa' fogo), e *non natural meaning* (significado não natural), caso dos sinais linguísticos. As análises griceanas aplicam-se ao significado não natural. O significado não natural pode ser literal e não literal. Produzir uma enunciação linguística é emitir, guiado por uma intenção comunicativa, um sinal com significado não natural. De acordo com Grice, as enunciações linguísticas são acções racionais, acções comunicativas, cujo objectivo é produzir determinados estados mentais no auditório, guiadas por máximas conversacionais.

B. Distinção entre significado do falante (*speaker's meaning*) e significado literal (ou standard ou convencional)

Grice assume que as palavras têm significados literais ou convencionais. O seu projecto consiste em explicar a forma como num dado contexto de uso, pode existir mais significado das mesmas palavras, que exceda o significado literal ou convencional, e também impedir interferências indevidas de considerações acerca de efeitos pragmáticos e significados não literais na análise do significado literal.

'*Speaker's Meaning*' (significado do falante) df = Aquilo que o falante pretende transmitir ao ouvinte numa particular ocasião e com a enunciação de uma frase. Intenção de produzir na audiência um determinado efeito de reconhecimento. Como os falantes, com as suas frases, nem sempre querem-dizer (*mean*) aquilo que de forma standard as frases significam, o significado do falante (*speaker's meaning*) é distinto do significado *standard*. (Ex: sarcasmo: 'Essa foi uma ideia brilhante!"). O significado do falante não é uma questão de regras mas de intenções: o que alguém quer-dizer (*means*) é o que ele ou ela quer transmitir a outrem por meio da elocução. A comunicação é bem sucedida quando essas intenções são reconhecidas pelo ouvinte.

C. Significado literal e significado não literal

O que é que explica a possibilidade de significado não literal? A explicação passa por aquilo que rege as interacções linguísticas como acções racionais, entre agentes com intenções comunicacionais. Os agentes estão nesses processos com interesses cooperativos: há um interesse comum na comunicação. As máximas conversacionais formulam explicitamente as regras mutuamente e tacitamente assumidas, que regem a sua interacção.

D. Máximas Conversacionais

As **Máximas Conversacionais** formulam explicitamente as expectativas que regem as trocas linguísticas. Podem ser consideradas como casos especiais da felicidade de elocuções em contextos conversacionais. A máxima genérica é o chamado Princípio da Cooperação: Faz a tua contribuição conversacional tal como é requerido, no estádio em que ela ocorre, pelo propósito da troca conversacional na qual estás envolvido. O Princípio resume as quatro máximas

conversacionais (Qualidade, Quantidade, Relação, Modo[34]). Estas descrevem o 'esperado' numa troca conversacional – ser breve, informativo, relevante, não mentir, etc...O facto de estas coisas serem esperadas, permite compreender que existem desvios. Se um dos participantes na interacção pronuncia enunciações que tomadas no seu significado convencional violam máximas, são geradas implicaturas conversacionais e significado não literal.

E. Implicações lógicas, implicaturas convencionais e implicaturas conversacionais

A expressão '**implicaturas**' (≠ implicação lógica) foi forjada para ser próxima e ao mesmo tempo distinta da expressão 'implicação'. Em ambos os casos se trata de B ser derivável de A, mas no caso das implicaturas, ao contrário das implicações lógicas, não se trata de A que acarreta B, mas de uma forma pela qual o que é dito diz mais do que o que literalmente significa. Implicaturas podem ser convencionais (ex: 'Ela é pobre mas honrada', implicando que é surpreendente que, sendo pobre, ela seja honrada) e conversacionais. As implicaturas conversacionais dependem das máximas conversacionais e são revogáveis se mudar o contexto conversacional. As implicaturas conversacionais são não-convencionais (Ex: A: Se G não pagar o que me deve, não posso ir para férias. B: Vais ter umas férias maravilhosas este ano...), deriváveis e canceláveis.
A análise griceana das implicaturas conversacionais pressupõe a existência de significados convencionais

F. Semântica e pragmática

Fenómenos tais como o sarcasmo, a ironia, a metáfora e as alusões são formas de conversação indirecta que têm por trás o funcionamento analisado por Grice. A partir das propostas de Grice, é possível considerar que a **semântica** lida com o significado literal de palavras e frases, tal como este é determinado pelas regras da linguagem, enquanto a **pragmática** lida com o que os falantes querem-dizer (*mean*) com as elocuções (*utterances*) de palavras e frases. O significado do falante (*speaker's meaning*) não é uma questão de regras mas de *intenções* – aquilo que alguém quer-dizer é o que tenta transmitir à sua audiência com a elocução. A comunicação é bem sucedida se as intenções do falante são reconhecidas pelo ouvinte. No entanto parte da evidência utilizada pelo ouvinte para saber o que o falante pretende dizer é o significado literal das frases (o ouvinte tem acesso independente a este por qualquer coisa como o conhecimento de língua). A questão que se coloca é saber se se deve ou não aceitar um contraste puro e simples entre condições de verdade literais e *speaker's meaning*. O próprio Grice nunca abdica da ideia de significado literal.

---

[34] Grice inspira-se em Kant, nas categorias da Quantidade, Qualidade, Relação e Modalidade, para formular as máximas. Máxima da quantidade: fazer uma contribuição tão informativa quanto for necessário, e não mais do que for necessário. Máxima da qualidade: não dizer o que se crê ser falso, não dizer o que não se tem justificação para acreditar que é verdadeiro. Máxima da relação: ser pertinente. Máxima do modo: ser claro, ser breve, ser ordenado.

As ideias destes autores – Austin, Searle, Grice – estão hoje por trás da pragmática. Entretanto, com a publicação de *Relevance Theory*, por Dan Sperber e Deirdre Wilson em 1986, a chamada Teoria da Relevância, que pretendeu ligar os estudos da linguagem e da comunicação aos emergentes estudos da cognição, assumiu também um grande protagonismo (em Sperber & Wilson 1986 e também em Carston 2002 é possível encontrar muitos dados quanto a estes desenvolvimentos e ligações).

Na Teoria da Relevância as máximas conversacionais griceanas são reduzidas a um único princípio explicativo, que guiaria toda a interacção linguística, a chamada Máxima da Relevância, de acordo com a qual 'Toda a enunciação linguística envolve a presunção da sua própria relevância'. Sperber e Wilson definem a relevância em termos da relação entre o efeito cognitivo e o esforço de processamento. Isto conduz a discussões sobre o papel do contexto e de processos sub-pessoais ocorrendo em agentes quando há processamento de linguagem.

Grande parte das discussões excedem a filosofia, mas na filosofia as discussões entre contextualistas e anti-contextualistas passam hoje também por aqui. A noção de contexto é obviamente fundamental para uma abordagem pragmática da linguagem. Mas não serão estas questões menores relativamente às grandes questões da relação pensamento-linguagem-mundo que Frege, Russell e Wittgenstein tratavam? Na verdade, as questões debatidas entre contextualistas (filósofos da linguagem contemporâneos como John Searle, Charles Travis ou François Récanati) e anti-contextualistas (filósofos como Ernest Lepore e Hermann Cappelen) são importantes precisamente na medida em que a questão da natureza da significação (*meaning*) nos interessa, e tem vindo a ser assumido desde o início deste curso que a natureza da significação nos interessa porque queremos saber como é que a linguagem e o pensamento se relacionam com o mundo, como podemos utilizar linguagem para comunicar. Interessa-nos ainda – e esta questão assume particular relevo nos mencionados debates – se podemos relatar ou citar aquilo que é dito de forma fiável. Ora, o contexto presumivelmente afecta o conteúdo semântico das elocuções (*utterances*), bem como os relatos dos conteúdos de tais elocuções (pense-se na queixa que constantemente ouvimos: 'citaram-me fora de contexto, distorceram o sentido das minhas palavras'). É, assim, importante, quando falamos acerca de alguma coisa com alguém, saber que é acerca da mesma coisa que falamos e para isso é fundamental conhecer as condições da sensibilidade da linguagem ao contexto. Aliás, o interesse daquilo que está em jogo estende-se bem para além da Filosofia da Linguagem e da Epistemologia, e mesmo para

além do estrito campo disciplinar da filosofia, nomeadamente devido às relações entre os fenómenos da sensibilidade ao contexto e o relativismo, cujas implicações éticas, políticas, etc., são notórias (de facto, o contextualismo é uma espécie de relativismo).

No entanto os debates em causa nascem na Filosofia da Linguagem, e em filosofia da linguagem a discussão em torno do que é dito (*what is said*) toma frequentemente a forma de uma discussão acerca da noção básica para falar de conteúdo semântico. Os actos de fala são um forte candidato. De facto, os dois candidatos mais fortes são precisamente as frases e os actos de fala. De acordo com os defensores do 'literalismo' (é esta a etiqueta que um contextualista como F. Ricanati usa para pessoas como H. Cappelen e E. Lepore), é possível atribuír conteúdo a frases de língua natural independentemente de quem as enuncia e do contexto de enunciação. De acordo com o contextualista, pelo contrário, os actos de fala são os portadores primários do conteúdo semântico: apenas num contexto particular uma frase expressa um conteúdo, sendo que uma 'mesma' frase pode expressar diferentes conteúdos em diferentes contextos.

É preciso notar que o anti-contextualista não nega pura e simplesmente o fenómeno da sensibilidade da linguagem ao contexto: o que o anti-contextualista defende é que a sensibilidade-ao-contexto *(context sensitivity)* é um fenómeno bem delimitado, característico de um número finito de expressões, essencialmente as listadas por David Kaplan na primeira página do seu texto clássico, *Demonstratives* (1989). A lista de indexicais de Kaplan comporta os pronomes pessoais 'eu', 'tu', 'ele' nos vários casos e número, os pronomes demonstrativos nos vários casos e número, os advérbios 'aqui', 'ali', 'agora', 'hoje', 'amanhã', adjectivos como 'actual' e 'presente', palavras e aspectos de palavras que indicam tempo (*tense*), e termos contextuais, tais como 'inimigo', 'nacional', etc. O contextualista, pelo seu lado, nega que a sensibilidade-ao-contexto seja um fenómeno bem delimitado.

É evidentemente decisivo nestes debates saber o que se entende por 'contexto'. Num sentido mais imediato, quase pré-teórico, contexto são simplesmente as coisas no mundo à nossa volta. No entanto, mal começamos a pensar de maneira mais específica na forma como diferentes aspectos da linguagem são sensíveis ao contexto, e começamos a levar em conta, por exemplo, não apenas indexicais (que nos obrigam a considerar a identidade do agente, o tempo e o lugar da enunciação para encontrar o conteúdo semântico da elocução) mas também demonstrativos, somos levados a alargar e complexificar a noção de contexto. No caso dos demonstrativos, por exemplo, seremos leva-

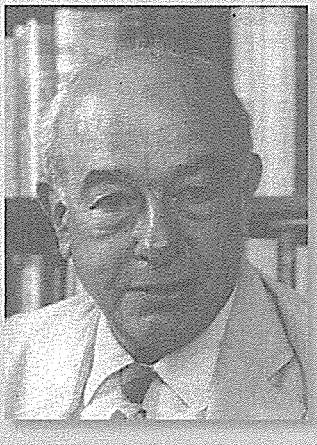
dos a alargá-la de forma a incluir demonstrações, tais como gestos e apontar. E se nos perguntarmos o que são tais demonstrações, embora num primeiro momento possamos simplesmente considerar que demonstrações são modos de apresentação dos seus demonstrata, cedo verificaremos que a noção está dependente das intenções do falante, e assim teremos que abrir espaço na noção de contexto para suposições mentalmente representadas, quer sejam representações do ambiente imediatamente perceptível, quer sejam representações recuperadas da memória, ou inferidas. Todas essas suposições interagem com a nova informação, que chega através da percepção ou da comunicação, dando origem a efeitos contextuais. Em geral contextualistas importantes na filosofia contemporânea tais como John Searle, Charles Travis e François Récanati aceitam uma definição geral de contexto como o background de suposições e práticas das quais o significado linguístico depende. A questão não está de forma alguma decidida. O que é certo é que estamos já bem longe da primeira definição 'ingénua' de contexto como coisas no mundo à nossa volta, e que a inocência de evocar o conteúdo de uma elocução está definitivamente perdida.

Lição 24

Passemos agora a considerar o segundo ramo apontado. O objectivo desta lição é oferecer uma visão panorâmica da filosofia de Quine e da filosofia de Davidson. Quine e Davidson são autores incontornáveis na filosofia da mente e da linguagem contemporânea. Defenderam ambos a ideia de que a teoria da mente e da linguagem deve basear-se na interpretação do comportamento dos humanos, interpretação esta que supõe um princípio de caridade, segundo o qual a maioria das crenças de um agente são verdadeiras e a maioria das suas inferências racionais. Defenderam também uma tese aparentemente radical acerca da linguagem: a tese segundo a qual, estritamente falando não existem dois homens que falem a mesma língua. Mas estes são apenas alguns dos pontos em que as filosofias de Quine e Davidson incluem teses acerca da linguagem. Quine é usualmente referido a propósito de: (i) a crítica à distinção analítico/sintético, (ii) a interpretação radical, (iii) a relatividade ontológica, e Davidson a propósito de (i) a teoria verocondicional do significado, (ii) a tradução radical e também da (iii) teoria da acção. Nos Guiões que se seguem procura-se oferecer um quadro mais completo das visões em que todas estas teses se inserem.

GUIÃO Nº 22

W. V. Quine, vida e obra



W. V. Quine (1908-2000)

Willard van Orman Quine nasceu em 1908, em Akron, Ohio. Estudou matemática em Oberlin. Ouviu falar de uma 'filosofia matemática' (a de B. Russell) e foi isso que o fez juntar os seus dois interesses, a matemática e a filosofia («decidi que Russell ia ser importante para mim»). Lança-se à leitura de toda a obra de Russell. Fez o doutoramento em Harvard, com A. N. Whiteahead, que estava no Departamento de Filosofia. No entanto, Quine não encontrou em Harvard aquilo que mais o interessava («os filósofos americanos associam Harvard com Lógica, por causa de Whiteahead, Sheffer, Lewis, Peirce e Royce. Mas a acção real estava na Europa», afirma). Os artigos de K. Gödel tinham sido publicados, e este era reconhecido por pes-

soas como L. Löwenheim, T. Skolem, A. Tarski e J. Von Neuman. Esse trabalho ainda não tinha chegado à América, embora A. Church estivesse no Departamento de Matemática de Princeton. Durante o período do doutoramento de Quine, Whitehead ensinava *Science and the Modern World* e *Cosmologies, ancient and modern*, assuntos que não interessavam Quine. Whitehead era além disso, segundo Quine, um professor lento – no entanto a impressão da sua grandeza perdurava ainda. De qualquer forma, Quine procurou trabalhar assuntos mais matemáticos. Acabou a dissertação muito rapidamente (em dois anos, antes dos vinte e quatro anos). Os motivos foram financeiros – vivia-se a época da Depressão - mas o próprio não achou que fosse o melhor a fazer. De qualquer forma, após o doutoramento teve quatro anos de bolsa de pós-doutoramento e veio para a Europa. A sua primeira ideia era Viena. Entretanto Harvard quis publicar o seu trabalho (1932), ele quis corrigi-lo e também corrigir muitos erros que pensava ter encontrado. Posteriormente em Varsóvia vem a saber que J. Łukasiewicz tinha feito um trabalho semelhante em 1931. No seu primeiro ano no estrangeiro, visitou vinte e sete países, do Báltico à Africa e à Ásia: a *Wanderlust* é sem dúvida uma marca permanente na vida de Quine. Passou cinco meses em Viena. Seguiu os cursos de M. Schlick, e foi a encontros do Círculo de Viena. Conheceu A.J. Ayer (Oxford), K. Gödel, H. Reichenbach. Aprendeu alemão, e isso virá a ser precioso. Ao período que passou em Praga e Varsóvia (seis semanas em cada uma das cidades) chamou 'os meses intelectualmente mais produtivos da minha vida'. No primeiro caso, passou o tempo a estudar filosofia com R. Carnap, no segundo caso, dedicou-se à lógica. R Carnap, o positivista lógico alemão, autor de *Der Logische Aufbau der Welt* (1928), seguiu para Praga para ensinar e Quine seguiu-o (Carnap irá para Chicago em 1935). Para Quine, Carnap foi a primeira experiência de fascinação intelectual (nas suas palavras, 'a primeira experiência de ser intelectualmente incendiado por alguém, e não por um livro', 'essa fascinação intelectual por alguém de outra geração que não é exactamente idêntica a ouvir com respeito os mais velhos, pensando que se vai fazer o mesmo ou melhor'). Em Praga, algumas pessoas disseram-lhe que era o primeiro americano que viam por ali. Em Varsóvia, esteve com Tarski, que por causa dele não falava polaco mas sim alemão ou francês nos seus cursos (também Tarski acabará nos EUA, em Harvard), com S. Łesniewski (com quem discutia noites inteiras) e Łukasiewicz. Conheceu T. Kotarbinski, T. Adjukiewicz, K. Kuratowski, B. Sobocinski, S. Jaskowski. Voltou a Harvard com o título de *fellow*, tornou-se depois Professor. A partir de 1936 ensinou Lógica e Filosofia em Harvard (mas gostava sobretudo de ensinar Lógica, não Filosofia). Seguiram-se mais viagens. Em 1939 esteve em Ponta Delgada, acabou de escrever *Mathematical Logical* e aprendeu português. Em 1940 em Harvard tem à sua volta Nelson Goodman, Bertrand Russell, Alfred Tarski e Rudolf Carnap. Em 1941 viaja pelo México com dois alunos, um deles Donald Davidson. A guerra eclodiu na Europa, e a Lógica parecia o menos importante; foi voluntário na marinha. Acabou no Brasil, em São Paulo. Estava decidido a ensinar em português e conseguiu fazê-lo. Também publicou em português, com ajudas, *O sentido da nova lógica*. Acabou a guerra como comandante, em 1945. Como Alan Turing, trabalhou, durante a guerra, na descriptação de códigos. Em 1946 voltou a Harvard para ensinar. Teve gerações e gerações de alunos que vieram a ser importantes na vida intelectual americana, entre eles Ruth Barcan Marcus, Burton Dreben, Donald Davidson, Thomas Nagel e Ronald Dworkin. Em 1953 visita Oxford. Segundo Michael Dummett, poucas pessoas em Inglaterra nessa altura percebiam a importância e a sofisticação de Quine como filósofo. Três dos seus ouvintes mais atentos

foram o próprio Michael Dummett, Wolfgang Stegmüller e Jonathan Bennett. Foi a seminários de P. Strawson e P. Grice, teve encontros com J. Austin. Entretanto fez conferências e cursos em Londres, Cambridge, Bristol, etc. Em 1960 publicou *Word and Object*. Fez muitas viagens: Austrália, Tóquio, Singapura, Hong Kong, Macau, Taipé. Passou depois cinco anos a ensinar ininterruptamente em Harvard. Em 1954 teve uma licença sabática e viajou pela Europa e pela África. No fim dos anos 60 era um dos decanos da filosofia americana e era reverenciado. Continuava a dar cursos e a viajar. A reforma em Harvard era normal aos 60 anos e obrigatória aos 70; Quine foi convidado a ficar até aos 70. Continuou sempre a viajar «Fui a todos os países europeus. Visitei no total 113 países. Alguns já não são países: Letónia, Lituânia (*Quine escrevia obviamente antes de estes países terem readquirido a independência*, SM)». Afirmou: «escrever lógica é solitário e eu sempre tive dificuldade em prestar atenção a conferências. Trabalha-se sozinho (...) na filosofia, então, a discussão é um disparate, a não ser entre pessoas com propósitos e métodos semelhantes, que nos mostram erros, ou novas ideias». Morreu em 2000.

(com base em *Autobiography of W.V. Quine*, publicada em Hahn e Schilp, pp. 2 - 46)

Livros de Quine – um guia:

1. *A System of Logistic*, Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1934.
2. *Mathematical Logic*, New York, Norton, 1940.
3. *Elementary Logic*, Boston & New York, Ginn, 1941.
4. *O sentido da nova lógica*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1944.
5. *Methods of Logic*, New York, Holt, 1950.
6. *From a Logical Point of View: 9 Logico-Philosophical Essays*, Cambridge, Mass, Harvard University Press; London, Geoffrey Cumberlege, 1953[35].

    1 On What There Is: 1-19[36].
    2 Two Dogmas of Empiricism: 20-46.
    3 The Problem of Meaning in Linguistics: 47-64.
    4 Identity, Ostension, and Hypostasis: 65-79.
    5 New Foundations for Mathematical Logic: 80-101.
    6 Logic and the Reification of Universals: 102-129.
    7 Notes on the Theory of Reference: 130-138.
    8 Reference and Modality: 139-159.
    9 Meaning and Existential Inference: 160-167.

7. *Word and Object*, Cambridge, Mass, The Technology Press of MIT; New York & London: Wiley, 1960.
8. *Set Theory and Its Logic*, Cambridge, Mass, Harvard University Press, Belknap Press, 1963. (Edição revista: Harvard University Press, Belknap Press, 1969).
9. *Selected Logic Papers*, New York, Random House, 1966. Edição aumentada:

    1 Whitehead and the Rise of Modern Logic: 3-36.
    2 Logic, Symbolic: 37-51.

---

[35] Traduções portuguesas dos ensaios 3 e 7 encontram-se em SÀÁGUA 1996 (org.).

[36] Tradução portuguesa em BRANQUINHO 1990 (ed.).

3 A Method of Generating Part of Arithmetic Without the Use of Intuitive Logic: 52-60.
4 Definition of Substitution: 61-69.
5 Concatenation as a Basis for Arithmetic: 70-82.
6 Set-Theoretic Foundations for Logic: 83-99.
7 Logic Based on Inclusion and Abstraction: 100-109.
8 On Ordered Pairs and Relations: 110-113.
9 On w-Inconsistency and a So-called Axiom of Infinity: 114-120.
10 Element and Number: 121-140.
11 On an Application of Tarski's Theory of Truth: 141-145.
12 On Frege's Way Out: 146-158.
13 Completeness of the Propositional Calculus: 159-163.
14 On Cores and Prime Implicants of Truth Functions: 164-171.
15 Two Theorems about Truth Functions: 172-175.
16 On Boolean Functions: 176-180.
17 On the Logic of Quantification: 181-195.
18 A Proof Procedure for Quantification Theory: 196-204.
19 Interpretations of Sets of Conditions: 205-211.
20 Church's Theorem on the Decision Problem: 212-219.
21 Quantification and the Empty Domain: 220-223.
22 Reduction to a Dyadic Predicate: 224-226.
23 Variables Explained Away: 227-235.
24 Truth, Paradox, and Gödel's Theorem: 236-241.
25 Immanence and Validity: 242-250.
26 MacHale on Boole: 251-257.
27 Peirce's Logic: 258-265.
28 Peano as Logician: 266-277.
29 Free Logic, Description, and Virtual Classes: 278-285.
30 The Inception of "New Foundations": 286-289.
31 Pythagorean Triples and Fermat's Last Theorem: 290-291.

10. *The Ways of Paradox and Other Essays*, New York, Random House, 1966[37]. Edição aumentada:

1 The Ways of Paradox: 1-18.
2 On a Supposed Antinomy: 19-21.
3 Foundations of Mathematics: 22-32.
4 On the Application of Modern Logic: 33-39.
5 Homage to Rudolf Carnap: 40-43.
6 Logic as a Source of Syntactical Insights: 44-49.
7 Vagaries of Definition: 50-55.
8 Linguistics and Philosophy: 56-58.
9 The Limits of Knowledge: 59-67.
10 Necessary Truth: 68-76.
11 Truth by Convention: 77-106.
12 Carnap and Logical Truth: 107-132.

[37] Traduções portuguesas dos ensaios 22 e 23 encontram-se em SÀÁGUA 1996 (org.)

13 Implicit Definition Sustained: 133-136.
14 Mr. Strawson on Logical Theory: 137-157.
15 Three Grades of Modal Involvement: 158-176.
16 Reply to Professor Marcus: 177-184.
17 Quantifiers and Propositional Attitudes: 185-196.
18 A Logistical Approach to the Ontological Problem: 197-202.
19 On Carnap's Views on Ontology: 203-211.
20 Ontological Reduction and the World of Numbers: 212-220.
21 On Mental Entities: 221-227.
22 The Scope and Language of Science: 228-245.
23 Posits and Reality: 246-254.
24 On Simple Theories of a Complex World: 255-258.
25 On Multiplying Entities: 258-264.
26 Ontological Remarks on the Propositional Calculus: 265-271.
27 The Variable: 272-282.
28 Algebraic Logic and Predicate Functors: 283-307.
29 Truth and Disquotation: 308-321.

11. *Ontological Relativity and Other Essays*, The John Dewey Essays in Philosophy, 1, New York & London, Columbia University Press, 1969.

1 Speaking of Objects: 1-25.
2 Ontological Relativity: 26-68[38].
3 Epistemology Naturalized: 69-90[39].
4 Existence and Quantification: 91-113[40].
5 Natural Kinds: 114-138.
6 Propositional Objects: 139-160.

12. (com J.S. Ullian.) *The Web of Belief*, New York, Random House, 1970.
13. *Philosophy of Logic*, Foundations of Philosophy Series, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1970.
14. *The Roots of Reference*, The Paul Carus Lectures, 14, LaSalle, Il, Open Court, 1974.
15. *Theories and Things*, Cambridge, Mass. & London, Harvard University Press, 1981[41].

1 Things and Their Places in Theories: 1-23.
2 Empirical Content: 24-30.
3 What Price Bivalence? 31-37.
4 On the Very Idea of a Third Dogma: 38-42.
5 Use and Its Place in Meaning: 43-54.
6 On the Nature of Moral Values: 55-66.
7 Five Milestones of Empiricism: 67-72.

---

[38] Traduções portuguesas dos ensaios 3 e7 encontram-se em SÀÁGUA 1996 (org.).

[39] Tradução portuguesa em CARRILHO 1991 (org.).

[40] Tradução portuguesa em BRANQUINHO 1990 (ed.).

[41] Traduções portuguesas dos ensaios 1, 2, 3, 5 e 7 encontram-se em SÀÁGUA 1996 (org.).

8 Russell's Ontological Development: 73-85.
9 On Austin's Method: 86-91.
10 Smart's *Philosophy and Scientific Realism*: 92-95.
11 Goodman's *Ways of Worldmaking*: 96-99.
12 On the Individuation of Attributes: 100-112.
13 Intensions Revisited: 113-123.
14 World's Away: 124-128.
15 Grades of Discriminability: 129-133.
16 Lewis Carroll's Logic: 134-142.
17 Kurt Godel: 143-147.
18 Success and Limits of Mathematization: 148-155.
19 On the Limits of Decision: 156-163.
20 Predicates, Terms, and Classes: 164-172.
21 Responses: 173-186.
22 Postscript on Metaphor: 187-189.
23 Has Philosophy Lost Contact with People? 190-193.
24 Paradoxes of Plenty: 194-198.
25 *The Times Atlas*: 199-202.
26 Mencken's *American Language*: 203-208.

17. *The Time of My Life: An Autobiography*, Cambridge, Mass, MIT Press, Bradford Book, 1985.
19. *Quiddities: An Intermittently Philosophical Dictionary*, Cambridge, Mass. & London, Belknap Press of Harvard University Press, 1987.
21. *Pursuit of Truth*, Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1990.
22. *Dear Carnap, Dear Van: The Quine-Carnap Correspondence and Related Work* (coordenação e introdução de Richard Creath), Berkeley, University of California Press, 1990.
23. *From Stimulus to Science*, Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1995.

Quine e a teoria da linguagem

A marca de Quine na teoria da linguagem encontra-se sobretudo em torno de duas questões: a tradução radical e a relatividade ontológica. No entanto, para as compreender, torna-se necessário recuar um pouco na caracterização da sua filosofia. No contexto da FLUP é feita, na disciplina de Filosofia do Conhecimento, uma introdução a *Two Dogmas of Empiricism (1953)* e *Epistemology Naturalized* (1969). Recapitular-se-á brevemente as ideias então introduzidas, de modo a contextualizar as duas propostas quineanas referidas.

A. Os dois dogmas do empirismo e a crítica à distinção analítico-sintético

Two Dogmas of Empiricism é um texto fundamental da epistemologia do século vinte. Nele Quine professa ser um empirista. Ele é no entanto um empi-

rista sofisticado, que não concorda com o teor fundacionalista quer do empirismo clássico quer do positivismo lógico. Em *Two Dogmas* trata-se sobretudo de criticar o empirismo do positivismo lógico. Ora, o empirismo do positivismo lógico está ligado ao 'critério da significação'. O critério da significação é a ideia de acordo com a qual um enunciado é cognitivamente significativo se e só se é ou analítico ou empiricamente verificável ou falsificável. No critério da significação está assim incorporada uma distinção entre o analítico e o sintético. De acordo com essa distinção há momentos/passos do nosso pensamento/linguagem em que nos movemos em função apenas do próprio pensamento/linguagem (= o 'analítico') e momentos/passos do nosso pensamento/linguagem em que nos movemos em função da experiência (= o 'sintético'). De um ponto de vista histórico, a separação analítico/sintético é uma reafirmação da separação entre forma e conteúdo do pensamento, expressa em termos de linguagem.

Quine não concorda com a distinção radical entre o analítico e o sintético e parte do propósito polémico de *Two Dogmas of Empiricism* é o ataque à distinção. Antes de mais, Quine considera que a distinção analítico/sintético é um dogma (Dogma-1). Esse Dogma-1 está dependente de um Dogma-2 a que Quine chama 'reducionismo'. O reducionismo é a ideia segundo a qual existem relações um-a-um entre frases e experiência e todas as enunciações significativas são traduzíveis em enunciações acerca da experiência imediata. De acordo com o Dogma-2 cada frase significativa 'compareceria sozinha ao tribunal da experiência'. Ora, Quine pensa que isso não é o caso. A oposição de Quine ao reducionismo baseia-se no seguinte. Ele concebe a totalidade do conhecimento humano como uma teia de crenças. Essa teia de crenças 'toca na experiência apenas nos bordos'. Um efeito desta situação é o facto de a actividade cognitiva não ser uma constante e sistemática re-avaliação de cada crença à luz da experiência. Pelo contrário, para Quine existe bastante 'espaço de manobra' quando se decide que crenças deixar cair e que crenças manter de cada vez que acontece ('nos bordos') uma experiência que entra em conflito com as crenças da teia de crenças. Quine considera que nenhuma crença é imune à revisão (nem as crenças melhor entrincheiradas na teia das crenças, correspondentes nomeadamente à lógica), mas, essa revisão não é nunca feita com apoio num veredicto incontestável do 'tribunal da experiência'. Em suma, Quine critica a distinção analítico/sintético para defender um empirismo *holista*, todavia, de acordo com o qual não existem relações directas nem com 'factos isolados' nem com 'significados isolados'. Esta crítica tem repercussões inesperadamente profundas: criticar a distinção analítico/sinté-

tico é em última análise criticar a legitimidade da separação entre a tarefa da filosofia e a tarefa das ciências no inquérito racional. Assim, para Quine a filosofia e as ciências são contribuições para um mesmo inquérito racional: não existe uma fronteira entre 'metafísica especulativa e ciência natural'. Em termos de teoria do conhecimento isso significa que não pode existir uma 'pura análise apriorista ou formal' do conhecimento e que toda a epistemologia será 'naturalizada'.

B. Epistemologia naturalizada

Esta conclusão está relacionada com a ideia de epistemologia naturalizada defendida por Quine em *Epistemology Naturalized* e noutros textos. A ideia de epistemologia naturalizada tem hoje uma enorme importância em várias disciplinas da filosofia. O que Quine defende é o seguinte. A epistemologia é um capítulo da psicologia e portanto da ciência natural. A epistemologia estuda um fenómeno natural: um sujeito físico humano, que recebe um certo ('magro') *input* experiencial e produz como *output* ('torrencial') uma descrição do mundo externo e da história deste. As terminações nervosas são o local de *input* da informação não processada sobre o mundo. A discussão acerca do que é epistemologicamente primeiro (*prior*) e deve ser tratado como observação – a estimulacão ou a apreensão consciente de objectos – deve ser afastada. Ela era devida à ligação entre observação e apercebimento (*awareness*). Deve-se falar simplesmente de proximidade dos receptores sensoriais e abandonar a ideia de 'prioridade epistemológica'. Isto quer dizer que conta como observacão aquilo que é descritível em termos de estimulacão dos receptores sensoriais; a consciência é indiferente para este assunto. A epistemologia estuda a relação entre *input* e *output* procurando compreender como é que a evidência se relaciona com a teoria. Através de tal estudo empírico poderemos, supostamente, responder às questões epistemológicas. Toda a informação provinda das ciências naturais que nos permita compreender como é que os seres humanos formam um quadro do mundo que habitam deve ser utilizada. Uma vez tendo sido abandonado o sonho de deduzir a ciência da observações, a objecção de circularidade não colhe. 'Frases de observação' são de qualquer forma básicas na ideia de epistemologia naturalizada. Importa por isso saber o que são exactamente 'frases de observação'. Para Quine frases de observação são 'aquelas sobre a qual todos os falantes da língua emitem o mesmo veredicto quando estão perante *a mesma estimulação sensorial*'. Esta relação entre estimulação e frases consideradas enquanto comportamento é a porta de entrada

para o tema da indeterminação da tradução, que é possivelmente o tema mais discutido da filosofia da linguagem de Quine, desde princípios dos anos 60.

C. Indeterminação da tradução e tradução radical

A tese da indeterminação da tradução foi formulada em *Word & Object* (1960) como uma tese acerca da possibilidade de existirem manuais de tradução de uma linguagem para outra linguagem. Tais manuais seriam compatíveis com todas as disposições verbais dos agentes mas incompatíveis entre si. A tese é formulada contra a ideia de uma semântica mentalista para as línguas naturais (a semântica mentalista é a ideia segundo a qual a cada expressão significativa de uma linguagem corresponde um objecto extra-linguístico que é o seu sentido). Quine é um behaviorista (mais atrás neste manual foi já referida a sua polémica com N. Chomsky; em geral quando se trata do quadro teórico para o estudo da linguagem, Quine coloca-se ao lado do seu colega e amigo B. F. Skinner, psicólogo behaviorista).

Em *Ontological Relativity* Quine utiliza a seguinte imagem para dizer o que a semântica não é: quando se faz semântica não se deve sucumbir ao 'mito de um museu', no qual as obras exibidas são os sentidos (*meanings*) e as palavras as legendas. Quine desconfia dos sentidos, acha-os entidades pouco claras quanto à sua individuação, e considera que não há necessidade de os postular. A pedra de toque é a ideia de tradução: não se trata de dar o mesmo significado de uma palavra numa língua diferente, porque não há aí coisas que sejam significados. Mas se não existem entidades que seriam 'os significados', o que será 'significar a mesma coisa'? É aqui que Quine introduz a ideia de tradução: trata-se de explicitar as condições em que uma expressão seria uma boa tradução de uma outra expressão numa língua diferente.

A tradução radical – entre a língua do tradutor e uma língua completamente desconhecida – é muito importante aqui. A tradução radical é uma experiência de pensamento criada por Quine (cf. *Word and Object*) e que acompanha a tese indeterminação da tradução. É neste contexto que aparece o célebre exemplo da palavra 'gavagai', pronunciada por um falante nativo de uma língua natural que inclui tal palavra. Imagine-se um antropólogo que vai para a selva com um falante nativo de uma língua que lhe é totalmente desconhecida. O que é que ele faria para ir atribuindo significação às elocuções do nativo, i.e. como encontraria boas traduções? Se, por exemplo, o nativo dissesse 'gavagai' no momento em que um coelho branco salta de uma moita, o que é que tal enunciação significaria? O problema é que poderia significar

coelho, mancha branca, fatia temporal de ser vivo agora, etc. Como se poderia saber qual é a boa hipótese? Como se construiria um manual de tradução para uma língua que se desconhece totalmente? É possível elaborá-lo, certamente, e já se disse atrás em que condições.

Quine elabora a sua resposta em termos de estímulos comuns no ambiente, significado-de-estímulo (*stimulus menaing*), frases de observação, ('aquelas sobre a qual todos os falantes da língua emitem o mesmo veredicto quando estão perante *a mesma estimulação sensorial*, um tipo de frases ocasionais, na tipologia de Quine, por contraste com 'frases permanentes' e 'frases eternas') e hipóteses analíticas. Há disposições a assentir ou dissentir perante frases completas: são os stimulus meaning, em circunstâncias determinadas.

D. Linguagem e ontologia

Resta fazer uma breve referência à influente proposta quineana acerca da relação entre linguagem e ontologia, no artigo *Sobre o que há.*

Quine defende que o problema ontológico é um problema simples, o problema *O que é que há?*. O que frequentemente acontece é que existe desacordo acerca de casos. Diz-se que as pessoas A e B diferem em ontologia quando A afirma que há algo que B defende que não há (i.e. admite ou recusa certas entidades). O proponente do lado negativo lida obviamente com um problema, o enigma platónico do não-ser (como seria possível falar do que não há?). Quine faz notar que o enigma platónico do não-ser pode levar-nos a reconhecer existência em casos em que poderíamos ficar satisfeitos ao reconhecer que não há nada. Por exemplo afirma-se: "Pégaso existe". Mas existe como, pergunta-se? E a hipótese que se poderia fazer é que é uma ideia na cabeça das pessoas.

Mas então o que dizer da diferença entre Pégaso e o Parténon? O Parténon não se confunde com a ideia de Parténon, são coisas completamente diferentes. No entanto quando se discute o caso de Pégaso a confusão aparece. Quine introduz então Wyman, um 'espírito subtil' (pensando possivelmente em A. Meinong,de quem já falámos aqui a propósito de Russell), que afirma: Pégaso tem o seu ser como possível não realizado. Quando afirmamos que ele não existe estamos a afirmar que ele não tem o atributo particular de ser real (idêntico a 'A não é vermelho' – i.e. afirma-se algo de algo cujo ser não é posto em causa). Temos assim possíveis, e de entre estes os possíveis realizados e os possíveis não realizados, tais como Pégaso. A ideia seria que coisas reais existem, mas muitas mais subsistem.

Ora, para Quine, este universo sobrepovoado é 'desagradável': ofende o sentido estético, e constitui um terreno fértil para elementos desordenados (Quine pergunta-se por exemplo se 'o homem gordo possível naquela entrada' e 'o homem calvo possível naquela outra entrada' serão o mesmo homem). O problema que se põe é saber como se aplicaria o conceito de identidade relativamente a possíveis não realizados. Quine recusa-se a expandir o universo de modo a incluir as entidades possíveis.

Por outro lado coloca-se o problema dos impossíveis não realizados (por exemplo 'a cúpula quadrada-redonda do Berkeley College') – será que também eles existem? Tudo isso para Quine é um excesso incontrolável, e a solução para o problema do excesso é a Teoria russelliana das Descrições Definidas, que já foi introduzida mais atrás neste curso. A Teoria das Descrições Definidas mostra que é possivel usar com sentido nomes (próprios) sem supor que existam as entidades nomeadas (por exemplo 'o actual rei da França', ou 'o autor de Waverley'). O mérito da solução é que o nome aparente é parafraseado como um símbolo incompleto, continuando a frase a ter sentido, seja V ou F. A carga de referência objectiva é assim transferida dos nomes – expressões descritivas – para expressões do género das que os lógicos chamam variáveis ligadas ou variáveis de quantificação. Essas palavras são uma parte básica da linguagem, são certamente dotadas de sentido, entram em linguagem dotada de sentido (*meaningful*) mas não nos obrigam a pressupôr a existência das entidades nomeadas. Mesmo o nome 'Pégaso' pode ser reformulado como uma descrição ('o cavalo alado que foi capturado por Belerofonte'), ou como '*pegagizes*', sendo depois aplicado o esquema de Russell.

Quanto a termos singulares temos portanto que é sempre possível uma análise à maneira de Russell: Não é necessário que nomeiem para terem sentido. É a confusão entre ter sentido e nomear que nos força a pensar que 'Pégaso é uma ideia, uma entidade mental', i.e. faz-nos pensar em sentidos como *entidades* de algum tipo.

Mas então que género de coisas são os sentidos (*meanings*)? Quine volta-se dos termos singulares para os universais, e pergunta: existirão entidades tais como atributos, relações, classes, números, funções? Se A é vermelho e B é vermelho existirá a 'vermelhidão'?

Note-se que podemos admitir que há coisas vermelhas, pores-do-sol vermelhos, etc, sem admitir que há algo que eles têm em comum, um universal como entidade individual: o facto de casas, rodas, etc, serem vermelhos, pode ser um facto último irredutível.

Perante argumentos a favor de universais, torna-se necessário, segundo Quine, que recusemos admitir sentidos. Isto não significa que palavras e frases não tenham sentido (= sejam significativas, *meaningful*) mas sim que não existem entidades a mais, entidades abstractas, que seriam os sentidos das formas linguísticas. O facto de elocuções linguísticas serem significativas é um facto primitivo e irredutível, a ser considerado em termos do comportamento das pessoas que as pronunciam. Um adversário que fosse um aficionado dos sentidos poderia indignar-se: existirá algum limite para esta imunidade ontológica?! Quine nunca se comprometerá com nada?

Mas o facto é que Quine considera que existem compromissos, compromissos de teorias com entidades. O critério que avança é o seguinte: comprometemo-nos ontologicamente com algo através do nosso uso das variáveis ligadas. Ser suposto como uma entidade é ser contado como o valor de uma variável (o conhecido slogan '*ser é ser o valor de uma variável*' é introduzido precisamente neste contexto). Convencemo-nos de uma pressuposição ontológica particular se e só e o alegado pressuposto tem que ser contado como estando entre as entidades sobre as quais as nossas variáveis tomam valores, de maneira a tornar verdadeira uma das nosas afirmações.

Toda esta discussão tem pergaminhos na filosofia, tendo sido por exemplo central nos debates dos filósofos medievais em torno de universais. E, nota Quine, a controvérsia medieval em torno dos universais irrompe de novo nos nossos dias, nomeadamente na filosofia da matemática: o realismo medieval 'é' o logicismo de Frege, Russell, Whitehead, Carnap, o conceptualismo medieval 'é' o intuicionismo de Poincaré e Weyl, o nominalismo medieval 'é' o formalismo de Hilbert. O realismo é o extremo platonizante: os Universais existem independentemente das coisas que os instanciam / exemplificam (existem *ante rem*; ou, de um ponto de vista aristotélico, existem *in re*). De acordo com o conceptualismo, os Universais reflectem a propensão da mente a agrupar as coisas (os universais existem *post rem*, abstraídos das coisas). Segundo o Nominalismo, os Universais são apenas 'vozes', i.e. linguagem: partilhar um Universal é apenas ser descrito por uma mesma palavra.

O problema que resta é saber como é que se pode decidir entre ontologias. A resposta não é dada pela fórmula 'ser é ser o valor de uma variável': esta apenas serve para testar a conformidade a um padrão ontológico prévio. Como diz Quine, 'olhamos para as variáveis ligadas não para saber o que há mas para saber o que é que uma certa doutrina diz que há. E este é um problema que envolve linguagem. Mas o que há é outra questão'.

De acordo com Quine, há boas razões para operar num plano semântico quando discutimos ontologia; aí falamos da forma como falamos. Podemos assim discutir os nossos diferendos ontológicos. Temos uma base comum para discutir mesmo quando há desacordo básico nos esquemas conceptuais; é isso o desacordo em ontologia. A controvérsia ontológica deve, assim, tender para uma controvérsia acerca de linguagem – mas isso não significa que o que há dependa de palavras.

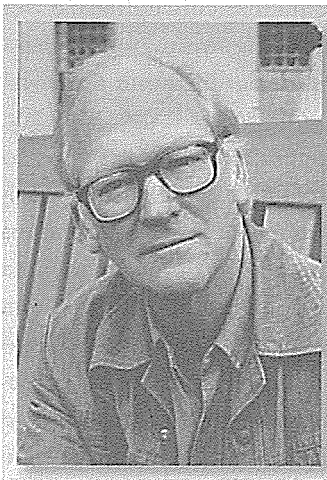
Mas se a ontologia não é uma questão de linguagem, então é uma questão de quê? Para Quine, a nossa aceitação de uma ontologia é semelhante à aceitação de uma teoria científica, por exemplo um sistema de física: adoptamos o esquema conceptual mais simples no qual os fragmentos desordenados da experiência em estado bruto possam ser ajustados e ordenados. O problema é que 'simplicidade' é uma noção muito complexa, e Quine termina o artigo discutindo o que se deve pensar por exemplo da competição entre os esquemas fenomenista e fisicalista. Cada um tem a sua vantagem e simplicidade específicas, cada um deles merece ser desenvolvido. Mais: cada um deles é o mais fundamental, embora em sentidos diferentes (um é epistemologicamente fundamental, o outro é fisicamente fundamental). De um ponto de vista fenomenista, o fisicalismo é um mito conveniente, uma simplificação de acontecimentos sensoriais disseminados.

A conclusão do artigo envolve os seguintes pontos: (i) certos argumentos a favor de certas ontologias são falaciosos, (ii) é possível propôr – e propõe-se – um padrão explicito por meio do qual se decide os compromissos ontológicos de uma teoria, (iii) propõe-se que a questão da ontologia que se deve adoptar permanece ainda assim em aberto – e o conselho é tolerância e espírito experimental. Finalmente, Quine defende que os 'mitos ontológicos' são relativos aos nossos interesses e objectivos, i.e. coloca-se numa posição genericamente pragmatista.

Passemos a Donald Davidson, cuja filosofia foi profundamente influenciada por Quine.

GUIÃO Nº 23

A filosofia de Donald Davidson



Donald Davidson (1917-2003)

Donald Davidson é talvez o mais célebre e estudado filósofo americano contemporâneo, além de W. V. Quine, de quem foi discípulo. Uma das razões para o interesse suscitado pela obra de Davidson é certamente o facto de nela ser possível encontrar uma visão integrada e sistemática da natureza da acção, da mente, da linguagem, do conhecimento e do mundo. A sua influência é hoje particularmente incontornável na filosofia da acção e na filosofia da mente e da linguagem.

Davidson estudou em Harvard. Os seus interesses situavam-se inicialmente na área das Humanidades: história, literatura, cultura clássica (aliás, sempre gostou de escrever, e chegou a escreveu guiões para peças de rádio). Em Harvard, estudou com A. N. Whitehead. O seu primeiro trabalho em filosofia foi sobre Platão (*Filebo*). O encontro com Quine (1939-40, Harvard) alterou o seu trajecto teórico: os interesses filosóficos de Davidson passaram de temas históricos, e de uma visão da filosofia como estando próxima da literatura e da história das ideias, para uma abordagem mais analítica. Além de Quine, o lógico polaco A. Tarski é o autor com maior influência sobre a obra de Davidson: foi a partir do trabalho de Tarski sobre linguagens formais que Davidson apresentou a sua proposta de uma teoria semântica para a linguagem natural.

Para relatos em primeira pessoa acerca da vida e obra de Davidson, cf. a entrevista que lhe foi feita por Ernest Lepore, ao longo de vários anos de viagens em conjunto (em DAVIDSON, Donald, 2004. *Problems of Rationality*, pp. 231-265). Cf. também MALPAS, Jeff, 1996, «Donald Davidson», *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, http://plato.stanford.edu/entries/davidson/, e LEPORE, Ernest e LUDWIG, Kirk, 2004, Donald Davidson, *Midwest Studies in Philosophy*, XXVIII, 309-332.

Livros de Davidson – um guia:

Essays on Actions and Events (1980)

- «Actions, Reasons and Causes» 1963
- «How is Weakness of the Will Possible?» 1970
- «Agency» 1971
- «Freedom to act» 1973
- «Intending» 1978
- «The Logical Form of Action Sentences» 1967

- «Causal Relations» 1967
- «The individuation of events»1969
- «Events as particulars» 1970
- «Eternal vs Ephemeral Events» 1971
- «Mental Events» 1970
- «Psychology as Philosophy» 1974
- «The Material Mind»1973
- «Hempel on Explaining Action» 1976
- «Hume's Cognitive Theory of Pride» 1976
- «Adverbs of Action» 1985
- «Reply to Quine on Events» 1985

Inquiries into Truth and Interpretation (1984)

- «Theories of Meaning and Learnable Languages» 1965
- «Truth and Meaning» 1967
- «True to the Facts» 1969
- «Semantics for Natural Languages» 1970
- «In Defence of Convention T» 1973
- «Quotation» 1979
- «On Saying That» 1968
- «Moods and Performances» 1979
- «Radical Interpretation» 1973
- «Belief and the Basis of Meaning» 1974
- «Thought and Talk» 1975
- «Reply to Foster» 1976
- «On the Very Idea of a Conceptual Scheme» 1974
- «The Method of Truth in Metaphysics» 1977
- «Reality Without Reference» 1977
- «The Inscrutability of Reference» 1979
- «What Metaphors Mean» 1978
- «Communication and Convention» 1982
- «Replies to Quine and Lewis» 1974

Subjective, Intersubjective, Objective (2001)

- «First-Person Authority», 1984
- «Knowing One's Own Mind», 1987
- «The Myth of the Subjective» 1988
- «What is Present to the Mind?» 1989
- «Indeterminism and Antirealism» 1997
- «The irreducibility of the Concept of the Self» 1998
- «Rational Animals» 1982
- «The Second Person» 1992
- «The Emergence of Thought» 1997

- «A Coherence Theory of Truth and Knowledge» 1983
- «Afterthoughts» 1987
- «Empirical Content» 1982
- «Epistemology and Truth» 1988
- «Epistemology Exernalized» 1990
- «Three Varieties of Knowledge» 1991

Problems of Rationality (2004)

- «The Problem of Objectivity» 1995
- «Expressing Evaluations» 1994
- «The Objectivity of Values» 1995
- «The Interpersonal Comparison of Values» 1996
- Appendix: Objectivity and Practical Reason 1999
- «The Interpersonal Comparison of Values» 1996
- «Turing's Test» 1990
- «Representation and Interpretation» 1990
- «Problems in the Explanation of Action» 1987
- «Could there be a Science of Rationality?» 1995
- «What Thought Requires» 2001
- «A Unified Theory of Thought Meaning and Action» 1980
- «Paradoxes of Irrationality» 1974
- «Incoherence and Irrationality» 1985
- «Deception and Division» 1986
- «Who is Fooled?» 1997
- Ernie Lepore, An Interview with Donald Davidson

Truth, Language and History (2005)

- «Truth Rehabilitated» 1997
- «The Folly of Trying to define Truth» 1996
- «Method and Metaphysics» 1993
- «Meaning, Truth and Evidence» 1990
- «Pursuit of the Concept of Truth» 1995
- «What is Quine's View of Truth?» 1994
- «A Nice Derangement of Epitaphs», 1986
- «Seeing Through Language» 1997
- «The Social Aspect of Language» 1994
- «Joyce and Humpty Dumpty» 1989
- «The Third Man» 1992
- «Locating Literary Language» 1993
- «Thinking Causes» 1993
- «Laws and Causes», 1995
- «Plato's Philosopher» 1985
- «The Socratic Concept of Truth» 1992

- «Dialectic and Dialogue» 1994
- «Gadamer and Plato's Philebus» 1997
- «Aristotle's Action» 2001
- «Spinoza's Causal Theory of the Affects» 1993
- Appendix «Replies to Stroud, McDowell and Pereda» 1998

Truth and Predication (2005)

Davidson começou a publicar os artigos que o tornaram célebre bastante tarde, nos anos 60, já a sua carreira académica ia avançada. A sua obra pode ser vista como um percurso que partindo da teoria da acção chega à ontologia, à teoria da linguagem e da mente e à epistemologia, entretanto visando questões tais como a racionalidade e a irracionalidade (na verdade, o problema geral da filosofia de Davidson poderia ser formulado como 'O que é ser um agente racional, pensar e utilizar linguagem'?). Seguem-se alguns tópicos fundamentais da filosofia de Davidson.

A. Teoria da acção

O primeiro artigo marcante de Davidson foi *Actions, Reasons and Causes* (1963). Nele, Davidson trata o problema trata o problema de saber se as razões podem ou não ser causas de acções. Dá uma resposta positiva – as razões podem ser causas de acções – e para apoiar tal resposta desenvolve uma teoria anti-wittgensteiniana da acção. O artigo foi, de resto, escrito contra o wittgensteinianismo então dominante: para os wittgensteinianos razões e causas seriam conceitos de ordem diferente e afirmar que uma razão causa uma acção seria um erro conceptual.

O trabalho de Davidson sobre acção tem como pano de fundo o influente trabalho da discípula de Wittgenstein Elizabeth Anscombe, cujo livro *Intention*, de 1957, é um lugar clássico da discussão dos conceitos de 'acção' e 'intenção na acção'. Davidson adopta de Anscombe o princípio segundo o qual as acções não são simplesmente intencionais ou não intencionais, sendo apenas *sob uma dada descrição* as acções podem ser consideradas intencionais ou não intencionais. então apenas sob uma determinada descrição que uma razão explica uma particular acção de um agente. Esta descrição é uma descrição mentalista. Por exemplo: uma mulher sentada à mesa come intencionalmente um bife, mas ela não come intencionalmente o seu animal de estimação (no entanto, aquela carne que está a comer é a carne do seu animal de estimação).

Além do impacto do trabalho de Anscombe, é importante, para compreender o background da escrita de *Actions, Reasons and Causes,* recordar que Davidson esteve próximo do trabalho com teoria da decisão, nos anos 50, tendo chegado a fazer trabalho empírico baseado nesta. A teoria da decisão lida com entidades no mundo que são *agentes.* No seu âmbito, a racionalidade é definida como *maximização da utilidade esperada.* Um agente é uma entidade dotada crenças e desejos, estruturados num *ranking* de preferências, que age em direcção a um objectivo ou finalidade. Um agente tem n alternativas de acção e cada uma conduzirá a um 'mundo', ou estado de mundo, diferente (M1, M2, Mn...). Estes mundos são concebidos na teoria da decisão em termos de *utilidade* e *probabilidade.* O valor da situação que resulta da acção é 'medido' em termos de utilidade x probabilidade. É neste quadro que se entende a definição de acordo com a qual um agente é racional se e só se agir de modo a maximizar a utilidade esperada. E. Lepore e K. Ludwig comentam, a propósito do trabalho de Davidson com teoria da decisão: «ele tirou dela (*teoria da decisão*) duas lições: a primeira foi que colocando condições formais em conceitos simples e na relação de uns com os outros, pode ser definida uma estrutura poderosa, a segunda foi que a teoria formal ela própria não diz nada sobre o mundo, mas antes o seu conteudo é dado na sua interpretação, no caso da teoria empírica, pelos dados aos quais é aplicada»[42]. Estas duas lições virão a ser muito importantes na filosofia de Davidson.

A teoria davidsoniana da acção passa ainda por uma concepção das acções como eventos: acções são eventos, embora nem todos os eventos sejam acções (eventos são ocorrências datadas/localizadas irrepetíveis – a noção de evento é básica na ontologia de Davidson). Duas acções diferentes podem ser descrições dos mesmos eventos. O mundo das acções é um mundo mental (ou o mundo de eventos descrito enquanto mental). Para defender, como defende, que razões podem ser causas, Davidson terá que esclarecer o que são acções básicas, o que é racionalizar uma acção, e o que é 'explicar' no âmbito da acção humana (por contraste com a explicação no âmbito das ciências físicas). Tudo o que nós fazemos é mover o corpo: *acções básicas* são movimentos corporais. No entanto, através desses movimentos é possível declarar uma guerra ou vender milhões de dólares em acções, por exemplo carregando numa tecla de computador. Explicar uma acção (ao contrário da explicação da ocorrência de eventos por leis físicas) envolve a racionalidade. Explicar uma acção passa por – ou começa por – uma racionalização da acção, no sentido muito específico que Davidson dá

[42] LEPORE & LUDWIG 2004: 312.

a este termo, e que significa identificá-la como a acção que ela é, tornar inteligíveis de determinada maneira – através de crenças e desejos – os movimentos de um dado corpo. O par crença-desejo que racionaliza a acção chama-se *razão primária* e segundo Davidson causa a acção. As acções, eventos explicáveis desta forma, são racionais; não podemos pretender que as leis da física sejam racionais desta forma. Evidentemente, a racionalidade é uma noção problemática, difícil de enquadrar no mundo natural, nomeadamente por ser uma noção mentalista e holista. A proposta que Davidson acaba por avançar acerca da forma como a racionalidade intervém na explicação da acção é a seguinte: a ligação entre razão e acção (nos casos em que a razão é de facto a razão para a acção) é uma conexão que obtém entre dois eventos (por um lado, o facto de o agente acreditar e desejar e por outro o facto de o agente agir) e que pode ser descrita de maneiras diferentes. Essa conexão é (i) *racional*, tanto quanto o par crença-desejo (a razão primária) especifica a razão para a acção, (ii) *causal*, tanto quanto um evento causa o outro. Aliás para Davidson não há outra maneira de distinguir exactamente por qual razão um agente age a não ser dizendo que foi essa a razão, de entre muitas possíveis, que causou a acção[43].

Outros artigos importantes de Davidson em teoria da acção são, por exemplo, *How is weakness of the will possible?* (1970), cujo tema são as patologias da racionalidade prática, a *akrasia* e o auto-engano; *Agency* (1971); *Intending* (1978); *Two Paradoxes of Irrationality* (1978); *Thinking Causes* (1993) *Laws and Causes* (1995).

B. Ontologia

Compreender a natureza da acção é um passo importante para compreender a natureza do pensamento e da linguagem. As posições em teoria da acção conduzem Davidson a especificar a sua ontologia. Os conceitos essenciais desta são o monismo anómalo e a superveniência. Davidson parte da noção de eventos (ocorrências datadas/localizadas e irrepetíveis). Em *Mental Events* (1970) coloca assim o problema: «Eventos mentais tais como percepções, recordações, decisões e acções resistem a ser capturados na rede nomológica da teoria física. Como é que este facto pode ser reconciliado com o papel causal de eventos

[43] O exemplo célebre de Davidson é o exemplo de dois alpinistas: um deles cai na escalada e fica suspenso pelo outro. Este odeia-o, tem tido frequentes desejos de que o homem cuja vida agora depende de si, morra. No entanto, quando o larga, não foi porque quis matá-lo mas porque não teve mais forças (foi algo que aconteceu, não algo que ele fez).

mentais no mundo físico?». A sua proposta é o monismo anómalo. O monismo anómalo é a resposta davidsoniana à questão 'Como é que o mental existe no mundo físico?'. Ser monista significa acreditar que o mundo é de uma só natureza (e é físico). 'Anómalo' é um termo para o que não cai debaixo de uma lei. Ora, o mental é 'anómalo' relativamente a um mundo físico regido por leis. O facto de o mundo, que é físico, ser regido por leis da física, não é suficiente para nos permitir falar do pensamento e da mente em termos físicos. As leis da física não servem para explicar a mentalidade. O mental deve ser pensado em termos de 'superveniência'. A ideia é que aquilo que ocorre (=eventos) pode ser descrito enquanto físico e enquanto mental. No primeiro caso estamos perante um mundo regido pela causalidade. Se aquilo que ocorre é descrito enquanto mental há uma 'anomalia', e os conceitos a utilizar são de superveniência. As leis físicas não se aplicam a eventos-descritos-como-mentais. Não há leis psico-físicas. Explicações racionais não podem ser dadas no vocabulário das ciências físicas. Mas o que é que se quer dizer com 'explicação'? (é de notar que esta discussão generaliza a discusão acerca de razões como causas de acções) Quando se trata de ciências físicas e naturais é fácil dizer o que é explicar: *explicar é subsumir eventos físicos a uma lei.* No entanto, não faz qualquer sentido transpor esta forma de pensar para o pensamento sobre acções de humanos. Por exemplo, como já se viu, explicar uma acção não é descrever eventos físicos sob leis mas sim *dar razões*, dar as razões que conduziram à acção.

A formulação do monismo anómalo supõe a compatibilidade de três princípios: (1) Princípio da Interacção Causal (pelo menos alguns eventos mentais interagem causalmente com eventos físicos), (2) Princípio do Carácter Nomológico da Causalidade (onde há causalidade tem que haver leis; eventos relacionados como causa e efeito caem sob leis estritas – precisas, explícitas e sem excepção), (3) Anomalia do Mental (não há leis estritas ou deterministas com base nas quais eventos mentais possam ser previstos ou explicados).

C. Filosofia da mente e da linguagem

Relativamente à filosofia da linguagem e da mente, a obra de Davidson deve ser vista a partir de dois fios condutores. Davidson propõe (1) uma teoria verocondicional do significado, que usa a teoria tarskiana da verdade como base para a proposta de uma teoria semântica da linguagem natural, (2) um conjunto de teses em torno de interpretação radical.

Para a compreensão de (1), o artigo *Truth and Meaning* (1967) é essencial. O problema é saber o que constitui uma teoria satisfatória do significado. Davi-

dson defende uma teoria verocondicional (*truth-conditional*) do significado. A ideia é que o significado deve ser compreendido via a noção de verdade. Esta é, pelo menos no âmbito das linguagens formais, clara (o artigo de Tarski, *The Concept of Truth in Formalized Languages,* teve um grande impacto sobre Davidson). É muito mais complicado obter uma noção clara de significado. Davidson pensa aliás que não se pode fazer directamente uma teoria do significado. Em *Truth and Meaning* Davidson considera então: (i) a adopção de uma teoria tarskiana da verdade como modelo para a semântica, (ii) dificuldades da adopção deste modelo para as línguas naturais, (iii) o problema da interpretação radical.

No artigo *Radical Interpretation* (1973) dá-se um primeiro passo numa questão sobre a qual Davdison escreveu até ao fim da vida, a questão da interpretação. 'Interpretação radical' é a expressão cunhada por Davidson e ligada, mas não assimilável, à tradução radical de Quine. Em ambos os casos se trata de traduzir uma linguagem desconhecida para uma linguagem conhecida. Um intérprete radical davidsoniano tenta atribuir um conteúdo semântico a uma enunciação de outrem tendo apenas como dados o conhecimento das correlações entre as circunstâncias extra-linguísticas de uma dada elocução e a frase ocasional proferida, que o interpretado toma como verdadeira (*holds true*).

O conceito de *holding true* faz desde logo a diferença entre Quine e Davidson. Em lugar de evocar, como Quine, apenas estímulos, assentimentos e dissentimentos, para conceber a situação da tradução radical, Davidson utiliza uma noção que não está aberta à observação. Há por isso um recuo de Davidson perante o behaviorismo subjacentes às posições quineanas sobre interpretação radical.

Antes de mais, é preciso ter claro que 'interpretar' não é uma actividade que venha após a posse e entendimento de língua (embora a ambiguidade seja naturalmente gerada pelo facto de Quine e Davidson falarem quase sempre de um intérprete já na posse de uma língua). No entanto, se a noção for correctamente entendida, interpretar é, como diz Davidson, para todos os efeitos, tanto um problema doméstico como estrangeiro: todo o entendimento da fala de outrém envolve interpretação radical.

A interpretação radical é uma proposta acerca do que é necessário para atribuirmos entendimento linguístico e pensamento a um dado ser, uma teoria acerca da forma de 'chegar ao pensamento' a partir do comportamento linguístico de um falante, sem qualquer conhecimento das crenças deste e dos significados das suas enunciações. O problema básico de que a interpretação radical trata é o facto de não podermos atribuir significado às enunciações dos falantes sem sabermos quais são as suas crenças e, ao mesmo tempo, não

podermos identificar as suas crenças sem sabermos o que as suas enunciações significam. É portanto necessário *fornecer ao mesmo tempo uma teoria da crença (mente) e uma teoria do significado (linguagem)*. É isto que se pretende com o Princípio da Caridade. O Princípio da Caridade (de acordo com o qual que um agente sob interpretação tem crenças na sua maioria verdadeiras e faz inferências que são na sua maioria racionais) combina duas noções: (i) uma suposição holista de racionalidade nas crenças a que se chama *coerência* e (ii) uma suposição de relação causal entre as crenças (especialmente perceptivas) e os objectos das crenças – a que se chama *correspondência*. O Princípio davidsoniano da Caridade é ao mesmo tempo um constrangimento e um primeiro princípio que possibilita toda e qualquer interpretação.

É útil olhar para as posições de Davidson como uma resposta à situação em que Quine deixou os filósofos da mente. Quine fez duas propostas incontornáveis: a epistemologia naturalizada e a tradução radical. A conjugação das duas deixa os filósofos da mente com o seguinte problema na mão: como é que uma abordagem naturalizada do mental pode ser interpretativa? Ora, Davidson dá alguns passos na tentativa de responder a tal pergunta, e a Teoria Unificada do Pensamento, Significação e Acção é a certo momento da sua obra o lugar para procurar respostas. Ela representa um posicionamento perante a dificuldade herdada de Quine. Antes de mais, Davidson chama à teoria 'unificada' porque ela trata em conjunto questões anteriormente tratadas na teoria da acção e na teoria da significação. Basicamente, a Teoria Unificada é um desenvolvimento do anterior projecto da interpretação radical (ela própria sucessora da tradução radical quineana) e tem como objectivo chegar à natureza do mental e da significação tomando como ponto de partida evidência explícita.

Tal como Quine, Davidson pretende em geral partir de evidência explícita, acontecimentos de linguagem, cá fora, públicos, comuns, para chegar ao mental. Tal como a interpretação radical de Quine, a Teoria Unificada atribui um determinado estatuto à racionalidade nesse empreendimento. Embora a Teoria Unificada de Davidson pretenda resolver o mesmo problema que a tradução radical de Quine, convém no entanto recordar que o contrário de Davidson, e da mesma forma que os psicólogos behavioristas, Quine parece ter pensado, pelo menos a certo momento, que se algum dia existisse uma ciência séria do comportamento dos humanos, ela seria uma ciência não mentalista, sem apelo a crenças, desejos, intenções. As 'formas mentalistas' de falarmos de nós próprios e dos outros seriam um obstáculo a formas mais efectivas de explicar o comportamento. É por pensar tal coisa que Quine se coloca eventualmente na posição complicada de querer explicar o comportamento linguístico em termos de dis-

posições. A ideia de Quine, que é um projecto de redução, era a seguinte: chegaremos ao mental abordando a linguagem, que é comportamento explícito. Olhamos para a linguagem como um sistema de disposições para o comportamento verbal, olhamos para as disposições como estados físicos de sistemas e temos aí um caminho para a redução a que a ideia de naturalização parece obrigar. O problema é saber se, uma vez concebida a linguagem como disposições, isso é ou não redutível ao físico, ao fisiológico. Por vezes Quine fala como se fosse esse o caso, na medida em que disposições são recondutíveis às características físicas dos objectos, neste caso os corpos dos humanos. No entanto, em escritos mais recentes, e considerando a forma de lidarmos com estados mentais, Quine acaba por recomendar que se faça o melhor uso possível do monismo anómalo davidsoniano, aparentemente deixando cair a intenção de redução.

Ao contrário de Quine, Davidson nunca pensou que poderia haver uma ciência séria, não mentalista, do comportamento humano, incluindo semelhante tentativa de redução do comportamento linguístico. É por isso que o diferendo entre ambos é especialmente relevante para pensar acerca do problema da necessidade ou não necessidade de idiomas mentalistas em ciência cognitiva. Quem conhece o pensamento de Davidson saberá que o seu anti-reducionismo quanto ao mental é devido a (i) normatividade (da interpretação), (ii) carácter causal de conceitos mentais como acções, para as quais os agentes têm razões, que as 'explicam', (iii) externalismo (o facto de propriedades mentais sobrevirem não apenas às propriedes físicas do agente mas também ao mundo exterior). Todas essas 'condições do mental' tornam impossível descobrir leis e prever e explicar o comportamento de humanos somente com base em traços intrínsecos, que seriam por exemplo as disposições dos próprios corpos de que fala Quine. Mas se não podemos ter uma teoria dos corpos e das suas disposições, que nos permita compreender a linguagem e depois o mental, estaremos na impossibilidade de ter uma teoria que explique o comportamento dos humanos? De acordo com Davidson esse não é de todo o caso. Simplesmente, por não partilhar dos preconceitos anti-mentalistas de Quine, Davidson vê de uma forma totalmente diferente o projecto de partir da evidência explícita, nomeadamente o comportamento linguístico, para a compreensão da natureza do pensamento da significação e da acção.

O objectivo da Teoria Unificada é o mais ambicioso possível: trata-se de compreender o que torna os humanos inteligíveis uns aos outros a partir de evidência unicamente comportamental, e portanto a partir dessa evidência compreender o que é para palavras significarem alguma coisa e para os humanos pensar e agir. Ora, Davidson assume que existe um caminho daquilo que observável (cá fora,

no mundo, entre nós) para a natureza da acção, pensamento e significação, mas pensa que esse caminho se percorre não reduzindo, mas relacionando, (analisando a partir 'de um ponto equidistante' a todos) os três conceitos básicos de crença, desejo e significação, ie tomando-os como elementos coordenados para a abordagem da evidência comportamental. Na terminologia de Davidson, a Teoria Unificada procura determinar três incógnitas (crença, desejo e significação) a partir do observável, e não apenas duas, como era o caso da teoria da decisão (que extrai crenças e desejos do comportamento explícito de *preferência* dos agentes) e da teoria da interpretação (que extrai significação e crença do comportamento explicito de *enunciação* dos agentes – na asserção manifesta-se o assentimento do falante, como na escolha se manifesta a preferência do agente). O que é que leva Davidson à Teoria Unificada? O facto de a teoria da decisão não dizer nada acerca de significação (mesmo se as preferências dos agentes são identificadas a partir de enunciações significativas) e de a teoria da interpretação não dizer nada acerca de preferência (o que se torna necessário quando além de frases de observação o intérprete visa frases teóricas e relações de sustentação entre frases teóricas e frases de observação). Davidson pensa por isso que elas (a teoria da decisão e a teoria da interpretação) foram feitas uma para a outra, e propõe-se, basicamente, com a Teoria Unificada 'fazer entrar' a teoria da decisão na teoria da interpretação. Noutras palavras, para chegar à significação, ao desejo e à crença a partir do comportamento linguístico o tomar como verdadeiro (*hold true*) não é evidência suficiente, há que considerar graus de confiança na verdade das frases e desejabilidades relativas atribuídas à verdade de frases. Daí que se a evidência para a tradução radical era o tomar como verdadeiro, a evidência de partida da Teoria Unificada é o preferir-verdadeiro (uma frase a outras) (*prefer true*).

Onde é que entra a racionalidade neste projecto? Encontraremos uma resposta se reformularmos a pergunta da seguinte maneira: onde é a que a Teoria Unificada vai buscar aquilo que lhe permite determinar as incógnitas (crença, desejo, significação) a partir de evidência comportamental? A resposta é: à lógica, a uma teoria da verdade e à teoria da decisão e é por isso que a Teoria Unificada tem, de acordo com Davidson, muitas características de uma ciência (tais como oferecer uma estrutura abstracta, com propriedades que podem ser provadas e tornar a previsão – de acções intencionais – possível).

Mas isso significa que a própria possibilidade de teoria repousa, nas palavras de Davidson, em 'estruturas ditadas pelo nosso conceito de racionalidade'. I. e., os componentes desta tentativa de chegar a crenças, desejos e significação são normativas e são inabdicáveis no programa da Teoria Unificada. Toda a

teoria assenta nas normas da racionalidade: foram estas normas que sugeriram a teoria e são elas que lhe conferem a estrutura que tem. Para Davidson, é este o tipo de teoria da mente, significação, acção, que podemos ter.

Mas será a Teoria Unificada - uma forma de abordar a natureza da significação, da acção e do pensamento que assenta em estruturas ditadas pelo nosso conceito de racionalidade – *científica?* O que diz Davidson? Antes de mais, Davidson pensa que a Teoria Unificada, embora pretenda ser uma teoria do que é pensar, comunicar, usar significativamente linguagem para seres como nós, e ser uma teoria psicológica, não pretende ser ciência natural nem competir com a ciência natural. Não pretende nomeadamente (embora Davidson frequentemente se lhe refira como uma 'teoria do conhecimento que já possuímos') ser um exercício de ciência cognitiva, e foi por isso que irritou pessoas como Chomsky (que afirmou por exemplo que o que Davidson diz acerca de linguagem não nos diz nada acerca da forma como se adquire uma linguagem, ou do que é ou não inato em termos de sintaxe das línguas naturais). Aliás, o programa davidsoniano foi mesmo acusada por pessoas como J. Fodor e N. Chomsky de ser simplesmente *não científico.*

Outros escritos importantes de Davidson sobre filosofia da mente: *Thought and Talk* (1975), *Rational Animals* (1982) – Pensamento e racionalidade versus meras crenças; *First-Person Authority* (1984); *Knowing One's Own Mind* (1986).

D. Epistemologia

Relativamente aos escritos de Davidson sobre questões epistemológicas, eles não serão aqui considerados directamente. Uma das teses centrais, e que lhe pemite não levar a sério por exemplo o cepticismo, é que existem três variedades de conhecimento (subjectivo, objectivo, intersubjectivo) e que estes se entre-sustentam. Davidson rejeita ainda o terceiro dogma do empirismo (a separação esquema conceptual/conteúdo empírico), que ainda se encontraria na filosofia de Quine.

Artigos: *A coherence theory of truth and knowledge* (1973); *On the very idea of a conceptual scheme* (1974), *Three Varieties of Knowledge* (1991)

Lição 25 O significado não literal

Tempos: 1 aula / 2 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Explicar o problema da natureza do significado não literal.
- Tomar a metáfora como estudo de caso
- Conhecer a história das teorias da metáfora

Até aqui o problema filosófico básico deste curso – 'Como pode alguma coisa significar e referir alguma outra coisa no mundo?' – foi essencialmente tratado tendo como pedra de toque o uso comum, dito 'literal', da linguagem. É certo que já a teoria dos actos de fala e as análises de tipo griceano ofereciam pistas para o tratamento do significado não literal e dos usos figurativos da linguagem. Mas em geral, e como nota W. Lycan, «Os filósofos gostam que a linguagem seja literal»[44]. Pense-se no critério de significação dos positivistas lógicos, referido atrás várias vezes e enunciado a propósito da exposição da filosofia de Quine: 'alguma coisa é cognitivamente significativa se e só se é analítica ou empiricamente verificável ou falsificável', afirma o critério. Isto significa que ele exclui, obviamente, como *nonsense*, todos os fenómenos de que se vai falar nesta lição. Ora, uma característica notória das línguas naturais é precisamente o facto de estas poderem ser utilizadas para dizer aquilo que literalmente não dizem. Uma teoria da linguagem deve por isso ser capaz de dar conta não apenas do uso literal mas também do uso não literal desta.

Com o objectivo de abordar o problema da natureza do significado não literal, tomar-se-á a metáfora como estudo de caso, fazendo um percurso pela história das teorias da metáfora. Consideremos então que o nosso problema passa a ser o seguinte: queremos que a nossa teoria da linguagem nos permita dizer algo de inteligível e explicativo acerca do funcionamento da linguagem em casos como os abaixo listados.

«Julieta, tu és o meu sol» (dito por um apaixonado de Julieta)
«April is the cruellest month» (T.S. Elliot, *The Waste Land*)
«All the world's a stage» (W. Shakespeare, *As You Like It*, 2/7)

---

[44] LYCAN 1999: 209.

Estes são casos nos quais, como diria Aristóteles, as palavras são usadas fora do seu âmbito comum, transpostas de forma a gerarem alguma ideia nova, uma 'iluminação' na mente de quem as compreende. Mas como é isso possível? O que está a acontecer, quando alguém produz ou compreende uma metáfora? Procurar-se-á responder a esta questão introduzindo alguns dados relativos à história das teorias da metáfora. Fazendo uma excepção relativamente à orientação contemporânea do curso, remontar-se-á até Aristóteles: ele é a primeira grande referência do pensamento sobre a natureza da metáfora e não pode deixar de ser referido. Uma vez introduzidos estes dados, fica o seguinte problema: quão relevante é a questão da natureza do significado não literal para as questões do sentido e da referência discutidas até aqui? De que forma é que esta questão escapa (ou será que não escapa?) às teorias apresentadas ao longo do curso? Uma coisa parece segura: a discussão acerca das fronteiras entre semântica e pragmática passa certamente por aqui, dada a possibilidade de uma abordagem pragmática esbater as fronteiras que à primeira vista poderiam parecer intuitivas entre *o que é dito literalmente* e *o que é dito não literalmente.* Mas esse é apenas o princípio da discussão, e na verdade nem todos os autores que trabalham acerca de significado literal e não literal concordariam com tal posição de 'des-diferenciação' do significado literal e não literal.

Bibliografia específica

ARISTÓTELES, 1992, *Poética*, Lisboa, INCM.

ARISTÓTELES, 1991, *Rhétorique*, Paris, Le Livre de Poche.

ARISTÓTELES, 2001, *Da Alma*, Lisboa, Edições 70.

ARISTÓTELES, 1985, *Organon – I Categorias*, Lisboa, Guimarães Editores.

ARISTÓTELES, 1985, *Organon – II, Periermeneias (Da Interpretação)*, Lisboa, Guimarães Editores.

CARSTON, Robyn, Metaphor, in CARSTON 2002.

DAVIDSON, Donald, 1984, What Metaphors Mean, DAVIDSON 1984.

DERRIDA, J., 1986, Mitologia Branca, em *Margens da Filosofia*, Porto, Rés.

ECO, Umberto, 2001, Metáfora e Semiose, em *Semiótica e Filosofia da Linguagem*, Lisboa, Instituto Piaget.

JAKOBSON, Roman, 1956, Two Aspects of Language and Two Types of Aphaic Disturbances, in Jakobson, R. & Halle, M., *Fundamentals of Language*, Mouton, The Hague.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark, 1980, *Metaphors We Live By*, Chicago, The University of Chicago Press.

LACAN, Jacques, 1966 (1957), L'instance de la lettre dans l'inconscient, in *Écrits* I, Paris, Seuil.

LYCAN, William, 1999, *Philosophy of Language*, London, Routledge (Capítulo 14, Metaphor).

NIETZSCHE, Friedrich, 1969, *Le Livre du Philosophe*, Paris, Aubier-Flammarion.

RECANATI, François, 2004, Non-literal uses, Capítulo 5 de *Literal Meaning*, Cambridge, Cambridge University Press.

RICOEUR, Paul, 1983 (1ª ed), *A Metáfora Viva*, Porto, Rés.

SEARLE, J. Metaphor, in *Expression and Meaning*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

GUIÃO Nº 24[45]

A Metáfora

Objectivo: A partir de uma história da teoria da metáfora, desenvolver uma posição coerente e própria acerca da natureza do fenómeno.

Aristóteles

Cf. *Poética* e *Retórica*. Metáfora é o transporte de um nome de acordo com uma regra ou razão. Aristóteles enumera quatro regras ou razões. Duas delas (o 'transporte do género para a espécie' e o 'transporte da espécie para o género') supõem algo como uma organização taxinómica das línguas naturais. A terceira e a quarta dizem respeito a semelhança e figurabilidade. Aristóteles propõe uma ainda explicação das virtudes cognitivas da metáfora: através das metáforas a alma 'vê melhor e mais longe'. Isto acontece porque as metáforas 'põem debaixo dos olhos as semelhanças', dão a conhecer verdades, provocando o espanto e o prazer pela aprendizagem de coisas novas. Assim, em geral, a metáfora é um fenómeno no qual palavras deslocadas do seu âmbito de ocorrência próprio provocam no espírito uma 'iluminação', uma compreensão súbita do que não seria compreensível de outro modo. A deslocação das palavras não provoca o não-sentido, mas sim uma nova inteligibilidade. A metáfora não é um fenómeno restringido à arte e à eloquência, mas antes um fenómeno comum.

Linguística Cognitiva

Cf. Lakoff & Johnson, *Metaphors We Live By*. A natureza da metáfora é explicada pela preservação – mediante um mapeamento ou projecção (*mapping*) – de propriedades topológicas, apercebidas de forma não linguística, sobre domínios linguísticos abstractos. Compreender a experiência através da metáfora é como usar um sentido mais. O 'entendimento directo' propiciado por algumas metáforas advém do facto de elas constituírem uma projecção de esquemas de imagem sobre o léxico. Esses esquemas de imagem 'organizam a conceptualização', i.e. o entendimento subjectivo, das unidades linguísticas. A omnipresença de metáforas em todas as línguas naturais mostra que a compreensão de linguagem, o processamento semân-

[45] Este guião introduz os dados mínimos para uma aula sobre o fenómeno da significação não literal. Apresenta-se depois em *Complementos* um desenvolvimento, explicação e aprofundamento de conceitos que no Guião são apenas mencionados, e que poderá servir de apoio à realização de trabalhos de investigação.

tico, envolve representações universais, que não são de natureza algorítmica, mas perceptiva. De forma geral, a explicação que Lakoff e Johnson dão da metáfora evidencia a *incorporação da mente* bem como a *natureza não modular do processamento* de linguagem.

Eco

Cf. Metáfora e semiose, em *Semiótica e Filosofia da Linguagem.* O filósofo italiano Umberto Eco define a natureza da metáfora a partir de três conceitos do filósofo pragmatista americano Charles Sanders Peirce. Esses conceitos são os conceitos de *interpretante, semiose ilimitada* e *abdução.* De acordo com Eco, a metáfora é um 'fenómeno de enciclopédia, no quadro da semiose ilimitada, que envolve um processo de abdução'. A compreensão de metáforas envolve processos subdoxásticos complexos, não conscientes nem voluntários, que exploram a organização semântica das unidades das línguas naturais no quadro da semiose ilimitada, bem como um tipo de inferência a que Eco, a partir de Peirce, chama abdução. Segundo Eco, para compreendermos o que permite desambiguar (compreender, capturar) uma expressão metafórica, temos que considerar o processo semiótico em geral (a forma como as linguagens e outros sinais funcionam), a possibilidade de decomposição semântica das unidades linguísticas (palavras), e em particular, na decomposição semântica (i.e. na analise dos componentes do significado de palavras), a existência de 'fenómenos de dicionário' e 'fenómenos de enciclopédia'. Os fenómenos de enciclopédia envolvidos na produção e compreensão de metáforas são *fenómenos pragmáticos* e *dependentes do contexto.*

Derrida

Cf. Mitologia branca, em *Margens da Filosofia.* Segundo Derrida, considerar que a linguagem comporta uma divisão entre o metafórico e o não-metafórico pressupõe (injustificadamente) a possibilidade de distinguir de forma não problemática aquilo que é o próprio ou literal. Ora, Derrida põe em causa a possibilidade de estabelecer claramente uma tal distinção, embora defenda que a crença na possibilidade de a estabelecer subjaz ao 'pensamento ocidental' e à distinção que no seio deste é feita entre aquilo que é claramente racional (científico, filosófico) e portanto valorizado e aquilo que é artístico, da ordem da imaginação, não racional, e portanto desvalorizado. O par conceito-metáfora é mais uma das divisões hierarquizadas que organizam o 'pensamento ocidental', que se concebe a si próprio de uma forma que Derrida procura capturar com a expressão – que tem vários sentidos - 'mitologia branca', ao lado de pares como originário-cópia, espírito-corpo, etc.

Searle

Cf. Metaphor, em *Expression and Meaning.* De acordo com Searle, o significado metafórico é *speaker's meaning* (significado do falante), daí que se imponha uma análise pragmática do fenómeno. A situação é a seguinte: A. O falante diz '.....' B. O ouvinte utiliza um raciocínio de tipo griceano[46] para determinar aquilo que o falante disse. Isto mostra que a explicação do

[46] P. Grice, em *Meaning* (1957), defende que dizer que A quis-dizer (*meant*) alguma coisa com x é dizer que 'A tinha a intenção de que a elocução de x produzisse algum efeito numa determi-

funcionamento das metáforas é um caso especial da explicação da divergência entre significado do falante (*speaker's meaning*) e significado de palavra (significado convencional) e que é necessário explicitar os princípios que relacionam o significado literal da expressão com o significado metafórico enquanto significado do falante. Searle vê o processo interpretativo da seguinte maneira: um ouvinte que compreende uma metáfora dá três passos depois de 'ouvir' a elocução em causa: 1. determina se deve ou não procurar uma interpretação não literal, 2. se se decide a procurar uma interpretação metafórica, precisa de mobilizar estratégias para gerar 'significados do falante' possíveis 3. utiliza princípios ou estratégias para identificar que significados, de entre os significados do falante gerados em 2, estão em jogo na ocasião particular da elocução. Ao contrário de Davidson, Searle pensa que as elocuções metafóricas constituem genuína comunicação linguística, e não mera causação. Além disso, o mecanismo cognitivo postulado por Searle discerne alguma coisa a que ele considera que vale pena chamar significado metafórico.

Davidson

Cf. What Metaphors Mean, em *Inquiries into Truth and Interpretation*. Davidson pretende descrever o que são as metáforas (e outros fenómenos de linguagem com elas relacionados, como os ditos de espírito e os jogos de palavras) sem pressupor que aquilo que fundamenta o entendimento linguístico são convenções baseadas em regras e sem admitir a existência de entidades que seriam 'significados metafóricos'. Propõe por isso que o que está em jogo nas expressões metafóricas é o próprio significado literal. As metáforas dependem do uso de expressões com o significado literal habitual, de uma forma que dá origem a *insights*, em função de um efeito bruto, causal (que poderia ser o efeito de um comprimido ou de uma pancada na cabeça). O efeito é fazer ver semelhanças. As metáforas significam o que as palavras no seu uso literal significam, nada mais. Não há aí lógica alguma, ou pelo menos, não há nenhum fenómeno especificamente linguístico a explicar. Trata-se apenas de provocar efeitos psicológicos, que aliás podem ser diferentes de pessoa para pessoa, conforme a arquitectura cognitiva de cada pessoa, sem que se possa dizer que ocorreu uma boa ou má interpretação da metáfora.

Ricoeur

Cf. *A Metáfora Viva*. A análise que Ricoeur faz da metáfora insere-se na sua concepção hermenêutica de filosofia e na sua análise da existência humana como interpretação. Essa interpretação é uma interpretação sem fim, e por meio dos mais variados discursos – face à chamada 'via curta' de Heidegger (a hermenêutica ontológica) Ricoeur defende uma via longa para a hermenêutica, i.e. defende que a filosofia hermenêutica deve ser feita em contacto com as disciplinas da interpretação tais como a psicanálise, a análise textual, etc. O estudo da metáfora feito por Ricoeur em *A Metáfora Viva* passa pela palavra e pela frase até chegar ao discurso. Ricoeur considera que já ao nível dos fenómenos de transporte e deslocamento de palavras o mecanismo metafórico é mais do que uma substituição mecânica – ele envolve transgressão categorial, recategorização, evidenciando por isso de alguma forma a própria natureza (cria-

---

nada audiência através do reconhecimento da sua intenção'.

tiva) do pensamento enquanto processo do qual provêm as classificações, os conceitos estáveis (estes são instituídos devido a uma semelhança que teve que ser primeiro 'vista'). O aspecto mais original da proposta de Ricoeur é a inserção da análise da metáfora-discurso numa tarefa hermenêutica geral. Ricoeur vê no discurso metafórico a libertação de um 'poder de referência de segundo grau', que tem como condição a suspensão da referência literal. Para Ricoeur o discurso metafórico não é auto-referencial e centrado em si mesmo mas antes ocasião de 'referência desdobrada'. A análise da metáfora conduz Ricoeur a pensar sobre a natureza da inovação no pensamento, a natureza da imaginação criadora, capaz de redescrever a realidade do mundo habitável, nomeadamente em termos éticos e estéticos. Fugindo ao logos apofântico, à primazia do dizer o verdadeiro de forma descritiva, 'a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso liberta o poder que certas ficções têm de redescrever a realidade'.

Para posições mais recentes sobre a natureza do significado não literal, ligadas aos temas anteriormente tratados (actos de fala, pragmática, contextualismo e anti-contextualismo), cf. F. Recanati, Non literal uses, em *Literal Meaning*, R. Carston 2002 e D. Moran in Hale & Wright 1997.

Metáfora – Complementos[47]

O Guião acima oferece uma visão panorâmica e sumária de algumas teorias da metáfora. Aqui pretende-se aprofundar tais referências. A constatação que desde logo se impõe a partir da justaposição das teorias da metáfora é que o problema está longe de ser meramente um problema retórico, relativo à sofisticação ou embelezamento de conteúdos conceptuais que estariam previamente definidos. Pelo contrário, aquilo que está em causa na concepção de metáfora são teorias acerca da natureza da linguagem e do pensamento e da natureza do humano enquanto associada à linguagem e ao pensamento. Ao longo dos muitos séculos em que tem vindo a ser tratada como problema, a metáfora foi encarada com diferentes olhares e interesses. Consequentemente, as teorias que a analisam situam-se em âmbitos eles próprios distintos. Encontram-se assim teorias da metáfora feitas com propósitos linguísticos e estéticos, tendo em mente a composição e recomposição mais ou menos voluntária e artística de palavras e outros materiais simbólicos, teorias feitas com propósitos cognitivos, visando capturar a estrutura do funcionamento (mais ou menos inconsciente) da mente, teorias feitas com propósitos ontológicos, visando a impor-

[47] O material que se segue foi em grande medida retirado do meu artigo «Metáfora», ele próprio escrito, tal como o presente manual, a partir da leccionação de Filosofia da Linguagem na FLUP, bem como do trabalho realizado no âmbito da tese de Mestrado intitulada *As Ciências Cognitivas e a Naturalização do Simbólico* (Lisboa, FCSH – UNL, 1995), orientada por Fernando Gil.

tância da transfiguração ou criação conceptual naquilo que é ser humano, teorias feitas com propósitos de desconstrução, visando revelar decisões arbitrárias ou infundadas na concepção de 'pensamento' ou de 'conceito', etc.

No entanto, por entre o grande número de propostas avançadas ao longo da história do pensamento filosófico e artístico, a teoria aristotélica da metáfora, desenvolvida na *Poética* e *na Retórica,* é um ponto de referência incontornável. Segundo U. Eco, «dos milhares e milhares de páginas escritas sobre a metáfora poucas acrescentam alguma coisa aos dois ou três conceitos fundamentais enunciados por Aristóteles»[48]. O que é que Aristóteles faz de tão importante? Aristóteles define 'metáfora' como o transporte de um nome de acordo com alguma 'regra' ou razão e enumera quatro regras ou razões para esse transporte[49]. Duas delas (o transporte 'do género para a espécie' e o transporte 'da espécie para o género') supõem a organização taxonómica do léxoco das línguas naturais, i.e. assume que existe algo como uma estrutura de encaixe de classes presente no significado das palavras, no uso comum destas (por exemplo quando se diz 'homem' supõe-se o género 'animal ou animado'). A terceira e a quarta razões (respectivamente o transporte 'da espécie para a espécie' e o transporte 'por analogia') dizem respeito a uma dimensão de semelhança mais complicada.

Aristóteles não apenas apresenta uma hipótese acerca do funcionamento estrutural da linguagem que propicia o surgimento de metáforas como também propõe uma explicação das virtudes cognitivas destas, i.e. dos seus efeitos no espírito de quem as ouve ou produz. Segundo Aristóteles, através das metáforas a alma vê mais e mais longe: as metáforas permitem ver semelhanças (a expressão grega é *to homoion theorein*), estas são postas debaixo dos 'olhos do espírito' provocando a aprendizagem de coisas novas. Assim e em geral, para Aristóteles, as metáforas são fenómenos nos quais palavras deslocadas do seu âmbito de ocorrência 'próprio' provocam uma iluminação no espírito de alguém, uma compreensão súbita de algo que não seria compreensível de outro modo. Este facto é acompanhado de prazer, o prazer misturado de espanto associado à aprendizagem de algo que era anteriormente desconhecido. Se as metáforas são deslocações ou transportes de palavras, palavras fora

---

[48] ECO 2001: 154.

[49] É na *Poética,* XXI, 1457b, que aparece a célebre definição de metáfora: A metáfora (*metaphora*) é o transporte (*epiphora*) para uma coisa de um nome (*onomatos*) que designa uma outra (*allotriou*), sendo o transporte ou do género para a espécie (*apo tou genos epi eidos*), ou da espécie para o género (*apo tou eidos epi to genos*) ou da espécie para a espécie (*apo tou eidous epi eidos*), ou por analogia (*è kata to analogon*).

do âmbito próprio, é importante notar que essa deslocação de palavras não provoca uma desordenação ininteligível mas sim uma nova inteligibilidade, uma nova forma de compreender alguma coisa. O fenómeno não se restringe à arte e à eloquência, sendo frequente no uso comum da linguagem. É certo que talvez Aristóteles não formulasse as suas teses exactamente nestes termos, uma vez que é tratando de arte e de persuasão dos espíritos que ele acaba por tratar das metáforas. De facto, a questão das metáforas é de certa forma adjacente e secundária em relação à mimesis e à persuasão, que são, elas sim, os temas centrais da *Poética* e da *Retórica*, respectivamente. Estas obras, por sua vez, não são propriamente a última palavra de Aristóteles quanto à natureza da linguagem. Talvez ele preferisse indicar como mais centrais as doutrinas acerca da relação entre a linguagem, os estados de alma e as coisas que se encontram no tratado *Acerca da Interpretação*[50], ou as doutrinas que exploram as relações entre as categorias da linguagem e as categorias do ser, que se encontram nas *Categorias*. Noutras palavras: provavelmente, de acordo com o próprio Aristóteles, se for possível encontrar na linguagem indícios para uma teoria geral da realidade, será possivelmente numa linguagem mais 'dominada'.

São no entanto as palavras de Aristóteles sobre a metáfora que definem esta para os séculos vindouros. É também nas palavras de Aristóteles que se encontra um meta-problema acerca da metáfora que perseguirá os autores que se lhe dedicam, e que algumas pessoas (por exemplo Derrida), considerariam como sintoma de algo de mais importante por trás de uma questão que pode parecer meramente linguística. Acontece que a própria palavra grega *metaphora* é uma metáfora, um pedido de empréstimo à ordem do movimento. Ora, isto parece condenar aquele que procura definir a metáfora à ausência de fundamentação, a mover-se em círculos. *Phora* é mudança segundo o lugar: uma metáfora é, assim, literalmente uma palavra fora do lugar. Mas que lugar? Se se considera, como alguns autores (por exemplo G. Vico ou F. Nietzsche[51])

---

[50] «A fala é um conjunto de elementos simbolizando os estados de alma, e a escrita é um conjunto de elementos simbolizando a fala. E, assim como os homens não têm todos o mesmo sistema de escrita, eles não falam todos da mesma maneira. No entanto o que a fala significa imediatamente são os estados de alma, que são, esses, idênticos para todos os homens; e o que esses estados de alma representam são as coisas, não menos idênticas para todos», ARISTÓTELES, *Acerca da Interpretação*, I, 16a.

[51] Cf. por exemplo Nietzsche: «O que é então a verdade? Uma multidão movente de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos (...) uma soma de relações humanas poeticamente (...) transpostas (...) metáforas usadas que perderam a sua força sensível», (NIETZSCHE 1969, *Le Livre du Philosophe*, p.181-183).

que a linguagem é irredutivelmente, por natureza e originalmente, metafórica, aquilo que se vislumbra é a possibilidade de toda a linguagem estar naturalmente e desde sempre 'fora do lugar'.

Voltando a Aristóteles, tanto na *Poética* como na *Retórica* o tratamento da metáfora surge no âmbito de uma teoria da *lexis* (elocução, estilo). Isto não significa, repita-se, que o discurso metafórico seja excepcional, restringido ao poeta trágico ou ao retórico: segundo Aristóteles «todos usam metáforas na conversação, assim como termos comuns e próprios»[52]. Em suma, todos transportamos palavras. Digamos 'nomes', para efeitos de percurso da argumentação de Aristóteles, na medida em que *onoma* (o nome) é o que há de comum à definição de metáfora como *epiphora onomatos* (transporte do nome) e à enumeração das partes da *lexis* (enunciação). Estas são as seguintes: letra, sílaba, conjunção, artigo, nome, verbo, flexão e logos ou proposição. É aliás esta enumeração, e a análise dos elementos enumerados, que precede a definição de metáfora no texto da *Poética*. Aristóteles nota que *onoma* é *phonê semantiké* (som significativo, sem indicação do tempo). É isto que distingue *onoma* de *rhema*, o verbo, no qual existe marca do tempo. Aquilo que na linguagem é nome opõe-se ainda a *stoikheion*, a letra (som indivisível), e a *assemos* (o que não significa). Mas aquilo que é 'metaforizável' não se restringe aos nomes. Nome e verbo, nomeadamente, estão, enquanto sons significativos, dentro do 'limiar semântico', por contraste com as partes antecedentes da *lexis* que são *assemos*, não dotadas de significação. Ora, os fenómenos metafóricos dão-se no interior deste limiar semântico. A ligação da metáfora à *lexis* a partir do nome dá-se da seguinte maneira na *Poética*. Quando Aristóteles pergunta que nomes existem, segue-se uma enumeração: há nomes correntes (*kyrion*), estrangeiros, ornatos, inventados, alongados e metáforas. É portanto no núcleo semântico da enunciação ou *lexis* que pode haver metáfora. *Metaphora* é, assim, até agora, algo que acontece aos 'nomes' (no sentido generalizado de sons significativos), que é descrito em termos de um movimento, que transpõe um nome que Aristóteles chama *allotrios* ('estranho', que designa uma outra coisa), de uma forma que é '*para to kyrion*' (contra o uso vulgar).

Voltando à definição, vamos seguir uma a uma as espécies do género 'metáfora' enumeradas por Aristóteles. Hoje dir-se-ia talvez que as duas primeiras espécies aristotélicas de metáfora são *sinédoques*, formas de tomar a parte pelo todo ou o todo pela parte, e que a sua explicação é diferente e bem mais simples do que a explicação da metáfora: elas dizem respeito a 'trajectos' no

---

[52] ARISTÓTELES, *Retórica*, Livro III, 1404b.

interior de classificações incorporadas e estabelecidas na língua, ao passo que a terceira e quarta espécies podem, elas sim, provocar algum tipo de *insight*, algum abalo cognitivo. A primeira espécie do género metáfora na definição aristotélica é, recorde-se, aquela pela qual se dá à espécie o nome do género. O exemplo de Aristóteles é 'Aqui minha nave se deteve' por 'Aqui minha nave está ancorada' («pois o estar ancorado' é parte do género 'deter-se»'[53]). Para se ter em mente um exemplo mais claro pense-se no uso de 'mortais' por 'homens': sendo homens uma espécie do género mortais, quando se chama aos 'homens' os 'mortais', está-se a usar o género pela espécie, de uma forma bastante estandardizada (é por essa razão aliás que não entendemos 'crocodilos' ou 'aves', ou 'vacas' quando ouvimos dizer 'mortais', mesmo se 'mortais' é género de 'crocodilos' 'aves', 'vacas', 'homens', etc).

A segunda espécie do género metáfora é aquela pela qual se nomeia o género através do nome da espécie. O exemplo de Aristóteles é 'Milhares e milhares de gloriosos feitos Ulisses levou a cabo', em que 'milhares e milhares' está por 'muitos'. O que importa notar é que apesar de as duas primeiras espécies de metáfora envolverem movimentos interpretativos de 'sentidos' opostos (ascendente ou descendente na classificação existente na língua, para utilizar uma metáfora...) elas apoiam-se numa mesma estrutura lógica ou semântica que 'naturalmente' organiza as palavras no seu uso comum: a inclusão de classes.

A terceira espécie do género metáfora na definição aristotélica é mais complicada. Trata-se daquela na qual se dá à espécie o nome de uma outra espécie. Os exemplos de Aristóteles são os seguintes: 'Tendo-lhe esgotado a vida com seu bronze' e 'cortando (a água) com o duro bronze'. Aristóteles explica que «No primeiro, o poeta usou, em lugar de 'cortar', 'esgotar', e no segundo, em lugar de 'esgotar', 'cortar', mas ambas as palavras especificam o tirar a vida»[54]. Como nota Eco[55], esta metáfora parece mais genuinamente metafórica: nela entram em jogo semelhanças e dissemelhanças, fusões de significados, e já não apenas identificações de percursos no seio de géneros e espécies estabelecidos na língua. Neste tipo de metafóras parece que aquele que compreende a metáfora, se é que a compreende, vai necessitar de um termo intermédio, um género de referência que permitirá desambiguar a expressão. Utilizando outros exemplos, de U. Eco, para aquilo a que este último chama a metáfora com três termos, considere-se as expressões (i) 'O dente da montanha' – esta

---

[53] ARISTÓTELES, *Poética*, 1457 b.

[54] ARISTÓTELES, *Poética*, 1457 b.

[55] ECO 2001: 164.

será 'desambiguada' considerando que 'cume' e 'dente' participam do género (o *terceiro* termo) 'forma aguda'; e (ii) 'Ela era um junco' (frase pronunciada acerca de uma donzela) – esta será desambiguada considerando que «'donzela' e 'junco' participam do género 'corpo flexível'»[56].

Há novos problemas neste mecanismo. Em primeiro lugar, é preciso definir quais componentes do significado das palavras 'sobrevivem' e quais devem cair[57]. Para isso é preciso construir de forma experimental (abdutivamente, dirá Eco, utilizando um conceito de C. S. Peirce explicado mais à frente) uma estrutura de géneros e espécies. Esta estrutura não está claramente presente na língua, pelo menos não da mesma forma que as classificações com que os dois primeiros tipos de metáfora jogam. Ela tem que ser colocada como hipótese por quem compreende ou quer compreender metáforas. Eco chama, nos seus escritos, a essa estrutura de géneros e espécies uma árvore de Porfírio[58]. Uma árvore de Porfírio, considerada de modo puramente formal e deixando em suspenso as questões acerca da 'organização do ser' a que naturalmente conduz, é um diagrama de géneros e espécies, uma classificação que permite alcançar definições por sucessivos encaixes de espécies em géneros até se chegar à natureza individual ou substancial (por exemplo o indivíduo Sócrates é 'homem', 'homem' é uma espécie do género 'animal', que é uma espécie do género 'vivo', que é uma espécie do género 'corpo', etc).

Ora, o que está em jogo em algumas metáforas, nomeadamente as que mais 'iluminam', ou ensinam algo de novo, é a construção de uma estrutura de géneros e espécies que é nova, e à luz da qual é possível compreender a expressão. Quando por exemplo, um hipotético Romeu diz a uma hipotética Julieta 'Tu és o meu sol!' ele provavelmente não estará a querer dizer que ela é uma esfera de dimensões gigantescas em combustão (i.e. que tanto Julieta como o Sol são instâncias de 'esfera de dimensões gigantescas em combustão'). Isso significa que o jogo de propriedades possibilitado pela nova estrutura classificatória, a qual que permite compreender por exemplo 'Tu és o meu sol', não consiste numa transferência geral das propriedades de Julieta para o sol e das propriedades do sol para Julieta, ou, para retomar um exemplo anterior ('Ela era um junco'), numa transferências das propriedades da donzela para o

---

[56] ECO 2001: 165

[57] Eco (ECO 2001) fala aqui de *sememas* (unidades de conteúdo) e *semas* (componentes dessas unidades, traços semânticos, propriedades semânticas).

[58] O trabalho de Porfírio (235-305), autor da *Isagoge*, que é uma introdução às *Categorias* de Aristóteles, constitui a referência para o problema das categorias e das definições na lógica medieval e é frequentemente retomado por Eco.

junco e do junco para a donzela, o que implicaria que Julieta adquiriria a propriedade de ser uma esfera gigantesca, que o junco adquiriria a propriedade de ser humano, a donzela a propriedade de ser vegetal, etc. O que se passa é antes algo como uma fusão ou intersecção de significados, ou, de acordo com Eco, um vai-vem de propriedades, idêntico ao que Freud, noutro contexto, chamou condensação[59]. Este não é portanto um percurso numa estrutura de inclusão de classes já estabelecida, ou uma aquisição por alguma coisa de *todas* as propriedades de uma outra coisa mas sim um processo em que duas coisas se tornam diferentes de si mesmas e no entanto reconhecíveis. Em termos psicanalíticos falar-se-ia então de condensação[60].

Voltando à classificação aristotélica, o que aparenta o terceiro tipo de metáfora com o quarto e diferencia ambos dos dois primeiros, é o facto de estarem em jogo já não apenas percursos entre espécies e géneros, mas semelhanças e oposições e a provocação da imaginação, da figuração de algo de novo, anteriormente não pensado na língua. Aliás, Eco considera que analisando melhor a metáfora de terceira espécie, se verifica que ela põe jogo não três mas quatro termos, mesmo que esses termos não sejam linguísticamente manifestos (exactamente da mesma forma que a quarta espécie, a metáfora por analogia, que Aristóteles define como uma proporção entre quatro termos, em que A está para B como C está para D)[61]. Nos exemplos utilizados dir-se-ia que o cume está para a montanha como o dente para a boca e que a rapariga está para o corpo masculino como o junco para a árvore.

Qual é então o mecanismo da quarta espécie, da metáfora por analogia, aquela que, segundo Aristóteles, mais se faz apreciar? Acerca da metáfora por analogia ou por proporção, a metáfora a quatro termos, ouçamos Aristóteles «Digo que há analogia quando o segundo termo está para o primeiro na igual relação em que está o quarto para o terceiro»[62]. E na *Retórica* [63]: «Das quatro espécies de metáforas, as que mais se fazem apreciar são as metáforas por analogia. Foi assim que Péricles disse: 'Os jovens que morreram na guerra deixaram um vazio tão sensível na cidade como se do ano se arran-

---

59 ECO 2001: 166.

60 A relação entre o processo metafórico ou os mecanismos retóricos em geral e os fenómenos mentais em causa na psicanálise não passou aliás desapercebido, e disso constituem prova, por exemplo, dois conhecidos textos de R. Jakobson e de J. Lacan, *Two Aspects of Language and Two Types of Aphasic Disturbances* (1956) e *L'instance de la lettre dans l'inconscient* (1957).

61 ECO 2001: 166.

62 ARISTÓTELES, *Poética*, 1457b.

63 ARISTÓTELES, *Retórica*, Livro III,1411 a.

casse a primavera'». Neste caso, os jovens estão para a cidade como a primavera para o ano. Outro exemplo de Aristóteles: a tarde será denominada 'velhice do dia', e dir-se-á como Empédocles que a velhice é a 'tarde da vida' ou o 'ocaso da vida'[64]. Neste caso a tarde ou o ocaso estão para o dia como a velhice para a vida. Trata-se de um esquema de proporção, de uma espécie de função preenchível por inúmeros termos da língua, que também pode aliás explicar as *catacreses*, i.e. as metáforas mortas, que já não são apercebidas como tal (por exemplo a 'perna da mesa' em português: chama-se 'perna da mesa' ao x que está para a mesa como uma perna para o corpo humano). Acontece que, sendo essas catacreses explicáveis pelo esquema proporcional do mesmo modo que 'a velhice que está para a vida como a tarde para o dia' da metáfora poética, se torna assim evidente que o que é problemático são os critérios utilizados na construção das árvores de Porfírio. Nomeadamente, a semelhança que 'faz' o género (que institui como espécimes ou instâncias desse género os indivíduos a ou b ou c) pode ser muita coisa: pode ser funcional, morfológica, etc. Ela é funcional no exemplo da catacrese 'perna da mesa', é morfológica no exemplo da catacrese italiana *collo della botiglia* (pescoço da garrafa) referido por Eco, etc. De qualquer forma, é essa semelhança que é necessário 'ver'.

Note-se desde já, como afirma P. Ricoeur na *Metáfora Viva*, que a transgressão categorial implicada neste mecanismo é mais do que um desvio-substituição. Ela é uma recategorização, e que é por isso mesmo que neste tipo de metáforas há um 'ensinamento pelo género': a visão de coisas ainda não vistas apoia-se na desordenação de uma classificação estável prévia, o que não acontece nas duas primeiras espécies. Poder-se-ia tomar o mecanismo como ilustrativo da própria origem das classificações ou conceitos, nas línguas e no pensamento: essa origem seria uma instituição da mesmidade pela semelhança. Evidentemente, como Ricoeur também nota e Derrida considerará especialmente significativo, a possibilidade dessa 'metafórica inicial' que estaria em operação na instituição de conceitos de certa forma destrói a boa consciência com que usamos a oposição entre próprio e figurado para falar de metáforas e outras figuras de estilo[65].

A hipótese do agrupamento das metáforas em dois grupos (a primeira e a segunda espécies aristotélicas por um lado, a terceira e a quarta por outro) constitui uma chave para compreender a forma como Aristóteles afirma por

---

[64] ARISTÓTELES, *Poética*, 1457a

[65] RICOEUR 1983, DERRIDA 1986.

um lado 'Basta substituir para ver se é verdadeiro' (*Poética*,1458b) – uma simples substituição parafraseável sem problema não constitui 'enigma' – e por outro que 'A alma parec(esse) dizer: Como é verdadeiro! Era eu que me enganava!' (*Retórica*, Livro III, XI, 1412a), quando se lhe depara uma boa metáfora. O que acontece é que por um lado temos percursos na inclusão de géneros e espécies inerente ao uso da língua mas sem qualquer desordenamento da classificação enquanto que por outro lado temos uma desordenação provocadora, uma experimentação sobre a estrutura de géneros e espécies. Repare-se que nas 'metáforas de desordenação' parece impossível 'calcular', i.e. chegar a um exacto género consensual que possibilite a desambiguação: o processo é, assim, de certa forma irredutivelmente 'aberto'.

Mas porque é que isto acontece? Tomando ainda outro exemplo de Aristóteles na *Poética*, considere-se a expressão 'a taça é o escudo de Diónisos'[66]. Antes de mais, a relação entre 'Diónisos' e 'taça' é uma relação a que podemos chamar *metonímica*, i.e. é uma relação de *contiguidade* entre sujeito e instrumento[67], e uma relação culturalmente codificada (a taça poderia 'estar para' muitos outros sujeitos, e é aliás perfeitamente possível que um falante particular desconheça totalmente que a taça 'está para' Diónisos). O está em jogo é a diferença entre (para usar a terminologia de Eco) propriedades *enciclopédicas* (tais como 'a Diónisos cabe uma taça') e propriedades *dicionariais* (tais como 'os homens são mortais', ou 'a rosa é uma flor'). Este é o vocabulário frequentemente utilizado em discussões linguísticas ou semióticas para os problemas que em filosofia são tratados como problemas acerca de 'analítico' e 'sintético'. No caso em foco, isto significa que não é possível pensar num homem como sendo não-mortal, mas é perfeitamente possível pensar em Diónisos sem a taça, embora num contexto cultural determinado Diónisos e a taça apareçam naturalmente associados. De um lado temos assim traços ou propriedades semânticas de uma palavra que são necessariamente partes dela, do outro lado temos conhecimentos quanto ao contexto (como o facto de Diónisos costumar ser representado com uma taça).

Como compreendemos então que 'o escudo de Diónisos' se refira à taça? O que está envolvido é um processo de associações e inferências semelhante ao seguinte: 'que deus costuma aparecer com escudo? Ares. E porque é que no

---

66 ARISTÓTELES, *Poética*, 1457b.

67 O uso da noção de contiguidade para falar de metonímia tem contornos muito alargados (tanto pode tratar-se de contiguidade espacial, local, como 'contiguidade' causa/efeito, como objecto / local de origem, etc), sendo portanto razoavelmente vago.

exemplo de Aristóteles Diónisos está em relação com Ares[68] e não com Atena ou Vulcano? Porque o escudo e a taça, associados a Ares e Diónisos, são rotundos e côncavos e nessa medida semelhantes; quanto aos próprios deuses, Diónisos e Ares, o que os une no panteão é sua dissemelhança, a dissemelhança entre o deus da alegria e o deus da morte e da guerra'. No exemplo aristotélico está assim presente um jogo de semelhanças e dissemelhanças; é esse jogo que a metáfora põe debaixo dos olhos, faz ver. Mas algo mais se passa, algo que mostra, segundo Eco, que este tipo de processos ultrapassa o jogo com substâncias apenas verbais: «A metáfora com quatro termos não põe em jogo substâncias apenas verbais. Logo que a proporção se inicia não se pode deixar de ver, e de modo incongruente, Dionísio bebendo num escudo ou Ares defendendo-se com uma taça»[69]. Em suma, nestas metáforas não há, segundo Eco, apenas 'proporcionalidade conceptual', mas também algo de imagético, de figuração, de pôr em cena ('*Darstellbarkeit*' é um termo freudiano útil para conceber a situação). É nessa medida que a metáfora é aparentada da imagem onírica. Nas metáforas, como nos sonhos, a alma não pensa sem 'fantasma' (imagem), não é possível não ver. Se nas duas primeiras espécies de metáfora não se questiona hábitos cognitivos, aqui eles não apenas são questionados como por vezes o são dando origem a 'sobreposições quase visíveis'.

O ponto a que pretendo chegar é o seguinte: na classificação de metáforas que se segue à definição aristotélica estão compreendidos diferentes fenómenos de deslocamento de palavras na língua. A distinção proposta por Eco entre fenómenos de dicionário e de enciclopédia ajuda a esclarecer a diferença. Por serem de direcção dicionarial, as metáforas das duas primeiras espécies só dão a conhecer aquilo que já se conhece, i.e. aquilo que existe virtualmente no léxico. Do outro lado estão as metáforas que põem debaixo dos olhos semelhanças, que fazem ver e conhecer relações desconhecidas entre as coisas e por isso ensinam e dão prazer, e não são apenas *kosmos*, enfeite e embelezamento, mas clareza e enigma. Essas são de natureza 'enciclopédica'. Provocam o espanto, o qual, como afirma Aristóteles, é coisa agradável porque ensina: «O facto de aprender facilmente é agradável para todos; ora as palavras têm sempre uma certa significação e, por conseguinte, todas as palavras que contribuem para nos ensinar qualquer coisa são as mais agradáveis. Mas o sentido das palavras estrangeiras mantem-se obscuro e, por outro lado, o das

---

[68] O exemplo de Aristóteles (*Poética*, 1457b) envolve não apenas 'o escudo de Diónisos' como também 'a taça de Ares' para nomear o escudo (afasto-me aqui da tradução portuguesa).

[69] ECO 2001: 169.

palavras próprias é coisa conhecida. A metáfora é a que preenche melhor essa função»[70].

Resta saber que semelhanças são essas, ensinadas no enigma. Em que consiste realmente esse ver as semelhanças, *to homoion theorein*, pensar aquilo que é 'o mesmo' em coisas 'afastadas'? O que são essas semelhanças se saber encontrá-las, para fazer enigmas, é, segundo Aristóteles, 'sinal de dom natural' (*euphuias te semeion estin*) e se perante esses enigmas o espírito se exalta porque descobriu o contrário daquilo que pensava? Quando as metáforas põem debaixo dos olhos uma analogia, onde estava isso que elas fazem ver?

A partir de uma perspectiva semiótica, U. Eco faz uma sugestão: ele propõe que se considere os exemplos rudes, ou quase incompreeensíveis (como o são, aliás, para nós, muitos dos exemplos da *Retórica* e da *Poética*) de metáforas de textos historicamente muito distantes. As proporções não nos parecem nada óbvias; não conseguimos, pelo menos à primeira vista, 'ver' nada. Para ilustrar essa rudeza, Eco relembra alguns exemplos do *Cântico dos Cânticos*[71]: 'À minha cavalaria te tornarei semelhante, ó minha dilecta'; 'os teus dentes como rebanhos de ovelhas que saem do banho', 'as suas pernas como colunas de mármore', 'o teu nariz como a torre do Líbano'. É muito natural que tenhamos resistência perante estas metáforas. Por exemplo o rebanho de ovelhas saindo do banho pode ser compreendido como um conjunto de seres barulhentos, sujos e desgarrados, o que não é muito favorável à 'visão' dos dentes. Mas 'adivinha-se' que Salomão, o poeta bíblico, quis deixar cair, 'escondeu', essas propriedades (segundo U. Eco para conservar a *aequalitas numerosa*, a 'esplêndida unidade na variedade', e a brancura). E para a beleza da pastora da Palestina, nas suas pernas, das colunas de mármore, ficaram apenas a solidez, a perfeição e a graça esguia e não a natureza cilíndrica e pesada. O que isto significa é que na decifração destes pequenos enigmas distantes se fica a conhecer ao mesmo tempo a ideologia estética do poeta do *Cântico dos Cânticos* e as propriedades da rapariga. Sabe-se portanto mais não apenas sobre a pastora como também sobre o universo intertextual, ideológico, 'enciclopédico'. Se algo a que chamarei por agora trabalho interpretativo (mais à frente procurarei especificá-lo melhor) é requerido é porque a proporção não existe antes da metáfora que a faz ver, e portanto a metáfora tem que ser 'encontrada' por quem a inventa e por quem a interpreta.

---

[70] ARISTÓTELES, *Retórica*, Livro III, 1410b.

[71] ECO 2001: 176.

Era este fenómeno que Aristóteles visava quando falava do poder cognitivo das metáforas, quando dizia que aprendemos sobretudo com as metáforas não o óbvio, nem o incompreensível mas uma *noção pelo género.* É precisamente neste aspecto criador, dinâmico, que Paul Ricoeur tanto insiste na *Metáfora Viva* quando associa metáfora e *mimesis* (imitação): se a metáfora é um fenómeno na *lexis* (enunciação), que é parte da tragédia, e a tragédia é *mimesis physeos,* imitação da realidade, e uma imitação 'mais filosófica do que a história'[72], algo deve fazer a diferença: a metáfora, enquanto ensinamento pelo género, *age* na redescrição mimética, não sendo de forma alguma um mero embelezamento.

Muito mais próxima de nós e talvez trazendo a novidade que séculos e séculos de comentários a Aristóteles não trouxeram, está a teoria da metáfora desenvolvida no âmbito da linguística cognitiva por George Lakoff e Mark Johnson. A teoria proposta em *Metaphors We Live By* (1980), um dos mais conhecidos contibutos contemporâneos à teoria da metáfora, é uma teoria cognitiva, i.e. uma teoria acerca da natureza da mente. Esta teoria pretende opor-se àquilo a que os autores chamam o 'mito do objectivismo', a ideia de acordo com a qual as nossas mentes capturariam um mundo de objectos delimitados com propriedades já fixadas. É preciso recordar aqui que a linguística cognitiva, embora nascendo da discordância relativamente a certos pressupostos da linguística chomskyana, concebe a linguística, exactamente da mesma forma que esta, i.e. como uma teoria da mente/cérebro. Quando se estuda a linguagem faz-se, assim, teoria da cognição, i.e. teoria do processamento de linguagem por agentes cognitivos reais, e não por exemplo teoria de um *corpus* abstracto exterior de amostras ou espécimes de linguagem, sem qualquer relação com a mente. No entanto, apesar deste parentesco com a linguística chomskyana, a linguística cognitiva rejeita as ideias acerca da natureza da mente a que esta está associada, e que são, de um ponto de vista filosófico, ideias cognitivistas, de acordo com as quais o mental (ou pelo menos o módulo da mente que é a faculdade de linguagem) é um nível funcional simbólico do cérebro, cujo funcionamento é algorítmico, devendo a sua estrutura ser concebida à imagem de um sistema formal. De acordo com uma tal visão da natureza da linguagem a metáfora seria um acidente com interesse marginal, nada dizendo de importante acerca da natureza da mente. Não é isso que pensam Lakoff e Johnson, que consideram a metaforicidade linguística um mecanismo básico para o entendimento da experiência por agentes reais.

---

[72] «Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal e esta o particular», ARISTÓTELES, *Poética,* 1451b.

A definição de metáfora adoptada por Lakoff e Johnson é a seguinte: a metáfora permite compreender ou experienciar um género de coisa nos termos de uma outra coisa. Uma expressão linguística metafórica permite compreender um determinado aspecto de um conceito nos termos de um outro conceito, necessariamente 'escondendo' outros aspectos. A este processo os autores chamam *highlighting and hiding*, pôr em relevo e esconder. Até aqui não há nada de fundamentalmente diferente da ideia aristotélica de 'pôr debaixo dos olhos as semelhanças'. É quando se põe a questão da experiência, ou da experiência 'indirectamente' sensorial possilitada pela metaforicidade linguística, que pode haver algo de novo no estudo de Lakoff e Johnson.

Antes de mais, os autores pensam que a metaforicidade é omnipresente (*pervasive*) e sistemática nas línguas naturais. De um ponto de vista prático, provar a sistematicidade de um conceito metafórico (por exemplo '*Argument is war*'), implica por um lado que a expressão não seja pontual e excepcional (como um fenómeno poético isolado) e por outro lado que a expressão seja empregue como literal, i.e. que ela seja uma expressão convencional não apercebida como metafórica pelo falante. A metaforicidade que interessa Lakoff e Johnson é, precisamente, 'convencional', não apercebida. Assim, dir-se-á por exemplo que existe no inglês a metáfora '*Argument is War*' enumerando expressões de uso corrente tais como: 'your claims are INDEFENSIBLE' / 'he ATTACKED every point of my argument' / 'he SHOT DOWN my arguments', mesmo que o falante não aperceba tais expressões como metafóricas. Para os autores não se trata apenas da forma como falamos mas daquilo que pensamos que fazemos: é esse o sentido de 'metaphors we live by', metáforas pelas quais vivemos. No exemplo referido podemos de facto 'ganhar ou perder discussões' (*win or loose an argument*), 'atacar e defender posições' (*attack and defend positions*), 'ganhar ou perder terreno' (*gain and loose ground*).

As 'metafóras pelas quais vivemos' de Lakoff e Johnson não são portanto apercebidas como metafóricas, mas elas não são também as catacreses de que se falava atrás, i.e. metáforas mortas e incorporadas ao longo do tempo como expressões 'literais' no léxico. O plano de análise de Lakoff e Johnson é sincrónico, não está em causa uma suposta origem metafórica das línguas que seria por exemplo indiciada pelas catacreses. Aquilo que interessa os autores é a natureza do 'nível conceptual', sincronicamente considerado, e o processamento de linguagem pelos falantes das línguas naturais. É relativamente a esse 'nível conceptual' que a metaforicidade ominipresente nas línguas naturais fornece provas, e as provas irão no sentido de fazer pensar que a mente do

falante não corresponde à imagem chomskyana do processador algorítmico de estruturas formais. Aquilo que Lakoff e Johnson pretendem centralmente mostrar no seu estudo é que *o facto de termos corpo não é acidental para a explicação daquilo que é cognitivamente real e faz sentido para o falante.* Pressupondo a definição de significado como conceptualização (i.e. como síntese subjectiva pelo indivíduo que processa cognitivamente uma língua natural), a proposta de *Metaphors We Live By* é que a natureza de pelo menos determinadas metáforas é explicada pela preservação – mediante mapeamento ou projecção (*mapping*) – em domínios linguísticos abstractos de propriedades perceptivas, nomeadamente topológicas, espaciais, apercebidas de forma não-linguística. Compreender a experiência através da metáfora é, neste sentido, 'como um sentido', i.e. o entendimento directo propiciado por algumas metáforas lexicalizadas deriva do facto de estas terem na sua origem a projecção de esquemas de imagem sobre o léxico, esquemas de imagem esses que organizam a 'conceptualização', i.e. o entendimento mental, das unidades linguísticas. A omnipresença de metáforas em todas as línguas naturais mostraria assim que o 'processamento semântico', envolve algo como representações universais não algorítmicas mas perceptivas. O aspecto mais interessante da proposta de Lakoff e Johnson é portanto a ideia segundo a qual os fenómenos metafóricos evidenciam a 'incorporação' da mente, contrariando a tese da natureza modular do processamento da linguagem.

Se a tese central de Lakoff e Johnson é que a capacidade de compreender a experiência através da metáfora é como se fosse um sentido, como ver ou tocar, a verdade é que nem todos os exemplos analisados em *Metaphors We Live By* constituem prova dessa tese. As metáforas a que os autores chamam orientacionais e ontológicas são os casos mais claros. Vou dar alguns exemplos. A ideia de metáfora orientacional nomeia a organização semântica de conceitos em termos de relações espaciais básicas. Uma metáfora orientacional 'dá' a um conceito uma orientação espacial, devido, segundo os autores, ao facto de termos os corpos que temos, uma vez que só deles pode provir a orientação do espaço, que é orientação do corpo no espaço. Um exemplo deste tipo de metáforas será 'HAPPY is UP', instanciada por expressões como 'I feel UP' / My spirits ROSE' / 'I´m DEPRESSED' / 'I FELL into a depression'. Tais metáforas não são arbitrárias, na medida em que têm base na experiência de um corpo que se apercebe. Oposições polares tais como dentro/fora, cima/baixo, frente/trás, central/periférico, perto/longe, activo/passivo, parecem ser, do mesmo modo, físicas e universais. Isto significa que é de esperar que elas estruturem conceitos em todas as línguas naturais, embora obviamente as metáforas

baseadas nessas oposições variem de língua para língua (por exemplo sendo o tempo um conceito a metaforizar, verifica-se que algumas línguas conceptualizam o futuro como estando 'à nossa frente' enquanto outras o conceptualizam como estando 'atrás de nós').

Consideremos mais alguns exemplos de conceitos estruturados pela oposição polar cima/baixo (UP/DOWN) em inglês[73]:

1. HAPPY IS UP / SAD IS DOWN (feliz é em cima, triste é em baixo)
   ('to feel UP' / 'to BOOST my spirits' / 'my spirits ROSE' / 'to be in HIGH spirits' / 'to feel DOWN' / 'to be real LOW). Em português existem com o mesmo sentido as expressões 'estar em baixo', 'tudo em cima!', 'levantar o moral', etc

2. CONSCIOUS IS UP / UNCONSCIOUS IS DOWN (consciente é em cima, inconsciente é em baixo)
   ('to get UP' / 'I'm UP' / 'he RISES' / 'to FALL asleep' / 'to DROP off to sleep' / 'he SANK')

3. HEALTH AND LIFE ARE UP / SICKNESS AND DEATH ARE DOWN (saúde e vida são em cima, doença e morte são em baixo)
   ('the PEAK of health' / 'Lazarus ROSE from the dead' / 'to be in TOP shape' / 'to FALL ill' / 'to come DOWN with the flu' / 'to DROP dead')

4. CONTROL/FORCE IS UP/ SUBJECT TO CONTROL/FORCE IS DOWN (força /controlo é em cima, ser sujeito a força e a controlo é em baixo)
   ('to have control OVER someone' / 'to be on TOP of the situation' / 'the HEIGHT of power' / 'his power ROSE' / 'to be UNDER control' / 'to FALL from power')

5. MORE IS UP/LESS IS DOWN (mais é em cima, menos é em baixo)
   ('the number ...is GOING UP' / 'a number is HIGH' / 'his income ROSE' / 'the amount of.. is GOING DOWN' / 'number of errors is LOW' / 'his income FELL'). Também em português os números, os preços, a inflação, sobem e descem e são altos e baixos.

6. (foreseable) FUTURE IS UP AND AHEAD (o futuro previsível é em cima e à frente)
   ('all UPcoming events' / 'What's UP?' / 'I'm afraid of what's UP AHEAD of us')

7. GOOD IS UP/ BAD IS DOWN (bom é em cima, mau é em baixo)
   ('things are looking UP' / 'things are at an all-time LOW' / 'he does HIGH-quality work'). Em português falamos também de alta e baixa qualidade.

8. VIRTUE IS UP/DEPRAVITY IS DOWN (virtude é em cima, depravação é em baixo)
   ('to be HIGH-minded' / 'to have HIGH-standards' / 'to be UPright' / 'anUPstanding citizen' / 'LOW trick' / 'to STOOP to that' / 'something is BENEATH me' / 'a LOW-DOWN thing to do'). Em português existe também a expressão'descer muito baixo', 'ser superior ou inferior'.

---

[73] LAKOFF & JOHNSON 1980: 15-17.

9. RATIONAL IS UP/EMOTIONAL IS DOWN (racional é em cima, emocional é em baixo) ('the discussion FELL into the emotional level, but I RAISED it back' / 'he woudn´t RISE above his emotions'). Em português o 'nível' das discussões também pode 'descer' e 'subir'.

A espacialização é em muitos casos uma parte tão essencial dos conceitos que é muito difícil imaginar metáforas alternativas. Mesmo conceitos supostamente 'puramente teóricos', como os conceitos de uma teoria científica, são frequentemente baseados em metáforas com bases físicas: os exemplos dos autores são 'high-energy particles', 'high-level functions', 'low-level-phonology' [74]. Curiosamente, dada o suposta significatividade directa devido ao *mapping*, não são incomuns incoerências entre expressões metafóricas quotidianas. Uma fonte de exemplos é a conceptualização metafórica do tempo em inglês[75]. Existem no inglês duas organizações metafóricas 'contraditórias' para tempo. Na primeira o futuro está à frente (*in front*), e o passado atrás (*behind*): são exemplo as expressões 'the weeks AHEAD of us' e 'that's all BEHIND us now'. Na segunda o futuro está atrás (*behind*), o passado à frente (*in front*): são exemplos as expressões 'In the FOLLOWING weeks' (futuro) e 'in the PRECEDING weeks' (passado). Estas metáforas podem inclusivamente misturar-se na mesma frase: 'We're looking AHEAD to the FOLLOWING weeks'. Uma outra metáfora para 'tempo' em inglês atribui a este uma orientação frente/trás enquanto objecto móvel. Segundo essa metáfora, o tempo move-se em direcção a nós. Daí que se diga 'The time WILL COME when...', 'The time has long since GONE..', 'The time has ARRIVED..' e se use o provérbio 'time FLIES'. Também em português o tempo 'voa', 'chega', 'passa' e as semanas 'vêm'. Como nós estamos a encarar (*facing*) o futuro que vem aí, diz-se: 'COMING up in the weeks AHEAD', 'looking FORWARD to the ARRIVAL of Christmas', 'I can´t FACE the future', 'the FACE of things to COME'. Como o tempo futuro está 'facing toward us' (encara-nos, vem em direcção a nós), e os tempos que o seguem, que estão mais longe no futuro, vêm 'depois', 'the weeks to FOLLOW' são o mesmo, ou são coerentes com 'the weeks AHEAD' (aproximadamente traduzido, 'as semanas que se seguem (atrás)' são as semanas que 'vêm aí'(á frente)).

---

74 LAKOFF & JOHNSON 1980: 19.

75 O tempo parece ser metaforicamente conceptualizado, espacializado, em todas as línguas naturais: também em português temos, por exemplo, muito tempo 'à nossa frente', e deitamos 'para trás das costas' coisas passadas que não desejamos recordar.

Mas um 'objecto móvel que vem em direcção a nós e que passa por nós' não é a única metáfora para tempo. Se se diz correntemente: 'as we GO THROUGH the years' / 'AS we GO FURTHER inks the 80s' / We´re APPROACHING the end of the year', ou em português, 'estamos a CHEGAR ao fim do ano' trata-se de uma outra organização metafórica. Nesta, é o tempo que está estacionário e somos nós que nos movemos através dele. Para os autores, o segundo caso (em que nós nos movemos ao logo do tempo, que está parado, em direcção ao futuro) e o primeiro (em que o tempo é um objecto móvel que vem em direcção a nós) são dois subcasos de 'TIME PASSES US', o tempo que 'passa por nós' do nosso ponto de vista da frente para trás (ou, melhor dito em inglês, 'time goes past us'), que não são totalmente consistentes mas se adequam.

'Metáfora ontológica' é o nome dado pelos autores aos casos em que a nossa experiência de objectos físicos como substâncias discretas e permanentes constitui a base do entendimento linguístico. O entendimento linguístico metafórico da experiência em termos de objectos ou substâncias permite-nos escolher partes da experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de tipo uniforme. Uma vez podendo identificar entidades na experiência é possível referir, categorizar e quantificar. De acordo com os autores existe uma metáfora ontológica numa língua quando algo que não é perceptualmente discreto é concebido como sendo discreto, sem que as expressões sejam apercebidas como metafóricas: os exemplos dos autores para o inglês são 'mountains' e 'street corners'. As finalidades humanas tipicamente requerem a imposição de limites que tornam os 'fenómenos físicos 'discretos como nós'[76]. Assim como as experiências básicas com as orientações espaciais do corpo humano dão origem a metáforas orientacionais, as experiências com objectos físicos e especialmente a experiência do nosso corpo como um objecto delimitado e um continente são a base de inúmeras metáforas ontológicas, que permitem a conceptualização de acontecimentos, acções, emoções, ideias, como entidades e substâncias. É então possível referir (por exemplo 'My FEAR OF INSECTS drives me mad' / 'The HONOUR OF OUR COUNTRY is at stake'), quantificar ('so MUCH hatred' / 'too MUCH hostility'), categorizar (por exemplo 'The mind is a machine'/ 'The mind is a BRITTLE object' / 'He CRACKED under pressure').

---

[76] «Understanding our experience in terms of objects and substances allows us to pick out part of our experience and treat them as discrete entities or substances of a uniform kind (...) human purposes typically require us to impose artificial boundaries that make physical phenomena discrete just as we are: entities bounded by a surface», LAKOFF & JOHNSON 1980: 25.

Talvez a metáfora ontológica e orientacional mais central seja a metáfora do continente (*container*). Como somos seres físicos delimitados do resto do mundo pela superfície da pele, experimentamos o resto do mundo como estando 'fora' de nós. Cada um de nós enquanto corpo, é um continente, com uma superfície delimitadora e uma orientação dentro-fora (*in/out*). Estas características são depois 'projectadas' noutros objectos físicos delimitados por superfícies, ou mesmo não claramente delimitados. Impomos essa orientação ao nosso ambiente, por exemplo a áreas: relativamente a uma clareira (*clearing*) ou um bosque (*woods*) dizemos que estamos dentro ou fora, relativamente a uma região delimitada como um continente diz-se que algo está dentro ou fora (por exemplo: 'There's a lot of land IN Texas'[77]). O campo visual é também conceptualizado como um continente, aquilo que vemos está *dentro* dele. São disso exemplo expressões como 'coming INTO view' / 'being OUT of sight' / 'IN sight'. Também em português algo está 'dentro' ou 'fora' do nosso campo visual.

Também para conceptualizar e referir acontecimentos, acções, actividades, estados, existem no inglês metáforas ontológicas, na medida em que acções, eventos e estados têm um 'dentro' e um 'fora' , como atestam expressões tais como 'Are you IN the race?' / 'to be IN love' / 'to be OUT of trouble' / 'to come OUT of coma'.

Metáforas para processos mentais são usualmente casos interessantes nas línguas naturais. Lakoff e Johnson analisam por exemplo a especificação do conceito 'rational argument' (discussão racional, argumentação) através de três metáforas no inglês:

1. 'An argument is a journey' (Uma argumentação é uma deslocação, um caminho)
2. 'An argument is a container' (Uma argumentação é um continente)
3. 'An argument is a building' (Uma argumentação é uma construcção)

Quanto ao primeiro caso, 'journey' (trajecto, uma deslocação) tem um fim (goal) um princípio, e uma progressão em etapas até esse fim. Metafóricamente (e correntemente), falando de 'rational argument', dir-se-á: 'We have SET OUT to prove that..' / 'When we GO TO THE NEXT POINT' / 'SO FAR, we've seen that' / 'We will PROCEED' / 'Our GOAL is to show' / 'this

---

[77] «We are physical beings, bounded and set off from the rest of the world by the surface of our skins, and we experience the rest of the world as outside us. Each of us is a container, with a bounding surface and an in-out orientation» (...) «We impose this orientation on our environment as well», LAKOFF & JOHNSON 1980: 29.

observation POINTS THE WAY to a solution' / 'We have ARRIVED at a disturbing conclusion'. E como 'journey' define um dado trajecto quanto ao qual pode haver desvios dir-se-á: 'He STRAYED from the line of argument' / 'Do you FOLLOW my argument?'' / 'I'm LOST' / 'We're GOING AROUND IN CIRCLES'. Também em português, falando de argumentação são correntes as seguintes expressões metafóricas lexicalizadas: 'Estás a DESVIAR-TE' / 'Estás a SEGUIR a minha explicação?' / 'PERDI-ME: não sei como se CHEGOU aqui'. Como 'journey' define uma deslocação numa superfície, dir-se-á ainda: 'WE have COVERED all those points' / 'Let´s GO BACK OVER the argument again' / 'We are ON OUR WAY to solving this problem'. Todos estes casos, que especificam os traços (objectivo, direcção, progressão) de 'rational argument', são casos da metáfora '*An argument is a journey*', sendo o conceito em causa, o conceito de argumentação ou discussão, estruturado com base nas características de 'journey'.

A segunda metáfora que define o conceito de 'rational argument' é a metáfora 'Uma argumentação é um continente'/'An argument is a container' que tem como instâncias: 'your argument doesn't have MUCH CONTENT' / 'Your argument HAS HOLES in it' / 'Your argument is VACUOUS' / 'I'm tired of your EMPTY arguments' / 'His objections have even LESS SUBSTANCE' / 'You won't FIND that idea IN his argument' / 'The conclusion FALLS OUT of my argument'. Estas duas metáforas, que 'iluminam' (*highlight*) diferentes aspectos do mesmo conceito, são, segundo Lakoff e Johnson, coerentes entre si, e a sobreposição das suas implicitações não produz propriamente contradições, embora não se possa dizer que existe uma única imagem concreta correspondente a ambas.

Uma terceira metáfora é '*An argument is a building*', de que são casos: 'If you don't SUPPORT your argument, it will COLLAPSE' / 'He is trying to BUTTRESS his argument, but it is so SHAKY, that it will easily FALL APART' / 'With the GROUNDWORK you've got, you can CONSTRUCT a pretty STRONG argument' / 'That is the FOUNDATION of the argument' / 'So far we have put together only the FRAMEWORK of the theory' / 'They EXPLODED his last theory'. Não é preciso procurar muito para encontrar em línguas variadas a metáfora dos 'fundamentos' de uma teoria. E em termos de língua natural no seu uso comum, também em português também os argumentos e as teorias 'caem pela base'.

Instâncias das três metáforas para o mesmo conceito podem aparecer na mesma frase, como prova de que esta metaforização convencional não é conscientemente apercebida pelo falante (supondo que incoerências paten-

tes seriam corrigidas): 'So FAR, we have CONSTRUCTED the CORE of our argument' (Até aqui construímos o núcleo da nossa argumentação). De resto, é duvidoso que questões relativas a coerência e contradições devam sequer colocar-se relativamente ao nível da organização semântica das línguas naturais (tais questões também não se põem relativamente ao funcionamento sintáctico, por exemplo, na medida em que este é considerado como objecto de processamento inconsciente).

Continuando com a conceptualização de processos mentais no inglês, talvez uma das metáforas mais frequentes na língua (e não unicamente no inglês) seja 'Understanding is seeing' / 'compreender é ver'. São exemplos as expressões 'I SEE what you are saying' / 'It LOOKS different from my POINT OF VIEW' / 'I VIEW it differently' / 'I've got THE WHOLE PICTURE' / 'That's an INSIGHTFUL idea' / 'That's a BRILLIANT remark' / 'The argument is CLEAR' / 'It was a MURKY discussion' / 'Could you ELUCIDATE...?' / 'It's a TRANSPARENT argument' / 'The discussion was OPAQUE'.

Outro exemplo especialmente relevante é o da linguagem acerca da linguagem. No inglês, a linguagem é conceptualizada nos termos da metáfora da CONDUTA envolvendo:

1. 'Ideas (or meanings) are OBJECTS' (Ideias ou significados são objectos)
2. '(linguistic) expressions are CONTAINERS' (Expressões linguísticas são continentes)
3. 'Communication is SENDING' (Comunicar é mandar, enviar).

De acordo com a recolha dos autores, mais de cem expressões lexicalizadas em inglês documentam esta metáfora: por exemplo 'to get that idea ACROSS to him' / 'to GIVE an idea' / 'to PUT INTO words' / 'to PACK INTO words' / 'to STUFF INTO words' / 'HOLLOW words' / 'words that CARRY..'. Estas expressões representam, de forma estimativa, 70% das expressões utilizadas em inglês para falar sobre a linguagem[78] e mostram uma conceptualização da significação segundo a qual as palavras são objectos que contêm ou não contêm significados e que têm uma existência independente de utentes e contextos.

Em suma, a pretensão geral dos autores, relativamente aos exemplos que foram dados é que a metaforicidade é omnipresente nas línguas naturais e que esse facto se relaciona com o estatuto de significatividade directa que pelo menos certas metáforas 'transpõem' para a língua, por *mapping*, a partir da experiência corpórea e sensorial. Essa tese permite aos autores prever que se encontrará facilmente no sistema conceptual de qualquer língua natural

[78] LAKOFF & JOHNSON 1980: 10.

esquemas de imagem cujo mapeamento metafórico em domínios abstractos implica algo a que poderíamos chamar a '*gramaticalização da experiência do corpo no espaço*'. Se há algo de original no tratamento da metáfora por Lakoff e Johnson é, assim, o facto de os autores defenderem que os fenómenos metafóricos ominpresentes nas línguas naturais constituem uma prova da não clausura, isolamento ou modularidade de um nível de processamento de linguagem algorítmico, simbólico. A análise das metáforas por Lakoff e Johnson que acabei de apresentar, sendo 'cognitiva', situa-se evidentemente 'abaixo' da consciência e intenção dos utentes das línguas naturais, dizendo respeito, da mesma forma que as teorias chomskyanas da gramática a que se opõe, às condições de possibilidade do entendimento linguístico em seres com uma determinada arquitectura cognitiva (e um determinado corpo), os humanos.

Mas será que todas as metáforas envolvem fenómenos cognitivos de 'sensorialização'? Será sempre necessário evocar, como o fazem Lakoff e Johnson, a percepção e a propriocepção para compreender a difusão da metaforicidade na linguagem quotidiana? Não bastará, para compreender o mecanismo metafórico, falar de relacões entre signos, de uma forma auto-contida, sem envolver questões cognitivas ou arquitecturas cerebrais inatas? Essa é, pelo menos à partida, a intenção de teorias puramente semióticas ou pragmáticas, que não procuram avançar hipóteses acerca da natureza da mente real, biológica, que faz e compreende metáforas, mas apenas explicar regras e mecanismos de produção e decifração das metáforas. Considerarei como exemplos as propostas de U. Eco, J. Searle e D. Davidson. Como afirmei, o que estes autores visam é a descrição dos processos, deixando de fora o entendimento, ou conceptualização ou síntese subjectiva de linguagem que era em última análise o objecto de Lakoff e Johnson. O que é que tem que acontecer para haver compreensão de uma metáfora? Na resposta a esta questão autores como Eco, Searle e Davidson podem até aproximar-se, pelo menos em alguns pontos. No entanto, com a exposição das suas análises, que levarei a cabo em seguida, novos problemas acerca da natureza da linguagem são inevitavelmente trazidos à luz. Um deles é o seguinte. Suponha-se que a intenção do teórico é descrever os mecanismos. Mas serão esses mecanismos *agenciados* pelos falantes ou não? Será necessário que uma metáfora seja um *fenómeno intencional* por parte do falante/ouvinte?

Eco aborda o processo de compreensão da metáfora a partir de três conceitos do filósofo pragmatista americano C. S. Peirce (1839-1914): *semiose* (definida por C. S. Peirce como uma acção ou influência que envolve a cooperação de três elementos, um sinal, o seu objecto e o seu interpretante, não sendo em caso nenhum esta influência tripartida resolúvel numa influência bilateral),

interpretante (definido como função sígnica que descreve o conteúdo de outra função sígnica) e *abdução* (definida como o tipo de inferência em que não há regra prévia, logo não é automática como uma dedução – a abdução consiste antes em fazer a hipótese de uma lei como quadro de referência que permitiria explicar o fenómeno curioso em causa, sendo depois possível proceder por verificação). A metáfora é definida neste quadro como *um fenómeno de enciclopédia no quadro da semiose ilimitada*[79], *envolvendo um processo de abdução.*

De acordo com U. Eco, para compreender o que permite desambiguar (compreender, capturar) uma expressão metafórica é necessário começar por considerar no processo semiótico em geral e em particular na decomposição semântica (i.e. na análise dos componentes do significado das palavras) os já atrás referidos fenómenos de *dicionário* e *enciclopédia.* Recorde-se que com esses termos Eco pretende nomear antes de mais a diferença entre duas formas de 'análise semântica': de um lado temos traços ou propriedades semânticas que fazem necessariamente parte do significado de uma palavra, do outro lado temos significações dependentes de conhecimentos quanto ao contexto. Assim, ao contrário, por exemplo, do tipo de figuras classificáveis como sinédoques, que operam as substituições parte/todo em causa com base no conteúdo conceptual imediatamente descritível de uma palavra e portanto são 'fenómenos de dicionário', as metáforas envolvem fenómenos de enciclopédia. Isto significa que, de acordo com Eco, a aparentemente simples e imediata compreensão de uma metáfora, o *insight* súbito provocado, é apenas a superfície de um processo semiótico complexo. A compreensão de metáforas envolve processos 'subdoxásticos' não conscientes nem voluntários que exploram a organização semântica das unidades semióticas no quadro da semiose ilimitada e ainda inferências de tipo abdutivo. As metáforas assim entendidas não são portanto (ou pelo menos não são necessariamente) fenómenos intencionais, voluntáriamente provocados pelos falantes das línguas naturais, antes resultam da conjunção entre a natureza do texto, o conjunto de signos com que alguém se depara, e a estrutura da enciclopédia, i.e. a rede total de conhecimentos, dessa pessoa. Elas são assim fenómenos pragmáticos, de contexto. Isto significa também que é perfeitamente possível que aconteçam metáforas inintencionadas, que podem chegar como uma surpresa mesmo para quem as pronuncia (por exemplo um lapso no sentido psicanalítico tem frequentemente esta estrutura).

---

[79] Entenda-se por *semiose ilimitada* (i) o facto de o processo da interpretação dos signos ser ilimitado e (ii) não se restringir a signos verbais.

Para Eco, na semiose ilimitada, ou interpretação ilimitada, cada signo, linguístico ou não, é definido por outros signos, linguísticos ou não, os seus interpretantes. Neste quadro é possível definir em termos estritamente semióticos o conceito de *similaridade entre propriedades semânticas*: a similaridade entre propriedades semânticas é o facto de num dado sistema de conteúdo essas propriedades serem nomeadas através do mesmo interpretante, seja este verbal ou não. De acordo com tal definição, a semelhança é independente do facto de os objectos semelhantes apresentarem por exemplo similaridades perceptivas. Esta é uma interpretação possível do *to homoion theorein* aristotélico. Retomando o exemplo bíblico já analisado atrás, para que os dentes da rapariga do *Cântico dos Cânticos* sejam vistos como semelhantes às ovelhas, basta que numa dada cultura se use o interpretante 'branco' para designar a cor dos dentes e a cor das ovelhas. A sugestão de Eco quanto ao mecanismo metafórico envolve então (i) uma proposta acerca de análise semântica, que põe pelo menos inicialmente em relevo a diferença entre fenómenos de dicionário e de enciclopédia, (ii) uma definição semiótica de similaridade, (iii) um processo de inferência, a abdução, (iv) considerações pragmáticas. A perspectiva semiótica da metáfora que se esboça com base nestes elementos sublinhará a inexistência de 'elementos simples' na significação: a ideia de análise dicionarial finita das unidades de significação é ilusória, a interpretação é ilimitada.

Vejamos alguns exemplos. Antes de mais, há que abordar a representação semântica dos elementos em causa. É preciso extrair, na linguagem de Eco, os *semas*, ou componentes de significado, dos *sememas* ou unidades de significado, de modo a pode fazer hipóteses, i.e. abduzir, acerca de quais semas devem estar contextualmente presentes. Para isso é necessário (i) *construir uma (tentativa de) representação componencial do semema metaforizante, pondo em relevo propriedades que o contexto sugeriu como relevantes*[80]. Sabendo que os laços estabelecidos pelas metáforas são 'fenómenos de enciclopédia' tem-se o problema de a representação da enciclopédia ser potencialmente infinita. É necessária pois uma qualquer proposta prática de selecção da 'porção' da enciclopédia em causa. A proposta de U. Eco é relativa a uma teoria linguística particular, mas perfeitamente compreensível independentemente desta. A proposta é tratar a representação enciclopédica nos termos da Semântica Casual, um tipo de análise semântica que tem sido aplicada a verbos, mas que segundo Eco pode ser generalizada. Assim e relativamente a um dado termo considerar-se-á por exemplo o Sujeito Agente, o Objecto sobre o qual é exercida a acção, o Con-

[80] ECO 2001: 204.

tra-Agente que eventualmente se opõe, o Instrumento usado pelo agente, o Propósito da acção. Uma representação semântica de um substantivo poderá também, segundo Eco, com vantagens práticas, ser feita nos termos das quatro causas aristotélicas, chamadas Forma, Agente, Matéria e Fim ou Propósito. Um substantivo /x/ será representado como:

/x/
F (aspecto de x)
A (que produz x)
M (de que é feito x)
P (para que serve x)

Mais à frente dar-se-á um exemplo deste tipo de análise.

Após a representação componencial do semema metaforizante (a que Eco também chama *veículo*) é necessário (ii) *encontrar na enciclopédia 'um outro semema que possua um ou mais dos mesmos semas e ao mesmo tempo outros semas interessantes*[81]. Serão assim encontrados, por abdução, candidatos ao papel de sememas metaforizados (a que Eco chama também *teor*). Existirão provelmente vários candidatos, resultantes de abduções com base em indícios contextuais. Em seguida deve-se (iii) *seleccionar 'um ou mais destes semas diversos e construir com eles uma árvore de Porfírio, i.e. uma classificação de géneros e espécies, tal que os termos metaforizante e metaforizado se conjuguem num nó superior* (i.e. sejam 'o mesmo' mais acima na árvore).

Um dos exemplos dados por Eco do trabalho de desambiguação de uma metáfora é o de um *kenning* (enigma, adivinha) islandês, que vai buscar à *História da Eternidade* de J.L.Borges. A expressão é 'A casa dos pássaros'. Depois de já efectuadas certas hipóteses para a individuação de semas pertinentes, tendo sido decidido que a Matéria será considerada dentro de uma lógica dos quatro elementos e o Agente na alternativa natureza/cultura, e depois de feita uma hipótese quanto ao semema metaforizado, obtem-se as seguintes representações:

/CASA/ F rectangular, fechada, coberta
A cultura
M terra (orgânico)
P proteger

/PÁSSAROS/ F alados
A natureza
M terra (orgânico)
P voar no ar

[81] ECO 2001: 204.

/AR/ F informe, aberto
A natureza
M ar
P não protecção

Os processos subjacentes à tentativa de desambiguação terão passado por algo de semelhante ao seguinte. Pergunta-se qual é o território dos pássaros, qual é o dos homens. Obtem-se que uns vivem em território aberto, outros em território fechado. Obtem-se então que os pássaros 'habitam' no AR, e isto cria a 'condensação'. Se se sobrepuserem *frames* ou *scenes* (esquemas de organização da enciclopédia em cenários, que conferem a esta uma estrutura[82]) obtem-se também por exemplo o seguinte: 'se um homem é ameaçado, o que é que faz? Refugia-se em casa. E um pássaro? Refugia-se no ar'. O ar, que parecia ser lugar de ameaças, ventos, tempestade, torna-se lugar de abrigo para alguns seres, como a casa é para os homens. Mas a metáfora é aberta: é possível percorrer indefinidamente a semiose e encontrar unificações em vários nós de várias árvores de Porfírio, construídas para produzir uma interpretação. Onde fica a proporção ou analogia aristotélica nesta explicação semiótica da metáfora? É possível dizer que o ar está para os pássaros, como a casa está para os homens, mas é importante ter consciência de que o esquema proporcional aparece apenas como resultado final da interpretação, da procura abdutiva do género.

Embora seja impossível distinguir a partir desta proposta uma metáfora bela de uma menos bela, é certamente possível ter uma ideia daquilo em que consiste o conhecimento a mais trazido pelas metáforas. É também possível ter uma ideia daquilo que distingue 'metáforas abertas' (como a metáfora shakespeareana '*Time is a beggar*' ou a metáfora elliotiana '*I will show you fear in a handfull of dust*') de metáforas 'fechadas'. Uma metáfora 'aberta' permite viajar ao

---

[82] Se o universo da enciclopédia é tão vasto como a hipótese da semiose ilimitada postula, a activação de uma dada porção da enciclopédia dá-se sob pressão contextual. Ora, os linguistas têm baptizado essa pressão contextual como tema, *topic*, *frames*, cenas intertextuais, etc. Todos esses conceitos pertencem a teorias da semântica textual nas quais se trata de estabelecer de que coisa se está a falar, a que propósito, com que fim, o que determinará quais semas devem estar contextualmente presentes. Repita-se que é à suposição de quais semas devem estar contextualmente presentes que Eco chama, seguindo Peirce, abdução. Mais concretamente: aquilo que de acordo com Aristóteles *conhecemos pelo género* quando compreendemos uma metáfora por analogia, uma metáfora da quarta espécie, tem que ser *abduzido*. Por exemplo em 'a velhice é como o restolho' é preciso abduzir o género /estar murcho/. Ambos estão murchos (a velhice, o restolho) e é isso que ficamos a conhecer pela metáfora.

longo da semiose, conhecer os labirintos da enciclopédia. No decurso dessa 'viagem', os termos enriquecem-se de propriedades antes não reconhecidas na enciclopédia do falante/ouvinte.

Resumindo e recapitulando, em termos semióticos o que se pode explicitar como regra de interpretação de um fenómeno metafórico é o seguinte: é necessário partir do princípio de que é possível construir representações semânticas componenciais de termos ou unidades semióticas, atribuindo-lhes as propriedades que o contexto sugere como pertinentes. É em seguida necessário individuar abdutivamente termos que funcionem como metaforizados relativamente aos termos explicitamente presentes. É possível que existam muitos candidatos. Se se identificar, nesses termos candidatos e nos termos explicitamente presentes, propriedades pertinentes e opostas, com base no contexto, poder-se-à tentar a construcção de uma árvore de Porfírio na qual metaforizante e metaforizado se unem num nó superior, diferenciando-se em nós inferiores. De acordo com a teoria de Eco, o sucesso de uma metáfora é evidentemente função do formato sócio-cultural da enciclopédia, i.e. das crenças de quem a produz e interpreta. Logo, não existe nem pode existir algoritmo para a metáfora: ela não depende apenas de produções ou arranjos dos signos eles próprios mas também das situações. O seu sucesso ou insucesso é uma questão pragmática. Esta explicação da metáfora não exclui que se possam dar metáforas 'novas', nunca ouvidas, ou, também, ouvidas (neste momento, por este sujeito que interpreta) como se fossem nunca ouvidas (isto pode acontecer por exemplo com doentes psicóticos, ou com quem aprende uma língua estrangeira). Sendo as metáforas fenómenos pragmáticos, existem contextos capazes de repropôr como novas metáforas 'gastas' (por exemplo contextos estéticos), fazendo transições entre aquilo a que Eco chama 'diferentes substâncias semióticas' (por exemplo substâncias verbais e pictóricas, o que é relativamente frequente – Eco dá o seguinte exemplo: num retrato de mulher de Modigliani a metáfora verbal 'pescoço de cisne' é reinventada).

Para os nossos propósitos é importante notar que mesmo defendendo que é impossível fazer uma teoria generativa explicíta das metáforas, devido ao teor pragmático do fenómeno e ao carácter ilimitado da semiose, Eco esboça de facto *regras* que regem os fenómenos metafóricos e que permitem compreendê-los. As regras propostas mostrar-nos-ão evidentemente melhor ou pior, mais os menos facilmente, o que está em causa em determinada metáfora conforme se trate de metáforas abertas (como as metáforas shakespeareana '*Time is a beggar*' ou elliotianas, '*April is the cruellest month*' ou '*I will show you fear in*

a handful of dust'), fechadas (*És um porco*) ou mesmo mortas (como as catacreses '*a perna da mesa*' ou as '*costas da cadeira*'). Finalmente a teoria proposta por Eco permite pensar que o potencial cognitivo das metáforas, aquilo que elas ensinam, está ligado aos percursos que elas provocam na enciclopédia, na totalidade dos conhecimentos de quem as compreende, traçando *links* e portanto permitindo conhecer melhor essa enciclopédia. Evidentemente toda a teoria recai sobre a utilização da problemática distinção entre enciclopédia e dicionário para tratar fenómenos semânticos, sendo conveniente não esquecer que, de acordo com o próprio Eco, o segundo, o dicionário, acaba por não ser senão um 'artifício de economia meta-linguística' no seio da primeira, a enciclopédia[83].

Como se verá, existem bastantes semelhanças entre as análises de Eco, e as de John Searle, que apresento em seguida. No artigo *Metaphor*, publicado em *Expression and Meaning* (1979), J. Searle procura, como U. Eco, explicar a produção e compreensão de metáforas proprondo *regras*, embora o faça não no quadro teórico dos estudos semióticos mas no quadro teórico dos actos de fala. No entanto, as descrições de Searle e Eco não são assim tão diferentes entre si. Aquilo que em ambas ressalta antes de mais é o aspecto pragmático do fenómeno metafórico. Mas se o aspecto pragmático era reportado na análise de Eco, à noção de enciclopédia (sob pressão de um dado contexto, uma dada porção da enciclopédia de alguém é 'activada', determinando que semas devem estar presentes numa dada interpretação de signos), Searle visa mais directamente as intenções do falante, definindo o significado metafórico como *speaker's meaning*, aquilo que o enunciador quer-dizer com a enunciação[84]. De acordo com Searle, para que uma metáfora 'aconteça' tem que se passar algo de semelhante ao seguinte: uma enunciação é produzida e alguém, por hipótese um ouvinte, utiliza um raciocínio griceano para determinar o que o produtor da enunciação quis-dizer. A explicação do funcionamento das

---

[83] Inevitavelmente se observará que se a enciclopédia fosse suficientemente vasta, não haveria lugar para diferenças entre fenómenos de dicionário e de enciclopédia. Mas embora a 'enciclopédia' seja um postulado semiótico, identificável como o conjunto de todas as interpretações (ECO 2001: 122) o facto é que nenhuma enciclopédia é assim exaustiva. Toda a enciclopédia é construída pouco a pouco, em condições da interpretação ilimitada. Aliás, é também para isso que servem as metáforas.

[84] Traduzo *utterance* por enunciação e uso querer-dizer para traduzir *to mean*. Recorde-se que de acordo com a análise que P. Grice oferece da noção de significado (*meaning*), dizer que A quis-dizer alguma coisa (*meant something*) com x é dizer que A tem a intenção de que a enunciação de x produza algum efeito numa audiência pelo reconhecimento da sua intenção.

metáforas é assim um caso especial da explicação da divergência entre significado do falante) (*speaker's meaning*) e significado de palavra (*word or sentence meaning*) numa enunciação (como o caso em que alguém diz ironicamente: «És uma inteligência» com a intenção de denegrir as faculdades mentais do interlocutor).

Grande parte da tarefa da teoria da metáfora consiste então, para Searle, em explicitar os princípios que relacionam o significado literal das frases com o significado metafórico. O processo interpretativo descrito é o seguinte. O que é que faz o ouvinte-que-compreende-uma-metáfora? Segundo Searle, dá 3 passos[85] depois de 'ouvir' a enunciação em causa: (1) antes de mais determina se deve ou não procurar uma interpretação não literal da enunciação; (2) se decide procurar uma interpretação metafórica necessita de mobilizar estratégias para gerar *speaker's meanings* possíveis; (3) utilizará depois outros princípios ou estratégias para identificar quais de entre os significados gerados no passo 2 estão em jogo na ocasião particular.

Relativamente ao primeiro passo, não é simples decidir que características tornam uma enunciação propícia a uma interpretação não literal. Pensando em termos griceanos, pareceria que se deve procurar um carácter de alguma forma defeituoso (*defective*) numa enunciação para lhe atribuir um *speaker's meaning* afastado do literal. Mas não é possível evocar algo como por exemplo a falsidade ou o carácter de outra forma 'defeituoso' em absoluto, impossibilitador de uma interpretação literal, das enunciações metafóricas: os contextos são decisivos, e em certos contextos (o exemplo de Searle é' quando lemos os poetas Românticos') andamos mesmo à procura de metáforas.

Quanto ao segundo passo, Searle sugere várias regras e uma grande parte do artigo *Metaphor* é ocupada com a proposta de oito princípios de geração de uma interpretação para uma expressão que se determinou ser metafórica. Searle coloca o problema da seguinte forma[86]: *como será possível o falante dizer metaforicamente 'S é P' e querer-dizer 'S é R', quando 'P' pura e simplesmente não significa 'R'*? Algumas hipóteses de Princípios pelos quais P pode 'trazer R à mente' são: «Princípio 1: Coisas que são P são por definição R. Normalmente, se a

---

[85] A proposta é paralela àquela que Searle faz quanto a actos de fala indirectos (*implicature*, ironia). Searle dedica-se aliás a distinguir a metáfora de outros actos de fala indirectos, argumentando que noutro tipo de actos de fala indirectos que não as metáforas o falante quer-dizer o que diz e além disso o que as palavras que diz dizem.

[86] SEARLE 1979: 103.

metáfora funcina, R será uma das características salientes de P». Um exemplo de Searle é a enunciação de 'Sam é um gigante' querendo-dizer 'Sam é muito grande". Ou o «Princípio 3. Diz-se ou acredita-se frequentemente de coisas que são P que elas são R, embora quer o falante quer o ouvinte possam saber que R é falso de P». O exemplo de Searle é: 'Richard é um gorila', enunciado querendo-dizer 'Richard é mau, propenso à violência, etc'. Ou o mais interessante princípio, segundo Searle, o «Princípio 4. Coisas que são P não são R, nem são como as coisas que são R; no entanto é um facto acerca da nossas sensibilidade, cultural ou naturalmente determinada, que nós simplesmente percebemos uma conexão, de modo que P é associado nas nossas mentes com propriedades R»[87]. Os exemplos de Searle são 'Sally é um bloco de gelo', 'Mary é doce', 'John é amargo'.

Quanto ao terceiro passo, é preciso decidir quão provável ou possível num dado contexto é cada candidato a 'significado metafórico' (por exemplo num caso em que um Romeu que diz uma Julieta 'Tu és o meu sol' não é provável que Julieta seja uma bola gigante de gás a uma grande distância da Terra). Aquilo que a tese de Searle envolve, para além da proposta de regras ou princípios, pode ser posto em relevo se a compararmos com a proposta de Davidson, que descrevo em seguida. Antes de mais Searle pensa, ao contrário de Davidson, que as enunciações metafóricas constituem genuína comunicação linguística e não mera causação. Além disso, o mecanismo cognitivo postulado por Searle 'discerne' alguma coisa a que vale a pena chamar *significado metafórico.* Finalmente, Searle pressupõe a existência de regras na base do entendimento linguístico, algo que a concepção davidsoniana de linguagem não permite.

Davidson não concorda com nada disto. Em *What Metaphors Mean* (1978) pretende descrever o que são as metáforas (e outros fenómenos de linguagem com elas relacionados, tais como os ditos de espírito e os jogos de palavras) admitindo que elas provocam *insights* e fazem ver semelhanças sem no entanto admitir que 'significados metafóricos' estão de alguma forma envolvidos no processo. Segundo Davidson, o facto de expressões metafóricas serem significativas não nos obriga de modo algum a admitir que 'significados metafóricos' existem. O que está em jogo nas metafóras são os próprios significados literais. De facto, segundo Davidson, as metáforas dependem do significado literal das expressões, por mais estranho que este possa parecer. Isto acontece porque as metáforas têm o efeito bruto, causal (que poderia ser o efeito de

[87] SEARLE 1979: 107-108.

um comprimido ou de uma pancada na cabeça), de fazer ver semelhanças. Quando alguém 'lança' uma metáfora numa conversa faz algo de semelhante a uma expressão de desgosto ou prazer, ou a subitamente tirar uma foto do bolso e mostrá-la, ou a dar uma bofetada ou um beijo no interlocutor. Não há aí lógica alguma, ou pelo menos nenhum fenómeno especificamente linguístico a explicar: trata-se de causar ou provocar efeitos psicológicos. A diferença entre uma brilhante metáfora poética e uma justaposição inábil ou esteticamente insignificante de palavras reside nos efeitos provocados em alguém. Note-se que se Davidson está certo, não se pode nunca dizer que uma metáfora foi mal interpretada: ela faz o que faz, provoca o que provoca. Não se pode protestar perante uma pessoa que ela é cega ou insensível a uma particular metáfora, e que esta significa exactamente '....' : se a pessoa não vê é porque não pode ver.

Davidson e Searle envolveram-se numa polémica acerca da natureza da metáfora. O núcleo do desentendimento entre os dois é precisamente a questão das regras e mecanismos cognitivos envolvidos nas metáforas: enquanto Searle, no artigo *Metaphor*, propõe explicitamente várias regras e princípios que guiam um ouvinte na busca daquilo que uma enunciação metafórica quer-dizer, Davidson pretende explicar os fenómenos metafóricos sem pressupôr uma teoria da linguagem que conceba esta como uma questão de convenções baseadas em regras[88]. De facto, Davidson recusa o apelo a regras em qualquer sentido para descrever as metáforas, quando declara que não há instruções para fazer ou compreender metáforas, não há manuais que digam o que as metáforas significam, não há 'fechamento definitivo' na compreensão de metáforas, não há 'testes' de metáforas que não façam apelo ao gosto[89]. Mas a verdade é que os princípios ou regras de Searle, que têm aliás bastante em comum com os mecanismos sugeridos por Eco, não obrigam a considerar que há 'fechamente definitivo' das metáforas, ou exclusão do gosto no processo. Relativamente à questão da geração das metáforas por instruções ou regras que estariam de alguma forma na posse do enunciador, o problema que se desenha, e aí a teoria de Eco atrás apresentada é talvez menos 'voluntarista' do que a de Searle, é um problema relativo à localização ou não localização do querer-dizer (a intenção de significar alguma coisa com alguma coisa) na subjectividade. Em concreto trata-se de saber quanto é que, na produção e deci-

---

88 Basicamente, de acordo com Davidson, não apenas a linguagem não é um *medium* para a trasmissão de significados como não existe uma coisa tal que seja *a* língua.

89 DAVIDSON 1978.

fração de metáforas, os processos ou regras têm que ser conscientes na mente das pessoas. E se não tiverem que ser conscientes, resta saber (de acordo com a teoria da natureza das regras desenvolvida pelo próprio Searle noutros lugares) se elas ainda justificam ser chamadas 'regras'. Se a justificação desaparece, o caso de Davidson contra as regras ganha nova força.

Até aqui falei de questões linguísticas e cognitivas e também de filosofia da linguagem. Outros filósofos têm no entanto abordado a questão da metáfora com um horizonte mais amplo, nomeadamente visando compreender o que é pensar, não no sentido cognitivo, mas no sentido, digamos, existencial, ou ontológico, e também visando desenvolver teorias acerca da natureza do pensamento. As análises da metáfora feitas por P. Ricoeur e J. Derrida acontecem nesse contexto.

A Metáfora Viva (1975) de P. Ricoeur insere uma detalhada análise dos fenómenos metafóricos (ao nível das palavras, das frases e do discurso) na concepção hermenêutica de filosofia do autor e portanto, em geral, numa análise da existência humana como interpretação. Essa interpretação é, de acordo com Ricoeur, uma interpretação sem fim e feita por meio dos mais variados discursos (do ponto de vista prático isto significa que, face à chamada 'via curta' de Heidegger (a hermenêutica ontológica), Ricoeur defende uma via longa para a hermenêutica, i.e. defende que a 'filosofia hermenêutica' deve ser feita em contacto com disciplinas da interpretação tais como a psicanálise, a análise textual, a linguística, etc.) O estudo da metáfora feito por Ricoeur em *A Metáfora Viva* insere-se nessa tarefa hermenêutica geral e convoca abordagens teóricas que vão desde a retórica clássica, à semântica, à semiótica, à linguística estruturalista, à estética, à desconstrução derridiana, à hermenêutica heideggeriana, constituindo uma verdadeira enciclopédia dos estudos sobre a metáfora. O aspecto mais original da proposta de Ricoeur é a inserção da análise da metáfora-discurso numa concepção filosófica da tarefa hermenêutica geral, a qual seria existencialmente fundamental no tipo de ser que somos. Ricoeur vê no discurso-metafórico aquilo a que chama a libertação de um poder de referência de segundo grau, que tem como condição a suspensão da referência literal. Em *A Metáfora Viva* Ricoeur preocupa-se assim especialmente em não afastar a questão da metáfora da questão, usualmente restrita a estudos lógicos e formais, da referência, de modo a não perder de vista o poder que a linguagem tem de se relacionar com uma realidade exterior.

De facto aquilo que Ricoeur pretende antes de mais da metáfora é chegar a pensar a natureza da inovação no pensamento, a natureza da imaginação criadora (entendida como um ver-como, ver o semelhante no dissemelhante

e não propriamente como função icónica). Esta seria capaz de redescrever a realidade do mundo, nomeadamente em termos éticos e estéticos, e sobretudo seria capaz de *capturar a realidade em acto, no seu 'ser e não ser'*. Ora, na medida em que foge à primazia do 'dizer o verdadeiro de forma descritiva', a metáfora é o processo pelo qual o discurso liberta o poder que certas ficções comportam de redescrever a realidade. O problema central de Ricoeur é assim mostrar de que forma a criação de uma nova pertinência semântica se relaciona com a natureza da realidade e do pensamento. Num segundo passo Ricoeur pretende analisar o que pode isso dizer acerca da natureza do discurso filosófico e do discurso poético, e acerca das diferenças e semelhanças entre estes. Para Ricoeur, Aristóteles fez uma descoberta fundamental na *Poética*: ele localizou o núcleo do problema filosófico da metáfora quando, para além da análise estrutural do funcionamento das metáforas, chamou a atenção para a forma como a *poeisis* (criação, fazer ser) pela linguagem procede da relação entre *mythos* (transfiguração, redescrição) e *mimesis* (imitação da realidade). Essa intuição de Aristóteles é o *leitmotiv* de *A Metáfora Viva.*

Terminando a sua análise em múltiplas pistas do fenómeno metafórico com uma explicitação dos pressupostos filosóficos dessa análise, e portanto com uma declaração daquilo que 'a filosofia de Ricoeur' vai buscar ao pensamento sobre a metáfora, Ricoeur defende aquilo a que chama uma *descontinuidade entre discurso filosófico especulativo e discurso poético.* Para isso tem que rebater certas pretensões de fusão entre ambos, discurso especulativo e discurso poético, que são à partida filosoficamente significativas ou desafiadoras, por exemplo (i) a ideia segundo a qual certas doutrinas filosóficas seriam induzidas pelo funcionamento metafórico da linguagem (o exemplo analisado por Ricoeur é o da doutrina aristotélica da unidade analógica das significações múltiplas do ser), (ii) a ideia segundo a qual a conjunção entre filosofia e teologia cria condições para a indiferenciação dos discursos, (iii) a ideia segundo a qual existem pressupostos filosóficos na própria origem das distinções que permitem falar de fenómenos metafóricos (os exemplos são as filosofias heideggeriana[90] e derridiana).

Em suma, para Ricoeur a metáfora é a característica da linguagem que permite 'significar as coisas em acto', no seu vir a ser. Mas isso não significa que o discurso filosófico especulativo que vise nomeadamente a compreensão da natureza de uma realidade com essas características (que vem a ser, que pode vir a ser), deva ser discurso poético.

---

[90] De acordo com a qual 'o metafórico só existe no interior da metafísica'.

Embora a metáfora, ou melhor a indiferenciação entre o metafórico e o não-metafórico, possa ser considerada como um tema básico ou uma porta de entrada na filosofia de Derrida, na medida em que a produção textual do autor se tornou quantitativamente indomável, vou apenas referir aqui, brevemente, um texto intitulado *Mitologia Branca,* publicado em *Margens da Filosofia* (1972) e que tem em princípio como tema a metáfora no texto filosófico[91]. Sendo este o tema inicial do texto, Derrida depressa constata que sendo a filosofia feita em língua natural, e estando a metáfora por toda a parte na língua natural, é difícil ou impossível isolar pontos metafóricos específicos na filosofia. O fenómeno deve ser muito mais abrangente, e deve dizer algo acerca da natureza do pensamento em geral. Considerando, embora Derrida possivelmente não formulasse assim a questão, que a filosofia investiga a natureza do pensamento, esta impregnação de metaforicidade põe questões sérias quanto à natureza do pensamento.

No entanto, e essa é a questão central de *Mitologia Branca,* a possível metaforicidade difusa e indomável do pensamento não é facilmente reconhecida pelo próprio pensamento, quando, voltado sobre si, procura conceber a sua natureza e a forma como captura a realidade. A metaforicidade, ou a ausência de uma distinção nítida entre metaforicidade e não metaforicidade, é pelo contrário *apagada* e as formas desse apagamento são o objecto de *Mitologia Branca.* O particular apagamento da divisão instituída, arbitrária, entre literal e metafórico, conceptual e sensível, discursos do intelecto e discursos da sensibilidade, no retrato feito pela filosofia acerca da natureza do pensamento seria mesmo, para Derrida, definidor da 'metafísica', no sentido crítico que a desconstrução lhe costuma dar. A metafísica seria então o particular apagamento do carácter instituído e de certa forma arbitrário das oposições que nos permitem pensar, uma mitologia que se ignora enquanto tal, uma mitologia *branca.* A expressão – cheia de sentidos – 'mitologia branca' nomeia assim entre outras coisas a forma como o 'pensamento ocidental' se concebe a si próprio, nomeadamente a forma como este toma oposições tais como originário e cópia, espírito e corpo, além das acima referidas, como simples e dadas, fundamentais e não instituídas. A mitologia branca ou a imagem que o pensamento ocidental se forjou, historicamente, da natureza do pensamento é assim também, para além de ser 'a mitologia dos brancos', a ilusão da transparência dos materiais com que se pensa, nomeadamente a linguagem, uma

[91] O problema tratado é o seguinte: há metáforas nos textos filosóficos? Os conceitos filosóficos serão metafóricos, no sentido em que noções abstractas escondem sempre 'figuras sensíveis'?

ilusão acompanhada pelo esquecimento do carácter de domínio de qualquer instituição, com as consequências civilizacionais e políticas conhecidas.

Voltando à linguagem, pensar que a natureza desta comporta uma divisão natural entre o metafórico e o não-metafórico oferece a possibilidade de boa consciência na distinção entre o que é próprio e literal, abstracto ou intelectual, por oposição a figurado, imagético, concreto ou sensorial. Esta boa consciência passa da forma como se concebe a natureza da linguagem para a forma como se concebe a natureza do pensamento e dos discursos intelectuais. Derrida põe em causa a possibilidade de estabelecer claramente uma tal divisão, ao mesmo tempo que analisa a forma como a crença na possibilidade de a estabelecer subjaz ao 'pensamento ocidental', por exemplo à distinção feita no seio deste entre aquilo que é claramente racional (científico, filosófico) e portanto valorizado e aquilo que é não racional, seja artístico, da imaginação, ou da vontade, das emoções, do inconsciente, etc, e portanto desvalorizado. O par metafórico-não metafórico, ou metáfora-conceito, é assim mais uma das divisões hierarquizadoras que organizam a forma como um certo pensamento concebe a natureza do pensamento, uma divisão que o intuito 'marginal' do pensamento de Derrida pretende desconstruir.

PARTE III

Filosofia não analítica da linguagem

Lição 26 O estatuto da linguagem nos projectos filosóficos de M. Heidegger, J. Habermas, M. Foucault e J. Derrida.

Tempos: 1 aula / 2 horas

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar algumas das razões por que é possível considerar Heidegger um 'filósofo da linguagem'
- Identificar algumas das razões por que é possível considerar Habermas um 'filósofo da linguagem'
- Identificar algumas das razões por que é possível considerar Foucault um 'filósofo da linguagem'
- Identificar algumas das razões por que é possível considerar Derrida um 'filósofo da linguagem'

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

HABERMAS, Jürgen, 1990, *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa, Dom Quixote.
MIGUENS, Sofia, Um certo desdém de Habermas face a Derrida, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol.39, 1-2.

A perspectiva deste manual sobre a filosofia da linguagem situa-se quase totalmente no âmbito da filosofia analítica. No entanto, muitos filósofos ditos 'continentais' também consideram o seu trabalho como filosofia da linguagem. Procurar-se-á em seguida expor de forma sumária as razões de tal pretensão. Por que razões será possível considerar como filósofos da linguagem filósofos não analíticos contemporâneos tais como M. Heidegger, J. Habermas, M. Foucault e J. Derrida? Antes de mais, é notório um ponto comum a todos eles: as suas teorias da linguagem assentam sobre o pressuposto de que a linguagem permite a ultrapassagem do chamado 'paradigma da filosofia da consciência'. Procurar-se-á em seguida explicar a forma que uma tal ultrapassagem assume em cada um dos casos.

GUIÃO nº 25

Filosofia não analítica da linguagem

Objectivos: Fornecer algumas orientações quanto a autores relevantes na filosofia contemporânea da linguagem não analítica. Saber o que procurar na obra de cada um dos quatro autores sob consideração (Heidegger, Foucault, Derrida, Habermas).

Martin HEIDEGGER (1889-1976)

Ser e Tempo (Sein und Zeit), 1927
A Essência da Verdade (Vom Wesen der Wahrheit), 1943
Carta sobre o Humanismo (Brief über der Humanismus), 1947 (escrito anexo a 'Platons Lehre der Wahrheit', A doutrina da verdade em Platão)
A Questão da Técnica (Der Frage nach der Technik), 1949
Introdução à Metafísica (Einführung in die Metaphysik), 1953
Ensaios e Conferências (Vorträge und Aufsätze), 1954
O Princípio do Fundamento (Der Satz vom Grund), 1957
A caminho da linguagem (Unterwegs zur Sprache), 1959

Jacques DERRIDA (1930-2004)

Primeiras obras:
Introdução à tradução da Origem da Geometria (de Husserl), 1962
De la Grammatologie, 1967
L'Écriture et la Différence, 1967
La Voix et le Phenomène, 1967
Marges de la Philosophie, 1972

Michel FOUCAULT (1926-1984)

Histoire de la folie à l'âge classique, 1961
Naissance de la clinique : une archéologie du regard médicale, 1963
Les Mots et les Choses - une archéologie des sciences humaines, 1966
L'archéologie du savoir, 1969
Surveiller et punir – naissance de la prison, 1975
La volonté de savoir (Histoire de la sexualité, volume 1), 1976
L'usage des plaisirs (Histoire de la sexualité, volume 2), 1984
Le souci de soi (Histoire de la sexualité, volume 3), 1984

Jürgen HABERMAS (1929 -)

Erkenntnis und Interesse (Conhecimento e Interesse), 1968
Technik und Wissenschaft als Ideologie (Ciência e Técnica como Ideologia), 1968

Theorie des Komunikativen Handelns (Teoria da Acção Comunicacional), 1981
Der Philosophische Diskurs der Moderne (O Discurso Filosófico da Modernidade), 1985
Faktizität und Geltung – Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstats (Entre factos e normas: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia), 1992

Heidegger: Ser e linguagem

O objecto da filosofia do 'primeiro Heidegger' (é costume referir assim o autor de *Ser e Tempo)*, é a questão (ocultada, esquecida) do sentido do ser. Heidegger define sentido como o 'articulável na compreensão desvelante'. O questionamento do ser começa com a entidade (*Dasein*[1]) cujo ser consiste em pôr tal questão. Na prática, analisando o *Dasein*, Heidegger propõe-se explicitar as pressuposições de qualquer entendimento factual (conhecimento prático, conhecimento científico) e analisar o que é compreender, num determinado horizonte histórico (uma vez que considera que 'o ser é acontecimento'). É isto que torna o seu pensamento uma hermenêutica ou teoria da interpretação, mais propriamente uma hermenêutica ontológica. Com *Ser e Tempo* e não sem razão, Heidegger passa a ser visto como um existencialista[2]. Na segunda fase da sua obra Heidegger rejeitará qualquer interpretação activa de tal existencialismo, defendendo uma concepção poético-expectante e meditativa da natureza do pensamento, por oposição ao que chama 'pensamento calculador e representacional', que seria característico do nosso tempo e da nossa civilização. A sua afirmação emblemática para a teoria da linguagem – 'a linguagem é a casa do ser' – deve ser compreendida neste contexto: há um sentido em que a linguagem mostra, desvela, que é irredutível a uma concepção representativa, referencial, de linguagem. Um dos propósitos da filosofia de Heidegger, quando põe em relevo o 'deixar aparecer' (*Erscheinenlassen*) que é a linguagem (ele também fala, por exemplo, de 'relação entre mortalidade, autenticidade e linguagem' e da 'obra de arte como instituição da verdade'), é mostrar os laços internos entre metafísica, subjectivismo e técnica que são característicos de uma determinada época do pensamento, a qual deveria dar lugar a uma outra forma de pensar (deixar ser) o ser.

---

1 'Dasein' significa existência. Este é o termo utilizado por Heidegger em *Sein und Zeit* para o existente individual, cuja 'essência' consiste em existir ('Das Wesen des Daseins liegt in seiner Existenz' são as palavras de Heidegger).

2 Temas da Analítica do Dasein tais como a angústica, o cuidado e a autenticidade são caracteristicamente existencialistas.

Foucault: a concepção de discurso, as formações discursivas e a genealogia/arqueologia como método

As obras de Michel Foucault analisam a emergência de conceitos, instituições e técnicas que caracterizam a cultura e as formas de vida modernas ocidentais. Nelas se encontram, assim, temas histórico-sociais tais como o início do enclausuramento daqueles que são, numa determinada época e sociedade, considerados loucos, a criação dos hospitais, a origem e enquadramento de determinadas práticas de repressão e punição, o nascimento da prisão, a origem das práticas de controlo de si (dirigidas por exemplo à sexualidade), etc. Foucault leva a cabo estas análises num quadro metodológico a que chama 'genealogia' e 'arqueologia dos discursos'. A concepção de filosofia como genealogia ou história crítica dos sistemas de pensamento, que, precisamente, permite a Foucault, por exemplo, interrogar-se sobre o que define a doença mental no seio da desrazão, acerca das ligações existentes entre as práticas religiosas de confissão e o comportamento sexual dos indivíduos, ou acerca das formações de poder que se estabelecem na constituição de sistemas de pensamento, liga Foucault a Nietzsche. Na verdade, Foucault pode ser visto como um historiador nietzscheano das ciências humanas. Foucault é, também, simplesmente, um historiador das ciências, um historiador na linhagem dos historiadores da ciência franceses G. Bachelard e G. Canguilhem, mas um historiador que visa sobretudo as ciências humanas e a maneira como em discursos tais como a psicopatologia, a medicina clínica, etc, se gera uma concepção de 'humano'. Ele é também um estudioso das práticas concretas (administrativas, punitivas, disciplinadoras) que moldam indivíduos humanos em épocas determinadas. A 'arqueologia' dos discursos procura especificar as condições que tornaram historicamente possível falar de uma determinada maneira acerca de um determinado assunto (por exemplo a loucura, ou a sexualidade). A relação com a teoria da linguagem é essa mesma: 'discursos' são para Foucault as coisas ditas, em contextos históricos de repetição de dadas enunciações. As regularidades definem 'formações discursivas', e é isso que cabe analisar.

Derrida: Gramatologia, escrita, diferença, texto, disseminação

As primeiras obras académicas do filósofo francês Jacques Derrida situam-se na linha de uma crítica à fenomenologia como ciência da consciência, devido ao 'privilégio da presença' que esta envolve. É ao privilégio da presença característico não apenas da fenomenologia mas do pensamento ocidental (a que

chama 'metafísica') que Derrida opõe a noção de 'escrita' (e várias outras – nomeadamente a noção de *différence / différance* – que ao longo do tempo lhe servirão para nomear a passagem pela exterioridade, a ausência, a falta, o sempre-já-não-originário que qualquer pensamento envolve). A 'gramatologia' pretende ser uma ciência da escrita e é um nome para o projecto filosófico geral de Derrida. Este é um projecto de 'desconstrução', uma desconstrução dos contextos de fundação e das hierarquias associada à presença/fundação/origem, tais como as que são expressas pelos pares oral/escrito, ficcional/verídico, cópia/original. Estas hierarquias a ser desconstruídas estão, segundo Derrida, por toda a parte no pensamento ocidental. Contra a nostalgia dos primórdios e das origens que povoa os textos de Heidegger, e maugrado a grande influência de Heidegger no seu pensamento, Derrida defende que não há nem nunca houve origem (um lugar de presença a si inicial, originador do pensar, do fazer, um lugar historicamente chamado por exemplo 'razão' ou 'consciência') mas sempre já diferença, inscrição da alteridade na mesmidade. Essa é a intuição básica de Derrida acerca da 'natureza' do pensamento e ele serve-se de conceitos ligados à linguagem para a exprimir (conceitos como 'écriture', 'trace', 'différence' – escrita, rastro, diferença). Uma outra formulação possível dessa intuição de Derrida é a seguinte: o pensamento é um 'entre' a que se chama 'texto', uma interpretação incontrolável a que se chama 'disseminação'.

Habermas: Linguagem, acção comunicacional, racionalidade

O filósofo alemão J. Habermas é um conhecido autor da Escola de Frankfurt. A Escola de Frankfurt foi fundada nos anos 30 do século XX por Max Horkheimer, tendo por objectivo elaborar uma Teoria Crítica Geral das sociedades contemporâneas através de uma investigação interdisciplinar. A Teoria Crítica pretendia ser uma reactualização do marxismo para as sociedades capitalistas avançadas. Do ponto de vista teórico, o próprio Habermas considera que a superação da ligação existente entre uma determinada linhagem de crítica social e a filosofia do sujeito é uma pré-condição da crítica social. É através da Teoria da Acção Comunicacional que Habermas leva a cabo uma crítica da razão centrada no sujeito. Esta é a raiz da ligação do pensamento de Habermas à teoria da linguagem (em termos de teoria social Habermas pretende também substituir, no lugar fundamental que esta ocupava, a categoria marxista do trabalho pela categoria da comunicação). Para a teoria da acção comunicacional Habermas vai buscar aportações diversas aos estudos sobre a linguagem, especialmente os estudos

pragmáticos, nomeadamente a teoria dos actos de fala de Austin e Searle. Habermas pretende pôr em relevo o potencial ético e crítico destes estudos sobre a linguagem; a sua ideia central é a de uma 'pragmática universal'. Habermas faz um estudo transcendental, à maneira de Kant, desta pragmática universal e considera-a uma condição de possiblidade de toda a acção social. A competência comunicacional representa assim para Habermas a possibilidade de acordo subjacente a toda a interacção humana. A partir da perspectiva pragmática torna-se claro o quanto estão envolvidas no entendimento linguístico determinadas pretensões de validade. A acção comunicacional é o nome da acção social coordenada através de actos de fala, nos quais e pelos quais os falantes pretendem à verdade/rectidão/sinceridade. Em traços gerais, o projecto filosófico habermasiano apoia-se numa teoria da linguagem e da racionalidade (chama-se 'racionalidade', no contexto da acção comunicacional, à disposição por parte dos sujeitos falantes e actuantes de se envolverem em modos de comportamento para os quais existem boas razões ou fundamentos, o que supõe a capacidade de considerar exigências de validade que repousam sobre o entendimento intersubjectivo). O projecto envolve uma ética (uma ética discursiva de linhagem kantiana) e conduz a uma teoria social e política da modernidade, uma teoria fundamentadora, racionalista e universalista. Com base na pragmática universal caracterizada pela teoria da acção comunicacional e contrariando o pendor pessimista de anteriores autores da Escola de Frankfurt tais como T. Adorno e M. Horkheimer, Habermas pretende recuperar o potencial emancipador e universalista do projecto civilizacional da Modernidade e mostrar que a razão instrumental não tem o papel totalmente dominante nas sociedades contemporâneas que as críticas pessimistas lhe atribuem.

Nota final

Uma vez percorridas as três partes deste curso introdutório, recomenda-se que os estudantes utilizem para uma recapitulação do teor das lições as questões para trabalhos de investigação e exames que se seguem, tendo consigo todos os textos e obras de leitura obrigatória (Frege, Russell e Wittgenstein), e se possível outros textos das leituras recomendadas. As sugestões para trabalhos de investigação representam um prolongamento daquilo que terá até aqui sido feito, e pretendem proporcionar o início da investigação própria em filosofia da linguagem que é referida no Prefácio como um dos principais objectivos do curso.

Avaliação

TEMAS DE TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO

- *"O significado: das teorias mentalistas tradicionais ao programa davidsoniano"*
- *"A referência: teorias descritivistas versus teorias causais"*
- *"Significado e referência: que relações?"*
- *"A verdade"*
- *"Teorias da verdade"*
- *"Significado e verdade"*
- *"Semântica e pragmática: que fronteiras?"*
- *"Semântica e pragmática: o estado do debate contextualismo / anti-contextualismo na filosofia da linguagem"*
- *"Acerca da forma lógica de expressões linguísticas – estaremos hoje muito distantes de Frege e Russell? (avaliação de propostas recentes de literalismo da forma lógica)"*
- *"Nomes próprios: um panorama histórico (Frege, Russell, Searle e Kripke)"*
- *"Língua natural e Begriffsschrift: semelhanças e diferenças"*
- *"Citação – uma história das teorias (a partir de W. V. Quine)"*
- *"Citação – o estado do debate"*
- *"Demonstrativos"*
- *"Descrições definidas – o estado contemporâneo do debate (a partir de P. Strawson e K. Donnellan)"*
- *"Será que a análise conceptual tradicional não era mais do que semântica lexical disfarçada? – Resposta ao repto de um analista conceptual 'naturalizado'"*
- *"Filosofia da linguagem, filosofia da mente e o 'axioma fundamental da filosofia analítica' (Dummett)?"*
- *F. Récanati, 'Literal Meaning' (2004) – uma análise*
- *"A evolução da obra de Chomsky: de 'Syntactic Structures' a 'Minimalist Program'"*
- *"N. Chomsky: a importância de um linguista revolucionário na história da ciência cognitiva"*
- *"História da investigação neurológica e psicológica sobre a linguagem" (sub-tema a especificar: por exemplo 'as afasias')*

- *"G. Frege – de Begriffschrift a Über Sinn und Bedeutung"*
- *"Qual é afinal a natureza dos 'Sinne' de Frege?"*
- *"Interpretações do pensamento de Frege: M. Dummett e T. Burge"*
- *"A filosofia da linguagem na obra de B. Russell"*
- *"B. Russell e o logicismo"*
- *"O atomismo lógico de B. Russell – linguagem e metafísica"*
- *"A ideia russelliana de análise lógica – origens e consequências"*
- *"Russell e Wittgenstein acerca de mente e linguagem"*
- *"Wittgenstein: as imagens das Investigações Filosóficas e a ideia de linguagem como 'acção'"*
- *"Wittgenstein – que importância na história da lógica?"*
- *"Wittgenstein e o pragmatismo"*
- *"Wittgenstein, a filosofia e a arte"*
- *"Filosofia da linguagem comum, teoria dos actos de fala e a ideia de 'problemas filosóficos substantivos'*
- *"A teoria dos actos de fala e o contextualismo de F. Récanati"*
- *"Grice e a intenção"*
- *"Intenção, contexto e convenção"*
- *"W. V. Quine e o 'behaviorismo linguístico': relações entre filosofia da linguagem e filosofia da mente"*
- *"Donald Davidson, Truth and Predication (2005) – uma análise"*
- *"Donald Davidson, linguagem e pensamento – que relações?"*
- *"Será o pensamento de Davidson apenas um prolongamento da filosofia quineana?"*
- *"Será que Quine e Davidson têm razão em considerar as noções de 'interpretação' e 'tradução' como um primeiro passo para compreendermos o que é pensar?"*
- *"O outro lado da linguagem: teorias da metáfora (de Aristóteles à teoria da relevância de Sperber e Wilson)"*
- *"O que faz de um filósofo um 'filósofo da linguagem'?" (aplicado a um autor não-analítico)*

Faculdade de Letras – Universidade do Porto
Licenciatura em Filosofia – 3º Ano

Filosofia da Linguagem I
Exame Final – Época Normal
2005/2006

13 de Janeiro de 2006

Duração: 2 h 30 min
Cotações: Questões 1, 2 e 3: 6 valores. Questão 4: 8 valores.
A resposta à **Questão 4** é **obrigatória**. De entre as restantes três questões, deve escolher duas.

I

> «Um segundo truque por trás do instinto de linguagem é capturado numa expressão de Wilhelm von Humboldt que constituiu um presságio de Chomsky: a linguagem faz um 'uso infinito de meios finitos'. (...) O princípio subjacente à gramática é pouco usual no mundo natural. Uma gramática é um exemplo de um sistema combinatório discreto.» Steven Pinker, *The Language Instinct.*

Identifique e exponha alguns problemas tratados em diferentes ciências da linguagem. Procure caracterizar o contraste entre tais problemas e problemas filosóficos relativos à linguagem.

II

> «A intenção de Frege em *Begriffsschrift* era construir uma linguagem simbólica adequada para qualquer teoria matemática, e, simultaneamente, delinear todas as regras de inferência (...) adequadas para incorporar todas as provas dentro de tal teoria. Este programa envolvia uma análise da linguagem (...)» Michael Dummett, *Frege – Philosophy of Language.*

Procure caracterizar de forma sucinta o programa filosófico de Frege. Por que razão foi esse programa tão importante para a filosofia da linguagem e para a filosofia em geral? (a sua resposta deve incluir uma análise das posições acerca de sentido e referência defendidas por G. Frege em *Über Sinn und Bedeutung*).

III

> «O assunto da denotação é de grande importância não só na lógica e na matemática mas também na teoria do conhecimento. Por exemplo, sabemos que o centro

de massa do sistema solar num determinado instante é um determinado ponto e podemos afirmar uma quantidade de proposições acerca dele; mas não temos um conhecimento por contacto deste ponto, o qual só conhecemos por descrição» B. Russell, *On Denoting.*

Que posições acerca de *referir* e *denotar* defende Russell em *On Denoting*? O que o conduziu a defender tais posições? De que forma evita Russell, com a Teoria das Descrições Definidas, compromissos fregeanos que lhe desagradavam?

IV

«(...) deve ser possível criar um andaime lógico ou *logisches Gerüst* – isto é, um sistema a priori capaz de modelizar a totalidade do mundo e portanto de fornecer a estrutura lógica de todas as descrições. Se isto fosse conseguido, faria para a linguagem em geral aquilo que a primeira parte dos *Princípios* de Herz tinha feito para a linguagem da mecânica.», A Janik & S. Toulmin, *Wittgenstein's Vienna.*

«Com a progressiva tomada de consciência dos erros cometidos no *Tractatus*, Wittgenstein começa igualmente a aperceber-se de qual a causa subjacente a esses erros. Trata-se de uma atitude dogmática que procura no mundo os pressupostos de que parte, que investiga o modo como o ideal se encontra na realidade, sem se interrogar sobre *se* esse será o caso. E os seus pressupostos anteriores revelam-se agora com nitidez: a ideia de que a linguagem tem uma função essencial – a função representativa; a ideia de que existe uma forma lógica exacta que terá que subjazer aos usos aparentemente confusos da linguagem; a ideia de que a Lógica terá de ser de uma *pureza cristalina*», A. Zilhão, *Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem – estudos sobre Wittgenstein.*

Caracterize, compare e critique as duas teorias da natureza da linguagem propostas por Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus* e nas *Investigações Filosóficas.* A sua resposta deve incluir uma descrição das posições de Wittgenstein relativamente à linguagem natural, à Lógica e à subjectividade em cada uma das obras.

A Professora,
Sofia Miguens

Faculdade de Letras – Universidade do Porto
Licenciatura em Filosofia – 3º Ano

Filosofia da Linguagem I
2005/2006

Exame Final – Época de Recurso
9 de Fevereiro de 2006

Duração: 2 h 30 min.
A resposta à **Questão 4** é **obrigatória**. De entre as restantes quatro questões, deve escolher duas.
Cotações: Questão 4: 6 valores. Questões 1, 2 e 3 e 5: 7 valores.

I

> «A ideia segundo a qual todas as línguas são combinações de um número finito de parâmetros básicos lança também luz sobre o paradoxo mais fundamental da aquisição da linguagem. Se existem de facto parâmetros, então as crianças podem chegar à tarefa da aprendizagem de linguagem com (...) conhecimentos desses parâmetros básicos (...) estes parâmetros e os princípios reguladores são aquilo a que Chomky chama "gramática universal"», M. Baker, *The Atoms of Language.*

> «Diferentes tipos de problemas neurológicos dão lugar a problemas na produção e entendimento do significado apropriado de uma palavra ou conceito», M. Gazzaniga et all, *Cognitive Neuroscience*

Procure caracterizar o problema da natureza da linguagem. Na sua resposta deve considerar a perspectiva de diversas ciências da linguagem, identificando essas ciências. Deve cobrir pelo menos os seguintes tópicos:

(1) gramáticas formais; intuições de gramaticalidade de falantes nativos; princípios filosóficos da linguística chomskyana; inatismo e universalidade versus relativismo (Hipótese Sapir-Whorf).
(2) modelos de processamento (compreensão e produção) da linguagem.
(3) localizações corticais da faculdade de linguagem, lesões neurológicas e défices cognitivos.

II

A partir da identificação dos temas de *Begriffsschrift, Fundamentos da Aritmética* e *Über Sinn und Bedeutung*, procure explicar a importância de G. Frege na história da filosofia analítica, relacionando-a com a importância da lógica formal para a análise da linguagem.

III

Exponha a teoria russelliana das descrições definidas a partir do pano de fundo epistemológico e ontológico desta. Explique a diferença proposta por Russell em *On Denoting* entre 'referir' e 'denotar'. Concorda com as teses defendidas por Russell? Exponha as suas razões e argumentos.

IV

A partir do estudo que fez da obra, procure documentar o seguinte esquema de leitura do *Tractatus*: «No *Tractatus* encontramos (i) um modelo ontológico, (ii) uma delimitação do pensável / dizível a partir de dentro, (iii) teses acerca do estatuto da lógica, (iv) ideias acerca da natureza da filosofia, (v) ideias acerca dos aspectos 'ético-estético-místicos' do pensamento».

V

Parta das seguintes imagens das *Investigações Filosóficas* para expor a teoria da significação defendida na obra: i) a cidade antiga, 'um labirinto de travessas e largos', rodeada de novos bairros periféricos com ruas regulares e casas uniformizadas' (Parágrafo 18), a caixa de ferramentas (Parágrafo 11). Procure ainda explicar o Argumento da Linguagem Privada, centrando-se na noção 'seguir-uma-regra'. Analise e critique as teses aí defendidas por Wittgenstein.

A Professora,
Sofia Miguens

Faculdade de Letras – Universidade do Porto
Licenciatura em Filosofia – 3º Ano

Filosofia da Linguagem I
Exame Final
6 de Dezembro de 2005

Duração: 2 h 30 min
Cotações: Questões 1, 2 e 3: 6 valores. Questão 4: 8 valores.
A resposta à **Questão 4** é **obrigatória**. De entre as restantes três questões, deve escolher duas.

1.

> «Em 1863, Carl Wernicke apresentou um artigo em que descrevia uma outra variedade de afasia revelada por pacientes com lesões na porção posterior do hemisfério esquerdo. Ao contrário dos pacientes de Broca, os pacientes de Wernicke falavam fluentemente (...) embora com numerosos erros lexicais (substituição de palavras) e frequentemente com erros fonológicos. Também tinham dificuldade em compreender a fala, revelando dificuldades semânticas e lexicais.», V. Fromkin & R. Rodman, *Introduction to Language.*

Compare, exemplificando, as problemáticas das ciências da linguagem com os problemas filosóficos relativos à linguagem.

2.

> «Somos assim levados a reconhecer o valor de verdade de uma frase como sendo a sua referência», G. Frege, *Über Sinn und Bedeutung.*

Por que razão são a frase e a referência tão importantes na concepção fregeana da natureza da linguagem? (A sua resposta deve incluir uma análise tão minuciosa quanto possível do texto *Über Sinn und Bedeutung* estudado nas aulas).

3.

«O assunto da denotação é de grande importância não só na lógica e na matemática mas também na teoria do conhecimento. Por exemplo, sabemos que o centro de massa do sistema solar num determinado instante é um determinado ponto e podemos afirmar uma quantidade de proposições acerca dele; mas não temos um conhecimento por contacto deste ponto, o qual só conhecemos por descrição» B. Russell, *On Denoting*

As posições de Russell acerca de denotação e de referência devem ser entendidas à luz do atomismo lógico. Explique porquê, incluindo na sua explicação uma análise da pertinência e da natureza da Teoria russelliana das Descrições Definidas (Deve centrar a sua análise em exemplos).

4.

> «A imagem lógica dos factos é o pensamento», *Tractatus*, 3.
> «Pensar não é um processo incorporal que dá a falar vida e sentido, e que poderia separar-se daquele, tal como o diabo retirou do chão a sombra de Schlemiehl.», *Investigações Filosóficas*, P. 339

Exponha, compare e avalie as concepções alternativas acerca da natureza do pensamento defendidas por L. Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus* e nas *Investigações Filosóficas.*

A Professora,
Sofia Miguens

Faculdade de Letras – Universidade do Porto
Licenciatura em Filosofia – 3º Ano

Filosofia da Linguagem I

Questões possíveis sobre os pontos do Curso não avaliados pelos exames apresentados:

A.

> «Um falante pode pretender que façamos alguma inferência deste tipo, e que cheguemos à conclusão de que Q.», Charles Travis, *Pragmatics.*

Em que medida é que a teoria dos actos de fala aproxima as questões da filosofia da linguagem das questões da filosofia da mente? (exemplifique com referências ao trabalho de John Austin e John Searle).

B.

> «Não temos que ir muito atrás na história da filosofia para encontrar filósofos a assumirem, de uma forma casual, que o único intuito, o único propósito interessante, de uma enunciação – isto é, de qualquer coisa que digamos – é ser verdadeira, ou, pelo menos, falsa.» John Austin, *Performative Utterances*

O que é que autores como John Austin e John Searle fizeram no sentido de mostrar que outras coisas interessantes além da verdade e da falsidade acontecem quando há enunciações?

C.

Que resultados obtém Quine em *On What There is* com a sua decisão de pensar na ontologia como um problema de filosofia da linguagem?

D.

Segundo Quine, a ontologia deve ser pensada como um problema de filosofia da linguagem. Concorda com esta afirmação? Justifique, expondo as análises de Quine em *On What There is.*

E.

Qual é a natureza de uma acção de acordo com a teoria da acção de D. Davidson? Como tem que ser o mundo para que existam acções?

F.

Por que razão é que a teoria da acção de D. Davidson o levou a especificar a sua conhecida proposta ontológica (o monismo anómalo)?

G.

April is the cruellest month, breeding
Lilacs out of the dead land, mixing
Memory and desire, stirring
Dull roots with spring rain

T.S.Eliot, *The Waste Land*

Qual lhe parece ser a relevância de uma teoria da metáfora na investigação da natureza da linguagem? Utilize como ponto de partida da sua resposta o texto acima bem como as teorias da metáfora analisadas nas aulas, nomeadamente as teoria de Aristóteles, da linguística cognitiva (Lakoff e Johnson), de U. Eco, de J. Searle, de D. Davidson e de J. Derrida.

G.

«Atingir o entendimento é o *telos* inerente da fala humana», J. Habermas
«A linguagem é a casa do ser», M. Heidegger

Caracterize e compare as concepções de M. Heidegger e J. Habermas acerca da natureza da linguagem.

H.

Quais lhe parecem ser as pretensões de M. Heidegger e J. Habermas relativas à natureza da linguagem e à importância desta no pensamento humano? Concorda com elas?

BIBLIOGRAFIA GERAL

A. Manuais e antologias de filosofia da linguagem

AUROUX, Sylvain, DESCHAMPS, Jacques & KOUROUGHI, Djamel 2004, *La philosophie du langage.* Paris, PUF.

BLACKBURN, Simon, 1984, *Spreading the Word: Groundings in the philosophy of language.* Oxford, Clarendon Press.

DEVITT, Michael, e STERELNY, Kim, 1999, *Language and Reality.* Oxford, Blackwell.

GARCÍA-CARPINTERO, Manuel, 1996, *Las palabras, las ideas y las cosas. Una presentación de la filosofia del lenguaje.* Barcelona, Ariel.

GARCIA-SUÁREZ, Alfonso, 1997, *Modos de significar: una introducción temática a la filosofia del lenguaje.* Madrid, Tecnos.

HALE, Bob & WRIGHT, Crispin, 1997, *A Companion to the Philosophy of Language.* Oxford, Blackwell.

LEPORE, Ernie & SMITH, Barry, 2006, *The Oxford Handbook of Philosophy of Language.* Oxford, Oxford University Press.

LUDLOW, Peter, 1997 (ed), *Readings in the Philosophy of Language.* Cambridge MA, MIT Press.

LYCAN, William, 1999, *Philosophy of Language.* London, Routledge.

MARTIN, R., 1987, *The Meaning of Language.* Cambridge MA, MIT Press.

MARTINICH, A.P. (ed), 1990, *The Philosophy of Language.* Oxford, Oxford University Press.

MILLER, Alexander, 1998, *Philosophy of Language.* London, UCL Press.

PÉREZ-OTERO, Manuel, GARCIA-CARPINTERO, Manuel, 2000, *Filosofía del Lenguage,* Textos Docents, Text-Guia. Barcelona, Edicions Universitat de Barcelona.

B. História da filosofia analítica

DUMMETT, M., 1993, *Origins of Analytic Philosophy.* Cambridge MA, Harvard University Press.

DUMMETT M, 1978, «Can analytical philosophy be systematic, or ought it to be?», in DUMMETT 1978, *Truth and Other Enigmas.*

FLOYD, Juliet & SHIEH, Sanford, 2001, *Future Pasts – the analytic tradition in twentieth-century philosophy.* Oxford, Oxford University Press.

JALES RIBEIRO, H., 2001, *Para compreender a história da filosofia analítica.* Coimbra, Minerva.

LOURENÇO, M.S, 1995, *A Cultura da Subtileza – Aspectos da Filosofia Analítica.* Lisboa, Colibri.

MARTINICH, A.P. & SOSA, D., 2001, *Analytic Philosophy – an anthology.* Oxford, Blackwell.

MARTINICH, A.P. & SOSA, D., 2001, *A Companion to Analytic Philosophy.* Oxford, Blackwell.

RORTY, Richard, 1975, *The linguistic turn – recent essays in philosophical method.* Chicago, The University of Chicago Press.

RORTY, Richard, 1979, *Philosophy and the mirror of nature.* Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

STROLL, Avrum, 2001, *Twentieth Century Analytic Philosophy.* New York, Columbia University Press.

C. Ciências da linguagem

C.1 Linguística, neurociência e ciência cognitiva em geral

BAK, Thomas, 2005, «Aphasia», *ACNR*, Vol 5, n. 2, may/june 2005.

BAKER, Marc C., 2001, *The Atoms of Language: the mind's hidden rules of grammar.* New York, Basic Books.

BECHTEL, William & GRAHAM, George, 1998, *A Companion to Cognitive Science.* Oxford, Blackwell.

BOCK, Katherine & GARNSEY, Susan, 1998, «Language Processing», in BECHTEL & GRAHAM, 1998.

DALBY, Andrew, 1998, *The dictionary of languages – the definite reference to more than 400 languages.* London, Bloomsbury.

DEACON, Terrence, 1998, «Language evolution and neuromechanisms», in BECHTEL & GRAHAM, 1998.

TERENCE LANGENDOEN, D, «Linguistic theory», in BECHTEL & GRAHAM 1998.

CHOMSKY, N., 1957, *Syntactic Structures.* The Hague, Mouton.

CHOMSKY, N., 1965, *Aspects of the Theory of Syntax.* Cambridge, MA, The MIT Press.

CHOMSKY, N., 1965, *Cartesian Linguistics.* New York, Harper and Row.

CHOMSKY, N.,1975, *Reflections on Language.* New York, Pantheon Books.

CHOMSKY, N., 1980, *Rules and Representations.* New York, Columbia University Press e Oxford, Blackwell (excertos em *Behavioral and Brain Sciences* 3 (1980): 1-61, 1980).

CHOMSKY, N.,1981, *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures.* Holland, Foris Publications.

CHOMSKY, N. 1982, *Language and the Study of Mind.* Tokyo, Sansyusya Publishing Co. Ltd.

CHOMSKY, N., 1986, *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use.* New York, Praeger Publishers, 1986. (trad. Portuguesa: *O Conhecimento da Língua – Sua Natureza, Origem e Uso*, Porto, Caminho, 1994)

CHOMSKY, N., 1987, *Language and Problems of Knowledge. The Managua Lectures.* Cambridge, The MIT Press.

CHOMSKY, N., 1993, *Language and Thought.* Wakefield, RI, Moyer Bell.

CHOMSKY, N. 1995, *The Minimalist Program.* Cambridge, MA, The MIT Press.

CHOMSKY, N., 2000, *New Horizons in the Study of Language and Mind.* Cambridge, Cambridge University Press.

ELLIS, A.W. & YOUNG, A.W. 1996, *Human cognitive neuropsychology: A textbook with readings.* London, Lawrence Erlbaum.

FROMKIN, Victoria & RODMAN, Robert, 1993, *An Introduction to Language.* New York, Harcourt Brace.

GAZZANIGA, M., IVRY, R. & MANGUN, G., 1998, *Cognitive Neuroscience. The Biology of the Mind.* New York, Norton.

GLEITMAN, L. & LIEBERMAN, M., (eds), 1995, *An invitation to cognitive science,* vol. I, Language. Cambridge Mass., MIT Press.

HAUSER, Marc D., CHOMKSY, Noam, TECUMSEH FITCH, W., «The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve?», *Science,* 298, 22 Nov. 2002.

JACKENDOFF, Ray, 2002, *Foundations of Language, Brain, meaning, grammar, evolution.* Oxford, Oxford University Press.

McCARTHY, R.A. & WARRIGTON, E.K., 1990, *Cognitive neuropsychology: a clinical introduction.* London, Academic Press.

MIGUENS, Sofia, 1998-1999, «Linguistas e Filósofos: maneiras de fazer teoria da mente», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série de Filosofia,* nº15-16, pp. 327-365.

MIRA MATEUS, M. Helena et al, 2003, *Gramática da Língua Portuguesa.* Lisboa, Caminho.

PAIVA RAPOSO, Eduardo, 1992, *Teoria da Gramática – a faculdade da linguagem.* Lisboa, Caminho.

PINKER, Stephen, 1994, *The Language Instinct.* London, Penguin.

PULVERMÜLLER, Friedemann, 2003, *The neuroscience of language.* Cambridge, Cambridge University Press.

C.2 Recursos na Internet

Neurociência da linguagem:

Center for developmental language disorders and cognitive neuroscience (UCL – London)
http://www.ucl.ac.uk/DLDCN/research.html

Institute of Cognitive Neuroscience (UCL – London)

http://www.icn.ucl.ac.uk/

MRC-CBU (Medical Research Council – Cognition and Brain Sciences Unit), Cambridge
http://www.mrc-cbu.cam.ac.uk/

Homepage de Noam Chomsky (MIT)
http://web.mit.edu/linguistics/www/chomsky.home.html

Homepage de Steven Pinker (Harvard University)
http://pinker.wjh.harvard.edu/

D. Frege, Russell e Wittgenstein

D.1 Gottlob Frege

D.1.1 Frege, fontes primárias

FREGE, Gottlob, 1879, *Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens*, Halle a. S.: Louis Nebert. Traduções inglesas: S. Bauer-Mengelberg, *Concept Script, a formal language of pure thought modelled upon that of arithmetic*, in J. vanHeijenoort (ed.), *From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967; M. Beaney, Begriffschrift a formula language of pure thought modelled on that of arithmetic, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*, Oxford: Blackwell

FREGE Gottlob,1884, *Die Grundlagen der Arithmetik: eine logisch-mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl*, Breslau: W. Koebner. Traduções inglesas: J.L. Austin, *The Foundations of Arithmetic: A logico-mathematical enquiry into the concept of number*, Oxford: Blackwell, segunda edição revista 1974; M. Beaney, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*, Oxford: Blackwell. Tradução portuguesa (com prefácio e notas) de António Zilhão, *Os Fundamentos da Aritmética*, Lisboa, INCM, 1992.

FREGE Gottlob,1891, «Funktion und Begriff», Vortrag, gehalten in der Sitzung vom 9. Januar 1891 der Jenaischen Gesellschaft für Medizin und Naturwissenschaft, Jena: Hermann Pohle. Traduções inglesas: «Function and Concept», por P. Geach in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach and M. Black, Oxford: Blackwell, terceira edição, 1980; M. Beaney, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*.

FREGE Gottlob, 1892a, «Über Sinn und Bedeutung», in *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 100: 25-50. Traduzido como «On Sense and Reference» por M. Black in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach & M. Black (eds. e trad.), Oxford: Blackwell, 3ª edição, 1980. Tradução inglesa tomada como referência: «On *Sinn* and *Bedeutung*», *in* M. Beaney (ed.), *The Frege Reader*, Blackwell, Oxford, 1997, pp. 151-171. Tradução portuguesa (brasileiro) de P. Alcoforado, «Sobre o sentido e a referência», in Paulo Alcoforado, *Lógica e Filosofia da Linguagem*, S.Paulo, Cultrix, 1978.

FREGE, Gottlob, 1892b, «Über Begriff und Gegenstand», in *Vierteljahresschrift für wissenschaftliche Philosophie*, 16: 192-205. Traduções inglesas: «Concept and Object», por P. Geach in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach & M. Black (eds. e trad.), Oxford, Blackwell, 3ª edição, 1980; também publicada em BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*.

FREGE Gottlob, 1893, *Grundgesetze der Arithmetik*, Jena, Verlag Hermann Pohle, Band I. Traduções inglesas: tradução parcial, *The Basic Laws of Arithmetic* por M. Furth, Berkeley, University of California Press, 1964; tradução de extractos por M. Beaney, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*.

FREGE, Gottlob, 1903, *Grundgesetze der Arithmetik*, Jena, Verlag Hermann Pohle, Band II.

FREGE, Gottlob, 1904, «Was ist eine Funktion?», in *Festschrift Ludwig Boltzmann gewidmet zum sechzigsten Geburtstage, 20. Februar 1904*, S. Meyer (ed.), Leipzig: Barth, 1904, pp. 656-666. Tradução inglesa: «What is a Function?», por P. Geach in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach & M. Black (eds. E trad.), Oxford, Blackwell, terceira edição, 1980.

FREGE Gottlob,1906, «Über die Grundlagen der Geometrie», *Jahresbericht der Deutschen Mathematiker-Vereinigung* 15, pp. 293-309 (Parte I), 377-403 (Parte II), 423-430 (Parte III). Tradução inglesa «On the Foundations of Geometry (Second Series)» por E.-H. W. Kluge, in *On the Foundatons of Geometry and Formal Theories of Arthmetic*, New Haven, Yale University Press, 1971.

FREGE Gottlob,1918, Der Gedanke, *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, 1, nº 2. Thought, tradução inglesa de P. Geach & R.H. Stoothof, in BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*.

D.1.2 Obras sobre Frege, incluindo *Companions* e *Readers*

BAKER, G. P. & HACKER, P.M.S, 1984, *Frege: Logical Excavations*. Oxford, Oxford University Press.

BEANEY, M., 1996, *Frege: Making Sense*. London, Duckworth.

BEANEY, M., 1997, *The Frege Reader*. Oxford, Blackwell.

BELL, D., 1979, *Frege's Theory of Judgment*. Oxford, Clarendon.

BOOLOS, G., 1986, «Saving Frege From Contradiction», *Proceedings of the Aristotelian Society*, 87 (1986/87): 137-151.

BOOLOS, G., 1987, «The Consistency of Frege's *Foundations of Arithmetic*», in J. Thomson (ed.), *On Being and Saying*, Cambridge, MA, The MIT Press, pp. 3-20.

BOOLOS, G., 1990, «The Standard of Equality of Numbers», in G. Boolos (ed.), *Meaning and Method: Essays in Honor of Hilary Putnam*, Cambridge, Cambridge University Press, 261-77.

BOOLOS, G., 1995, «Frege's Theorem and the Peano Postulates», *The Bulletin of Symbolic Logic* 1, 317-26.

BOOLOS, G., 1998, *Logic, Logic, and Logic*. Cambridge, MA, Harvard University Press.

BURGE, Tyler, 2005, *Truth, Thought, Reason – Essays on Frege*. Oxford, Oxford University Pres.

COFFA, J.A., 1991, *The Semantic Tradition from Kant to Carnap*, L. Wessels (ed.). Cambridge, Cambridge University Press.

COUTO SOARES, Luísa, 2000, *Conceito e sentido em Frege*. Porto, Campo das Letras.

CURRIE, G., 1982, *Frege: An Introduction to His Philosophy.* Brighton, Sussex, Harvester Press.

DEMOPOULOS, W., (ed.), 1995, *Frege's Philosophy of Mathematics.* Cambridge, MA, Harvard.

DUMMETT, M., 1973, *Frege: Philosophy of Language.* London, Duckworth.

DUMMETT, M., 1978, *Truth and Other Enigmas.* Cambridge, MA, Harvard University Press.

DUMMETT, Michael, 1978, «Frege's Philosophy», in DUMMETT 1978, *Truth and Other Enigmas.* Cambridge MA, Harvard University Press.

DUMMETT, M., 1981, *The Interpretation of Frege's Philosophy.* Cambridge, MA, Harvard University Press.

DUMMETT, M., 1991, *Frege: Philosophy of Mathematics.* Cambridge, MA, Harvard University Press.

DUMMETT, M., 1991, *Frege and Other Philosophers.* Oxford, Oxford University Press.

FURTH, M., 1967, «Editor's Introduction», in G. Frege, *The Basic Laws of Arithmetic,* M. Furth (trad. e ed.), Berkeley, University of California Press, pp. v-lvii.

GOLDFARB, W., 2001, «Frege's Conception of Logic», in J. Floyd & S. Shieh (eds.), *Future Pasts: The Analytic Tradition in Twentieth-Century Philosophy.* Oxford, Oxford University Press, 25-41.

HAAPARANTA, L., & HINTIKKA, J., (eds.), 1986, *Frege Synthesized.* Dordrecht, D. Reidel.

HECK, R., 1993, «The Development of Arithmetic in Frege's *Grundgesetze der Arithmetik*», *Journal of Symbolic Logic,* 58/2 (June): 579-601.

HOGDES, W., 2001, «Formal Features of Compositionality», *Journal of Logic, Language and Information,* 10: 7-28.

KLEMKE, E. D. (ed.), 1968, *Essays on Frege.* Urbana, IL, University of Illinois Press.

KENNY, Anthony, 1995, *Frege,* London, Penguin.

MacFARLANE, J., 2002, «Frege, Kant, and the Logic in Logicism», *Philosophical Review,* 111/1 (January): 25-66.

PARSONS, C., 1965, «Frege's Theory of Number», in M. Black (ed.), *Philosophy in America,* Ithaca, Cornell, 180-203.

PARSONS, T., 1981, «Frege's Hierarchies of Indirect Senses and the Paradox of Analysis», *Midwest Studies in Philosophy: VI,* Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 37-57.

PARSONS, T., 1987, «On the Consistency of the First-Order Portion of Frege's Logical System», *Notre Dame Journal of Formal Logic,* 28/1 (January): 161-168.

PARSONS, T., 1982, «Fregean Theories of Fictional Objects», *Topoi,* 1: 81-87.

PELLETIER, F.J., 2001, «Did Frege Believe Frege's Principle», *Journal of Logic, Language, and Information,* 10/1: 87-114.

PERRY, J., 1977, «Frege on Demonstratives», *Philosophical Review,* 86 (1977): 474-497.

RECK, E., & AWODEY, S. (trans./eds.), 2004, *Frege's Lectures on Logic: Carnap's Student Notes, 1910-1914*. Chicago and La Salle, IL, Open Court.

RESNIK, M., 1980, *Frege and the Philosophy of Mathematics*. Ithaca, NY, Cornell University Press.

RICKETTS, T., 1997, «Truth-Values and Courses-of-Value in Frege's *Grundgesetze*», in *Early Analytic Philosophy*, W. Tait (ed.), Chicago, Open Court, pp. 187-211.

RICKETTS, T., 1986, «Logic and Truth in Frege», *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume 70, pp. 121-140.

RICKETTS, T., no prelo, *The Cambridge Companion to Frege*, Cambridge: Cambridge University Press.

SAINSBURY, R. M., 1996, «Frege and Russell», *in* N. Bunnin e E. P. Tsui-James (eds.), *The Blackwell Companion to Philosophy*, Blackwell, Oxford, pp. 662-677.

SALMON, N., 1986, *Frege's Puzzle*, Cambridge. MA, MIT Press.

SCHIRN, M., (ed.), 1996, *Frege: Importance and Legacy*. Berlin, de Gruyter.

SLUGA, H., 1980, *Gottlob Frege*. London, Routledge and Kegan Paul.

SLUGA, H. (ed.), 1993, *The Philosophy of Frege*. New York, Garland (4 volumes).

SMILEY, T., 1981, «Frege and Russell», *Epistemologica* 4: 53-8.

WEINER, Joan, 1990, *Frege in perspective*. Ithaca, New York.

WEINER, Joan, 1999, *Frege*. Oxford, Oxford University Press.

WEINER, Joan, 2004, *Frege explained: from arithmetic to analytic philosophy*. Peru Illinois, Open Court.

WRIGHT, C., 1983, *Frege's Conception of Numbers as Objects*. Aberdeen, Aberdeen University Press.

ZILHÃO, António, 1992, Prefácio à tradução portuguesa de *Os Fundamentos da Aritmética*, in FREGE 1992.

D.1.3 Frege – Recursos na Internet

Catálogo cronológico das obras de Frege (PDF): http://plato.stanford.edu/entries/frege/catalog.pdf

Die Grundlagen der Arithmetik (PDF), texto original alemão:
http://www.ac-nancy-metz.fr/enseign/philo/textesph/Frege.pdf

Klement, Kevin, «Frege, Gottlob», Internet Encyclopedia of Philosophy
http://www.iep.utm.edu/f/frege.htm

Metaphysics Research Lab Web Page on Frege
http://mally.stanford.edu/frege.html

Zalta, Ed, 2005, «Gottlob Frege», The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2007 Edition), Edward N.Zalta (ed), URL= <http://plato.stanford.edu/entries/frege/>

D.2 Bertrand Russell

D.2.1 Escritos seleccionados, especialmente relevantes para a Filosofia da Linguagem

RUSSELL, Bertrand, 1901, «Recent Work on the Principles of Mathematics», *International Monthly*, 4, 83-101, também publicado como «Mathematics and the Metaphysicians» in Russell, Bertrand, *Mysticism and Logic*, London: Longmans Green, 1918, 74-96.

RUSSELL, Bertrand, 1905 «On Denoting», *Mind*, 14, 479-493. Também publicado em Russell, Bertrand, *Essays in Analysis*, London: Allen and Unwin, 1973, 103-119 e em Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge – Essays 1901-1950*, London, Allen & Unwin, 1956. (Tradução portuguesa não publicada de Daniel Amaro, com revisão científica de Sofia Miguens e João Alberto Pinto).

RUSSELL, Bertrand, 1908 «Mathematical Logic as Based on the Theory of Types», *American Journal of Mathematics*, 30, 222-262. Também publicado em Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge*, London: Allen and Unwin, 1956, 59-102 e em van Heijenoort, Jean, *From Frege to Gödel*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1967, 152-182.

RUSSELL, Bertrand, 1910, «Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description» *Proceedings of the Aristotelian Society*, 11, 108-128. Também publicado em Russell, Bertrand, *Mysticism and Logic*, London: Allen and Unwin, 1963, 152-167.

RUSSELL, Bertrand, 1912, «On the Relations of Universals and Particulars», *Proceedings of the Aristotelian Society*, 12, 1-24. Também publicado em Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge*, London, Allen and Unwin, 1956, 105-124.

RUSSELL, Bertrand 1918, 1919 «The Philosophy of Logical Atomism» *Monist*, 28, 495-527; 29, 32-63, 190-222, 345-380. Também publicado em Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge*, London, Allen and Unwin, 1956, 177-281.

RUSSELL, Bertrand 1924 «Logical Atomism» in Muirhead, J.H., *Contemporary British Philosophers*, London: Allen and Unwin, 1924, 356-383. Também publicado em Russell, Bertrand, *Logic and Knowledge*, London, Allen and Unwin, 1956, 323-343.

RUSSELL, Bertrand, 1919, «Descriptions», capítulo XVI de Russell, *Introduction to Mathematical Philosophy*, Routledge, London, pp. 167-180.

RUSSELL, Bertrand, 1912, «Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description», capítulo 5 de Russell, *The Problems of Philosophy*, Oxford University Press, Oxford, pp. 25-32.

D.2.2 Uma visão mais completa da obra de Russell: livros e principais antologias de ensaios[1]

RUSSELL, Bertrand, 1896, *German Social Democracy*. London, Longmans, Green.

---

[1] Esta bibliografia excede o âmbito da filosofia da linguagem – ela foi compilada tendo em vista apoiar os trabalhos de investigação sobre o autor que procuram inserir a filosofia da linguagem russelliana no contexto mais geral da sua obra.

RUSSELL, Bertrand, 1897, *An Essay on the Foundations of Geometry.* Cambridge, At the University Press.

RUSSELL, Bertrand, 1900, *A Critical Exposition of the Philosophy of Leibniz.* Cambridge, At the University Press.

RUSSELL, Bertrand, 1903, *The Principles of Mathematics.* Cambridge, At the University Press.

RUSSELL, Bertrand, 1910, 1912, 1913 (com Alfred North Whitehead), *Principia Mathematica,* 3 vols, Cambridge, Cambridge University Press. Second edition, 1925 (Vol. 1), 1927 (Vols 2, 3). Versão: *Principia Mathematica to *56,* Cambridge, Cambridge University Press, 1962.

RUSSELL, Bertrand, 1910, *Philosophical Essays.* London, Longmans, Green.

RUSSELL, Bertrand, 1912, *The Problems of Philosophy.* London, Williams and Norgate; New York, Henry Holt and Company.

RUSSELL, Bertrand, 1914, *Our Knowledge of the External World.* Chicago and London, The Open Court Publishing Company.

RUSSELL, Bertrand, 1916, *Principles of Social Reconstruction.* London, George Allen and Unwin. Repr. as *Why Men Fight,* New York: The Century Company, 1917.

RUSSELL, Bertrand, 1917, *Political Ideals.* New York, The Century Company.

RUSSELL, Bertrand, 1918, *Mysticism and Logic and Other Essays.* London and New York, Longmans Green. Também publicado como *A Free Man's Worship and Other Essays,* London, Unwin Paperbacks, 1976.

RUSSELL, Bertrand, 1919, *Introduction to Mathematical Philosophy.* London, George Allen and Unwin; New York, The Macmillan Company.

RUSSELL, Bertrand, 1921, *The Analysis of Mind.* London, George Allen and Unwin; New York, The Macmillan Company.

RUSSELL, Bertrand, 1923, *A Free Man's Worship.* Portland, Maine, Thomas Bird Mosher. Também publicado como *What Can A Free Man Worship?,* Girard, Kansas, Haldeman-Julius Publications, 1927.

RUSSELL, Bertrand, 1926, *On Education, Especially in Early Childhood.* London, George Allen and Unwin. Também publicado como *Education and the Good Life,* New York: Boni and Liveright, 1926. Resumido como *Education of Character,* New York, Philosophical Library, 1961.

RUSSELL, Bertrand, 1927, *The Analysis of Matter.* London, Kegan Paul, Trench, Trubner; New York, Harcourt Brace.

RUSSELL, Bertrand, 1927, *An Outline of Philosophy.* London, George Allen and Unwin. Repr. as *Philosophy,* New York: W.W. Norton, 1927.

RUSSELL, Bertrand, 1927, *Why I Am Not a Christian.* London, Watts, New York: The Truth Seeker Company.

RUSSELL, Bertrand, 1928, *Sceptical Essays.* London, George Allen and Unwin; New York, W.W. Norton.

RUSSELL, Bertrand, 1929, *Marriage and Morals.* London, George Allen and Unwin; New York, Horace Liveright.

RUSSELL, Bertrand, 1930, *The Conquest of Happiness.* London, George Allen and Unwin; New York, Horace Liveright.

RUSSELL, Bertrand, 1931, *The Scientific Outlook.* London, George Allen and Unwin; New York, W.W. Norton.

RUSSELL, Bertrand, 1935, *In Praise of Idleness.* London, George Allen and Unwin; New York, W.W. Norton.

RUSSELL, Bertrand, 1938, *Power: A New Social Analysis.* London, George Allen and Unwin; New York: W.W. Norton.

RUSSELL, Bertrand, 1940, *An Inquiry into Meaning and Truth.* London, George Allen and Unwin; New York, W.W. Norton.

RUSSELL, Bertrand, 1945, *A History of Western Philosophy.* New York, Simon and Schuster; London, George Allen and Unwin, 1946.

RUSSELL, Bertrand, 1948, *Human Knowledge: Its Scope and Limits.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

RUSSELL, Bertrand, 1949, *Authority and the Individual.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

RUSSELL, Bertrand, 1949, *The Philosophy of Logical Atomism.* Minneapolis, Minnesota: Department of Philosophy, University of Minnesota. Também publicado como *Russell's Logical Atomism,* Oxford: Fontana/Collins, 1972.

RUSSELL, Bertrand, 1950, *Unpopular Essays.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

RUSSELL, Bertrand, 1954, *Human Society in Ethics and Politics.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

RUSSELL, Bertrand, 1956, *Logic and Knowledge: Essays, 1901-1950.* London, George Allen and Unwin; New York, The Macmillan Company.

RUSSELL, Bertrand, 1956, *Portraits From Memory and Other Essays.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

RUSSELL, Bertrand, 1957, *Why I am Not a Christian and Other Essays on Religion and Related Subjects.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

RUSSELL, Bertrand, 1959, *My Philosophical Development.* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

RUSSELL, Bertrand, 1961, *The Basic Writings of Bertrand Russell. 1903-1959,* London, George Allen and Unwin; New York, Simon and Schuster.

RUSSELL, Bertrand, 1967, 1968, 1969 *The Autobiography of Bertrand Russell.* 3 vols, London: George Allen and Unwin; Boston and Toronto: Little Brown and Company (Vols 1 and 2), New York, Simon and Schuster (Vol. 3).

RUSSELL, Bertrand, 1969, *Dear Bertrand Russell.* London, George Allen and Unwin; Boston, Houghton Mifflin.

RUSSELL, Bertrand, 1973, *Essays in Analysis.* London, George Allen and Unwin.

RUSSELL, Bertrand, 1992, *The Selected Letters of Bertrand Russell.* London, Penguin Press.

D.2.3 Os *Collected Papers*

O projecto editorial Bertrand Russell está actualmente a publicar os *Collected Papers* de Russell. Quando a série estiver completa, estes volumes incluirão todos os escritos de Russell, excluindo correspondência e monografias anteriormente publicadas.

Vol. 1: *Cambridge Essays, 1888-99,* London, Boston, Sydney, George Allen and Unwin, 1983.
Vol. 2: *Philosophical Papers, 1896-99,* London and New York: Routledge, 1990.
Vol. 3: *Toward the* Principles of Mathematics, London and New York: Routledge, 1994.
Vol. 4: *Foundations of Logic, 1903-05,* London and New York: Routledge, 1994.
Vol. 6: *Logical and Philosophical Papers, 1909-13,* London and New York: Routledge, 1992.
Vol. 7: *Theory of Knowledge: The 1913 Manuscript,* London, Boston, Sydney: George Allen and Unwin, 1984.
Vol. 8: *The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays, 1914-19,* London: George Allen and Unwin, 1986.
Vol. 9: *Essays on Language, Mind and Matter, 1919-26,* London: Unwin Hyman, 1988.
Vol. 10: *A Fresh Look at Empiricism, 1927-42,* London and New York: Routledge, 1996.
Vol. 11: *Last Philosophical Testament, 1943-68,* London and New York: Routledge, 1997.
Vol. 12: *Contemplation and Action, 1902-14,* London, Boston, Sydney: George Allen and] Unwin, 1985.
Vol. 13: *Prophecy and Dissent, 1914-16,* London: Unwin Hyman, 1988.
Vol. 14: *Pacifism and Revolution, 1916-18,* London and New York: Routledge, 1995.
Vol. 15: *Uncertain Paths to Freedom: Russia and China, 1919-1922,* London and New York: Routledge, 2000.
Vol. 28: *Man's Peril, 1954-56,* London and New York: Routledge, 2003
Vol. 29: *"Détente" or Destruction, 1955-57.* London and New York: Routledge, 2005.

Próximos volumes:

Vol. 5: *Toward* Principia Mathematica, *1906-08.*
Vol. 16: *Labour and Internationalism, 1922-24.*
Vol. 17: *Behaviourism and Education, 1925-28.*
Vol. 18: *Science, Sex and Society, 1929-31.*
Vol. 19: *Fascism and Other Depression Legacies, 1931-33.*
Vol. 20: *Fascism and Other Depression Legacies, 1933-34.*

Vol. 21: *How to Keep the Peace: The Pacifist Dilemma, 1934-36.*
Vol. 22: *The Superior Virtue of the Oppressed and Other Essays, 1936-39.*
Vol. 23: *The Problems of Democracy, 1940-44.*
Vol. 24: *Civilization and the Bomb, 1944-47.*
Vol. 25: *Civilization and the Bomb, 1948-50.*
Vol. 26: *Respectability at Last, 1950-51.*
Vol. 27: *Respectability at Last, 1952-53.*
Vol. 30: *The Campaign for Nuclear Disarmament, 1957-60.*
Vol. 31: *A New Plan for Peace and Other Essays, 1960-64.*
Vol. 32: *The Vietnam Campaign, 1965-70.*
Vol. 33: *Newly Discovered Papers.*
Vol. 34: *Indexes.*

D.2.4 Alguns livros sobre Russell

BLACKWELL, Kenneth & RUJA, Harry, 1994, *A Bibliography of Bertrand Russell.* 3 vols, London, Routledge.

CLARK, Ronald William, 1975, *The Life of Bertrand Russell.* London, J. Cape.

CLARK, Ronald William, 1981, *Bertrand Russell and His World.* London, Thames and Hudson.

COPI, Irving, 1971, *The Theory of Logical Types.* London, Routledge and Kegan Paul.

DEWEY, John & KALLEN, Horace M. (eds), 1941, *The Bertrand Russell Case.* New York, Viking.

EAMES, Elizabeth R., 1969, *Bertrand Russell's Theory of Knowledge.* London, George Allen and Unwin.

EAMES, Elizabeth R., 1989, *Bertrand Russell's Dialogue with his Contemporaries.* Carbondale, Southern Illinois University Press.

FEINBERG, Barry & KASRILS, Ronald (eds), 1969, *Dear Bertrand Russell.* London, George Allen and Unwin.

FEINBERG, Barry & KASRILS, Ronald, 1973, 1983, *Bertrand Russell's America,* 2 vols. London, George Allen and Unwin.

GRATTAN-GUINNESS, I., 1977, *Dear Russell, Dear Jourdain: A Commentary on Russell's Logic, Based on His Correspondence with Philip Jourdain.* New York, Columbia University Press.

GRIFFIN, Nicholas, 1991, *Russell's Idealist Apprenticeship.* Oxford, Clarendon.

HAGER, Paul J., 1994, *Continuity and Change in the Development of Russell's Philosophy.* Dordrecht, Nijhoff.

HARDY, Godfrey H., 1942, *Bertrand Russell and Trinity.* Cambridge, Cambridge University Press.

HYLTON, Peter W. , 1990, *Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy.* Oxford, Clarendon.

IRVINE, A.D. (ed.), 1999, *Bertrand Russell: Critical Assessments*, 4 vols. London, Routledge.

IRVINE, A.D., & WEDEKING, G.A. (eds), 1993, *Russell and Analytic Philosophy*. Toronto, University of Toronto Press.

JAGER, Ronald, 1972, *The Development of Bertrand Russell's Philosophy*. London, George Allen and Unwin.

KLEMKE, E.D. (ed.), 1970, *Essays on Bertrand Russell*. Urbana, University of Illinois Press.

LANDINI, Gregory, 1998, *Russell's Hidden Substitutional Theory*. New York and Oxford, Oxford University Press.

LINSKY, Bernard, 1999, *Russell's Metaphysical Logic*. Stanford, CSLI Publications.

MONK, Ray, 1996, *Bertrand Russell: The Spirit of Solitude*. London, Jonathan Cape.

MONK, Ray, 2000, *Bertrand Russell: The Ghost of Madness*. London, Jonathan Cape.

MONK, Ray, & PALMER, Anthony (eds), 1996, *Bertrand Russell and the Origins of Analytic Philosophy*. Bristol, Thoemmes Press.

MOOREHEAD, Caroline, 1992, *Bertrand Russell*. New York, Viking.

NAKHNIKIAN, George (ed.), 1974, *Bertrand Russell's Philosophy*. London, Duckworth.

PARK, Joe, 1963, *Bertrand Russell on Education*. Columbus, Ohio State University Press.

PATTERSON, Wayne, 1993, *Bertrand Russell's Philosophy of Logical Atomism*. New York, Lang.

PEARS, David F., 1967, *Bertrand Russell and the British Tradition in Philosophy*. London, Collins.

PEARS, David F. (ed.), 1972, *Bertrand Russell: A Collection of Critical Essays*. New York, Doubleday.

ROBERTS, George W. (ed.), 1979, *Bertrand Russell Memorial Volume*. London, Allen and Unwin.

RODRIGUEZ-CONSUEGRA, Francisco A., 1991, *The Mathematical Philosophy of Bertrand Russell: Origins and Development*. Basel, Birkhauser Verlag.

RYAN, Alan, 1988 *Bertrand Russell: A Political Life*. New York, Hill and Wang.

SAVAGE, C. Wade & ANDERSON, Anthony (eds), 1989, *Rereading Russell: Essays on Bertrand Russell's Metaphysics and Epistemology*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

SCHILPP, Paul Arthur (ed.), 1944, *The Philosophy of Bertrand Russell*, Chicago, Northwestern University; 3ª ed., New York, Harper and Row, 1963.

SCHOENMAN, Ralph, ed., 1967, *Bertrand Russell: Philosopher of the Century*. London, Allen and Unwin.

SLATER, John G., 1994, *Bertrand Russell*. Bristol, Thoemmes.

TAIT, Katharine, 1975, *My Father Bertrand Russell*. New York, Harcourt Brace Jovanovich.

WOOD, Alan, 1957, *Bertrand Russell: The Passionate Sceptic*. London, Allen and Unwin.

D.2.5 Alguns artigos sobre Russell e a filosofia de Russell

D.2.5.1 Descrições definidas

DONNELLAN, Keith, 1966, «Reference and Definite Descriptions», *Philosophical Review*, 75, pp. 281-304.

KAPLAN, David, 1970, «What is Russell's Theory of Descriptions?», in Yourgrau, Wolfgang & Breck, Allen D. (eds), *Physics, Logic, and History*, New York, Plenum, 277-288. Também publicado em Pears, David F. (ed.), *Bertrand Russell: A Collection of Critical Essays*, Garden City, New York, Anchor Books, 1972, 227-244.

STRAWSON, Peter F., 1950, «On Referring», *Mind*, 59, 320-344. Também publicado in Flew, Anthony (ed.), *Essays in Conceptual Analysis*, London, Macmillan, 1960, 21-52, e em Klemke, E.D. (ed.), *Essays on Bertrand Russell*, Urbana, University of Illinois Press, 1970, 147-172.

D.2.5.2 Outros

BROAD, C.D., 1973, «Bertrand Russell, as Philosopher», *Bulletin of the London Mathematical Society*, 5, 328-341.

CARNAP, Rudolf, 1931, «The Logicist Foundations of Mathematics», *Erkenntnis*, 2, 91-105. Também publicado em Benacerraf, Paul & Putnam, Hilary (eds), *Philosophy of Mathematics*, 2ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1983, 41-52; em Klemke, E.D. (ed.), *Essays on Bertrand Russell*, Urbana, University of Illinois Press, 1970, 341-354; e Pears, David F. (ed.), *Bertrand Russell: A Collection of Critical Essays*, Garden City, New York, Anchor Books, 1972, 175-191.

CHURCH, Alonzo, 1976, «Comparison of Russell's Resolution of the Semantical Antinomies with That of Tarski», *Journal of Symbolic Logic*, 41, 747-760. Também publicado em A.D. Irvine, *Bertrand Russell: Critical Assessments*, vol. 2, New York and London, Routledge, 1999, 96-112.

CHURCH, Alonzo, 1974, «Russellian Simple Type Theory», *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 47, 21-33.

GANDY, R.O., 1973, «Bertrand Russell, as Mathematician», *Bulletin of the London Mathematical Society*, 5, 342-348.

GÖDEL, Kurt, 1944, «Russell's Mathematical Logic», in Schilpp, Paul Arthur (ed.), *The Philosophy of Bertrand Russell*, 3ª ed., New York, Tudor, 1951, 123-153. Também publicado em Benacerraf, Paul & Putnam, Hilary (eds), *Philosophy of Mathematics*, 2º ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1983, 447-469; e em Pears, David F. (ed.), 1972, *Bertrand Russell: A Collection of Critical Essays*, Garden City, New York, Anchor Books, 192-226.

HYLTON, Peter W., 1990, «Logic in Russell's Logicism», in Bell, David & Cooper, Neil (eds), *The Analytic Tradition: Philosophical Quarterly Monographs*, Vol. 1, Cambridge, Blackwell, 137-172.

IRVINE, A.D., 1989, «Epistemic Logicism and Russell's Regressive Method», *Philosophical Studies*, 55, 303-327.

LYCAN, William, 1981, «Logical Atomism and Ontological Atoms», *Synthese*, 46, 207-229.

PUTNAM, Hilary, 1967, «The Thesis that Mathematics is Logic», in Schoenman, Ralph (ed.), *Bertrand Russell: Philosopher of the Century*, London, Allen and Unwin, 273-303. Também publicado in Putnam, Hilary, *Mathematics, Matter and Method*, Cambridge, Cambridge University Press, 1975, 12-42.

QUINE, W.V., 1938, «On the Theory of Types», *Journal of Symbolic Logic*, 3, 125-139.

RAMSEY, F.P., 1926, «Mathematical Logic», *Mathematical Gazette*, 13, 185-194. Também publicado em Ramsey, Frank Plumpton, *The Foundations of Mathematics*, London, Kegan Paul, Trench, Trubner, 1931, 62-81; em Ramsey, Frank Plumpton, *Foundations*, London, Routledge and Kegan Paul, 1978, 213-232; e em Ramsey, Frank Plumpton, *Philosophical Papers*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, 225-244.]

SAINSBURY, R. M. 1996, «Frege and Russell», in N. Bunnin & E. P. Tsui-James (eds.), *The Blackwell Companion to Philosophy*, Blackwell, Oxford, pp. 662-677.

URQUHART, Alasdair, 1988, «Russell's Zig-Zag Path to the Ramified Theory of Types», *Russell*, 8, 82-91.

WEITZ, Morris, 1944, «Analysis and the Unity of Russell's Philosophy», in Schilpp, Paul Arthur (ed.), *The Philosophy of Bertrand Russell*, 3rd ed., New York, Tudor, 1951, 55-121.

D.2.6 Sobre Russell, em português

JALES RIBEIRO, Henrique, 1998, *Bertrand Russell e as origens da filosofia analítica –O impacto do Tractatus Logico-Philosophicus na filosofia de Russell.* Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento.

JALES RIBEIRO, Henrique, 2005, «Russell, Wittgenstein e a ideia de uma linguagem logicamente perfeita», *Revista Filosófica de Coimbra*, 27, 81-130.

GRAÇA, Adriana Silva, 1999, *Referência e denotação – Um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e de descrições.* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Doutoramento.

GRAÇA, Adriana Silva, 2001, «O atomismo lógico e a função referencial da linguagem», *Intelectu* 5, www.intelectu.com.

GRAÇA, Adriana Silva, 2002, «Referência e denotação: duas funções semânticas irredutíveis», *disputatio* nº 12, pp. 3-21.

D.2.7 Russell – Recursos na Internet

Bertrand Russell Gallery:
http://www.humanities.mcmaster.ca/~bertrand/

Bertrand Russell Research Centre:
http://www.humanities.mcmaster.ca/~russell/

Bertrand Russell Society:
http://www.users.drew.edu/~jlenz/brs.html

IRVINE, A. D., 2003, «Bertrand Russell», The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2007 Edition), Edward N.Zalta (ed), URL= <http://plato.stanford.edu/entries/russell/>

Russell, The Journal of Bertrand Russell Studies:
http://www.humanities.mcmaster.ca/~russell/journal.htm

The Bertrand Russell Archives:
http://www.mcmaster.ca/russdocs/russell.htm

D.3 Ludwig Wittgenstein

D.3.1 Escritos de Wittgenstein

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1922, *Tractatus Logico-Philosophicus*, C.K. Ogden (trad), London, Routledge & Kegan Paul. Originalmente publicado como "Logisch-Philosophische Abhandlung", in *Annalen der Naturphilosophische* Vol. XIV, 3/4, 1921. Traduções: *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1961 (D. F. Pears and B. F. McGuinness trads.), New York, Humanities Press. Tradução portuguesa: *Tratado Lógico-Filosófico*, 1987 (Manuel Lourenço trad.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1953, *Philosophical Investigations*, G.E.M. Anscombe e R. Rhees (eds.), G.E.M. Anscombe (trad.), Oxford: Blackwell. Edição alemã de referência: *Philosophische Untersuchungen*, 2003 (Joachim Schulte), Frankfurt, Suhrkamp. Tradução portuguesa: *Investigações Filosóficas*, 1987 (Manuel Lourenço trad.), Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1956, *Remarks on the Foundations of Mathematics*, G.H. von Wright, R. Rhees e G.E.M. Anscombe (eds.), G.E.M. Anscombe (trad), Oxford, Blackwell. Edição revista: 1978.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1958, *The Blue and Brown Books*, Oxford, Blackwell. Traduções portuguesas: *O Livro Azul*, Lisboa, Edições 70; *O Livro Castanho*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, 1961, Ludwig, *Notebooks 1914-1916*, G.H. von Wright e G.E.M. Anscombe (eds.), Oxford, Blackwell. Traduções portuguesa: *Caderno 1914-1916*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1964, *Philosophical Remarks*, 1964, R. Rhees (ed.), R. Hargreaves e R. White (trad.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1965, «A Lecture on Ethics», *The Philosophical Review* 74: 3-12.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1966, *Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*, C. Barrett (ed.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: *Aulas e Conversas*, Lisboa, Cotovia.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1967, *Zettel*, G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright (eds.), G.E.M. Anscombe (trad.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: 1989, *Fichas (Zettel)*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1967, «Remarks on Frazer's Golden Bough», R. Rhees (ed.), *Synthese* 17: 233-253.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1969, *On Certainty*, G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright (eds.), G.E.M. Anscombe e D. Paul (trads.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: 1990, *Da Certeza*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1971, *ProtoTractatus - An Early Version of Tractatus Logico- Philosophicus*, B.F. McGuinness, T. Nyberg, G.H. von Wright (eds.), D.F. Pears e B.F. McGuinness (trads.), Ithaca, Cornell University Press.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1973, *Letters to C.K. Ogden with Comments on the English Translation of the Tractatus Logico-Philosophicus*, G.H. von Wright (ed.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1974, *Letters to Russell, Keynes and Moore*, G.H. von Wright e B.F. McGuinness (eds.), Oxford, Blackwell (ed. paperback: 1997).

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1974, *Philosophical Grammar*, R. Rhees (ed.), A. Kenny (trad.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1976, *Wittgenstein's Lectures on the Foundations of Mathematics*, C. Diamond (ed.), Ithaca, Cornell University Press.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1977, *Remarks on Colour*, G.E.M. Anscombe (ed.), L. McAlister e M. Schaettle (trads.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: 1987, *Anotações sobre as cores*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1979, *Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle: Conversations Recorded by Friedrich Waismann*, B.F. McGuinness (ed.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1979, *Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1932-1935*, A. Ambrose (ed.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1980, *Culture and Value*, G.H. von Wright (ed.), P. Winch (trad.), Oxford, Blackwell. Tradução portuguesa: 1980, *Cultura e Valor*, Lisboa, Edições 70.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1980, *Remarks on the Philosophy of Psychology*, vol. 1, G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright (eds.), G.E.M. Anscombe (trad.); vol. 2, G.H. von Wright e H. Nyman (eds.), C.G. Luckhardt e M.A.E. Aue (trads.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1980, *Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1930-1932*, D. Lee (ed.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1982 / 1992, *Last Writings on the Philosophy of Psychology*, vol. 1, 1982, vol. 2, 1992, G.H. von Wright e H. Nyman (eds.), C.G. Luckhardt e M.A.E. Aue (trads.), Oxford, Blackwell.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1986, *Wittgenstein: Conversations, 1949-1951*, O.K. Bouwsma, J.L. Kraft e R.H. Hustwit (eds.), Indianapolis, Hackett.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1988, *Wittgenstein's Lectures on Philosophical Psychology 1946- 47*, P.T. Geach (ed.), London, Harvester.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1993, *Philosophical Occasions*, J. Klagge e A. Nordmann (eds.), Indianapolis, Hackett.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1997, *The Collected Manuscripts of Ludwig Wittgenstein on Facsimile CD Rom*,The Wittgenstein Archives at the University of Bergen (ed.), Oxford, Oxford University Press.

D.3.2 Biografias e enquadramento histórico

JANIK, Allan, e TOULMIN, Stephen, 1973, *Wittgenstein's Vienna.* New York, Simon and Schuster.

MALCOLM, N., 1958, *Ludwig Wittgenstein: A Memoir.* Oxford, Oxford University Press.

McGUINNESS, B., 1988, *Wittgenstein, a Life (1889-1921)*, University of California Press (paperback: 2005, *Young Ludwig: Wittgenstein's Life (1889-1921).* Oxford, Oxford University Press).

MONK, Ray, 1990, *Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius.* New York, Macmillan.

RHEES, Rush, 1984, *Recollections of Wittgenstein.* New York, Oxford University Press.

D.3.3 Sobre Wittgenstein: alguns volumes de ensaios

BLOCK, Ned, (ed.), 1981, *Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein.* Oxford, Blackwell.

CANFIELD, John V., (ed.), 1986, *The Philosophy of Wittgenstein*, vols. 1-15. New York, Garland Publishers.

COPI, I.M., a& R.W. BEARD, (eds.), 1966, *Essays on Wittgenstein's Tractatus.* London, Routledge.

CRARY, Alice & READ, Rupert (eds.), 2000, *The New Wittgenstein.* London, Routledge.

GRIFFITHS, A.P., (ed.), 1991, *Wittgenstein: Centenary Essays.* Cambridge, Cambridge University Press.

PITCHER, G. (ed.), 1968, *Wittgenstein, The Philosophical Investigations: A Collection of Critical Essays.* London, Macmillan.

SHANKER, S.G., (ed.), 1986, *Ludwig Wittgenstein: Critical Assessments*, vols.1-5. Beckenham, Croom Helm.

SLUGA, Hans D. & STERN, David G.(eds.), 1996, *The Cambridge Companion to Wittgenstein.* Cambridge, Cambridge University Press.

VESEY, G., (ed.), 1974, *Understanding Wittgenstein.* Ithaca, Cornell University Press.

D.3.4 Sobre Wittgenstein: Introduções e comentários ao *Tractatus* e às *Investigações*, alguns livros e artigos

ANSCOMBE, G.E.M., 1959, *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus.* London, Hutchinson.

BLACK, Max., 1967, *A Companion to Wittgenstein's Tractatus.* Ithaca, Cornell University Press.

BAKER, G.P. & P.M.S. HACKER, 1980, *Wittgenstein: Understanding and Meaning, Volume 1 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford, Blackwell.

BAKER, G.P. & P.M.S. HACKER, 1985, *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity, Volume 2 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford, Blackwell.

CAVELL, S., 1969, *Must We Mean What We Say?.* New York, Charles Scribner's Sons.

DIAMOND, C., 1991, *The Realistic Spirit.* Cambridge, MIT Press.

FOGELIN, R.J., 1987, *Wittgenstein.* London, Routledge & Kegan Paul, 1976 (2ª edição: 1987).

GLOCK, Hans-Johann, 1996, *A Wittgenstein Dictionary.* Oxford, Blackwell.

HACKER, P.M.S., 1972, *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein.* Oxford, Clarendon Press (2ª edição revista: 1986).

HACKER, P.M.S., 1990, *Wittgenstein: Meaning and Mind, Volume 3 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford, Blackwell.

HACKER, P.M.S., 1996, *Wittgenstein: Mind and Will, Volume 4 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford, Blackwell.

HACKER, P.M.S. 1996, *Wittgenstein's Place in Twentieth Century Analytic Philosophy.* Oxford, Blackwell.

HINTIKKA, M.B. & J. HINTIKKA, 1986, *Investigating Wittgenstein.* Oxford, Blackwell.

KENNY, A., 1973, *Wittgenstein.* Cambridge, Harvard University Press.

KENNY, A. 1984, *The legacy of Wittgenstein.* Oxford, Blackwell.

KENNY, A., 1994, *The Wittgenstein Reader.* Oxford, Blackwell.

KRIPKE, S., 1982, *Wittgenstein on Rules and Private Language: An Elementary Exposition.* Oxford, Blackwell.

MALCOLM, N., 1986, *Nothing is Hidden.* Oxford, Blackwell.

MARION, Ludwig, 2004, *Introduction au Tractatus logico-philosophicus.* Paris, PUF.

McGINN, Colin, 1984, *Wittgenstein on Meaning.* Oxford, Blackwell.

MOUNCE, H.O., 1981, *Wittgenstein's Tractatus: An Introduction.* Oxford, Blackwell.

PEARS, David, 1986, *Ludwig Wittgenstein.* Cambridge, Harvard University Press.

PEARS, David F., 1987, 1988, *The False Prison,* vols. I e II. Oxford, Oxford University Press.

PEARS, David 1996, «Wittgenstein», *in* N. Bunnin e E. P. Tsui-James (eds.), *The Blackwell Companion to Philosophy,* Blackwell, Oxford, pp. 685-701.

PEARS, David, 2004, *Wittgenstein's Philosophical Investigations – An introduction.* Cambridge, Cambridge University Press.

SLUGA, Mans, 1996, «L. Wittgenstein: Life and Work, an introduction», in Sluga & Stern 1996.

STERN, David, 1995, *Wittgenstein on Mind and Language.* Oxford, Oxford University Press.

STROLL, Avrum, 1994, *Moore and Wittgenstein on Certainty.* New York, Oxford University Press.

TRAVIS, Charles, 1989, *The Uses of Sense.* Oxford, Oxford University Press.

TRAVIS, Charles, 1997, «Pragmatics», in HALE & WRIGHT 1997.

TRAVIS, Charles, 2000, *Unshadowed Thought.* Cambridge MA, Harvard University Press.

TRAVIS, Charles, 2006, *Thought's Footing.* Oxford, Oxford University Press.

D.3.5 Sobre Wittgenstein, em português

DIAS, Maria Clara, 2000, *Os limites da linguagem.* Rio de Janeiro, Relume Dumará.

EIDINOW, John & EDMONDS, David, 2004, *O Atiçador de Wittgenstein – A História de uma Discussão de dez minutos entre dois grandes filosófos.* Lisboa, Temas e Debates.

GIL, Fernando, 2004, *A Convicção* (III[a] parte – Convicção, submissão, acção: Wittgenstein). Lisboa, INCM.

GRIFFIN, James, *O Atomismo Lógico de Wittgenstein.* Porto, Porto Editora, 2000.

LOURENÇO, M.S., 1986, *Espontaneidade da Razão.* Lisboa, INCM.

MARQUES, António, 1999, «O estatuto da expressão em Wittgenstein», *Cadernos de Filosofia,* 5.

MARQUES, António, 2003, *O interior – linguagem e mente em Wittgenstein.* Lisboa, FCT/FCG, 2003.

MARQUES, António, 2003, «Observações sobre intencionalidade nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein», in A. Cardoso & J.M. Justo, *Sujeito e Passividade,* Lisboa, Colibri.

MARQUES, António, 2003, «Assimetrias da predição», in Maria Helena Mateus & Clara Nunes Correia, *Saberes no tempo,* Lisboa, Colibri.

MARQUES, António, 2003, «De que falamos quando falamos da autoridade da 1[a] pessoa», in H. Jales Ribeiro org, *Actas do 1º Encontro Nacional de Filosofia Analítica,* Coimbra, Faculdade de Letras.

MELO, Adélio, 1982, «Sentido e desfiguração metafísica no *Tractatus* de Wittgenstein», *Revista Portuguesa de Filosofia,* XXXVIII, 1.

MELO, Adélio, 1991, «Pluralismo, pragmatismo e jogos de linguagem», in *Revista da Faculdade de Letras,* Série de Filosofia, nº8.

MOURA, Vítor, 1997, *Autonomia dos Mundos – Traços Gestaltistas na obra de Ludwig Wittgenstein.* Braga, Angelus Novus.

PEARS, David, 1994, *As Ideias de Wittgenstein.* São Paulo, Cultrix.

THEMUDO, Marina, *Ética e Sentido – Ensaio de reinterpretação do Tractatus Logico-Philosophicus de Ludwig Wittgenstein.* Coimbra, Almedina.

TUNHAS, Paulo, 2003, Entre o enigma e a banalidade. Wittgenstein e a questão: «O que é pensar?»", *in Análise* 24, pp. 43-94.

ZILHÃO, António, 1993, *Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem – Estudos sobre Wittgenstein*, Lisboa, Colibri.

D.3.6 Wittgenstein – Recursos na Internet

Arquivo Wittgenstein de Cambridge:
http://www.wittgen-cam.ac.uk/

BILETZKI, A. & MATAR, A, 2002, «Ludwig Wittgenstein», in The Stanford Encyclopedia of Philosophy, (Spring 2007 Edition), Edward N.Zalta (ed), URL= <http://plato.stanford.edu/entries/wittgenstein/>

HUMPHREY, John, Comentário a S. Kripke 1980, Wittgenstein on Rules and Private Language:
http://krypton.mnsu.edu/~witt/

SHAWVER, Lois, Comentário às Investigações Filosóficas:
http://www.dnai.com/~rathbone/lwtocc.htm

The Wittgenstein Archives at the University of Bergen:
http://gandalf.aksis.uib.no/wab/

LAVENTHOL, Jonathan, Tractatus, estrutura (mapa com ligações ao texto):
http://www.kfs.org/~jonathan/witt/mapen.html

Versões originais do Tractatus, em alemão e em inglês (hipertexto da edição (bilingue) Ogden):
http://www.kfs.org/~jonathan/witt/tlph.html

E. Comunicação: actos de fala, programa de Grice, pragmática, teoria da relevância, contextualismo /anti-contextualismo.

AUSTIN, John, 1961, «Performative Utterances», in *Philosophical Papers*, 3ª ed., J. Urmson & G. Warnock (eds), Oxford, Oxford University Press.

AUSTIN, John, 1962, *How to Do Things With Words.* Cambridge MA, Harvard University Press.

BLACKBURN, Simon, 1998, «Meaning and communication», in E. Craig (ed.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, Routledge, London e New York.

CAPPELEN, Herman & LEPORE, Ernie, 2005, *Insensitive Semantics.* Oxford, Blackwell.

CAPPELEN, Herman & LEPORE, Ernest, 2005, «Radical and Moderate Pragmatics: Does Meaning Determine Truth Conditions?», in Z. G. Szabó (ed.), *Semantics versus Pragmatics*, Clarendon Press, Oxford, pp. 45-71.

CAPPELEN, Herman & LEPORE, Ernest, 2005, «Quotation», *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, http://plato.stanford.edu/entries/quotation/

CARSTON, Robyn, 2002, *Thoughts and Utterances – the pragmatics of explicit communication.* Oxford, Blackwell.

DAVIS, Wayne A., 1998, «Implicature», in E. Craig (ed.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy,* volume 4, Routledge, London e New York, pp. 721-725.

DUMMETT, Michael, 1974, «The Social Character of Meaning», in M. Dummett, *Truth and Other Enigmas,* Duckworth, London, 1992, pp. 420-430.

DUMMETT, Michael, 1989, «Language and Communication», in M. Dummett, *The Seas of Language,* Clarendon Press, Oxford, 1993, pp. 166-187.

GRICE H. P., 1957, «Meaning», *Philosophical Review* 66, 377-388.

GRICE, H. P., 1989, *Studies in the Way of Words.* Harvard University Press, Cambridge, Mass.

GRICE, H. P., 1969, «Utterer's meaning and intentions», in Grice 1989, pp. 86-116.

GRICE, H. P., 1975, «Logic and Conversation», in Grice 1989, pp. 22-40.

PREYER, Gerhard & PETER, Georg, 2005 (ed.), *Contextualism in Philosophy – Knowledge, Meaning and Truth.* Oxford, Oxford University Press.

RECANATI, François, 1993, *Direct Reference: from language to thought.* Oxford, Blackwell.

RECANATI, François, 1994, «Contextualism and anti-contextualism in the philosophy of language», *in* S. L. Tsohatzidis (ed.), *Foundations of speech act theory,* London, Routledge, pp. 156-166.

RECANATI, François, 1998, «Pragmatics», in *Routledge Encyclopedia of Philosophy,* vol. 7, pp. 620-633, London, Routledge

RECANATI, François, 2004, *Literal Meaning.* Cambridge, Cambridge University Press.

SEARLE, John R., 1969, *Speech Acts.* Cambridge, Cambridge University Press.

SEARLE, John R., 1978, «Literal Meaning», in J. Searle 1979, pp. 117-136.

SEARLE, John R., 1979, *Expression and Meaning.* Cambridge, Cambridge University Press.

SEARLE, John R., 1983, *Intentionality.* Cambridge, Cambridge University Press.

SEARLE, John R., 1989, «Individual intentionality and social phenomena in the theory of speech acts», in Deledalle (ed.), *Semiotics and Pragmatics,* John Benjamins, Amsterdam e Philadelphia, pp. 3-17.

SEARLE, John R., 1998, *Mind, Language and Society.* Basic Books, New York.

SEARLE, John R, 1999, Mente, linguagem, sociedade – uma entrevista com J. R. Searle, (entrevista realizada por Mafalda Eiró Gomes), *Cadernos de Filosofia,* nº 5, pp. 87-102. Também em http://www.ifl.pt/entrevistasearleP.pdf.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre, 2001, *Relevância.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (ed. original 1986).

TRAVIS, Charles, 1997, «Pragmatics» in CRISPIN & WRIGHT 1997.

TRAVIS, Charles, 2000, *Unshadowed Thought.* Cambridge MA, Harvard University Press.

F. W. V. O. Quine

QUINE, W. V. 1934, *A System of Logistic.* Cambridge, MA, Harvard University Press.

QUINE, W. V. 1940, *Mathematical Logic.* New York, Norton.

QUINE, W. V. 1941, *Elementary Logic.* Boston & New York, Ginn.

QUINE, W. V. 1944, *O sentido da nova lógica.* São Paulo, Livraria Martins Editora.

QUINE, W. V. 1950, *Methods of Logic.* New York, Holt.

QUINE, W. V. 1953, *From a Logical Point of View: 9 Logico-Philosophical Essays.* Cambridge, MA, Harvard University Press.

QUINE, W. V. 1953a, «On What There Is», in QUINE, W. V. 1953.

QUINE, W. V. 1953b, «Two Dogmas of Empiricism», in QUINE, W. V. 1953.

QUINE, W. V. 1960, *Word and Object.* Cambridge, MA, MIT Press.

QUINE, W. V. 1963, *Set Theory and Its Logic.* Cambridge, MA, Harvard University Press, Belknap Press. Edição revista: Harvard University Press, Belknap Press, 1969.

QUINE, W. V., 1966, *Selected Logic Papers.* New York, Random House.

QUINE, W. V. 1966, *The Ways of Paradox and Other Essays.* New York, Random House.

QUINE, W. V. 1969, *Ontological Relativity and Other Essays.* New York & London, Columbia University Press.

QUINE, W. V. 1969a, «Ontological Relativity», in QUINE, W. V. 1969

QUINE, W. V. 1969b, «Epistemology Naturalized», in W. V. QUINE 1969.

QUINE, W. V. (com J.S. Ullian.) 1970, *The Web of Belief.* New York, Random House.

QUINE, W. V. 1970, *Philosophy of Logic.* Foundations of Philosophy Series. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.

QUINE, W. V. . 1970a, «Meaning and Truth», in QUINE 1970 (Capítulo 1).

QUINE, W. V. 1974, *The Roots of Reference,* The Paul Carus Lectures, 14. LaSalle, IL, Open Court.

QUINE, W. V. 1981. *Theories and Things.* Cambridge, MA, Harvard University Press.

QUINE, W. V. 1981 a, «Five Milestones of Empiricism»

QUINE, W. V. 1985, *The Time of My Life: An Autobiography.* Cambridge, MA, MIT Press, Bradford Book.

QUINE, W. V. 1987, *Quiddities: An Intermittently Philosophical Dictionary.* Cambridge, MA, Belknap Press of Harvard University Press.

QUINE, W. V. 1990, *Pursuit of Truth.* Cambridge, MA, Harvard University Press.

QUINE, W. V. 1990, *Dear Carnap, Dear Van: The Quine-Carnap Correspondence and Related Work.* Editado por (e com uma introdução de) Richard Creath. Berkeley, University of California Press.

QUINE, W. V. 1995, *From Stimulus to Science.* Cambridge, MA, Harvard University Press.

QUINE, W. V. 1998, «Autobiography», in HAHN, E. & SCHILPP, P.,1998.

F.1 Sobre Quine

BARRETT, Robert & GIBSON, Roger 1993, *Perspectives on Quine.* Oxford, Blackwell.

HAHN, E. & SCHILPP, P. (eds.), 1998, *The Philosophy of W.O.Quine,* The Library of Living Philosophers. Chicago, Open Court.

F.2 Quine em português[2]

BRANQUINHO, João (ed), 1990. *Existência e Linguagem – ensaios de metafísica analítica.* Lisboa, Presença.

CARRILHO, M.M., 1991 (org), *Epistemologia: posições e problemas,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FONSECA, João, 2001, *Indeterminação e Sentido: Axioma quineano, tese da indeterminação e teorias do sentido.* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Dissertação de Doutoramento.

SÁÁGUA, J., 1991, «Epistemologia e linguagem», in Carrilho, M.M., (org.) *Dicionário do Pensamento Contemporâneo,* Lisboa, Dom Quixote.

SÁÁGUA, J (org), 1996. *Quine: Filosofia e Linguagem.* Asa, Porto.

SÁÁGUA, J, 1996, «Lógica e empirismo», in SÁÁGUA, J (org), 1996, pp.1-7.

SÁÁGUA, J, 1997. Quine, Recensão crítica de *From Stimulus to science, disputatio 2,37-49.*

---

[2] As traduções existentes e incluídas em Branquinho (ed) 1990, Carrilho (org) 1991 e Sàágua (org) 1996 estão assinaladas no Guião nº 22 (Quine – Vida e obra). Aqui assinalam-se apenas as obras onde estas se encontram.

F.3 Quine – recursos na Internet

REY, George, «The analytic-syntetic distinction», *The Stanford Encyclopedia of Philosophy,* Edward N. Zalta (ed.), (Spring 2007 edition), <http://plato.stanford.edu/entries/analytic-synthetic/>

Willard van Orman Quine (1908-2000) (página mantida por Douglas Boynton Quine)*:* http://www.wvquine.org/

G. Donald Davidson

G.1 Livros

DAVIDSON, Donald 1957, *Decision-Making: An Experimental Approach* com P. Suppes. Stanford, Stanford University Press.

DAVIDSON, Donald, 1980, *Essays on Actions and Events.* Oxford, Oxford University Press.

DAVIDSON, Donald, 1984, *Inquiries into Truth and Interpretation.* Oxford, Oxford University Press.

DAVIDSON, Donald, 2001, *Subjective, Intersubjective, Objective.* Oxford, Clarendon Press.

DAVIDSON, Donald, 2004, *Problems of Rationality, Objective,* Oxford, Clarendon Press.

DAVIDSON, Donald, 2005, *Truth, Language and History, Objective,* Oxford, Clarendon Press.

DAVIDSON, Donald, 2005, *Truth and Predication.* Cambridge MA, Belknap, Harvard University Press.

G.2 Vida e obra de Davidson

DAVIDSON, Donald, 1999, «Intellectual Autobiography», in Hahn (ed.), 1999.

LEPORE, Ernest, Entrevista a Donald Davidson, in DAVIDSON, Donald, 2004, pp. 231-265.

LEPORE, Ernest e LUDWIG, Kirk, 2004, «Donald Davidson», *Midwest Studies in Philosophy,* XXVIII, 309-332.

G.3 Sobre Davidson

ENGEL, Pascal, 1994, *Davidson et la philosophie du langage.* Paris, PUF.

EVNINE, Simon, 1991, *Donald Davidson.* Cambridge, Polity Press.

FODOR, Jerry & LEPORE, Ernest 1992, *Holism: A Shopper's Guide,* Oxford, Blackwell (capítulo 3, Meaning Holism and Radical Interpretation).

HAHN, E., (ed.), 1999, *The Philosophy of Donald Davidson,* The Library of Living Philosophers. Chicago, Open Court.

KOTATKO, Petr, PAGIN, Peter & SEGAL, Gabriel (eds.), 2001, *Interpreting Davidson.* Stanford: CSLI Publications.

LEPORE, Ernest and McLAUGHLIN, Brian (eds.), 1985, *Actions and Events: Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson.* Oxford, Basil Blackwell.

LEPORE, Ernest (ed) 1986, *Truth and Interpretation: Perspectives on the philosophy of Donald Davidson.* Oxford, Blackwell.

LEPORE, Ernest e LUDWIG, Kirk 2003, «Truth and Meaning», *in* K. Ludwig (ed.), *Donald Davidson.* Cambridge, Cambridge University Press, pp. 35-63.

LEPORE, Ernest & LUDWIG, Kirk 2005. *Donald Davidson: Meaning, Truth, Language and Reality.* Oxford, Clarendon Press.

LUDWIG, Kirk, (ed.), 2003, *Donald Davidson.* Cambridge, Cambridge University Press.

MALPAS, J. E., 1992, *Donald Davidson and the Mirror of Meaning.* Cambridge, Cambridge University Press.

PREYER, Gerhard, SIEBELT, Frank & ULFIG, Alexander (eds.), 1994, *Language, Mind and Epistemology.* Dordrecht, Kluwer.

RAMBERG, Bjorn, 1989, *Donald Davidson's Philosophy of Language: An Introduction.* Oxford, Blackwell.

STOECKER, Ralf (ed.), 1993, *Reflecting Davidson.* Berlin, W. de Gruyter.

ZEGLEN, Ursula M. (ed.), 1991, *Donald Davidson: Truth, meaning and knowledge.* London, Routledge.

G.4 Davidson – recursos na Internet

MALPAS, Jeff, 1996, *«Donald Davidson», The Stanford Encyclopedia of Philosophy,* Edward N. Zalta (ed.), (Spring 2007 edition)
<http://plato.stanford.edu/entries/davidson/>

H. Metáfora

ARISTÓTELES, 1992, *Poética,* Lisboa, INCM.

ARISTÓTELES, 1991, *Rhétorique,* Paris, Le Livre de Poche.

CARSTON, Robyn, Metaphor, in CARSTON 2002.

DAVIDSON, Donald, 1984, «What Metaphors Mean», DAVIDSON 1984.

DERRIDA, J., 1986, Mitologia Branca, em *Margens da Filosofia.* Porto, Rés.

ECO, Umberto, 2001, «Metáfora e Semiose», em *Semiótica e Filosofia da Linguagem,* Lisboa, Instituto Piaget.

JAKOBSON, Roman, 1956, «Two Aspects of Language and Two Types of Aphasic Disturbances», in Jakobson, R. & Halle, M., *Fundamentals of Language,* Mouton, The Hague.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark, 1980, *Metaphors We Live By.* Chicago, The University of Chicago Press.

RICOEUR, Paul, 1983 (1ª ed), *A Metáfora Viva.* Porto, Rés.

SEARLE, J., 1979, «Metaphor», in *Expression and Meaning.* Cambridge, Cambridge University Press.

I. Filosofia não analítica da linguagem

BENNINGTON, Geoffrey 1998. «Derrida» in CRITCHLEY, S. & SCHROEDER, William 1998.

BERNSTEIN, Richard, 1991, *The New Constellation.* Cambridge MA, The MIT Press.

CAPUTO, John, 1998, «Heidegger», in CRITCHLEY, S. & SCHROEDER, W. 1998.

CLARK, Timothy, 2002, *Martin Heidegger.* London, Routledge.

CRITCHLEY, S. & SCHROEDER, William 1998. *A Companion to Continental Philosophy.* Oxford, Blackwell.

HABERMAS, Jürgen, 1990, *O Discurso Filosófico da Modernidade.* Lisboa, Dom Quixote.

McCARTHY, Thomas, 1998. «Habermas», in CRITCHLEY, S. & SCHROEDER, William 1998.

MIGUENS, Sofia, «Um certo desdém de Habermas face a Derrida», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* vol. 39 (1-2), 1999, pp.11-32.

PATTON, Paul, 1998, «Foucault», in CRITCHLEY, S. & SCHROEDER, William 1998.

J. Outras referências

DUMMETT, Michael, 1975, «What is a Theory of Meaning», in S. Guttenplan (ed.), *Mind and Language,* Cambridge: Cambridge University Press.

DONNELAN, Keith, 1990 (1966), «Reference and definite descripions», in MARTINICH 1990.

EVANS, Gareth, 1982, *The Varieties of Reference,* Oxford, Oxford University Press.

HARMAN, Gilbert 1999 (1975), «Language, Thought, and Communication», *in* G. Harman, *Reasoning, Meaning and Mind,* Clarendon Press, Oxford, 1999, pp. 166-182.

LYCAN, William G. 1984, *Logical Form in Natural Language,* MIT Press, Cambridge, Mass.

McDOWELL, John 1980, «Meaning, Communication, and Knowledge», *in* J. McDowell, *Meaning, Knowledge, and Reality,* Harvard University Press, Cambridge (Mass.), 1998, pp. 29-50.

PLATTS, Mark 1997, *Ways of Meaning,* 2ª ed. Cambridge, Mass, MIT Press.

PUTNAM, Hilary, 1975, *Philosophical Papers vol. II Mind Language and Reality.* Cambridge, Cambridge University Press.

PUTNAM, Hilary 1975, «The meaning of 'meaning'», *in* H. Putnam, *Mind, Language and Reality*, Cambridge University Press, Cambridge, 1975, pp. 215-271.

RUMFITT, Ian, 1995, «Truth Conditions and Communication», *Mind* 104, pp. 827-862.

SÁÁGUA, João, 1993, «Lógica e Filosofia», *Crítica*, 10, 85-125

SÀÁGUA, João 2001, *Lógica para as Humanidades*. Edições Colibri, Lisboa.

SÀÁGUA, João 2002, *Lógica, Linguagem e Comunicação*. Edições Colibri, Lisboa.

SANTOS, Ricardo 2002, «Condições de Verdade», *Cadernos de Filosofia*, 11, 2002, pp. 59-87.

SANTOS, Ricardo, 2003*a*, *A Verdade de um Ponto de Vista Lógico-Semântico*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

SANTOS, Ricardo, 2003b, «O Problema do Significado na Teoria da Verdade de Tarski», *in* A. S. Graça (ed.), *Linguagem, Mente e Acção*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 143-159.

SANTOS, Ricardo (2003*c*), «Lições do Argumento da Funda», *in* H. J. Ribeiro (ed.), *1º Encontro Nacional de Filosofia Analítica*, Faculdade de Letras, Coimbra, pp. 277-288.

SEARLE, John, 1958, «Proper Names», *Mind*, 67, pp.166-73.

SILVA GRAÇA, Adriana (org), 2003, *Linguagem, Mente e Acção – actas do seminário de filosofia analítica 2002-2003*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

STRAWSON, P. F. 1969, «Meaning and Truth», in A. P. MARTINICH 1990.

K. Outros recursos na Internet

The London Philosophy Study Guide
http://www.ucl.ac.uk/philosophy/LPSG/

Instituto de Filosofia da Linguagem, Universidade Nova de Lisboa
http://www.ifl.pt/

QED – Página pessoal de João Branquinho (FLUL)
http://pwp.netcabo.pt/0154943702/jo%C3%A3o_branquinho.htm

Institut Jean Nicod
http://www.institutnicod.org/

Centro para o Ensino da Filosofia (CEF)
http://www.cef-spf.org/

CRÍTICA – Central de Filosofia
http://www.criticanarede.com/

Sociedade Portuguesa de Filosofia
http://www.spfil.pt

L. Avaliação em Filosofia

COSTA, António Paulo, & ALMEIDA, Aires, A avaliação das aprendizagens em filosofia, http://www.dgidc.min-edu.pt/serprof/filo.asp[3]

COSTA, António Paulo, 2005, Avaliação e modelo de exames nacionais, em António Paulo Costa (org.), *Para a Renovação do Ensino da Filosofia*, Actas dos Encontros de Caparide (16-17 Abril 2004). Lisboa, Plátano.

[3] Este é um documento produzido pelo CEF-SPF (Centro para o Ensino da Filosofia da Sociedade Portuguesa de Filosofia). Tendo sido encomendado pelo Ministério da Educação, encontra-se no respectivo site.

Índice remissivo

Actos de fala, 15, 20, 21, 34, 40, 75, 156, 159, 161-174, 201, 206, 232, 233, 248, 252, 259, 283-285

Afasia, 18, 35, 41, 43, 49, 61, 63, 65, 66, 72, 251, 257

Ambiguidade, 18, 35, 38, 41, 44, 195

Arbitrariedade, princípio da, 27, 28

Aristóteles, 27, 29, 30, 38, 39, 41, 84, 85, 99, 106, 109, 110, 117, 202, 203, 207-217, 230, 237, 252, 260, 288

Atomismo lógico, 19, 34, 99, 100, 104, 105, 106-110, 119, 135, 145, 252, 258, 277, 282

Austin, J., 159, 165-166

Begriffsschrift, 10, 18, 34, 38, 81, 83, 84, 87, 89, 90, 251, 253, 255, 266

Broca, área de, 61, 64, 65

Chomsky, N., 32, 36, 51-59, 264, 265

Competência, 18, 34, 35, 41, 43, 44, 51, 70, 166, 248

Composicionalidade, princípio da, 27

Contexto, princípio do, 18, 34, 38, 83, 87, 96

Contexto intralinguístico, 38

Contexto extralinguístico, 38

Davidson, D., 188-199

Derrida, J., 202, 204, 238-239, 243, 246-247, 288

Descrições definidas, 15, 19, 20, 34, 38, 39, 90, 91, 92, 99, 101, 105, 106-117, 127, 185, 251, 254, 256, 258, 276

Descritivistas, teorias, 20, 31, 92, 99, 116, 117, 251

Elocucação (enunciação), 41

Foucault, M., 20, 243-246

Frase, 41, 53

Frege, G., 10, 12, 17, 18, 22, 37, 79, 84, 111, 252, 253, 255, 257, 266-269

Fundamentos da Aritmética, 12, 38, 79, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 90, 255, 266, 269

Gramaticalidade, 35, 41, 44, 45, 52, 255

Grice, P., 21, 159, 169-171, 177, 204, 232

Habermas, J., 20, 243, 247-248, 260

Heidegger, M., 20, 243-245, 260

Hipótese Sapir-Whorf, 35, 46, 47, 49, 255

Investigações Filosóficas, 12, 20, 21, 39, 58, 84, 122, 125, 141-157, 161, 162, 163, 165, 252, 254, 256, 258, 278, 282, 283

Implicatura, 21, 34, 42, 171

Indexicais, 34, 39, 42, 173

Kant, I., 84, 87, 88, 119, 131, 132, 134, 135, 136, 171, 248, 267, 268

Kripke, S., 115, 116, 117, 141, 142, 153, 154, 155, 251, 281, 283

Levelt, W., 73, 74, 75

Léxico mental, 18, 35, 70, 71, 72,

'Linguagens' animais, 35, 67-69

Linguagens naturais e linguagens formais, 41, 43

Locke, J., 27, 116

Máximas conversacionais, 34, 170, 171, 172

Metáfora, 15, 20, 34, 52, 59, 68, 140, 149, 171, 201-239, 252, 260, 288, 289

Modularidade, 35, 42, 45, 51, 52, 69, 226

Nomes próprios, 15, 38, 39, 79, 90, 91, 93, 94, 99, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 127, 157, 251,

On Denoting, 15, 20, 91, 99, 100, 104, 109, 111-114, 254, 256, 257, 270

Paráfrase, 18, 35, 42, 44, 107
Performance, 18, 35, 41, 44, 55, 68, 70, 75, 189
Performativos versus constativos, 165-166
Pluralismo, 20, 122, 142, 145, 146, 156, 282
Pragmatismo, 20, 39, 142, 145, 146, 149, 156, 252, 282
Proposição, 35, 38, 41, 48, 84, 88, 95, 107, 108, 110, 119, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 137, 209
Putnam, H., 34, 116, 117, 160, 267, 276, 277, 289, 290
Quine, W.V., 19, 20, 58, 86, 159, 161, 175-187, 188, 251, 252, 285
Referência, principais teorias, 31
Referência directa, teorias da, 20, 31, 116, 117
Ricoeur, P., 203, 205, 206, 213, 217, 236, 237, 289
Rousseau, J.J., 27
Russel, B, 17, 19, 37, 83, 99, 101, 121, 127, 175, 252, 254, 257
Searle, J., 58, 159, 160, 163, 166, 226, 232, 260, 284
Schopenhauer (e Wittgenstein), 132-133
Significado, principais teorias, 31
Tractatus, 12, 15, 20, 21, 30, 39, 100, 106, 107, 119-140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 155, 156, 161, 162, 254, 256, 258, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283
Über Sinn und Bedeutung, 5, 15, 19, 22, 179, 80, 82, 83, 90-97, 252, 253, 255, 257, 266
Vagueza, 34, 38
Verdade, principais teorias, 31
Wernicke, àrea de, 61, 64, 65
Wittgenstein, L., 12, 17, 37, 83, 119-157, 258, 281